



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM GESTÃO ORGANIZACIONAL

NEUBHER FERNANDES NUNES

**DOCENTES-GESTORES E O MODELO DE DECISÃO COMPORTAMENTAL: UM
ESTUDO EXPERIMENTAL**

CATALÃO-GO
2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Neubher Fernandes Nunes

Título do trabalho: Docentes-Gestores e o Modelo de Decisão Comportamental: Um estudo experimental

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO¹**

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 09/06/2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM GESTÃO ORGANIZACIONAL

NEUBHER FERNANDES NUNES

**DOCENTES-GESTORES E O MODELO DE DECISÃO COMPORTAMENTAL: UM
ESTUDO EXPERIMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão Organizacional.

Orientador: Dr. André Vasconcelos da Silva
Coorientador: Dr. André Carlos Silva

CATALÃO-GO, 09 DE JUNHO DE 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nunes, Neubher Fernandes
DOCENTES-GESTORES E O MODELO DE DECISÃO
COMPORTAMENTAL: UM ESTUDO EXPERIMENTAL [manuscrito] /
Neubher Fernandes Nunes. - 2017.
235 f.

Orientador: Prof. Dr. André Vasconcelos da Silva; co-orientador
Dr. André Carlos Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Gestão e Negócios, Catalão, Programa de Pós
Graduação em Gestão Organizacional (profissional), Catalão, 2017.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Decisão. 2. Comportamento operante. 3. Contingência triplíce.
4. Behavioral Perspective Model - BPM. 5. Behaviorismo radical. 6.
Correspondência verbal. I. Silva, André Vasconcelos da, orient. II.
Título.

CDU 005



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO ORGANIZACIONAL



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GESTÃO ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

No dia nove (09) de junho de 2017, às 08:30 horas, na sala 104, Bloco L (Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão), **NEUBHER FERNANDES NUNES**, discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Organizacional (52001016661P6) da Universidade Federal de Goiás, expôs, em sessão pública, o exame de defesa da dissertação intitulada **DOCENTES-GESTORES E O MODELO DE DECISÃO COMPORTAMENTAL: UM ESTUDO EXPERIMENTAL**, para Comissão de Avaliação composta pelos (as) docentes: **Prof. André Vasconcelos da Silva**, Doutor em Ciências do Comportamento pela Universidade de Brasília (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Organizacional/Universidade Federal de Goiás, Presidente da Comissão), **Prof. André Carlos Silva**, Doutor em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Ouro Preto (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Organizacional/Universidade Federal de Goiás, Membro Coorientador), **Prof. Marcos Bueno**, Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Universidade Federal de Goiás, Membro Convocado Externo), **Prof. Cristiana Coelho**, Doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia/Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Membro Convocado Externo) e **Prof. Helder Lima Gusso**, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (Universidade Federal de Santa Catarina, Membro Convocado Externo). O trabalho da Comissão de Avaliação foi conduzido pelo docente Presidente que, inicialmente, após apresentar os docentes integrantes da Comissão, concedeu 30 minutos ao (a) discente candidato (a) para que este (a) expusesse o trabalho. Após a exposição, o docente Presidente concedeu a palavra a cada membro convidado da Comissão para que estes arguissem o (a) discente candidato (a). Após o encerramento das arguições, a Comissão de Avaliação do trabalho de defesa avaliou a dissertação e o desempenho do (a) discente candidato (a) na exposição, considerando a trajetória deste no curso de mestrado profissional. Como resultado da avaliação, a Comissão de Avaliação deliberou pela:

Aprovação do trabalho de defesa

A Comissão de Avaliação declara o (a) discente candidato (a) **APROVADO NO EXAME DE DEFESA PÚBLICA**. A Comissão de Avaliação pode sugerir alterações de forma e/ou conteúdo consideradas aceitáveis. As correções, quando identificadas, devem ser realizadas no prazo máximo de 30 dias contados a partir do recebimento da Ata de Defesa. As alterações deverão ser indicadas no Anexo ao presente documento e/ou podem constar na versão lida pelo membro da Comissão de Avaliação para a sessão de defesa do trabalho de dissertação. Neste caso, a versão lida corrigida deverá ser entregue ao (a) discente candidato (a) no final da sessão.

Reprovação do trabalho de defesa

De acordo com a Resolução - CEPEC Nº 1109 é previsto a reprovação quando a Comissão de Avaliação determina que o trabalho apresentado não satisfaz as condições mínimas para ser considerado um trabalho de conclusão de mestrado válido, conforme pareceres circunstanciados em anexo.

A Comissão de Avaliação:

Para uso da Coordenação/Secretaria do PPGGO	
 Dr. André Vasconcelos da Silva Membro Presidente Universidade Federal de Goiás - UFG	 Prof. Dr. Vagner Rosalem Coordenador do Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Organizacional Universidade Federal de Goiás Coord. do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional-RC/UFG FIAPE: 1563237 - Port. 0321
 Dr. André Carlos Silva Membro Coorientador Universidade Federal de Goiás - UFG	 Prof. Dr. Geraldo Sadayama Leal Vice-Coordenador do Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Organizacional Universidade Federal de Goiás
 Dr. Marcos Bueno Membro Convocado Externo Universidade Federal de Goiás - UFG	Observações:
 Dr. Cristiana Coelho Membro Convocado Externo Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUCGO	
 Dr. Helder Lima Gusso Membro Convocado Externo Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Voto Secretária: EX. Defesa nº 22/2017 Catalão, 09.06.2017
 Discente Vagner Nunes Matrícula: 1014-4637	

Dedico este trabalho a todos os meus professores do ensino fundamental, médio, colegial, graduação, especialização e mestrado, especialmente ao Prof. André Vasconcelos da Silva, pelo conhecimento a mim transmitido, que me propiciou a refletir a decisão de forma funcional, a partir da psicologia comportamental.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente ao Professor Dr. André Vasconcelos da Silva, pela confiança em mim depositada, pela sabedoria e orientações que resultaram neste estudo, além do meu crescimento intelectual, pessoal e profissional.

À Universidade Federal de Goiás, em especial a Unidade Acadêmica Especial de Gestão de Negócios da Regional Catalão, por ter me oportunizado a realização desta Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, pela oportunidade de aprendizado, desde o início da jornada.

Aos alunos do mestrado em Gestão Organizacional, especialmente ao grupo de estudo dos alunos do Professor André, Daniely, Fausto, Fernanda, Gustavo, Keila, Lorena, Luciana, Marcus Vinicius, Mariana, Mário Rosa, Paula, Simone, Sulamita e demais, por todas as reflexões e conhecimento compartilhados, a Carla Mendonça de Souza, que me incentivou a ingressar no mestrado e apoiou durante toda a jornada.

Ao Prof. André Carlos Silva, pelo pagamento de bolsa por intermédio do projeto ASSOCIAÇÃO INFOCENTRO E CULTURA DIGITAL DE CATALÃO (ASSINCAT), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Aos membros participantes da Banca de Qualificação, Professores Gleiber Couto Santos e Hélder Lima Gusso pelas contribuições sugeridas.

As servidoras da UFG - RC (Seccional do Centro de Gestão Acadêmica), Ana Marta Ribeiro Borges Rodovalho, Maria Glória de Santana Stacciarini e Mônica Luiz de Lima Ribeiro por terem avaliado o instrumento de coleta de dados.

Aos coordenadores e subcoordenadores de curso de graduação da UFG, que participaram da pesquisa, tomando decisões frente aos cenários de contingências elaborados, apresentando diversas sugestões e apontamentos sobre o instrumento de coleta de dados e a pesquisa no geral.

Ao professor Anderson R. Silva, pelo apoio na realização das análises estatísticas.

Aos membros participantes da Banca de Defesa, Professores Cristiano Coelho, Hélder Lima Gusso e Marcos Bueno pelas contribuições finais.

Aos meus pais Manoel e Vanilda, que me ajudaram a construir o alicerce para seguir em busca das minhas realizações.

Aos familiares que sempre me apoiaram e compreenderam minha ausência em alguns momentos, devido a dedicação à realização do mestrado.

Por fim, a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com este estudo.

MUITO OBRIGADO!!!

“Um vencedor é aquele sujeito que se levanta e vai atrás das oportunidades que tanto deseja, e se não as encontra, ele as cria”.

“A ciência nunca resolve um problema, sem criar pelo menos outros dez”.

**George Bernard Shaw - Escritor irlandês
(1856-1950).**

RESUMO

Foi construída uma proposta de análise funcional do comportamento de decisão, a partir do Modelo Comportamental de Decisão - MCD. Por ser genérico, espera-se que o MCD seja utilizado na análise funcional do comportamento de decisão, em organizações públicas e privadas, nas áreas de finanças, produção, marketing e recursos humanos. A princípio, no âmbito público, referente à gestão de recursos humanos, o MCD foi utilizado com o objetivo de, verificar a influência do tipo de cenário de contingência e história prévia de resolução de problemas gerenciais, no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação de uma instituição de ensino superior pública. Em vista disso, neste estudo experimental com abordagem quantitativa e qualitativa, foi elaborado um instrumento de coleta de dados, denominado Formulário *online* Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional e Cenários de Contingência, o qual foi aplicado especificamente em docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG), que já atuaram ou atuavam no momento da coleta de dados, no cargo de coordenador ou subcoordenador de curso de graduação. Esse instrumento, permitiu coletar dados para verificar se, o tipo de cenário de contingência (fechada e aberta), experiência no cargo e auto-observação (relato) de conhecimento de regulamentos (história prévia de resolução de problemas gerenciais), influencia no comportamento de decisão desses coordenadores / subcoordenadores, diante de situações problemas simples, rotineiras, bem definidas, conhecidas (cenário de contingência fechada - decisões programadas) e situações problemas singulares, específicas, complexas, mal definidas, desconhecidas (cenário de contingência aberta - decisões não programadas). Os resultados encontrados mediante as análises, teste qui-quadrado, análise de correspondência, escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower, correlação pelo coeficiente de Pearson, análise de frequência absoluta e percentual, teste LSD de Fisher e mapa de árvore, demonstraram que o tipo de cenário de contingência e história prévia de resolução de problemas gerenciais, influenciou no comportamento de decisão dos coordenadores / subcoordenadores de cursos de graduação. Os resultados também mostraram, inconsistência na relação entre o dizer (comportamento verbal - relato de auto-observação) e o fazer (comportamento não-verbal - decisões tomadas) dos coordenadores / subcoordenadores, relativo a experiência no cargo e/ou conhecimento dos regulamentos (repertório instrucional) nas decisões tomadas, diante dos cenários de contingência fechada e aberta. Com base nos resultados encontrados, percebe-se que a maior parte dos docentes, que já atuaram ou estavam atuando como coordenador ou subcoordenador no momento da coleta de dados, não estão devidamente preparados para atuarem no cargo, necessitam de treinamento, uma vez que decisões tomadas de forma inadequada (desprovida de respaldo legal), pode acarretar em prejuízos aos discentes, a instituição (UFG) e aos próprios coordenadores / subcoordenadores, que podem responder à Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e se responsabilizarem por essas decisões. Espera-se que pesquisadores, analistas do comportamento, gestores, dentre outros interessados no estudo da decisão, da administração, administração pública, psicologia comportamental etc., utilizem o MCD em pesquisas futuras, por exemplo para verificar a influência de estímulos reforçadores (reforço positivo, reforço negativo) e aversivos (punição positiva, punição negativa) no comportamento de decisão, elemento do modelo que não foi utilizado na pesquisa.

Palavras-chave: Decisão; Comportamento operante; Contingência tríplice; *Behavioral Perspective Model* - BPM; Behaviorismo radical; Correspondência verbal.

ABSTRACT

A proposal of functional analysis of decision behavior was constructed, based on the Behavioral Decision Model (BDM). Because it is generic, it is expected that the BDM will be used in the functional analysis of decision-making behavior in public and private organizations, in the areas of finance, production, marketing and human resources. Initially, in the public sphere, referring to human resources management, the BDM was used to verify the influence of the type of contingency scenario and previous history of resolution of managerial problems in the decision-making behavior of coordinators / sub-coordinators in a undergraduate course of a public higher education institution. Therefore, in this experimental study with a quantitative and qualitative approach, a data collection instrument was developed, called the Online Socio Demographic Profile Form, Instructional Repertory and Contingency Scenarios, which was applied specifically to professors of the Universidade Federal de Goiás (UFG), who already acted or acted at the time of data collection, in the position of coordinator or sub-coordinator of undergraduate course. This instrument allowed to collect data to verify if the type of contingency scenario (closed and open), experience in the position and self-observation (reporting) of knowledge of regulations (previous history of resolution of managerial problems), influences on decision-making behavior of these coordinators / sub-coordinators in the face of simple, routine, well-defined, known problem situations (closed contingency scenario - scheduled decisions) and singular, specific, complex, ill-defined, unknown problem situations (open contingency scenario - unscheduled decisions). The results found by means of the analyzes, chi-square test, correspondence analysis, bidirectional Gower distance matrix scaling, Pearson coefficient correlation, absolute and percent frequency analysis, Fisher LSD test and tree map, demonstrated that the type of contingency scenario and previous history of resolution of management problems, influenced the decision-making behavior of the coordinators / sub-coordinators of undergraduate courses. The results found by means of the analyzes, chi-square test, correspondence analysis, bidirectional Gower distance matrix scaling, Pearson coefficient correlation, absolute and percent frequency analysis, Fisher LSD test and tree map, demonstrated that the type of contingency scenario and previous history of resolution of management problems, influenced the decision-making behavior of the coordinators / sub-coordinators of undergraduate courses. The results also showed inconsistency in the relationship between saying (verbal behavior - self-observation report) and the doing (non-verbal behavior - decisions made) of the coordinators / sub-coordinators, related to the experience in the position and / or knowledge of regulations (instructional repertoire) In the decisions taken, in the face of closed and open contingency scenarios. Based on the results found, it is noticed that most of the teachers who have already acted or were acting as coordinator or sub-coordinator at the time of data collection are not properly prepared to act in the position, they need training, since decisions taken Inadequate (without legal support), can cause losses to students, to the institution (UFG) and to the coordinators / sub-coordinators themselves, who can respond to Administrative Disciplinary Process (ADP) and be held responsible for such decisions. Researchers, behavior analysts, managers, among others interested in decision-making, administration, public administration, behavioral psychology, etc., are expected to use BDM in future research, for example to verify the influence of reinforcing stimuli (positive reinforcement, negative reinforcement) and aversive (positive punishment, negative punishment) in decision behavior, element of the model that was not used in the research.

Keywords: Decision; Operant behavior; Triple contingency; Behavioral Perspective Model - BPM; Radical behaviorism; Verbal correspondence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tomada de decisão na organização.....	24
Figura 2. Estruturação do método AHP.	33
Figura 3. Avaliação no método AHP.	33
Figura 4. Modelo processual.	36
Figura 5. Mapa dos estudos empíricos sobre decisão.....	38
Figura 6. Representação do <i>Behavioral Perspective Model</i> - BPM.	43
Figura 7. Modelo comportamental de decisão - MCD.	49
Figura 8. <i>Continuum</i> de cenários de contingência de decisão.....	49
Figura 9. Detalhamento do método.	58
Figura 10. Etapas de elaboração do instrumento de coleta de dados.	58
Figura 9. Constituição dos cenários de contingência.	60
Figura 12. Fluxograma da coleta de dados.	68
Figura 13. Opção de não aceitar participar da pesquisa.	69
Figura 14. Enviar o formulário <i>online</i> sem participar da pesquisa.....	69
Figura 15. Envio do formulário <i>online</i> sem participar da pesquisa.....	69
Figura 16. Opção de aceitar participar da pesquisa.	70
Figura 17. Você atua ou já atuou como coordenador e/ou subcoordenador de graduação? ...	70
Figura 18. Formulário <i>online</i> Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional.	71
Figura 19. Formulário <i>online</i> Cenários de Contingência.	71
Figura 20. Enviar as respostas da pesquisa.	71
Figura 21. Registro das respostas.	72
Figura 22. Planilha de avaliação e categorização das respostas dos coordenadores / subcoordenadores.	75
Figura 23. Cruzamento de dados das variáveis para verificar H_1 : H_{1a} e H_{1b}	77
Figura 24. Cruzamento de dados das variáveis para verificar H_{2a} e H_{2b}	77
Figura 25. Cruzamento de dados das variáveis para verificar H_{2c}	78
Figura 26. Cruzamento de dados das variáveis para verificar H_{2d}	78
Figura 27. Frequência em quantidade referente auto-observação (relato) de conhecimento dos coordenadores e subcoordenadores referente aos regulamentos.	79
Figura 28. Frequência em quantidade referente aos regulamentos consultados pelos coordenadores e subcoordenadores na tomada de decisão (comportamento / resposta).....	80
Figura 29. Frequência em quantidade de como os coordenadores e subcoordenadores tomaram as decisões.	80

Figura 30. Mapa de percepção das associações entre tipo de resposta (a, b, c) e cenários de contingência fechada.	81
Figura 31. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas (a, b, c) dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários de contingência fechada.	83
Figura 32. Mapa de percepção das associações entre tipo de resposta (a, b, c) e cenários de contingência aberta.	86
Figura 33. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas (a, b, c) dos coordenadores nos cenários de contingência aberta.	87
Figura 34. Mapa de percepção das associações entre categoria de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) e cenários de contingência fechada.	95
Figura 35. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas (Adequada, Inadequada, Vaga) dos coordenadores / subcoordenadores em cenários de contingência fechada.	100
Figura 36. Mapa de percepção das associações entre categoria de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) e cenários de contingência aberta.	103
Figura 37. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas (Adequada, Inadequada, Vaga) dos coordenadores em cenários de contingência aberta.	108
Figura 38. Mapa de árvore entre relato de conhecimento e desconhecimento da RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 e respostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários 3 e 16.	111
Figura 39. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários 3 e 16.	112
Figura 40. Mapa de percepção das associações entre categoria de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) e cenários de contingência fechada 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14.	115
Figura 41. Mapa de árvore entre relato de conhecimento e desconhecimento da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 e respostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14.	116
Figura 42. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14.	119
Figura 43. Mapa de árvore entre conhecimento, conhecimento em parte e desconhecimento dos regulamentos e respostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários de contingência aberta.	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Comparação entre decisões programadas e não programadas.....	26
Tabela 2. Tipologias da sequência comportamento verbal e não-verbal.....	52
Tabela 3. Conhecimento essencial para tomada de decisão nos cenários de contingência fechada.....	60
Tabela 4. Assuntos das situações problemas dos cenários de contingência fechada.....	61
Tabela 5. Conhecimento essencial para tomada de decisão nos cenários de continência aberta.	62
Tabela 6. Assuntos das situações problemas dos cenários de continência aberta.	63
Tabela 7. Assunto das situações problemas e conhecimento das resoluções para tomada de decisão em cenários de contingência fechada.	65
Tabela 8. Tipos de assuntos das situações problemas e conhecimento dos regulamentos para tomada de decisão em cenários de contingência aberta.	66
Tabela 9. Local de atuação e experiência dos participantes no cargo de coordenador e/ou subcoordenador.....	73
Tabela 10. Sexo, idade e nível na carreira do magistério dos participantes.	74
Tabela 11. Formação e titulação dos participantes.	74
Tabela 12. Discriminação das análises realizadas.	76
Tabela 13. Frequência em quantidade, percentual e predominância de resposta (a, b e c) em cenários de contingência fechada.	82
Tabela 14. Frequência em quantidade das respostas (a, b e c) dos P9, 14, 30 e 58 em cenários de contingência fechada (1, 3, 4 5, 6, 8, 10, 12, 14 e 16).	83
Tabela 15. Frequência em quantidade, percentual e predominância de resposta (a, b e c) em cenários de contingência aberta.....	87
Tabela 16. Frequência em quantidade das respostas (a, b e c) dos P26 e 55 em cenários de tomada de decisão não programada (2, 7, 9, 11, 13, 15 e 17).	88
Tabela 17. Médias de tempo de experiência (em meses) por categoria de resposta em cada cenário de contingência fechada.....	94
Tabela 18. Frequência em quantidade, percentual e predominância de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) em cenários de contingência fechada.	96
Tabela 19. Médias de tempo de experiência (em meses) por categoria de resposta em cada cenário de contingência aberta.	102
Tabela 20. Frequência em quantidade, percentual e predominância de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) em cenários de continência aberta.....	104
Tabela 21. Frequências das respostas de coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer ou não a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 em dois cenários de contingência fechada.....	110

Tabela 22. Frequências de respostas de coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer ou não a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 nos cenários de contingência fechada 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14. 115

Tabela 23. Frequências de respostas dos coordenadores / subcoordenadores que conhecem, conhecem em parte e desconhecem os regulamentos nos cenários de contingência aberta... 121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AHP - *Analytic Hierarchy Process* (Processo de análise Hierárquica)

BPM - *Behavioral Perspective Model* (Modelo Perspectiva Comportamental)

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CC - Código Civil

CDC - Código de Proteção e Defesa do Consumidor

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CEPEC - Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás

CF - Constituição da República Federativa do Brasil

CGA - Centro de Gestão Acadêmica

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CONSUNI - Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás

CP - Código Penal

EC - Emenda Constitucional

Electre - *Elimination et Choix Traduisant la Réalité* (Eliminação e escolha expressando realidade).

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

FE - Faculdade de Educação

GO - Goiás

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

LACOC - Laboratório de Análise do Comportamento Organizacional e do Consumo

MAUT - *Multiple Attribute Utility Theory* (Utilidade Multiatributo)

MCA - *Multiple Criteria Analysis* (Análise Multicritério)

MCD - Modelo Comportamental de Decisão

PAD - Processo Administrativo Disciplinar

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

R - Programa de Estatística R

RAC - Revista de Administração Contemporânea

RAM - Revista de Administração Mackenzie

RAP - Revista de Administração Pública

REAd - Revista Eletrônica de Administração

RGCG - Regulamento Geral dos Cursos de Graduação

SAD - Sistema de Apoio à Decisão

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAE - Unidade Acadêmica Especial

UFG - RC - Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

UFG - Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
1. DOCENTES-GESTORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	20
2. ESTUDO DA DECISÃO E SUAS APLICAÇÕES	24
2.1. Tomada de decisão na organização	24
2.2. Modelos teóricos, métodos e teorias para estudo da decisão	27
2.2.1 <i>Racionalidade absoluta e racionalidade limitada</i>	28
2.2.2 <i>Teoria da utilidade esperada e teoria do prospecto</i>	30
2.2.3 <i>Análise multicritério</i>	31
2.2.4 <i>Modelo incremental</i>	34
2.2.5 <i>Modelo anárquico (lata de lixo)</i>	35
2.2.6 <i>Modelo processual</i>	36
2.3. Aplicação dos modelos, métodos e teorias no estudo da decisão	37
2.4. <i>Behavioral Perspective Model</i> - BPM e sua aplicação	42
3. PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DO MODELO COMPORTAMENTAL DE DECISÃO - MCD.....	47
4. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO	54
4.1. Glossário de termos chaves	55
5. MÉTODO	58
5.1. Elaboração do instrumento de coleta de dados.....	58
5.1.1 <i>Etapa 1 - Criação das questões do Formulário Perfil Sócio Demográfico e Repertório Instrucional</i>	59
5.1.2 <i>Etapa 2 - Criação dos cenários de contingência</i>	59
5.1.3 <i>Etapa 3 - Avaliação dos cenários de contingência por especialistas</i>	63
5.1.4 <i>Etapa 4 e 5 - Criação e teste piloto do Formulário online</i>	65
5.2. Categorização final dos cenários de contingência	65
5.3. Aspectos éticos	67
5.4. Coleta de dados.....	67
5.5. Amostra e participantes da pesquisa	72
5.6. Avaliação e categorização das respostas dos coordenadores / subcoordenadores	75
5.7. Procedimento de análise das hipóteses e sub- hipóteses.....	75
6. RESULTADOS.....	79
6.1. Análise descritiva.....	79
6.2. Análise da hipótese H_1 : H_{1a} e H_{1b}	81
6.2.1 <i>Sub-hipótese H_{1a}</i>	81
6.2.2 <i>Sub-hipótese H_{1b}</i>	86
6.3. Análise da hipótese H_2 : H_{2a} , H_{2b} , H_{2c} e H_{2d}	92

6.3.1 Sub-hipótese H_{2a}	93
6.3.2 Sub-hipótese H_{2b}	102
6.3.3 Sub-hipótese H_{2c}	109
6.3.3.1. H_{2c} - RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009	110
6.3.3.2. H_{2c} - RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	114
6.3.4 Sub-hipótese H_{2d}	120
7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	127
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	133
REFERÊNCIAS - CRIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA	139
APÊNDICES	140
APÊNDICE A - QUESTÕES DO FORMULÁRIO PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO, REPERTÓRIO INSTRUCIONAL	140
APÊNDICE B - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA	142
CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA	142
CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA	155
APÊNDICE C - AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA POR ESPECIALISTAS DO CGA - UFG - RC	165
APÊNDICE D - DECLARAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA PELAS ESPECIALISTAS	205
APÊNDICE E - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA E OUTRAS QUESTÕES	206
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO <i>ONLINE</i>	215
APÊNDICE G - DESCRIÇÃO DAS ANÁLISES	216
APÊNDICE H - DADOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR A HIPÓTESE H_1 : H_{1a} e H_{1b}	217
H_{1a} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA	217
H_{1b} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA	219
APÊNDICE I - DADOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR A HIPÓTESE H_2 : H_{2a} e H_{2b}	221
H_{2a} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIAS FECHADA	221
H_{2b} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA	224
APÊNDICE J - DADOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR A HIPÓTESE H_2 : H_{2c}	227
H_{2c} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 ...	227
H_{2c} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	228
APÊNDICE K - DADOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR A HIPÓTESE H_2 : H_{2d}	230
H_{2d} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA	230
ANEXOS	233
ANEXO I - APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO CEP	233

APRESENTAÇÃO

A decisão possui características multidisciplinares, tendo despertado o interesse de pesquisadores de áreas como, Economia, Administração, Matemática, Física, Estatística, Filosofia, Engenharia da Produção, Ciência da Computação, Ciências Sociais, Ciências Políticas e Psicologia. Por conseguinte, foram desenvolvidos diversos modelos teóricos, métodos e teorias, tais como, racionalidade absoluta, racionalidade limitada, teoria da utilidade esperada, teoria do prospecto, análise multicritério, modelo incremental, modelo anárquico e modelo processual, com o objetivo de explicar a maneira, pela qual as pessoas (decisores) decidem, auxiliando-as à tomarem melhores decisões.

A decisão tem sido estudada, a partir da perspectiva cognitivista por Lindblom (1959); Etzioni (1967); Cohen, March e Olsen (1972); Tversky e Kahneman (1974); Mintzberg, Raisinghani e Théorêt (1976); Simon (1978); Quinn (1978); Kahneman e Tversky (1979); March e Simon (1981). Contrário essa perspectiva de estudo, mediante ecletismo teórico, coloca em discussão / reflexão a análise funcional da decisão, por meio psicologia comportamental, orientado no *Behavioral Perspective Model* - BPM de Foxall (1990) e principalmente no behaviorismo radical de Skinner (1953, 1978). Em vista disso, foi construída uma proposta de análise funcional do comportamento de decisão, a partir do Modelo Comportamental de Decisão - MCD. Por ser genérico, espera que o MCD, seja utilizado na análise funcional do comportamento de decidir em organizações públicas e privadas, nas áreas de finanças, produção, marketing e recursos humanos.

A princípio, no âmbito público, referente à gestão de recursos humanos, o MCD foi utilizado com o objetivo de verificar a influência do tipo de cenário de contingência e história prévia de resolução de problemas gerenciais, no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação de uma instituição de ensino superior pública. Estuda-se questões gerenciais universitárias, especificamente a tomada de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, em razão de ter identificado na literatura consultada, a carência de trabalhos que façam essa reflexão, afastando de explicações cognitivas inferenciais, a eventos internos. Esta pesquisa, justifica-se pela relevância teórica e empírica, ademais, coloca à disposição de pesquisadores, gestores, analistas do comportamento, dentre outros interessados, uma proposta de um novo modelo teórico para estudo da decisão, que pode ser utilizado para fins gerenciais.

Na primeira seção, descreve-se uma contextualização sobre o ensino superior no Brasil, estrutura organizacional das instituições de ensino superior públicas e aspectos relevantes sobre

a função de coordenador de curso de graduação. Na segunda seção, inicialmente descreve o que é tomada de decisão na organização, relação entre o ambiente de tomada de decisão, com o tipo de decisão e o nível organizacional, em seguida nas subseções, apresenta-se alguns modelos, métodos e teorias, que podem ser utilizados no estudo da decisão e suas aplicações através de estudos empíricos, aproximação com um modelo aplicado na análise do comportamento de consumo do consumidor, o *Behavioral Perspective Model* - BPM, e por último, realiza-se reflexões sobre o estudo da decisão e propõe estudá-la de forma funcional, a partir da perspectiva comportamental da psicologia.

Na terceira seção, descreve de forma detalhada, a proposta de construção do Modelo Comportamental de Decisão - MCD, para análise funcional da decisão. Inicialmente, aborda a inter-relação de elementos que caracteriza o MCD (contingência tríplice: Antecedentes – comportamento → Consequência), na sequência, descreve orientado a um *continuum* de fechamento-abertura, os tipos de cenários de contingências fechada e aberta, em seguida, a compreensão do termo história de aprendizagem do decisor e como pode ser verificada a partir da correspondência verbal, e por último, o entendimento de estímulos reforçadores (reforço positivo, reforço negativo) e aversivos (punição positiva, punição negativa), relacionado ao comportamento de decisão.

Na quarta seção, são apresentados o objetivo geral e específicos, variáveis independentes e dependente, hipóteses e sub-hipóteses da pesquisa, e no final dessa seção, um glossário de termos chaves, utilizados nas seções subsequentes. Na quinta seção, detalha-se o método em sete partes (subseções): elaboração do instrumento de coleta de dados, categorização final dos cenários de contingência, aspectos éticos, coleta de dados, amostra e participantes da pesquisa, avaliação e categorização das respostas dos coordenadores e/ou subcoordenadores e procedimento de análise das hipóteses e sub-hipóteses. Na seção seis, são apresentados os resultados. Inicialmente apresenta-se uma análise descritiva, em seguida as análises das duas hipóteses (**H₁** e **H₂**) dividida em seis sub-hipóteses (**H₁**: **H_{1a}** e **H_{1b}** e **H₂**: **H_{2a}**, **H_{2b}**, **H_{2c}** e **H_{2d}**). Na sétima seção, são discutidos os resultados a partir da perspectiva comportamental. E na última seção, são apresentadas as considerações finais e sugestão de pesquisas futuras utilizando o MCD.

1. DOCENTES-GESTORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

O ensino superior está inserido num contexto de transformações rápidas, que produzem impactos sobre as organizações e instituições públicas e privadas, e as pessoas que delas fazem parte (Marcon, 2008). O atual contexto político-econômico brasileiro, vem provocando mudanças significativas no ensino superior. O Novo Regime Fiscal aprovado em 2016, determina um teto nos gastos públicos. O inciso II do § 1º da Emenda Constitucional (EC) Nº 95, de dezembro de 2016, determina o limite das despesas primárias equivalerá ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. A aprovação da Emenda Constitucional Nº 95, estabelece uma nova dinâmica no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, as Instituições de Ensino Superior pública (Universidades Federais e Institutos Federais etc.) terão que adequar a esse contexto de contensão / redução de gastos (cortes no orçamento e investimentos repassado a educação), ao mesmo tempo que há a necessidade de continuar expandindo a capacidade de atendimento (disponibilização de mais cursos e vagas). A expansão que vem ocorrendo no sistema educacional brasileiro desde 1990, já implicou em uma reestruturação da rotina do trabalho docente, tanto nos aspectos relacionado ao ensino, extensão, pesquisa e gestão (Silva, no prelo).

As Instituições de Ensino Superior públicas, de certa forma possuem como outras organizações, estruturas organizacionais¹ em que pessoas alocadas nos níveis; estratégico, intermediário ou tático e operacional, desempenham suas funções de acordo com o delineamento organizacional definido (Marcon, 2008; Sant'Ana, 2014). Dentro dessa estrutura organizacional, os coordenadores e subcoordenadores de curso de graduação, atuam no nível intermediário ou tático, realizando atividades administrativas e de gestão, além das atividades como docente (ensino, extensão e pesquisa etc.), que se enquadram no nível operacional e de certa maneira no nível intermediário ou tático (Franco, 2002; Marcon, 2008; Sant'Ana, 2014).

Os coordenadores, assim como os subcoordenadores de curso de graduação, são responsáveis pelo planejamento, execução, avaliação da trajetória acadêmica do curso, dessa forma ocupam uma posição de suma importância na estrutura organizacional das Instituições

¹ É importante destacar que a estrutura organizacional das Instituições de Ensino Superior pública, pode diferir de uma para outra, devido a peculiaridades como; tamanho da instituição, quantidade de regionais, faculdades, unidades acadêmicas, departamentos, cursos de graduação, especializações, programas de pós-graduação (mestrados acadêmicos, profissionais e doutorados) etc.

de Ensino Superior (Franco, 2002; Sant'Ana, 2014). Em vista disso, é possível delinear alguns papéis para os coordenadores e subcoordenadores; o de acadêmico, administrativo, liderança, político e o gerencial (Franco, 2002; Barbosa & Mendonça, 2015). No desempenho desses papéis, algumas habilidades são necessárias, como por exemplo: “ter visão de futuro, estar disposto para a mudança, ter domínio e usar a tecnologia, ter visão estratégica e capacidade de decisão, ter espírito empreendedor, ser capaz de gerenciar informações e adotar formas participativas de gestão” (Meyer Jr., 2000 como citado em Marra & Melo, 2003, p. 3).

De acordo com Marcon (2008), os requisitos como docente que possua mestrado ou doutorado para comandar docentes com similar titulação ou abaixo; docente com regime de trabalho 40 horas semanais; docente que ministre aulas para os alunos do curso que coordene, são fáceis de encontrar; o difícil é encontrar docentes que tenha competência gerencial apropriada para administrar os cursos de graduação. Fator que pode levar a uma prática comum nas Instituições de Ensino Superior pública, docentes assumirem o cargo de coordenador (também o de subcoordenador), por indicação ou eleição sem capacitação específica necessária para exercer a função (Marcon, 2008). Deste modo, na maioria dos casos, os docentes que assumem a função de coordenador ou subcoordenador de curso de graduação, geralmente não possuem ou possuem pouca competência gerencial para administrar o curso (Marcon, 2008). Por não terem sido preparados para exercer a função, normalmente aprendem a gerir o curso de graduação no dia-a-dia de trabalho, buscando ajuda de coordenadores e/ou subcoordenadores anteriores e pessoas com cargo de gestão na estrutura organizacional da instituição que desempenham suas atividades laborais (Marcon, 2008). Este processo informal de aprendizagem, mais por ajuda/apoio do que por preparo para a função, pode comprometer o processo de gerenciamento do curso de graduação, que prepara futuros profissionais para atuarem no meio acadêmico ou em organizações/instituições públicas e/ou privadas (Marcon, 2008).

Para Marcon (2008), a falta de clareza sobre as atribuições dos coordenadores (também subcoordenadores), pode dificultar o desenvolvimento de meios e instrumentos para formar docentes para o exercício da função. A autora assinala que no Brasil, existe carência de pesquisas científicas sobre as atribuições / atividades que realizam os coordenadores de curso de graduação, com ênfase na abordagem comportamental. Em vista disso, realizou um estudo fundamentado na noção de comportamento retratado por Botomé (2001), que envolve três elementos; situação (o que acontece antes ou junto à ação de um organismo); ação (aquilo que um organismo faz) e consequência (o que acontece depois da ação de um organismo) para

identificar as atribuições / atividades (classes de comportamento) que constituem o trabalho de coordenadores de cursos de graduação, a partir de entrevistas com coordenadores de curso de graduação do Centro de Ciencias Humanas e Comunicação - CCHC de uma organização de ensino superior da região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. As atribuições / atividades (classes de comportamento) identificadas foram: ‘realizar atividades burocráticas’, ‘participar/fazer reuniões’, ‘atender alunos’, ‘atender professores’, ‘realizar visitas’, ‘atender profissionais’, ‘supervisionar aulas e professores’, e ‘elaborar projeto de curso’.

A classe de comportamento ‘realizar atividades burocráticas’, engloba atividades como; atender solicitações que chegam via e-mail, responder ofícios, enviar documentos, enviar correspondência, enviar correspondência interna, assinar documentos, escrever cartas, atender algum pedido especial. A classe ‘participar/fazer reuniões’ abrange as seguintes atividades; fazer reuniões com chefia do departamento, participar de reuniões do Centro de Ciencias Humanas e Comunicação, fazer reuniões com o colegiado, participar de reuniões administrativas e participar de reuniões com outros coordenadores. A classe ‘atender alunos’ abarca as atividades; atender alunos, contatar com o DA, atender alunos sobre a formação, atender alunos nas suas diversas dúvidas, atender alunos individualmente e atender alunos de outros cursos. A classe ‘atender professores’ compreende as seguintes atividades; atender professores, orientar professores e atender professores para avaliar conteúdo das disciplinas. A classe ‘realizar visitas’ envolve dois tipos de atividades; realizar visitas estratégicas a sala dos professores, ir ao protocolo para estudo de currículo e ir ao setor de programação acadêmica. A classe ‘atender profissionais’ abrange as atividades; atender telefonemas de profissionais e atender telefonemas de empresas. A classe ‘supervisionar aulas e professores’ inclui as atividades; supervisionar aulas e supervisionar professores. E por último, a classe de comportamento ‘elaborar projeto de curso’, envolve apenas a atividade elaborar projeto pedagógico do curso de graduação.

Sant’Ana (2014) corrobora, ademais das atribuições / atividades (classes de comportamento), existe também lacuna de conhecimentos científicos sobre as competências para o exercício da função de coordenador de curso de graduação, bem como ausência de ações planejadas (por exemplo: preparação, capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, desenvolvimento de meios e instrumentos) para o desenvolvimento de docentes para a gestão. À vista disso, a partir de 14 artigos que descrevem sobre competências de coordenadores de curso graduação, a autora desenvolveu um instrumento para mensurar as competências gerenciais de coordenadores de curso de graduação de Instituições de Ensino Superior. Esse

instrumento, mensura as competências gerenciais através de 137 variáveis, distribuídas em 3 dimensões de Macro Competências que são; interagir com as pessoas, realizar atividades gerenciais e administrativas do curso e realizar atividades de gerência do curso.

Segundo Marra e Melo (2003), tomar decisão é uma das habilidades necessárias para o exercício da função de coordenador de curso de graduação, pós-graduação, assim como da chefe de departamento. As autoras descreveram pontualmente sobre tomada de decisão colegiada, a partir de estudo de caso que realizaram em uma Universidade Federal situada no interior do Estado de Minas Gerais. Nesse estudo de caso, por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com chefes de departamento e coordenadores, identificaram que as decisões colegiadas geralmente são tomadas *a priori*, as reuniões normalmente são utilizadas apenas para legitimar as decisões, ou como arena para embates pessoais, uma vez que, a maioria dos membros do colegiado não entendem que as reuniões, deveriam ser como um fórum de discussão para definir os rumos do departamento, cursos de graduação, programas de pós-graduação.

Marcon (2008) e Sant'Ana (2014) retrataram sobre tomada decisão de coordenadores de curso de graduação de forma superficial [principalmente Sant'Ana (2014)], visto que, não era o foco de seus estudos, assim busca-se aprofundar a reflexão sobre o assunto, uma vez que, coordenadores bem como subcoordenadores de cursos de graduação, tomam decisões a todo momento, as quais estão relacionadas à demanda de discentes, docentes, técnicos administrativos, funcionários terceirizados e da comunidade. Essas decisões interferem principalmente na vida dos discentes, docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados. Em vista disso, nas próximas seções e subseções apresenta-se; conceitos sobre tomada de decisão na organização; modelos, métodos e teorias que podem ser utilizados para estudo da decisão e suas aplicações; aproximação com um modelo aplicado na análise do comportamento de consumo do consumidor, o *Behavioral Perspective Model* - BPM; em seguida realiza-se reflexões sobre o estudo da decisão e propõe estudá-la de forma funcional, a partir da perspectiva comportamental da psicologia.

2. ESTUDO DA DECISÃO E SUAS APLICAÇÕES

Na seção a seguir, apresenta-se o que vem a ser decisão na organização, relação entre o ambiente de tomada de decisão, comparação entre os tipos de decisões (programadas e não programadas) e os níveis organizacional em que as decisões podem ser / são tomadas.

2.1. Tomada de decisão na organização

Decisão pode ser compreendida como, uma “escolha entre alternativas ou possibilidades, com o objetivo de resolver um problema ou aproveitar uma oportunidade” (Sobral & Peci, 2013, p. 145). A qualidade das decisões que decisores tomam diariamente, sobre os mais variados assuntos, resolvendo problemas ou aproveitando oportunidades que surgem, influencia no desempenho das organizações (Robbins & Decenzo, 2004; Sobral & Peci, 2013). Entretanto, tomar decisões de qualidade, não é uma atividade fácil, visto que existe contextos que podem ser complexos e/ou ambíguos, todavia, isso não significa que todas as decisões são tomadas nesses contextos, uma vez que, existe decisões que podem ser tomadas em ambiente de completa certeza, como em ambiente de completa incerteza e entre os dois extremos (Sobral & Peci, 2013). A Figura 1, demonstra a relação entre o ambiente de tomada de decisão, com o tipo de decisão e o nível organizacional.

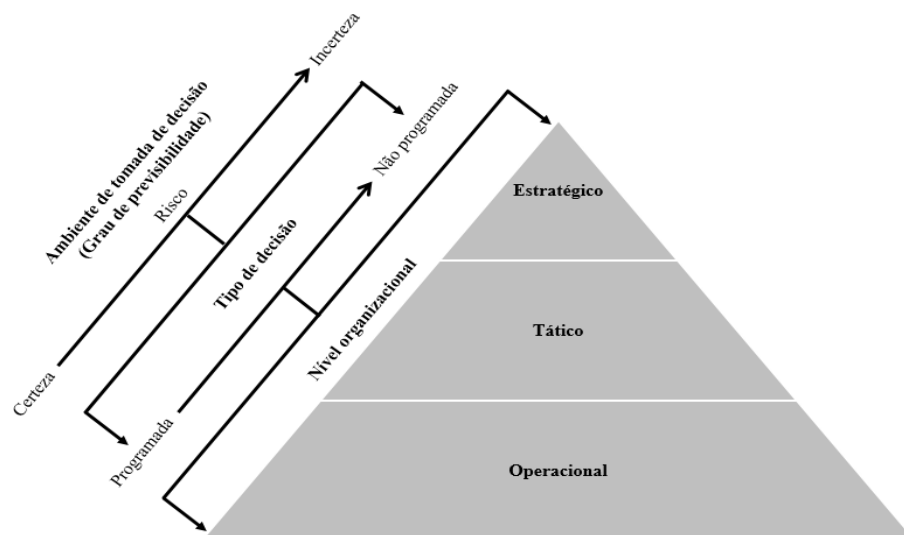


Figura 1. Tomada de decisão na organização.

Fonte: Elaboração própria a partir de Sobral e Peci (2013).

No ambiente de tomada de decisão, certeza é uma “situação na qual toda a informação necessária para a tomada de decisão se encontra disponível” (Sobral & Peci, 2013, p. 147). Situação de certeza é mais frequente no nível operacional, visto que, os decisores conhecem o

objetivo a atingir, têm informações completas, exatas e confiáveis sobre os resultados e as consequências decorrente de cada alternativa possível (Sobral & Peci, 2013).

A medida que vai subindo no nível organizacional, o risco de tomar decisões também vai aumentando. Risco, é uma “situação na qual não é possível prever com certeza quais são os resultados associados a cada alternativa, mas há informação suficiente para estimar uma probabilidade de que determinado evento venha acontecer” (Sobral & Peci, 2013, p. 147). O grau de risco pode ser representado em termos de probabilidade, em uma fração de 0 a 1 (Montana & Charnov, 2010; Sobral & Peci, 2013).

E incerteza, é uma “situação na qual a informação sobre as alternativas e suas consequências são incompletas e imprecisas” (Sobral & Peci, 2013, p. 147). No ambiente de incerteza, os decisores não são capazes de determinar com exatidão, o grau de risco referentes a cada alternativa (Sobral & Peci, 2013). Diante desse tipo de ambiente, os decisores podem usar a intuição e julgamento para escolher a(s) alternativa(s) que consideram mais adequada(s) à circunstância (Sobral & Peci, 2013). Situação de incerteza, é mais frequente no nível tático e estratégico (Sobral & Peci, 2013).

Referente ao tipo de decisão, podem ser programadas e não programadas (Robbins & Decenzo, 2004; Caravantes, Caravantes, & Kloeckner, 2005; Lacombe & Heilborn, 2008; Stoner & Freeman, 2009; Montana & Charnov, 2010; Jones, 2010; Motta & Vasconcelos, 2011; Maximiano, 2012; Sobral & Peci, 2013).

Decisões programadas, são decisões rotineiras utilizadas para resolver problemas repetitivos, que ocorrem frequentemente e que podem receber respostas padronizadas (Sobral & Peci, 2008; Chiavenato, 2010; Sobral & Peci, 2013). São soluções para resolver situações simples, estruturadas que ocorrem regularmente, requerem pouco tempo e recursos, não necessitando de um processo abrangente de tomada de decisão, visto que, existe grande disponibilidade de informações estruturadas, determinando como proceder para decidir (Sobral & Peci, 2013). Manuais de instruções e operações previamente formalizados, contribuem na tomada de decisões programadas (Jones, 2010; Maximiano, 2012).

Decisões não programadas, são decisões distintas, novas e não-repetitivas, tomadas para solucionar problemas não-rotineiros ou incomuns (Sobral & Peci, 2008; Chiavenato, 2010; Sobral & Peci, 2013). São soluções específicas para resolver situações complexas, desestruturadas que não ocorrem frequentemente, em vista disso, existem poucos precedentes, requerem muito tempo e recursos no processo de decisão, uma vez que, existe pouca

disponibilidade de informações estruturadas, além de serem incompletas e imprecisas, não determinando claramente como proceder para decidir (Sobral & Peci, 2013).

Uma relevante diferença entre decisões programadas e não programadas, é que decisões programadas limitam a liberdade dos decisores, deste modo, não dependem muito do seu julgamento, intuição e princípios, mas sim de métodos para tomar decisões (Sobral & Peci, 2013). Já em decisões não programadas, os decisores têm mais liberdade em usar julgamento, intuição e seus próprios princípios, para tomar decisões que consideram mais adequadas ao contexto (Sobral & Peci, 2013). Decisões programadas são mais comum no nível operacional e decisões não programadas, ocorrem com mais frequência à medida que vai subindo no nível organizacional (Sobral & Peci, 2008; Chiavenato, 2010; Sobral & Peci, 2013).

Contudo, podem existir decisões que se encontram entre os dois extremos (Sobral & Peci, 2013). “Do ponto de vista organizacional, quanto mais programadas forem as decisões, melhor. As decisões programadas promovem eficiência organizacional, ao passo que as decisões não programadas por dependerem do julgamento do decisor, são mais arriscadas e nem sempre produzem os melhores resultados” (Sobral & Peci, 2013, p. 151). Decisões programadas, nem sempre exclui o julgamento, intuição, princípios do tomador de decisão, e decisões não programadas, podem ser aprimoradas com a aplicação de métodos utilizados em decisões programadas, como por exemplo regras, procedimentos e políticas etc. (Sobral & Peci, 2013). A Tabela 1, apresenta uma comparação das principais características, entre decisões programadas e não programadas.

Tabela 1. Comparação entre decisões programadas e não programadas.

	Decisões programadas	Decisões não programadas
Classificação da decisão	▪ Rotina ▪ Recorrentes ▪ Genéricas ▪ Numerosas ▪ Respostas padronizadas	▪ Singulares ▪ Inovadoras ▪ Criativas ▪ Específicas ▪ Respostas não padronizadas
Natureza da situação	▪ Bem definida ▪ Simples ▪ Comuns ▪ Conhecida ▪ Estruturadas	▪ Ambíguas ▪ Complexas ▪ Incomuns ▪ Incompletas ▪ Imprecisas ▪ Desconhecida ▪ Desestruturadas
Ambiente de decisão	▪ Condições estáticas ▪ Certeza ▪ Previsibilidade ▪ Informação confiável e precisa	▪ Condições dinâmicas ▪ Incerteza ▪ Imprevisibilidade ▪ Pouca disponibilidade de informação

Método de decisão	▪ Regras ▪ Procedimentos ▪ Políticas	▪ Julgamento ▪ Intuição ▪ Princípios do decisor
Técnicas de apoio à decisão	▪ Métodos e processos previamente definidos ▪ Modelos matemáticos ▪ Orçamentos ▪ Pesquisa Operacional ▪ Simulação em computador ▪ Processamento de dados	▪ Sistemas corporativos de apoio à decisão ▪ Análise de cenários ▪ Técnicas heurísticas de solução de problemas
Nível organizacional predominante	▪ Operacional ▪ Tático	▪ Tático ▪ Estratégico

Fonte: Elaboração própria a partir de Sobral e Peci (2008); Chiavenato (2010); Sobral e Peci (2013).

A utilização de mecanismos, como regras, procedimentos, políticas, modelos matemáticos, simulação em computador e processamento de dados etc. (Tabela 1) em decisões programadas, podem tornar a tomada de decisão mais rápida, possibilitando tomar um maior número de decisões no mesmo espaço de tempo ou propiciar aos decisores, que dediquem mais tempo em atividades mais importantes (Sobral & Peci, 2008; Chiavenato, 2010; Sobral & Peci, 2013). Ao contrário, decisões não programadas por dependerem de aspectos individuais dos decisores, necessitam de mais tempo para serem tomadas e técnicas de apoio (sistemas corporativos, análise de cenários e heurísticas) podem ser utilizadas para customizá-las (Sobral & Peci, 2008; Chiavenato, 2010; Sobral & Peci, 2013).

2.2. Modelos teóricos, métodos e teorias para estudo da decisão

Descrito o que é tomada de decisão na organização, nas subseções a seguir, apresenta-se uma compressão mais abrangente sobre o estudo da decisão, em vista disso, descreve-se alguns modelos, métodos e teorias desenvolvidos por pesquisadores de diversas áreas, como Economia, Administração, Matemática, Física, Estatística, Filosofia, Engenharia da Produção, Ciência da Computação, Ciências Sociais, Ciências Políticas e Psicologia. Os modelos são racionalidade absoluta, racionalidade limitada, incremental, anárquico, processual; os métodos são o da análise multicritério; utilidade multiatributo, processo de análise hierárquica - AHP e Electre: Electre I, Electre II, Electre III, Electre IV, Electre IS, Electre TRI; e as teorias são a da utilidade esperada e do prospecto. Esses modelos, métodos e teorias são de grande importância na literatura, no que diz respeito ao estudo da decisão / tomada de decisão, processo decisório. São apresentados uns usando esquemas, outros não; utilizou-se esquemas naqueles que se encontrou, todavia, a ideia essencial é apresentar os conceitos fundamentais de cada um. Evolutivamente, inicia com o modelo da racionalidade limitada em oposição da racionalidade

absoluta, alguns complementam uns aos outros, e outros rediscutem a proposta ou apresentam uma nova proposta.

2.2.1 Racionalidade absoluta e racionalidade limitada

As teorias microeconômicas, clássica e neoclássica, consideraram o decisor (homem econômico) um indivíduo racional e otimizador, orientado para o uso eficiente dos recursos (Sauaia & Zerrenner, 2009). Assim, no modelo de racionalidade absoluta, postula-se a maximização (otimização, desempenho máximo, rendimento máximo) dos resultados, tomada de decisões objetivas e consistentes, com alto nível de certeza viabilizadas por meio de informações precisas e completas (Robbins & Decenzo, 2004; Stoner & Freeman, 2009).

Neste modelo, pressupõe que o decisor possui conhecimento absoluto de todas alternativas disponíveis de ação e as consequências exatas de cada uma (Motta & Vasconcelos, 2011). Além disso, dispõe de todas as informações possíveis de cada alternativa, analisa cada uma, as compara de forma exaustiva e escolhe a melhor, a opção “ótima” (Motta & Vasconcelos, 2011). Esse modelo desconsidera aspectos cognitivos e conhecimento fragmentado do decisor (Pereira, Lobler, & Simonetto, 2010) e incerteza, ambiguidade, informações incompletas, imprecisas etc., que fazem parte do processo de tomada de decisões nas organizações (Motta & Vasconcelos, 2011).

Simon (1978) com o modelo de racionalidade limitada ou modelo Carnegie, coloca os pressupostos do modelo de racionalidade absoluta em dúvida. No modelo de racionalidade limitada, considera-se os fatores desconsiderados no modelo de racionalidade absoluta (incerteza, ambiguidade, informações incompletas, imprecisas etc.) e aspectos cognitivos envolvidos no processo de tomada de decisão, levando em conta os limites da racionalidade humana (Robbins & Decenzo, 2004; Pereira, Lobler, & Simonetto, 2010; Motta & Vasconcelos, 2011; Sobral & Peci, 2013; Samson, 2015). No modelo de racionalidade limitada, em razão das limitações de recursos, tempo, conhecimento, dentre outros; o decisor impossibilitado de encontrar a decisão ‘ótima’, por não dispor de conhecimento absoluto do problema ou oportunidade, conhecimento completo e antecipado das consequências resultante de cada alternativa, extrai características essenciais sem capturar todas as complexidades e opta pela decisão ‘satisfatória’ em razão as condições que dispõe (March & Simon, 1981; Lacombe & Heilborn, 2008; Sobral & Peci, 2013).

Decisões satisfatórias, são aquelas que atendem aos requisitos mínimos estabelecidos, por meio da simplificação da realidade, na qual existe elementos que o tomador de decisão

consegue gerir (Maximiano, 2012). Deste modo, o decisor em vez de examinar todas alternativas, devido ao alto custo envolvido, contenta com a solução que lhes possibilite um nível de desempenho admissível, mesmo supondo que exista decisões melhores (Sobral & Peci, 2013). Agindo dessa forma, o decisor desvia de um processo lógico e sistemático de análise, criando modelos simplificados dentro dos limites estabelecidos, através de informações incompletas e capacidades (experiência e conhecimento) limitadas (Sobral & Peci, 2013). Todavia, o decisor não deixa de comportar-se racionalmente, entretanto de forma limitada aos aspectos que consegue identificar e compreender (Motta & Vasconcelos, 2011).

Muitas das vezes, em busca de simplificar o processo decisório, os decisores utilizam heurísticas (Tversky & Kahneman, 1974; Robbins & Decenzo, 2004; Sobral & Peci, 2013). Heurísticas podem ser compreendidas como atalhos mentais, utilizados pelos decisores para simplificar a complexidade do processo decisório (Tversky & Kahneman, 1974; Sobral & Peci, 2013). A utilização de heurísticas, torna o processo de tomada de decisão mais ágil e fácil, contudo, podem levar a vieses cognitivos, que podem conduzir os tomadores de decisão a cometer erros (Robbins & Decenzo, 2004; Sobral & Peci, 2013; Samson, 2015). As heurísticas mais comuns que retratam os vieses cognitivos são; a da disponibilidade, representatividade e ancoragem e ajustamento (Sobral & Peci, 2013).

Heurística da disponibilidade leva os decisores a avaliarem um evento, pela recordação de ocorrências, acontecimentos, exemplos trazidos a mente facilmente (Tversky & Kahneman, 1974). Refere a tendência de tomar decisão, a partir de informações facilmente disponíveis na memória e experiências passadas (Sobral & Peci, 2013). A decisão é tomada com base a um caso ou ocorrência, que vem à mente rapidamente (Samson, 2015).

Heurística da representatividade leva os decisores a avaliarem um evento, através da comparação a outros eventos semelhantes com probabilidade de acontecer (Tversky & Kahneman, 1974). Refere a tendência de tomar decisão, por meio de comparação a outras decisões similares que se está familiarizado (Sobral & Peci, 2013). Em vista disso, muitas das vezes, a decisão é tomada baseando em estereótipos (decisões padrão) previamente formados (Samson, 2015).

Heurística da ancoragem e ajustamento leva os decisores a avaliarem um evento, a partir de um ponto de referência, a avaliação final é ajustada ao ponto de referência (Tversky & Kahneman, 1974). O tomador de decisão fundamenta em determinadas informações usadas como âncora, referência ou parâmetro (Samson, 2015). Posteriormente, toma a decisão

mediante ajustes, as informações são usadas como âncora, referência ou parâmetro (Samson, 2015).

2.2.2 Teoria da utilidade esperada e teoria do prospecto

VonNeumann e Morgenstern por meio da teoria dos jogos, redefiniram a teoria econômica do indivíduo racional, ao construírem a teoria da utilidade esperada (Cusinato, 2003). Segundo Baldo (2007), a principal contribuição de VonNeumann e Morgenstern no campo da economia, foi a inclusão da racionalidade na tomada de decisão individual sob risco (elemento desconsiderado na racionalidade absoluta). Na teoria da utilidade esperada, “racionalidade é compreendida como a capacidade que as pessoas possuem em processar todas as informações disponíveis de forma objetiva, sob condições de incerteza onde os fatores emocionais são desconsiderados” (Baldo, 2007, p. 14).

Deste modo nessa teoria, os indivíduos (decisores) agem de forma racional em suas escolhas (decisões) sob risco (VonNeumann & Morgenstern, 1944). Na teoria da utilidade esperada, o decisor toma decisões com a finalidade de maximizar (otimizar) seus benefícios, mensurados a uma escala de utilidade (satisfação), sendo essa utilidade definida em relação aos benefícios obtidos (consequências) (Sen, 1994).

Segundo Gomes e Gomes (2014, p. 223):

A teoria da utilidade permite avaliar essas consequências, por meio de um processo de elicitación de preferências que busca incorporar ao problema as escolhas do decisor e seu comportamento ao risco. Esse processo permite criar uma nova escala denominada de escala de utilidade, que estabelece para cada consequência um valor de utilidade. O processo de escolha será então realizado com base a nova escala, que agrega os aspectos de incerteza inerentes ao problema de decisão. A solução do problema de decisão não resume à determinação da função utilidade, ainda que essa etapa permita uma boa estruturação do problema na mente do decisor. A sequência da solução do problema envolve a maximização do valor esperado da função da utilidade, obtida da função utilidade e da distribuição em probabilidade em relação à consequência considerada.

De acordo com Baldo (2007), a teoria da utilidade esperada ainda é utilizada nos estudos de tomada de decisão, mesmo que tenha sido encontrada anomalias [principalmente nos estudos do comportamento humano em ambiente (cenários) de tomada de decisão] comprovando que decisores violam seus princípios.

Kahneman e Tversky (1979) ao testarem a teoria da utilidade com estudantes, através de questões que envolviam decisões sob risco, encontraram como resultado, padrões de comportamento divergentes aos princípios da teoria, em vista disso, criticaram a teoria e propuseram a teoria do prospecto, como um modelo alternativo a teoria da utilidade esperada. A teoria foi elaborada para prospectos simples, com resultados monetários e probabilidades declaradas, mas pode ser estendida a prospectos mais complexos (Kahneman & Tversky, 1979). De acordo com os autores, decisores (pessoas) sobre risco, tomam decisões (fazem escolhas) inconsistentes aos princípios básicos da teoria da utilidade, visto que, carregam características psicológicas e limitações que interferem em suas decisões. A tomada de decisão sob risco, pode ser vista com uma escolha entre prospectos ou jogo (Kahneman & Tversky, 1979). “Um prospecto ou jogo ($X_1:P_1; \dots; X_n:P_n$) é um contrato que leva ao resultado X_i com probabilidade P_i , onde $P_1 + P_2 \dots + P_n = 1$ ” (Kahneman & Tversky, 1979, p. 2). De acordo com a teoria do prospecto, os decisores em vez de atribuir valores aos resultados finais, atribuem aos ganhos e às perdas, assim, os decisores não decidem a partir das probabilidades, mas por seus pesos ou ponderação atribuídos aos ganhos e perdas relativo a decisão (Kahneman & Tversky, 1979).

Nesta teoria, considera um decisor avesso ao risco, se preferir o prospecto certo (X), para qualquer prospecto arriscado, com valor esperado X (Kahneman & Tversky, 1979). Isso significa que o decisor atribui peso excessivo a resultados certos, em comparação a resultados que são apenas prováveis (Kahneman & Tversky, 1979). E segundo a teoria, o decisor diante de diversas alternativas, para facilitar a escolha, frequentemente desconsideram os elementos que as alternativas compartilham e se concentram nos elementos que as distinguem (Kahneman & Tversky, 1979). Na teoria do prospecto, a decisão ocorre em duas fases: fase de edição e fase de avaliação. A fase de edição, consiste em uma análise preliminar dos prospectos oferecidos, em busca simplificar a avaliação e escolha. Na fase de avaliação, são avaliados os prospectos editados e escolhido o de maior valor (Kahneman & Tversky, 1979).

2.2.3 Análise multicritério

A análise multicritério (em inglês: *Multiple Criteria Analysis* - MCA), tem sido bastante utilizada por pesquisadores na análise e tomada de decisão de problemas, sendo os mais variados (Hajkowicz & Collins, 2007; Torres, 2014). A análise multicritério, consiste em um conjunto de métodos e técnicas para auxiliar ou apoiar pessoas (decisores) e organizações na tomada de decisão, diante de alternativas, sendo avaliadas com base em dois ou mais critérios ou atributos (Wallenius *et al.*, 2008; Gomes & Gomes, 2014). Por serem métodos e técnicas de

auxílio ou apoio no processo decisório, não é apresentado ao decisor (es) uma solução para seu problema, como a ideal (ótima) representada pela ação escolhida (decisão), e sim, recomendações de ações ou curso de ações (Gomes & Gomes, 2014).

De acordo com Gomes e Gomes (2014), de forma geral os problemas de decisão podem envolver variáveis discretas² ou contínuas³. Entre os métodos multicritério de análise, destacam-se os da Utilidade Multiatributo (em inglês: *Multiple Attribute Utility Theory* - MAUT), Processo de análise Hierárquica (em inglês: *Analytic Hierarchy Process* - AHP) e Electre (em francês: *Elimination et Choix Traduisant la Réalité*, em inglês: *Elimination and Choice Expressing Reality*, em português: Eliminação e Escolha Expressando Realidade).

A MAUT surgiu como derivação da teoria da utilidade esperada, incorporou a questão do tratamento de múltiplos objetivos (denominados nesta teoria de atributos) (Gomes & Gomes, 2014). De acordo com Gomes e Gomes (2014), a MAUT permite definir medida de mérito (valor) para cada alternativa (ações), que indica sua posição relativa em uma ordenação final, via hierarquias. A aplicação do método, presume um processo de entrevista entre o analista de decisão e o decisor, como forma de possibilitar o levantamento das preferências do decisor em relação aos atributos do problema, fornecendo como resultado (depois de realizados as análises), a força das preferências entre pares de atributos (Gomes & Gomes, 2014).

O método AHP tem como uma de suas características principais, auxiliar na superação das limitações cognitivas de decisores (Abreu *et al.*, 2000; Torres, 2014). O método apoia decisores à enfrentarem problemas complexos com múltiplos critérios subjetivos e conflitantes (Ishizaka & Labib, 2011). O AHP tem sido utilizado no planejamento estratégico, marketing, escolha de financiamento no transporte aéreo, programas de qualidade e produtividade e análise de projetos (Abreu *et al.*, 2000).

A aplicação do método em problemas de decisão, é dividido em duas etapas; estruturação dos elementos da decisão de forma hierárquica (Figura 2) e a sua avaliação (Figura 3) (Abreu *et al.*, 2000; Torres, 2014, p. 42). Segundo Torres (2014, p. 42), “a estruturação deve conter todos os elementos envolvidos no processo e importantes para a resolução do problema, incluindo o objetivo da decisão, os critérios de avaliação e as ações (alternativas) para solucionar o problema e alcançar o objetivo proposto” (Figura 2).

² Pode assumir somente valores inteiros dentro de um determinado intervalo (Dancey & Reidy, 2013).

³ Pode assumir qualquer valor (inteiros e frações) em um determinado intervalo (Dancey & Reidy, 2013).

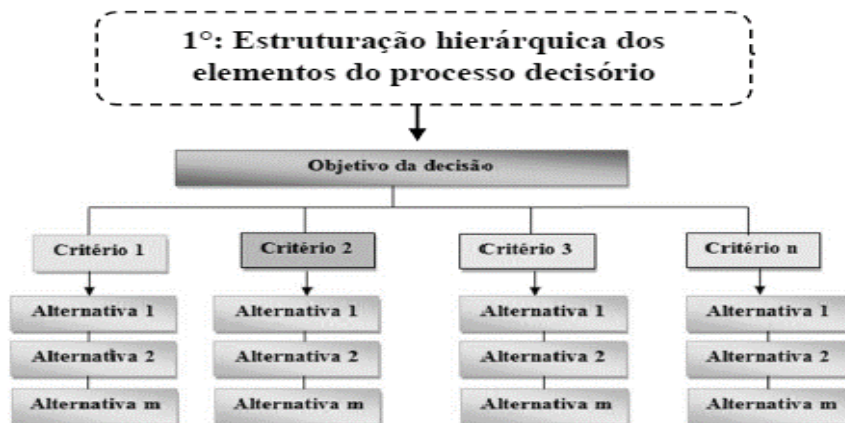


Figura 2. Estruturação do método AHP.

Fonte: Adaptação própria a partir de Torres (2014).

Conforme Torres (2014), a fase da avaliação (Figura 3) envolve o julgamento das ações (alternativas) pelos decisores, construção da matriz de julgamento, análise de consistência e análise de sensibilidade. A avaliação consiste basicamente na comparação par a par de critérios (exemplo utilizando 4 critérios: compara o critério 1 com o 2, com o 3 e com 4; compara o critério 2, com o 3 e com o 4 e por fim compara o critério 3 com o 4) e comparação par a par de alternativas (exemplo de critério com 3 alternativas: compara a alternativa 1 com a 2 e com a 3 e posteriormente compara a alternativa 2 com a 3. Essa comparação das alternativas é feita no caso do exemplo da Figura 3, para os 4 critérios e três alternativas) (Torres, 2014).

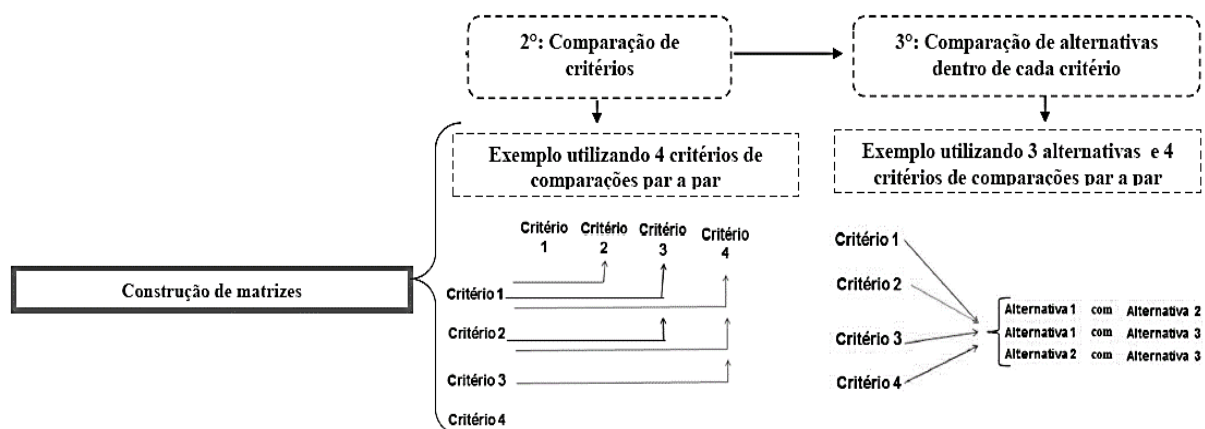


Figura 3. Avaliação no método AHP.

Fonte: Adaptação própria a partir de Torres (2014).

Na avaliação par a par de critérios e alternativas, pode ser utilizado uma escala de peso, composta de uma escala numérica (1 à 9: intensidade de importância) e uma escala verbal correspondente [definição correspondente a cada número da escala numérica: 1) Mesma

importância...; 5) Importância forte...; 9) Extremamente importante] (Ishizaka & Labib, 2011; Torres, 2014). A escala verbal é intuitivamente mais atraente que uma escala numérica, porém, pode conduzir a ambiguidade nas comparações (Ishizaka & Labib, 2011; Torres, 2014).

O Electre constitui-se em uma família compostas por diversos métodos; Electre I, Electre II, Electre III, Electre IV, Electre IS, Electre TRI etc. (Generino, 2006; Torres, 2014). Os métodos auxiliam na tomada de decisões, diante de incerteza e imprecisão, através do uso de distribuições probabilísticas e critério de utilidade esperada (Figueira, Mousseau, & Roy, 2005). De acordo com Figueira, Mousseau e Roy (2005), os métodos estruturam-se em duas fases principais; a construção de uma ou várias relações entre categorias (níveis) e procedimento de exploração. A construção de uma ou várias relações entre categorias (níveis), é para possibilitar a comparação de forma abrangente de cada par de ações (alternativas). O procedimento de exploração, consiste na elaboração de recomendações de ações (alternativas), a partir dos resultados obtidos na primeira fase. A natureza das recomendações, depende da problemática (escolha, posição ou classificação) (Figueira, Mousseau, & Roy, 2005).

O Electre I é bastante teórico e pedagógico, assim em razão a sua natureza, não demonstra aplicação prática significativa, e sim a construção de um conjunto contraditório e muito heterogêneo de critérios, com escalas numéricas e ordinais associadas a ele (Figueira, Mousseau, & Roy, 2005). O Electre II foi concebido para lidar com problemas de classificação e construção de uma sequência de relações entre categorias (Figueira, Mousseau, & Roy, 2005). O Electre III foi desenvolvido para melhorar Electre II. No Electre III foi incorporado a metodologia *Fuzzy* (incerteza e imprecisão), em função disso, tem sido aplicado com sucesso em problemas de decisão reais que envolve incerteza e imprecisão (Figueira, Mousseau, & Roy, 2005). No Electre IV (como o Electre II e III) ordena-se as ações (alternativas) em classes de equivalência de forma completa ou parcial, por meio de um procedimento de classificação (Torres, 2014). O Electre IS é aplicável para uma problemática de escolha (decisão), onde o objetivo é selecionar um menor conjunto de melhores alternativas (ações), em falta de melhores, as satisfatórias (Figueira, Mousseau, & Roy, 2005; Torres, 2014). E por último, o Electre TRI foi projetado para realização de uma triagem, alocando ações (alternativas) a categorias definidas a priori (Figueira, Mousseau, & Roy, 2005; Torres, 2014).

2.2.4 Modelo incremental

Lindblom (1959), propôs o modelo incremental ao estudar a tomada de decisão no setor público. Neste modelo, as decisões são tomadas de forma prática, sem realizar comparações

exaustivas, entre decisões tomadas anteriormente e possíveis soluções. Os decisores, ao invés de tentar fazer uma pesquisa abrangente e avaliação de todas alternativas, devem concentrar em um número pequeno de alternativas que consideram importantes, e da mesma forma, as consequências para cada alternativa (Lindblom, 1959).

No modelo incremental, as decisões ou soluções para os problemas, são compreendidas como adequadas ou não, pode existir mais de uma decisão ou solução adequada para o mesmo problema, neste caso, se opta pela decisão ou solução mais adequada a circunstância (Lindblom, 1959). Este modelo, leva-se em conta a capacidade cognitiva limitada dos decisores em avaliar as informações, no intuito de reduzir o custo de coleta de informação e análise computacional (Etzioni, 1967).

Neste modelo, os problemas enfrentados pelos decisores, são continuamente redefinidos e ajustados, na busca de torná-los administráveis (Lindblom, 1959; Etzioni, 1967). Pressupõe-se que os decisores ao tomarem decisões, não fiquem presos somente aos objetivos preestabelecidos, mas também direcionem a atenção, a resultados complementares e incrementais (Lindblom, 1959; Quinn, 1978). No modelo incremental, a tomada de decisão não segue um procedimento linear, as decisões originam-se de uma série de pequenas etapas, o que propicia a existência de distintos estilos de decisores (analítico, diretivo, conceitual, comportamental etc.) ao longo do processo decisório (Quinn, 1978; Andrade, & Amboni, 2010).

2.2.5 Modelo anárquico (lata de lixo)

Cohen, March e Olsen (1972), desenvolveram o modelo anárquico ou lata de lixo, para descrever a tomada de decisão em organizações que não tem um processo decisório estruturado. De acordo com os autores, decisões nessas organizações são mal definidas, existe incoerência entre problemas e suas soluções, seus processos e procedimentos de tomada de decisão, não seguem nenhuma sequência ou regras, ocorrem de forma aleatória e as pessoas se dedicam a diversas atividades, com quantidade de tempo e esforço variável.

No modelo anárquico, uma oportunidade de escolha (decisão a ser tomada), “pode ser vista como uma lata de lixo, na qual vários tipos de problemas e soluções são atirados pelos participantes, à medida que vão sendo gerados” (Cohen, March, & Olsen, 1972, p. 02, tradução própria). Depois de um tempo, surgem novos problemas, cujas soluções podem ser achadas na lata de lixo (sem a intenção que isso ocorresse), então os participantes retornam a lata de lixo, em busca de encontrar a solução para decidir (Cohen, March, & Olsen, 1972). As decisões

ocorrem quando problemas, soluções, participantes e oportunidades de escolha se coincidem (Cohen, March, & Olsen, 1972).

Neste modelo, o comportamento de decidir é inesperado, aleatório, desconexo, ambíguo e incerto, sendo determinado pelo interesse dos participantes em tomar decisões (conectar as soluções aos problemas e vice-versa e os problemas as escolhas e vice-versa), que estão disponíveis na lata de lixo (Cohen, March, & Olsen, 1972). O modelo leva ao extremo, o pensamento desestruturado sobre tomada de decisão.

2.2.6 Modelo processual

Mintzberg, Raisinghani e Théorêt (1976), cunharam o modelo processual, a partir da análise de 25 estudos de tomada de decisão, relacionado a organizações comerciais e governamentais. As decisões contidas nos estudos, variavam desde da escolha de uma aeronave, a um novo tipo de tratamento hospitalar, sendo relativamente ambíguas, complexas e dinâmicas (Choo, 2003).

A Figura 4 demonstra como ocorre o processo decisório nesse modelo. Inicia com o reconhecimento e o diagnóstico do problema, continua com a análise das alternativas, mediante buscas de soluções disponíveis (decisões que foram tomadas em outras situações) ou da criação de soluções customizadas, e finaliza com a avaliação e escolha de uma alternativa que necessita ser autorizada (Mintzberg, Raisinghani, & Théorêt, 1976; Choo, 2003).

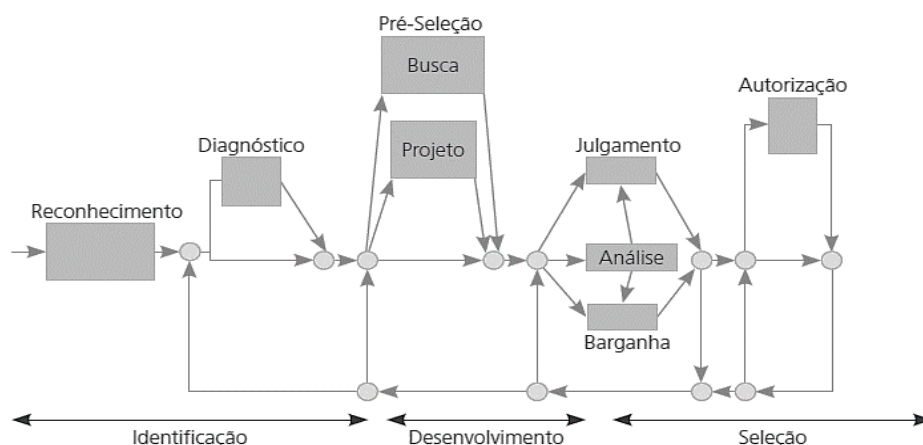


Figura 4. Modelo processual.

Fonte: Mintzberg, Raisinghani e Théorêt (1976, p. 266); Bataglia e Yu (2008, p. 86).

Uma característica marcante do modelo processual, é o caráter dinâmico, visto que, é possível atrasar, interromper, acelerar, voltar ou passar de fase as decisões, sem o seguimento de uma sequência rígida, além da possibilidade das decisões, poderem circular entre duas fases

ao mesmo tempo e nem todas as decisões necessitam passar pelas três fases e todas as rotinas do processo (Choo, 2003). Por exemplo; decisões simples pode envolver apenas duas rotinas, a de reconhecimento e posteriormente a de avaliação-escolha, entretanto, na prática a maior parte das decisões, passam pela fase de desenvolvimento que demanda a maior parte do tempo e recursos (Mintzberg, Raisinghani, & Théorêt, 1976; Choo, 2003).

O modelo é direcionado a tomada de decisões desestruturadas, singulares e complexas, que visam resultados a longo prazo, sendo assim, pode ser muito útil na tomada de decisões estratégicas em momentos que inovação e mudança organizacional se fazem necessárias (Harrison, 1993; Andrade & Amboni, 2010).

2.3. Aplicação dos modelos, métodos e teorias no estudo da decisão

Foram apresentados nas subseções anteriores, alguns modelos, métodos e teorias para estudo da decisão, mas como têm sido desenvolvidos os estudos aplicando esses modelos, métodos e teorias? Essa seção demonstra como tem sido conduzida a investigação empírica, a partir de 9 artigos selecionados em um levantamento realizado na Revista de Administração Contemporânea - RAC, Revista de Administração Pública - RAP, Revista Eletrônica de Administração - REAd e Revista de Administração Mackenzie - RAM, utilizando os descritores decisão e *decision*. Essas revistas foram escolhidas devido a abrangência e classificação no Qualis-Periódicos⁴. As revistas RAC e RAP no quadriênio de 2013-2016 foram classificadas com Qualis A2, as revistas REAd e RAM com Qualis B1.

A Figura 5 demonstra como os artigos estão organizados, alguns modelos, métodos e teorias ocorrem combinados uns com os outros, porque há uma afinidade epistêmica, sendo apresentados conforme a ordem do mapa.

⁴ O Qualis-Periódicos é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação (Administração pública e de empresas, Ciências Contábeis, Turismo, Antropologia / Arqueologia..., Sociologia, Zootecnia / Recursos Pesqueiros) e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior [CAPES], 2017).



Figura 5. Mapa dos estudos empíricos sobre decisão.

Fonte: Elaboração própria.

Relativo ao contexto universitário, Leitão (1993a, 1993b) objetivaram explicar o processo de decisão na universidade, a partir dos modelos; racional e político (Allison, 1971), anarquia organizada (Cohen, March, & Olsen, 1972), colegial (Millet, 1978) e burocrático (Pfeffer, 1981). Os autores utilizaram os cinco modelos, uma vez que, a partir do levantamento empírico constaram que nenhum dos cinco modelos, possui elementos teóricos suficiente que possibilite descrever o processo de decisão na universidade brasileira. Para atingir o objetivo proposto, realizaram um estudo de caso, em uma Universidade Federal para estudar conexamente o processo decisório, focando em múltiplos fatores e as conexões entre eles. A coleta de dados, foi através de dois instrumentos, um para coletar informações quantitativas-qualitativas e o outro, informações qualitativas. O primeiro instrumento foi dividido em dois, uma escala *Likert* de 5 pontos que cada um dos 20 professores (média de mais de 30 anos de vida universitária) participantes da pesquisa, atribuiu uma nota a 39 fatores identificados na literatura, passíveis de influenciar a decisão na universidade. O segundo item do primeiro instrumento, foi um roteiro de avaliação qualitativa dos fatores por meio de entrevista, avaliando a experiência de cada um dos participantes, a partir do que era possível observar. O segundo instrumento, consistiu em um conjunto de 5 assertivas, cada uma relacionada a um dos modelos. Como resultado, os autores identificaram que o processo de decisão na universidade é complexo demais, visto que, envolve uma estrutura de conexões entre os fatores que o influenciam, subordinados a distintas racionalidades, estrutura está que pode assumir distintas configurações dependendo da instituição.

Já Sauaia e Zerrenner (2009), utilizaram o modelo da racionalidade limitada combinado com a teoria da utilidade esperada, para verificar a tomada de decisão de alunos de *stricto sensu* de pós-graduação em administração. Para alcançar o proposto, realizaram uma pesquisa

experimental por meio de jogos de empresas. O estudo caracteriza como descritivo e exploratório, com análise quantitativa e qualitativa dos dados. Participaram do estudo, 14 pós-graduandos (7 mestrandos e 7 doutorandos) que perseguiram dois objetivos: “o desempenho nos jogos de empresas valia 50% da nota final na disciplina; a outra metade da nota dependia de elaboração e apresentação de um artigo individual diretamente relacionado ao experimento” (Suaia & Zerrenner, 2009, p. 198). As decisões tomadas pelos alunos dos 7 grupos (cada grupo composto por 2 alunos) de pós-graduandos no experimento, envolvia a gestão sistêmica de uma empresa, sob o enfoque de áreas funcionais: planejamento, marketing, produção, recursos humanos, finanças e presidência. Os resultados encontrados pelos autores, demonstram assimetrias informacionais, uma vez que, mesmo as 7 duplas de gestores assumindo as empresas em condições idênticas, produziram resultados distintos, advindo principalmente da capacidade intelectual.

Ainda no âmbito universitário, Soares e Barbebo (2013) fundamentado nos pressupostos da teoria do prospecto e no trabalho de Grinblatt, Keloharju e Linnainmaa (2011), propuseram verificar se existe relação entre a racionalidade das escolhas (tomada de decisão) e o desempenho acadêmico de discentes de graduação de um Centro Universitário, diante de problemas que envolvam incerteza. Isto é, se à medida que o desempenho acadêmico aumenta, as escolhas se tornam mais racionais e menos propensa aos vieses cognitivos. Para alcance do objetivo proposto, fizeram uso de um questionário composto por duas partes, uma para coletar dados das características dos participantes da pesquisa, como sexo e idade, curso de graduação e período, a outra parte, problemas com alternativas de respostas “a” e “b”, os quais os discentes foram submetidos a tomar decisões, tendo por base elementos de certeza ou de incerteza. Participaram da pesquisa, 207 discentes dos cursos de Administração, Medicina, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição e Farmácia. Os dados foram analisados mediante regressão *logit*. Como resultado, os autores encontraram que a variável desempenho acadêmico, apresenta relação direta com a racionalidade de escolhas e altera a ação dos vieses cognitivos sobre o processo decisório dos discentes. Assim, discentes com desempenho acadêmico superior, realizaram escolhas (tomada de decisão) mais racionais, que os estudantes com desempenho acadêmico inferior, mostrando-se, desse modo, menos susceptíveis à influência dos vieses cognitivos. Variáveis, como idade, sexo, ocupação e curso, não apresentaram significância estatística para explicar a racionalidade das escolhas.

Já Löbler e Hoppen (2006), fundamentados nos conceitos do modelo de racionalidade combinado com análise multicritério (Gomes, Gomes, & Almeida; 2002), objetivaram validar

um Sistema de Apoio à Decisão - SAD denominado de *Decisor*, para auxiliar tomadores de decisões em decisões multicriteriais e mapear o processo de tomada de decisão adotado por eles, na escolha da alternativa final de decisão. Os autores adotaram os elementos da psicologia cognitivista, estímulo-organismo-resposta (E-O-R) na concepção do *software*. Participaram da validação do *Decisor* como usuários tomadores de decisões, sessenta alunos de cursos de graduação em Administração, cursando a disciplina Sistemas de Informação. A tarefa de decisão, consistiu na escolha de um carro popular (Mile Fire, Palio Fire e Siena Fire, Gol Special, Clio Authentique, Corsa Classic, Celta Hatch, Fiesta Street e Ford Ka) e os critérios foram conforto, consumo, estética, manutenção, preço e velocidade. O estudo tem predominância quantitativa, todavia, os autores também fizeram uso da abordagem qualitativa de coleta e análise dos dados, uma vez que, após tomada a decisão de escolha do carro, os participantes preencheram um questionário pós-uso em papel, com escala *Likert* de 5 pontos, relacionado a interface do sistema, aplicabilidade prática e utilidade, dificuldades encontradas no seu manuseio, satisfação do usuário e duas questões abertas. No geral, os resultados apontados pelos usuários foram, interface e utilidade do *software Decisor* é boa e é de fácil compreensão. A partir das análises realizadas, Löbner e Hoppen (2006) afirmam que o mapeamento do processo de decisão, com a utilização do *software* também foi atingido. Deste modo, o *Decisor* foi validado, e os autores sugerem que seja testado efetivamente na análise de tarefas decisórias.

Voltado ao contexto organizacional privado, Bataglia e Yu (2008) baseados na concepção teórica do modelo processual, propuseram analisar como as empresas sincronizam a tomada de decisão estratégica, com o planejamento estratégico formal. Para alcançar o objetivo delineado, realizaram estudo de caso múltiplos, sendo com 4 agroindústrias do Estado de São Paulo. Na coleta de dados, utilizaram fontes secundárias referentes as empresas, realizaram entrevistas, aplicaram questionários a dezoito gestores. Na análise dos dados, fizeram uso de análise de conteúdo categorial com abordagem qualitativa. Como resultado, elaboraram um modelo que demonstra como ocorre o relacionamento entre o processo decisório estratégico e o planejamento estratégico formal.

No tocante ao contexto das forças armadas (especificamente atividade de defesa aérea), Silva, Roglio e Silva (2010) combinaram os modelos da racionalidade limitada e o modelo de competência Gramigna (2002), para investigar o impacto das competências; capacidade empreendedora, capacidade de trabalhar sob pressão, criatividade, flexibilidade, liderança, motivação, negociação, planejamento, visão sistêmica, relacionamento interpessoal no

desempenho das atividades de defesa aérea, sobre a efetividade do processo decisório. Para alcançar esse objetivo, realizaram um estudo de campo, fizeram uso da triangulação de dados (entrevistas, análise documental, observações e questionário). Participaram da pesquisa 46 pessoas chave do Centro de Operações da organização militar investigada (Coronel, Tenente-coronel, Major, Capitão, Primeiro-tenente, Segundo-tenente, Suboficial, Primeiro-sargento, Segundo-sargento, Terceiro-sargento). Os dados foram analisados mediante análise fatorial exploratória e regressão linear. De acordo com os autores, o estudo do impacto das competências, pode auxiliar os gestores nas decisões relativas à alocação de pessoal e formação de equipes, propiciando um maior alinhamento entre as competências e interesses individuais, com os interesses organizacionais.

Marques e Machado (2010), fundamentado no modelo de racionalidade limitada, propuseram identificar os fatores relevantes na tomada de decisão, para aplicação dos recursos arrecadados com multas de trânsito. Para alcançar esse objetivo, fizeram uso da Técnica Delphi mediante sete rodadas de entrevistas com 12 especialistas e aplicação de um questionário a gestores de 10 grandes capitais do país (Curitiba, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, João Pessoa, Natal, São Paulo, Teresina, Goiânia e Salvador). O estudo tem predominância qualitativa, todavia, os autores também fizeram uso da abordagem quantitativa na coleta e análise dos dados. O produto final do estudo, foi a construção de uma estrutura hierárquica dos fatores relevantes na tomada de decisão, para aplicação dos recursos arrecadados com multas de trânsito e suas respectivas dimensões.

Por último, relativo ao contexto organizacional público, Bin e Castor (2017) combinaram diversos modelos; racionalidade limitada, modelo racional, organizacional e político retratado em Allison e Zelikow (1999), com objetivo de descrever o modo que atuam fatores de racionalidade formal (cálculo, maximização de valor, impessoalidade, escolha racional, pressupostos do conceito de racionalidade limitada, padrões e processos organizacionais, adaptação e aprendizagem organizacional, estrutura e previsibilidade) e fatores políticos (negociação e persuasão, poder, contingências, conflito, cooptação, coalizão e cooperação, interesses e influência externa) no processo decisório de orçamento de uma grande organização estatal brasileira. Para alcançar o objetivo proposto, realizaram um estudo de caso com abordagem descritivo qualitativa, coletaram dados a partir de distintas fontes, sendo entrevistas com um diretor, seis gerentes e um analista de orçamento, observações diretas e documentos da organização investigada, os quais foram analisados mediante análise de conteúdo do tipo categorial temática (fatores racionalidade formal e político). Os resultados

encontrados pelos autores, demonstram que o processo decisório de orçamento é complexo, fatores de racionalidade formal e políticos atuaram e influenciaram nas decisões e o respectivo processo seguido. Deste modo, evidenciam que mesmo o orçamento sendo uma ferramenta idealizada sob concepções racionais instrumentais e utilizada para produzir um comportamento mecanicista aos processos organizacionais, possui também elementos político, uma vez que, indivíduos e grupos interagem sob distintos interesses e visões em relação a mesma decisão a ser tomada.

Nesse conjunto de artigos empíricos apresentados, verifica-se aplicação de alguns dos modelos, métodos e teorias retratados nas subseções anterior. Esses modelos, métodos e teorias têm característica em comum (afinidade epistêmica), no seu processo explicativo sobre a tomada de decisão (comportamento de decidir), observa-se que elementos externos (comportamento), muita das vezes são explicados por elementos cognitivos internos. Um modelo que afasta e tenta evitar explicações cognitivas inferenciais, entretanto aplicado na análise do comportamento de consumo do consumidor é o *Behavioral Perspective Model* - BPM (Modelo Perspectiva Comportamental) (Porto, 2014).

2.4. *Behavioral Perspective Model* - BPM e sua aplicação

Foxall (1990), a partir dos princípios teóricos da análise do comportamento desenvolvido por Skinner, elaborou o *Behavioral Perspective Model* - BPM (Modelo Perspectiva Comportamental), adaptando a contingência tríplice: Antecedente – Resposta → Consequência, para o estudo do comportamento de consumo do consumidor (Foxall, 1998; Foxall *et al.*, 2006b; Foxall *et al.*, 2011; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013; Rogers, Morgan, & Foxall, 2016).

No BPM (Figura 6), compreende-se o comportamento de consumo do consumidor, pela inter-relação (X no modelo) do cenário de consumo e história de aprendizagem (antecedentes), que sinalizam consequências reforçadoras (reforço utilitário, reforço informativo) e/ou aversivas (punição utilitária, punição informativa) (Foxall, 1998; Foxall *et al.*, 2006a; Foxall *et al.*, 2006b; Pohl *et al.*, 2006; Foxall *et al.*, 2011; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013; Couto & Coelho, 2015).

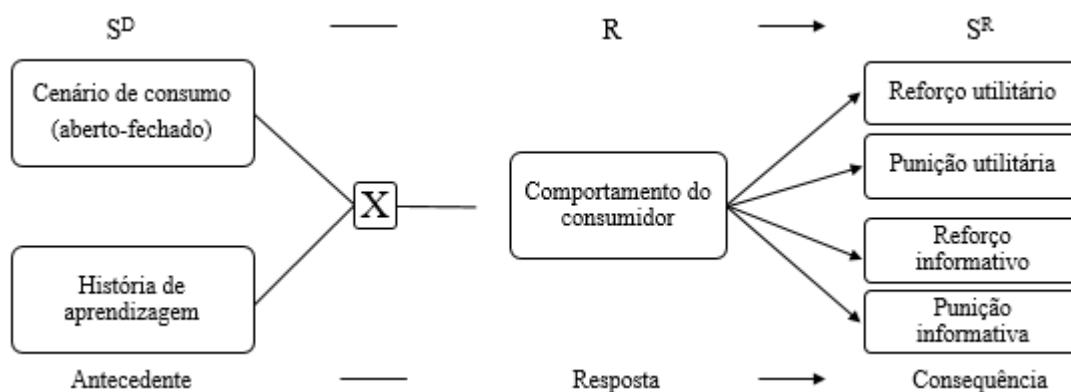


Figura 6. Representação do *Behavioral Perspective Model* - BPM.

Fonte: Adaptação própria a partir de Foxall (1998, p. 326).

O cenário de consumo, contém estímulos discriminativos, podendo ser físicos (ponto de venda: loja, supermercado, restaurante, cinema etc. / prestação de serviços: escritório de contabilidade, consultoria, advocacia et., propaganda, logomarca dentre outros), sociais (vendedores presentes, outros consumidores, como por exemplo filho de outro consumidor e até seu próprio pai etc.), regulatórios, regras particulares, regras do estabelecimento (proibido fumar, proibido abrir embalagens), regulamentos (manuais de instruções e operações, legislação, leis etc.), temporais (horário de funcionamento do local de consumo, eventos sazonais) (Foxall, 1998; Porto, 2010; Foxall *et al.*, 2011; Couto & Coelho, 2015).

Esses cenários, podem ser classificados a partir de um *continuum* aberto-fechado, em função do nível de controle sobre o comportamento do consumidor (Foxall, 1998; Porto, 2010; Foxall *et al.*, 2011; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013; Couto & Coelho, 2015). O uso de critério, pode ser uma alternativa para classificar os cenários, Foxall (1998) e Porto (2010) indicam alguns que podem ser utilizados: 1) quantidade de estímulos discriminativos disponível, 2) número de respostas (comportamento) possíveis de serem emitidas e darem acesso ao reforço, 3) realização de tarefas claramente definidas para conseguirem-se consequências específicas, 4) o consumidor ou outro agente controla a obtenção dos consequentes, 5) as contingências são estabelecidas por agentes que não irão desempenhar a tarefa, 6) se existem opções acessíveis no ambiente de liberação de consequências.

Os cenários fechado ou parcialmente fechado, tendem a limitar os comportamentos possíveis de um consumidor; já os cenários aberto ou com maior grau de abertura, limitam menos e geralmente o consumidor tem mais opções de realizar o comportamento (Porto, 2010; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013). Imagine um apreciador de ópera (consumidor), no cenário fechado, “deverá comparecer ao espetáculo no dia e horário marcados, havendo mínima tolerância com atrasos; deverá estar trajado a rigor; deverá sentar-se exclusivamente no local

definido na compra do bilhete e somente sentado poderá assistir à peça” (Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013, p. 495). Já no cenário aberto, esse mesmo apreciador de ópera (consumidor), não necessita chegar no horário marcado, uma vez que, existe máxima tolerância para atrasos, não necessita estar trajado a rigor, “poderá gritar, pular, rolar no chão, comer, beber, fumar, tirar peças da própria roupa e/ou as de outra pessoa” (Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013, p. 495).

A história de aprendizagem (Figura 6), refere-se as experiências anteriores, semelhantes, relativas às quais o consumidor já passou, antes da situação de compra presente e as consequências passadas de seu comportamento naquele contexto (Foxall, 1998; Foxall *et al.*, 2006a; Foxall *et al.*, 2006b; Foxall *et al.*, 2011; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013; Couto & Coelho, 2015). A história de aprendizagem, indica o comportamento do consumidor, diante de certo(s) estímulo(s) discriminativo(s) disposto(s) no ambiente (cenários) e quais reforçadores e punitivos (consequências), tem efeito sobre seu comportamento (Foxall, 1998; Foxall *et al.*, 2006a; Foxall *et al.*, 2006b; Foxall *et al.*, 2011; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013).

As consequências do comportamento de compra, sinalizadas pela inter-relação do cenário de consumo e história de aprendizagem, podem ser utilitárias e/ou informativas, ambas podem ser reforçadoras (reforço utilitário, reforço informativo) e/ou aversivas (punição utilitária, punição informativa) sobre comportamento realizado (Foxall, 1998; Foxall *et al.*, 2006a; Foxall *et al.*, 2006b; Porto, 2010; Foxall *et al.*, 2011; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013). Se mantiverem ou aumentarem o comportamento, são reforçadoras, se diminuïrem o comportamento, são aversivas (Foxall, 1998; Porto, 2010).

As consequências utilitárias (reforço utilitário e punição utilitária) são materiais, referem a utilidade de um produto ou serviço (Foxall, 1998; Porto, 2010; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013). O reforço utilitário, advém das funções técnicas do produto ou serviço, obtido na compra ou do consumo e todos os benefícios derivados diretamente da aquisição, posse, uso, manuseio e consumo (Foxall, 1998; Porto, 2010; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013). “Na aquisição de um veículo, reforço utilitário ocorre quando, por exemplo, o consumidor, usando o produto, promove seu deslocamento (ou de pessoas de seu convívio) de um ponto a outro de um espaço urbano, resolvendo problemas com o transporte” (Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013, p. 497). Na punição utilitária, ocorre no sentido inverso, posse, uso e consumo do produto ou serviço, fica comprometido; na aquisição do carro, “ao usar o produto, o consumidor enfrenta, por exemplo, dificuldades de estacionamento, perigos no trânsito, manutenção cara” etc. (Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013, p. 497).

As consequências informativas (reforço informativo e punição informativa), são pragmáticas (indiretas e simbólica), referem a ações e reações no relacionamento social, depende e são mediadas por outras pessoas, mediação essa, que ocorre via processos verbais (Foxall, 1998; Porto, 2010; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013). No reforço informativo, são consequências do comportamento de consumir, que advém do fato do consumidor ter adquirido o produto ou serviço, funcionam como *feedback* para o consumidor, como o quão bem está apresentando, por ter adquirido o produto ou serviço (Foxall, 1998; Porto, 2010; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013). “Na aquisição de um veículo, reforço informativo ocorre quando, por exemplo, o consumidor recebe atenção social positiva de outras pessoas (na forma de elogios, parabenizações, reconhecimentos, contatos sociais especiais, acesso a eventos importantes, ganho de prestígio, etc.)” (Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013, p. 497). Na punição informativa, ocorre no sentido inverso, na aquisição de um veículo, em razão de pelo menos um atributo⁵ do bem, ter sido avaliado socialmente como inapropriado, inadequado, prejudicial etc., o “consumidor recebe atenção social negativa de outras pessoas (na forma de depreciações, relatos invejosos, desprezo, restrição de contatos sociais, perda de prestígio, etc.)” (Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013, p. 497).

Esse modelo apresentado, tem sido mais aplicado em pesquisas voltadas ao *Marketing*, para explicar o comportamento de consumo do consumidor, em ambiente organizacional privado (Foxall, 1998; Foxall *et al.*, 2006a; Foxall *et al.*, 2006b; Pohl *et al.*, 2006; Porto, 2010; Foxall *et al.*, 2011; Nalini, Cardoso, & Cunha, 2013; Porto & Oliveira-Castro, 2013; Porto & Oliveira-Castro, 2016; Rogers, Morgan, & Foxall; 2016). No entanto, Couto e Coelho (2015) aplicaram o BPM no contexto público, voltado ao processo decisório, uma vez que, identificaram na literatura, a necessidade de estudar o comportamento de compras de gestores públicos, a partir da perspectiva comportamental. Em vista disso, os autores investigaram o comportamento de gestores públicos, com o objetivo de identificar os fatores críticos que determinam o processo decisório de compra sustentável, tanto no contexto de compras individuais, como no contexto de compras governamentais. Para tal fim, na coleta de dados utilizaram questionários eletrônico do *Google Drive*. Os autores enviaram o questionário por correio eletrônico a 38 servidores do IBGE (lotados em 27 unidades estaduais), que desempenham atividades gerencial relacionada a compras governamentais, ou que já tenham sido pregoeiros, contudo, obtiveram apenas 15 respostas. De forma geral, os questionários

⁵ De acordo com Keller (1993), atributos são características que descrevem um produto ou serviço, o que o consumidor avalia ao comprar o produto ou serviço, como componentes necessários para sua fabricação, ou função de serviço procurada pelos consumidores, descrevem a composição física do produto ou serviço requerido.

continham perguntas sobre variáveis demográficas, experiência gerencial, conhecimento sobre compras sustentáveis e 50 afirmações, divididas em dois blocos, o primeiro com 25 afirmações sobre o comportamento do indivíduo, relacionado a quatro estágios típicos de consumo (pré-compra, compra, uso e descarte) e o segundo bloco também composto de 25 afirmações, ligadas a contexto de compra individuais e governamentais. Na análise dos dados, aplicaram o Teste de Mann-Whitney e Teste de Wilcoxon por intermédio do *software* estatístico BioEstar 5.3. A partir das análises estatísticas, Couto e Coelho (2015) encontram similitudes entre os dois contextos (contexto de compras individuais e contexto de compras governamentais), entretanto, observaram diferenças relacionado ao fator preço, determinações da legislação e tempo gasto nas especificações dos produtos a serem adquiridos. Assim de acordo com os autores, o preço foi mais determinante no contexto de compra individuais, e gasto no tempo com especificações, foi mais frequente no contexto de compra governamentais. Como pesquisas futuras, Couto e Coelho (2015) sugeriram comparar cenários organizacionais diversos e aplicação de outras medidas comportamentais, que possibilitem correlacionar a correspondência entre o dizer e fazer em diferentes contextos.

Com base na literatura consultada relativa aos modelos, métodos, teorias e artigos empíricos sobre tomada de decisão (seções 2.2. e 2.3.), verifica-se que a decisão tem sido estudada a partir de uma perspectiva mais cognitivista, com a finalidade de explicar a maneira pela qual as pessoas (decisores) decidem. O BPM possibilita explicar o comportamento de consumo do consumidor, de certa forma, comportamento de decisão do consumidor, a partir da perspectiva comportamental.

Em busca de discutir / refletir a tomada de decisão afastando-se de explicações cognitivas inferenciais, na próxima seção, detalha-se a proposta de criar um modelo comportamental para análise funcional da decisão e que possa ser usado para fins gerenciais, uma vez que, na literatura consultada não se identificou modelo, método ou teoria que trate de questões gerenciais relativo a tomada de decisão. Esse modelo é fundamentado epistemologicamente no BPM de Foxall e principalmente no behaviorismo radical de Skinner, ademais, o modelo incorpora a análise de correspondência verbal [sugerido por Couto & Coelho (2015) como pesquisas futuras; correlacionar a correspondência entre o dizer e fazer em diferentes contextos] e alguns elementos retratados nos modelos, métodos e teorias apresentados na seção 2.2.

3. PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DO MODELO COMPORTAMENTAL DE DECISÃO - MCD

A análise do comportamento, behaviorismo radical, têm produzido conhecimento básico e aplicado (concepções teóricas e modelos de análise) que permite discutir processos decisórios. Todavia, há a necessidade de se adequar esse conhecimento a diversas situações, a exemplo, o modelo explicativo e descritivo *Behavioral Perspective Model* - BPM, que permite refletir a escolha, a decisão, ou seja, o comportamento do indivíduo em processos de consumo. Assim, acredita-se que uma forma de compreender o processo decisório em situações de gestão, pode ser ajustando esse modelo exitoso desenvolvido por Foxall, a realidade, singularidade do contexto de decisão nas organizações. O modelo da BPM, tem se relacionado a aspectos de consumo (pesquisas voltadas a área do *Marketing*), porém, há decisões gerenciais, como aspectos de burocracia, que o modelo aparentemente ainda não foi testado. Sendo assim, essa seção tem como proposta, sugerir uma possibilidade teórica de construir um modelo comportamental de decisão, que possibilite iniciar um programa de investigação⁶.

Com parcimônia, o Modelo Comportamental de Decisão - MCD, é fundamentado epistemologicamente no *Behavioral Perspective Model* - BPM (Foxall, 1990) e no behaviorismo radical (Skinner, 1953, 1978), buscando nos princípios de aprendizagem do comportamento operante, subsídios para análise funcional do comportamento de decidir. A finalidade do BPM, é analisar o comportamento de consumo do consumidor, a partir da abordagem comportamental.

O modelo BPM, fundamenta nos princípios teóricos da análise do comportamento desenvolvido por Skinner (1953, 1978). A finalidade desse modelo, é analisar o comportamento de consumo do consumidor, a partir da abordagem comportamental. O behaviorismo radical, tem como objeto de estudo o comportamento. Busca descrever relações entre eventos ambientais observáveis e o comportamento dos organismos (Skinner, 1938). Tem orientação positivista, prioriza-se o método experimental na realização das investigações, que são objetivas e bem sistematizadas (Skinner, 1953, 1978). O Comportamento operante, produz alteração no ambiente e é afetada por elas, a resposta (comportamento) do indivíduo é determinada pelas consequências, desse modo as consequências influenciam nas respostas (comportamento), alterando ou modelando a resposta (comportamento) do indivíduo, por meio de reforço ou

⁶ O Laboratório de Análise do Comportamento Organizacional e do Consumo - LACOC, tem a tentativa de estar construindo modelos, ferramentas nesse sentido, para compreender e descrever os processos inerentes às decisões gerenciais de organizações públicas e privadas. O LACOC é composto por pesquisadores, docentes e discentes da Universidade Federal de Goiás - UFG, contanto com parceiros de outras instituições de ensino.

punição (Skinner, 1953; Moreira & Medeiros; Cançado, Soares, & Cirino, 2007). O reforço pode ser positivo ou negativo, ambos têm a finalidade de aumentar ou manter a frequência das respostas (comportamento) (Skinner, 1953, 2006; Moreira & Medeiros, 2007). No reforço positivo, a resposta (comportamento) é reforçada com a adição de um estímulo reforçador (consequência) no ambiente; no reforço negativo, a resposta (comportamento) é reforçada com a retirada de um estímulo reforçador (consequência) do ambiente (Skinner, 1953, 2006; Moreira & Medeiros, 2007). A punição pode ser positiva ou negativa, ambas têm a finalidade de enfraquecer a frequência das respostas (comportamentos) (Skinner, 1953, 2006; Moreira & Medeiros, 2007). Na punição positiva, a probabilidade da resposta (comportamento) ocorrer novamente, pode ser reduzida pela adição de um estímulo punitivo (consequência) no ambiente; na punição negativa, a probabilidade da resposta (comportamento) ocorrer novamente, pode ser reduzida pela retirada de um estímulo reforçador (consequência) do ambiente (Skinner, 1953, 2006; Moreira & Medeiros, 2007).

Fundamentado nos pressupostos do behaviorismo radical, o MCD questiona a noção de que as causas do comportamento de decidir, sejam exclusivamente mentais ou atribuídas a eventos intraindividuais, dando ênfase à história passada de aprendizagem do decisor e às contingências de decisão [cenário de contingência (fechada-aberta)], sob as quais se encontra em uma determinada situação de decisão. Na análise do comportamento, contingência é uma condição, arranjo de situações nas quais um comportamento ocorre, refere-se a inter-relação de dependência entre eventos ambientais e eventos comportamentais, onde os primeiros, na medida que ocorrem, determinam a ocorrência dos segundos (Skinner, 1953; Catania, 1999). Em termos generalizados, diz que há relação de contingência entre dois eventos (A e B), quando a ocorrência de um (B), depende da ocorrência do outro (A), isto é, para que (B) ocorra, (A) terá necessariamente que ocorrer, mesmo que a relação, se apresente em probabilidade (Skinner, 1953; Catania, 1999).

A Figura 7, mostra esquematicamente a inter-relação (X no modelo) de elementos que caracteriza o MCD. Como pode ser verificado, a estrutura da inter-relação é uma extensão ou desdobramento do conceito de contingência tríplice, e do BPM para estudo / análise do comportamento de decidir. Em uma contingência tríplice [Antecedente (estímulos ambientais) – Resposta (Comportamento) → Consequência], a presença do Antecedente, aumenta a probabilidade da emissão da Resposta, historicamente provocada pela Consequência, quando o Antecedente está presente. A inter-relação representada pela contingência tríplice, são as condições mínimas sob as quais analistas do comportamento, buscam descrever, explicar e

predizer as interações estímulos ambientais-indivíduo (Skinner, 1953; Catania, 1999). Em vista disso, compreende-se o comportamento / resposta do decisor (R), pela inter-relação (X no modelo) de cenário de contingência (S^D) e história de aprendizagem (Antecedente), que sinalizam estímulos reforçadores [S^R (reforço positivo, reforço negativo) e / ou aversivos (punição positiva, punição negativa)].

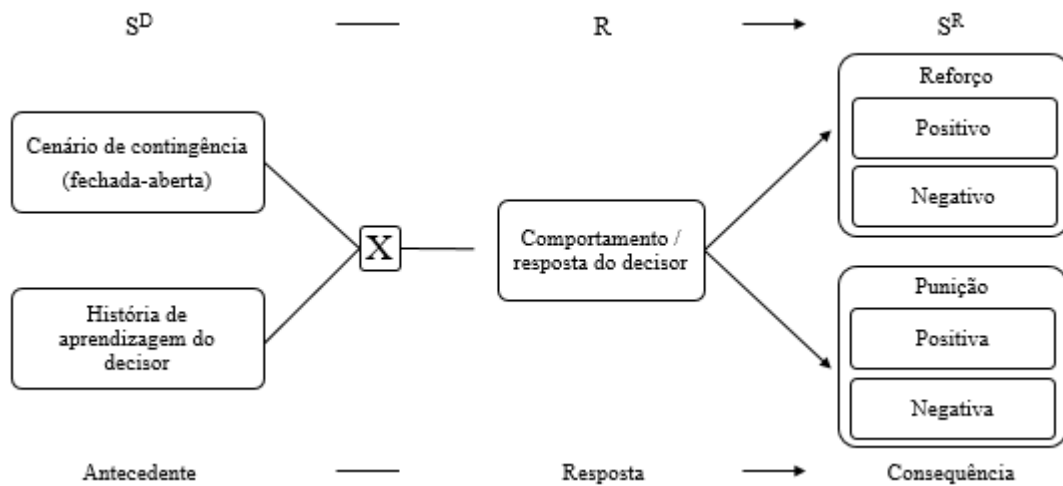


Figura 7. Modelo comportamental de decisão - MCD.

Fonte: Elaboração própria a partir da concepção de elementos teóricos do BPM de Foxall (1990), comportamento operante retratado em Skinner (1953, 2006); Moreira e Medeiros (2007) e contingência tríplice em Skinner (1953); Catania (1999).

Nota: S^D : Estímulo discriminativo; R: Resposta; S^R : Estímulo resposta.

Comportamento / resposta do decisor (centro da Figura), representa comportamento de decidir ou decisão tomada.

No MCD (Figura 7), cenário de contingência são estímulos discriminativos, compreendido como circunstância que requerem decisões, dispostas ao longo de um *continuum* que em um extremo, abriga cenários de contingência fechada, e no outro, cenários de contingência aberta, e entre os extremos, encontram-se cenários de contingência com níveis variados de fechamento-abertura, conforme pode ser visualizado na Figura 8, que ilustra as categorias de cenários de contingência de decisão.

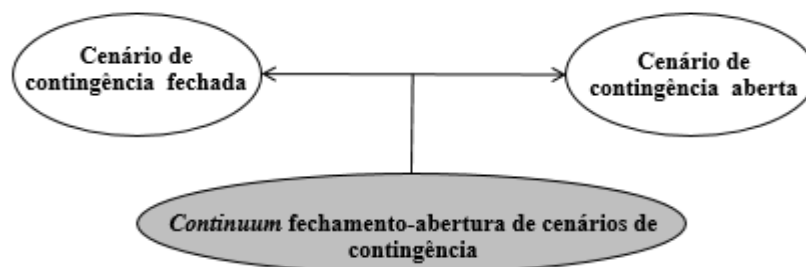


Figura 8. Continuum de cenários de contingência de decisão.

Fonte: Elaboração própria a partir da representação do *continuum* de fechamento-abertura do cenário de comportamento do consumidor de Foxall (1993) e Nalini, Cardoso e Cunha (2013).

Cenários de contingência fechada, se caracterizam por um número restrito de alternativas para resposta (comportamento) de decidir, isto é, a amplitude e variação da resposta (comportamento) é pequena. O comportamento de decisão é pré-definido, não havendo às vezes, possibilidade de variação, nem mesmo descrição detalhada do responder. Em cenários de contingência fechada, as possibilidades de ação autônoma [arbítrio para tomar decisões, a partir de sua experiência e/ou conhecimento (repertório instrucional)] são significativamente limitadas, ficando o decisor exposto a contingências que delimitam o decidir, cujos arranjos são programados quase que exclusivamente por outros indivíduos. Nos cenários de contingência fechada, as decisões são programadas, são decisões padronizadas utilizadas para resolver problemas rotineiros, isto é, que ocorrem frequentemente. São soluções para resolver situações simples, bem definidas, conhecidas e estruturadas que ocorrem regularmente, requerendo pouco tempo e recursos, não demandando um processo abrangente de tomada de decisão, uma vez que existe considerável quantidade de informações estruturadas, confiáveis e precisas, que até determinam como prosseguir para decidir, ou até mesmo a decisão a ser tomada.

Cenários de contingência aberta, caracterizam-se por grande quantidade de alternativas para resposta (comportamento) de decidir, isto é, a amplitude e variação de resposta é grande. O comportamento de decisão não é pré-definido, há possibilidade de variação e descrição detalhada da resposta (comportamento). Em cenários de contingência aberta, há mais possibilidades de ação autônoma [arbítrio para tomar decisões, a partir de sua experiência e/ou conhecimento (repertório instrucional)], ficando o decisor exposto a contingências, todavia, essas contingências não delimitam o decidir, uma vez que os arranjos não são programados. Nos cenários de contingência aberta, as decisões podem ser formuladas pelo próprio decisor, com base nas contingências existentes, que considera mais adequada à circunstância. Em cenários de contingência aberta, as decisões são não programadas, são decisões singulares para resolver problemas excepcionais, isto é, que não ocorrem frequentemente. São soluções específicas para resolver situações complexas, mal definidas, desconhecidas e desestruturadas, requerendo muito tempo e recursos, além de demandar um processo abrangente de tomada de decisão, visto que existe pouca quantidade de informações estruturadas e as que existem, normalmente são ambíguas, incompletas e imprecisas, não determinando exatamente como prosseguir para decidir.

Entre os extremos (centro da Figura 8), encontram-se cenários de contingência com níveis variados de fechamento-abertura, podendo ser mais ou menos fechadas ou abertas. Quanto mais as decisões forem programadas (cenários de contingência fechada), de certa forma

é mais fácil para o decisor decidir (tomar a decisão). As decisões programadas comumente conduzem a eficiência⁷, geralmente minimizam erros e/ou dispêndios, uma vez que não dependem tanto do decisor, mas de métodos previamente definidos, podendo ser regulamentos, resoluções, regras, procedimentos, políticas organizacionais, modelos matemáticos, simulação em computador e processamento de dados, dentre outros. Enquanto as decisões não programadas (cenários de contingência aberta), dependem quase que praticamente da ação autônoma [arbítrio para tomar decisões, a partir de sua experiência e/ou conhecimento (repertório instrucional)] do decisor, o que as tornam mais arriscadas, no entanto, isso não significa que não podem ser eficientes⁸ e produzir resultados eficazes⁹.

Além do cenário de contingência, o conceito de história de aprendizagem do decisor (Figura 7), configura variáveis antecedente críticas à compreensão de padrões comportamentais de decisão, visto que desde da perspectiva behaviorista radical, a aprendizagem é o processo psicológico essencial na constituição da individualidade (repertório comportamental) dos seres humanos (Catania, 1999). No MCD, o que caracteriza o comportamento (resposta) de decidir de um determinado decisor, resulta da sua história de aprendizagem, mediante sua experiência e/ou conhecimento. De modo direto, é o resultado de processos históricos de seleção dos padrões de resposta (comportamento) de decidir, isto é, exposições diretas a contingências operante de reforço / punição. Assim sendo, no MCD considera-se que uma decisão tomada (comportamento / resposta) em uma determinada situação, é resultado da confluência de variáveis do cenário de contingência fechada-aberta e do repertório comportamental: experiência e/ou conhecimento do decisor e contingências operante (reforço / punição) em que o decisor foi exposto.

No MCD, experiência e/ou conhecimento (repertório instrucional) do decisor é verificada a partir da correspondência verbal¹⁰, especificamente o dizer-fazer. Correspondência verbal, pode compreendido como a relação entre o comportamento verbal (Dizer: fala ou escrita) e o não-verbal (fazer) de um indivíduo (Paniagua & Baer, 1982; Matthews, Shimoff, & Catania, 1987; Paniagua, 1990; Catania, 1999). Mediante essa concepção, analisa se o decisor

⁷ Decisão tomada com o mínimo de erro possível, utilizando o mínimo de tempo e recurso disponível. Relação entre custos e benefícios, voltada para a melhor forma pela qual a decisão pode ser tomada (método), com o propósito que os recursos sejam aplicados da maneira mais racional possível (melhor utilização dos recursos disponíveis) (Stoner & Freeman, 1995).

⁸ Tomar decisões utilizando o mínimo de tempo e recurso disponível, com o mínimo de erro possível (Stoner & Freeman, 1995).

⁹ No sentido de alcançar os resultados planejados, solucionar um problema ou aproveitar uma oportunidade com os recursos disponíveis (Stoner & Freeman, 1995).

¹⁰ A correspondência verbal pode ser analisada através de três sequências: dizer-fazer, fazer-dizer e dizer-fazer-dizer (Paniagua & Baer, 1982; Matthews, Shimoff, & Catania, 1987; Paniagua, 1990).

possui experiência e/ou conhecimento sobre tomada de decisão em determinada área, a partir do que relata ter (dizer), comparando / correlacionando com as decisões tomadas por ele (fazer). A análise da correspondência verbal entre o dizer-fazer, pode ser descrita de forma individualizada por decisor (comparações entre decisores) e/ou coletiva (diversos decisores), sendo categorizada conforme as tipologias indicada na Tabela 2.

No MCD, a correspondência verbal, existe quando o decisor apresenta comportamento (resposta) de auto-observação precisa, deste modo, o dizer corresponde com o fazer (correspondência positiva). A correspondência positiva, também ocorre quando o comportamento dizer não corresponde com o não fazer. Quando não existe correspondência verbal, o decisor apresenta comportamento (resposta) de auto-observação imprecisa, deste modo, o dizer não corresponde com o fazer (correspondência negativa). A correspondência negativa, também ocorre quando o comportamento verbal dizer não corresponde com o fazer. E por fim, o decisor pode não apresentar comportamento verbal de auto-observação, simplesmente pode fazer apenas (comportamento não-verbal).

Tabela 2. Tipologias da sequência comportamento verbal e não-verbal.

Comportamento verbal	Comportamento não-verbal	
	Fazer	Não fazer
Dizer	Correspondência positiva	Correspondência negativa
Dizer não	Correspondência negativa	Correspondência positiva
Não dizer	Fazer apenas	Nulo

Fonte: Matthews, Shimoff e Catania (1987, p. 72, tradução própria).

No MCD, o comportamento (resposta) de decidir pode ser reforçado ou enfraquecido (contingências operante). O reforço (Figura 7) pode ser positivo ou negativo, refere a estímulos resposta (S^R) / consequentes, que aumentam a probabilidade de ocorrência futura de certa resposta (comportamento) do decisor, e são relativas a eficácia¹¹ da decisão tomada.

Quando o decisor toma uma decisão que resolve um problema ou aproveita uma oportunidade, seu comportamento (resposta) pode ser reforçado via reforço positivo, adição de um ou mais estímulo reforçador, que podem ser por exemplo: elogios, agradecimento, gratificação, premiação, comissão, promoção salarial / função, remuneração extra dentre outros; ou via reforço negativo, retirada de um ou mais estímulo aversivo, como por exemplo:

¹¹ No sentido de alcançar os resultados planejados, solucionar um problema ou aproveitar uma oportunidade com os recursos disponíveis (Stoner & Freeman, 1995).

reclamação, aporrinhão, intimidação, advertência, censura, repreensão, proibição, opressão dentre outros.

A punição (Figura 7) pode ser positiva ou negativa, refere a consequências que reduz a probabilidade de ocorrência futura de resposta (comportamento) do decisor, e são relativas a ineficácia¹² da decisão tomada. Quando um decisor toma uma decisão (comportamento / resposta) que agrava um problema existente e/ou origina outros problemas, seu comportamento / resposta pode ser enfraquecido via punição positiva, adição de um ou mais estímulo aversivo, como por exemplo: reclamação, aporrinhão, intimidação, advertência, censura, repreensão, proibição, opressão dentre outros; ou via punição negativa, retirada de um ou mais estímulo reforçador, que podem ser por exemplo: elogios, agradecimento, gratificação, premiação, comissão, promoção salarial / função, remuneração extra dentre outros.

¹² No sentido de não alcançar os resultados planejados, não solucionar um problema ou não aproveitar uma oportunidade com os recursos disponíveis (Stoner & Freeman, 1995).

4. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

A presente pesquisa tem como objetivo geral, verificar a influência do tipo de cenário de contingência e história prévia de resolução de problemas gerenciais, no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação de uma instituição de ensino superior pública. Visando alcançar o objetivo geral, têm-se como objetivo específico, analisar as respostas de decisão de coordenadores / subcoordenadores, diante dos cenários de contingência e seus regulamentos pertinentes. Baseado nos objetivos geral e específico, na pesquisa trabalha-se com duas variáveis independentes e uma dependente, duas hipóteses gerais e seis sub-hipóteses específicas:

Variáveis Independentes (VI)

- Tipo de cenários de contingência;
- História prévia de resolução de problemas gerenciais.

Variável Dependente (VD)

- Comportamento / resposta dos coordenadores / subcoordenadores.

Hipóteses e sub-hipóteses

H₁: O tipo de cenário de contingência, influencia no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação.

H_{1a}: Nos cenários de contingência fechada, os coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, tem comportamento de decisão padronizado.

H_{1b}: Nos cenários de contingência aberta, os coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, tem comportamento de decisão diversificado.

H₂: História prévia de resolução de problemas gerenciais, influencia no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação.

H_{2a}: Mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador de curso de graduação, proporciona maior eficiência na decisão em cenários de contingência fechada.

H_{2b}: Mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador de curso de graduação, proporciona maior eficiência na decisão em cenários de contingência aberta.

H_{2c}: Conhecimento da RESOLUÇÃO CONSUNI N° 21/2009 e RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012, proporciona aos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, maior eficiência na decisão em cenários de contingência fechada.

H_{2d}: Conhecimento da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, proporciona aos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, maior eficiência na decisão em cenários de contingência aberta.

4.1. Glossário de termos chaves

Apresentado os objetivos geral, específico, variáveis independente e dependente e as hipóteses e sub-hipóteses da pesquisa, sob os princípios do Modelo Comportamental de Decisão - MCD, descreve-se nesta subseção, o significado / operacionalização de alguns termos chaves empregados na construção das variáveis independente e dependente e das hipóteses e sub-hipóteses, os quais são utilizados no método, resultados, discussão dos resultados e considerações finais.

Cenários de contingência: São estímulos discriminativos, compreendido como circunstância que requerem decisões. Os cenários de contingência podem ser: cenários de contingência fechada / cenários de contingência aberta.

Cenários de contingência fechada: Situações problema, que necessita do conhecimento da Resolução CEPEC Nº 1122/2012 e da CONSUNI Nº 21/2009, com amplitude e variação de resposta (comportamento) limitada.

Cenários de contingência aberta: Situações problema, que necessita do conhecimento combinado dos regulamentos: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/201, com amplitude e variação de resposta indeterminada.

Comportamento de decisão padronizado: Mesma decisão tomada ou semelhante, diante do mesmo cenário de contingência.

Comportamento de decisão diversificado: Decisão tomada de forma distinta, diante do mesmo cenário de contingência.

Decisão programada: São decisões comuns para resolver problemas rotineiros. São soluções genéricas para resolver situações simples, bem definidas, conhecidas, estruturadas, que requerem pouco tempo, e não demandam um processo abrangente de tomada de decisão, uma vez que existe considerável quantidade de informações estruturadas, confiáveis e precisas, que até determina a decisão a ser tomada.

Decisão não programada: São decisões exclusivas para resolver problemas excepcionais. São soluções específicas para resolver situações complexas, mal definidas, desconhecidas, desestruturadas, que requerem muito tempo, além de demandar um processo abrangente de tomada de decisão, visto que existe limitada quantidade de informações estruturadas e as que existem, normalmente são ambíguas, incompletas e imprecisas, não determinando exatamente a decisão a ser tomada.

História prévia de resolução de problemas gerenciais (Antecedente): Experiência na função de coordenador e/ou subcoordenador de curso de graduação e/ou conhecimento dos regulamentos: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009, RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.

Eficiência: Refere a correspondência, associação ou correlação entre experiência / conhecimento dos regulamentos [**História prévia de resolução de problemas gerenciais (Antecedente)**] dos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, com Resposta Adequada.

Ineficiência: Refere a correspondência, associação ou correlação entre experiência / conhecimento dos regulamentos [**História prévia de resolução de problemas gerenciais (Antecedente)**] dos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, com Resposta Inadequada, Resposta Vaga.

Resposta: Refere a comportamento de decidir ou decisão tomada.

Resposta Adequada: Decisão tomada (comportamento de decidir) diante dos cenários de contingência fechada, em concordância / fundamentada na resolução CEPEC Nº 1122/2012, CONSUNI Nº 21/2009 e nos cenários de contingência aberta, em concordância / fundamentada nos regulamentos: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.

Resposta Inadequada: Decisão tomada (comportamento de decidir) diante dos cenários de contingência fechada, divergente / infundada na resolução CEPEC Nº 1122/2012, CONSUNI Nº 21/2009 e nos cenários de contingência aberta, divergente / infundada nos regulamentos: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.

Resposta Vaga: Decisão tomada (comportamento de decidir) diante dos cenários de contingência fechada, cenários de contingência aberta; imprecisa, inconsistente, com ausência de clareza, exatidão.

5. MÉTODO

Apresentado os objetivos geral, específicos, variáveis independente e dependente e as hipóteses e sub-hipóteses, visando demonstrar uma melhor compreensão dos caminhos investigativos utilizados na realização desta pesquisa, descreve-se o método em sete subseções, conforme pode ser visualizado na Figura 9.



Figura 9. Detalhamento do método.

Fonte: Elaboração própria.

5.1. Elaboração do instrumento de coleta de dados

A elaboração do instrumento de coleta de dados, Formulário *online* Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional e Cenários de Contingência, foi dividida em 5 etapas, conforme apresentado na Figura 10.

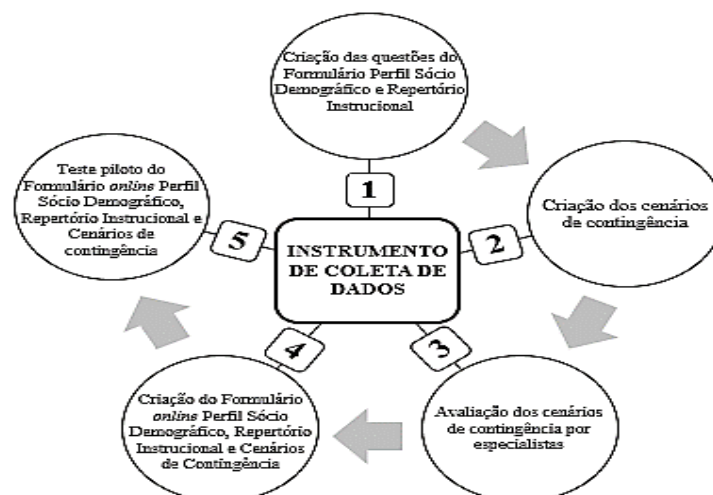


Figura 10. Etapas de elaboração do instrumento de coleta de dados.

Fonte: Elaboração própria.

A etapa 1, refere a criação das questões do Formulário Perfil Sócio Demográfico e Repertório Instrucional; a etapa 2, a criação dos cenários de contingência, suas alternativas e justificativas de respostas; a etapa 3, a avaliação dos cenários de contingência por especialistas; e a etapa 4 e 5, a criação e teste piloto do Formulário *online*.

5.1.1 Etapa 1 - Criação das questões do Formulário Perfil Sócio Demográfico e Repertório Instrucional

A etapa 1 consistiu na criação das questões do Formulário Perfil Sócio Demográfico e Repertório Instrucional (APÊNDICE A). As questões tem a finalidade de identificar o perfil dos participantes da pesquisa e se possuem história prévia de resolução de problemas gerenciais, sendo compreendido neste estudo, como tempo de experiência no cargo de coordenador e/ou subcoordenador de curso de graduação na Universidade Federal de Goiás - UFG e conhecimento dos regulamentos: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009, RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015. O restante das questões do formulário, propiciam identificar outros aspectos relevantes sobre os participantes, como idade, sexo, formação, nível em que se encontra na carreira do magistério, última titulação e em qual regional desempenha suas atividades como docente.

5.1.2 Etapa 2 - Criação dos cenários de contingência

A etapa 2 constituiu na criação dos cenários de contingência para tomada de decisão. Foram criados 47 cenários, sendo 30 de contingência fechada e 17 de contingência aberta (APÊNDICE B). Os cenários de contingência, foram criados a partir da leitura de diversos processos *online* do site do Jusbrasil e dos regulamentos¹³: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004,

¹³ O site do Jusbrasil e os regulamentos podem ser acessados pelos *links* disponibilizados na seção REFERÊNCIA - CRIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA.

RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009, RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015. A Figura 11 demonstra a distribuição dos regulamentos em cada tipo de cenário.

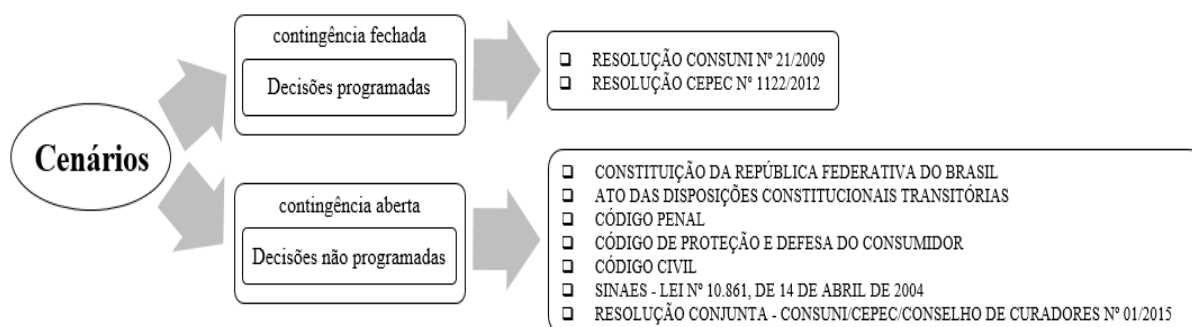


Figura 11. Constituição dos cenários de contingência.

Fonte: Elaboração própria.

Na criação dos cenários de contingência fechada, considera que a decisão a ser tomada frente as situações problemas criadas, necessita estar em concordância / fundamentada na Resolução CEPEC Nº 1122/2012 ou na CONSUNI Nº 21/2009, conforme pode ser visualizado de forma detalhada na Tabela 3.

Tabela 3. Conhecimento essencial para tomada de decisão nos cenários de contingência fechada.

Cenários	Conhecimento da resolução	Cenários	Conhecimento da resolução
Cenário 1	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 16	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 2	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 17	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 3	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 18	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 4	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 19	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 5	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 20	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 6	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 21	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 7	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 22	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 8	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 23	▪ RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009
Cenário 9	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 24	▪ RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009
Cenário 10	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 25	▪ RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009
Cenário 11	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 26	▪ RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009
Cenário 12	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 27	▪ RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009
Cenário 13	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 28	▪ RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009
Cenário 14	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 29	▪ RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009
Cenário 15	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 30	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Vide APÊNDICE B - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA (subdivisão cenários de contingência fechada).

A Tabela 4 demonstra os tipos de assuntos das situações problemas dos cenários de contingência fechada, desde aproveitamento de disciplinas, a tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem. As decisões a serem tomadas nesses cenários, são programadas, ou seja, são decisões padronizadas utilizadas para resolver problemas rotineiros, simples, bem definidos, conhecidos.

Tabela 4. Assuntos das situações problemas dos cenários de contingência fechada.

Assuntos das situações problemas	Cenário de contingência N°
Aproveitamento de disciplinas	13 e 20
Aproveitamento de horas complementar	21
Atraso de entrega de prova	10
Avaliação de docente pela Comissão de Avaliação Docente (CAD)	29
Cancelamento de disciplina	17 e 18
Divulgação de frequência dos alunos pelo professor	2, 19
Empréstimo de professor entre departamentos	28
Erro de correção de prova	3
Falta de acompanhamento de professor em estágio probatório	23
Falta de aluno em avaliação	1
Falta de professor	24
Matrícula em disciplinas isoladas	14, 15 e 16
Mudança no horário de disciplina	30
Pedido de afastamento de professor para cursar Pós-graduação, realizar intercâmbio e candidatar a vereador	25, 26 e 27
Pedido de estrangeiros para ingressar em cursos de graduação	7
Solicitação de dispensa de disciplina	22
Solicitação de matrícula	8, 9 e 11
Trancamento de matrícula	12
Tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem	4, 5 e 6

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Vide APÊNDICE B - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA (subdivisão cenários de contingência fechada).

Nos cenários de continência aberta, considera que a decisão a ser tomada frente as situações problemas criadas, necessita estar em concordância / fundamentada nos regulamentos: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI N° 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES N° 01/2015. Conforme pode-se visualizado na Tabela 5, nos cenários de contingência aberta, a decisão a ser tomada, necessita estar em concordância / fundamentada

em dois ou mais regulamentos, apenas no cenário 31, precisa estar em concordância / fundamentada em apenas um regulamento.

Tabela 5. Conhecimento essencial para tomada de decisão nos cenários de continência aberta.

Cenários	Conhecimento do(s) regulamento(s)
Cenário 31	▪ SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004
Cenário 32	▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR ▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015
Cenário 33	▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 34	▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 35	▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 36	▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 37	▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR ▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015
Cenário 38	▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO PENAL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 39	▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO PENAL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 40	▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO PENAL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 41	▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 42	▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 43	▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Cenário 44	▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 45	▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR ▪ CÓDIGO CIVIL
Cenário 46	▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
Cenário 47	▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Vide APÊNDICE B - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA (subdivisão cenários de contingência aberta).

O Tabela 6 demonstra os tipos de assuntos das situações problemas dos cenários de contingência aberta, desde ameaça de aluno a professor a solicitação de quebra de pré-requisito.

As decisões a serem tomadas nesses cenários, são não programadas, isto é, são decisões singulares para resolver problemas excepcionais, específicos, complexos, mal definidos, desconhecidos.

Tabela 6. Assuntos das situações problemas dos cenários de contingência aberta.

Assuntos das situações problemas	Cenário de contingência N°
Ameaça de aluno a professor	41
Finalização de contrato de professor substituto em licença maternidade	46
Impossibilidade de aluno colar grau	31
Jubilamento de aluno	33
Pedido de revogação referente a reprovação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	32
Plágio em TCC	38, 39 e 40
Reclamação referente a forma de atuação do professor	35, 37 e 42, 43, 44, 45 e 47
Rejeição de aluno transferido de instituição de ensino superior privada	36
Solicitação de quebra de pré-requisito	34

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Vide APÊNDICE B - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA (subdivisão cenários de contingência aberta).

5.1.3 Etapa 3 - Avaliação dos cenários de contingência por especialistas

Finalizada a etapa 2, iniciou-se a etapa 3 que consistiu na avaliação dos cenários de contingência por Especialistas. Como critério de escolha dos Especialistas, levou em consideração o repertório instrucional (experiência e/ou conhecimento), sendo compreendido como conhecimento aprofundado na área da educação e experiência de no mínimo de 3 anos de atuação em Departamento de Gestão Acadêmica da UFG. Em vista disso, foram convidadas três Especialistas que trabalham no Centro de Gestão Acadêmica - CGA¹⁴ da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão - UFG - RC, à avaliarem os cenários de contingência criados na etapa 2. A Especialista 1, é Assistente Administrativa, têm 28 anos de experiência, é graduada em Pedagogia e pós-graduada (especialização *lato sensu*) em Literatura Brasileira;

¹⁴ O Centro de Gestão Acadêmica - CGA da Universidade Federal de Goiás - UFG é um órgão administrativo vinculado à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD que tem por objetivo:

- Gerenciar os dados acadêmicos dos estudantes de graduação.
- Coordenar o processo de preenchimento das vagas disponíveis dos cursos de graduação, de acordo com as normas e procedimentos legais.
- Atender as atribuições normativas sobre expedição e registro de diplomas dos cursos de graduação e pós-graduação.
- Assessorar a PROGRAD, acompanhando as atividades desenvolvidas, objetivando contribuir para o funcionamento eficiente e eficaz da política de graduação e proporcionar assistência, orientação e informação aos diversos setores da UFG, visando contribuir com o adequado nível de registro e de informação dos dados que lhes são competentes. (UFG, CGA, 2016).

a Especialista 2, é Técnica Administrativa, têm 9 anos de experiência, é graduada em Letras-Português e Mestre em Estudos da Linguagem, e a Especialista 3, também é Técnica Administrativa, têm 4 anos de experiência, é graduada em Pedagogia e Mestre em Educação.

Foi feito a impressão do APÊNDICE C e entregue as Especialistas. Antes de iniciarem a avaliação do instrumento Cenários de contingência, as Especialistas passaram por um treinamento, que consistiu inicialmente em apresentar a elas como foi criado os cenários de contingência, em seguida foi explicado o que caracteriza cenário de contingência fechada (decisão programada) e cenário de contingência aberta (decisão não programada). A partir da compreensão de como foi criado os cenários de contingência e sua caracterização, as Especialistas avaliaram cada cenário de contingência, em contingência fechada (decisão programada) ou contingência aberta (decisão não programada), a fim de legitimar o realizado na etapa 2, além disso se consideram cada cenário de contingência, muito importante, importante ou não é importante e que descrevessem sugestões para melhorar a descrição dos cenários de contingência, alternativas e as justificativas de respostas, e no final, que descrevessem outras sugestões de forma geral para melhorar o instrumento.

As Especialistas avaliaram o instrumento Cenários de contingência de 21 de setembro de 2016 à 21 de outubro de 2016 e atestaram mediante a assinatura da declaração (APÊNDICE D), como aprovado. A partir da avaliação das Especialistas, foram selecionadas os Cenários de contingência muito importante, conforme pode ser visualizado no APÊNDICE E, questões de 1 a 17. No fim deste apêndice, foi adicionado as questões 18, 19, 20, 21 e 22 para identificar se os participantes da pesquisa ao tomarem as decisões, consultam algum ou alguns dos regulamentos: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009, RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, se tomam alguma(as) decisão(ões), a partir de informações disponíveis na memória (conhecimento) e experiências passadas, comparação com outras decisões tomadas que está familiarizado, ajustamento da decisão com base a outras decisões tomadas e de outra(s) forma(s), se desejam receber uma cópia do relatório da pesquisa, que realizassem sugestões ou comentários sobre a pesquisa e descrevessem o horário de término do preenchimento da pesquisa.

5.1.4 Etapa 4 e 5 - Criação e teste piloto do Formulário online

Uma vez terminada a etapa 3, realizou-se a etapa 4, que consistiu em criar o Formulário online Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional e Cenários de Contingência no *Google Forms*. O Formulário foi criado a partir da união dos APÊNDICES F, A e E, o qual pode ser acessado pelo link: <https://goo.gl/forms/ZXT5UcuC38apMr5C3>.

Posteriormente iniciou-se a etapa 5, que consistiu em testar o instrumento de coleta de dados de 24/10/2016 à 31/10/2016. Foram convidados três docentes que já atuaram como coordenadores de curso de graduação, contudo, um deles se recusou a participar do teste piloto da pesquisa. As duas docentes que aceitaram participar, desempenham suas atividades laborais na UFG - RC, são graduadas em Enfermagem, possuem Doutorado, uma é Professora Adjunta e atuou como coordenadora de curso de graduação por 36 meses, a outra é Professora Associada e atuou como coordenadora de curso de graduação por 24 meses.

Foi enviado o *link* do teste piloto da pesquisa por e-mail as duas docentes. Elas realizaram a pesquisa e descreveram que os cenários de contingência apresentados para tomada de decisão, são pertinentes e retratam bem a realidade vivenciada por coordenadores e subcoordenadores de cursos de graduação, sendo alguns mais fáceis para tomar a decisão e outros mais difíceis e complexos.

5.2. Categorização final dos cenários de contingência

Concluído a etapa 5, categorizou-se novamente os cenários de contingência fechada e aberta pelo tipo de assunto das situações problemas e conhecimento necessário das resoluções / regulamentos para tomada de decisão em cada cenário, conforme pode ser visualizado na Tabela 7 e 8.

Tabela 7. Assunto das situações problemas e conhecimento das resoluções para tomada de decisão em cenários de contingência fechada.

Cenários	Assunto das situações problemas	Resolução
Cenário 1	Falta de aluno em avaliação	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 3	Falta de acompanhamento de professor em estágio probatório	▪ RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009
Cenário 4	Divulgação de frequência dos alunos pelo professor	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 5	Erro de correção de prova	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 6	Tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 8	Tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 10	Atraso de entrega de prova	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 12	Cancelamento de disciplina	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012
Cenário 14	Divulgação de frequência dos alunos pelo professor	▪ RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012

Cenário 16	Empréstimo de professor entre departamentos	▪ RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009
------------	---	--------------------------------

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Vide APÊNDICE E - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA E OUTRAS QUESTÕES.

Nos cenários de contingência fechada, considera que a decisão a ser tomada necessita estar em concordância / fundamentada na Resolução CEPEC Nº 1122/2012 e na CONSUNI Nº 21/2009, frente a situações problemas desde a falta de aluno em avaliação, a empréstimo de professor entre departamentos (Tabela 7). As decisões a serem tomadas nesses cenários são programadas, isto é, são decisões padronizadas utilizadas para resolver problemas rotineiros, simples, bem definidos, conhecidos.

Tabela 8. Tipos de assuntos das situações problemas e conhecimento dos regulamentos para tomada de decisão em cenários de contingência aberta.

Cenários	Assuntos das situações problemas	Regulamentos
Cenário 2	Finalização de contrato de professor substituto em licença maternidade	▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
Cenário 7	Pedido de revogação referente a reprovação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR ▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015
Cenário 9	Reclamação referente a forma de atuação do professor	▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 11	Rejeição de aluno transferido de instituição de ensino superior privada	▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 13	Plágio em TCC	▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CÓDIGO PENAL ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cenário 15	Reclamação referente a forma de atuação do professor	▪ RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 ▪ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR ▪ CÓDIGO CIVIL ▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Cenário 17	Impossibilidade de aluno colar grau	▪ SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Vide APÊNDICE E - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA E OUTRAS QUESTÕES.

E nos cenários de contingência aberta, considera que a decisão a ser tomada necessita estar em concordância / fundamentada nos regulamentos descritos na Tabela 8, para tomar decisões desde a finalização de contrato de professor substituto em licença maternidade, a impossibilidade de aluno colar grau. As decisões a serem tomadas nesses cenários são não programadas, ou seja, são decisões singulares para resolver problemas excepcionais, específicos, complexos, mal definidos, desconhecidos.

5.3. Aspectos éticos

Por envolverem seres humanos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP na Plataforma Brasil, conforme exigido na Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012 (CNS, 2012), com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE nº 53353916.3.0000.5083, aprovada a ser realizada sob o parecer consubstanciado nº 1.746.651 (ANEXO I).

5.4. Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada de 07/11/2016 à 06/12/2016. O *link* do Formulário *online* Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional e Cenários de Contingência: <https://goo.gl/forms/FV54qQGVUqi6Yhf1>¹⁵, foi enviado em três momentos. Em 07/11/2016, o *link* do Formulário *online* foi enviado via e-mail mala direta a todos os professores efetivos da UFG [aproximadamente 2.935 docentes (UFG, 2016)], a fim de dirigir-se intencionalmente aos indivíduos que se deseja pesquisar, isto é, docentes que atuam ou já atuaram como coordenador e/ou subcoordenador de curso de graduação na UFG. No segundo momento, em 13/11/2016 o *link* do Formulário *online*, foi enviado via e-mail de forma direcionada a coordenadores e subcoordenadores em atuação nas Regionais Catalão, Jataí, Goiás e Goiânia (Câmpus Colemar Natal e Silva, Câmpus Samambaia e Câmpus Aparecida de Goiânia) (aproximadamente 130 coordenadores e 50 subcoordenadores). No terceiro momento, em 23/11/2016 foi enviado e-mails recordatório a esses mesmos coordenadores e subcoordenadores, solicitando que participassem da pesquisa. A Figura 12, demonstra o fluxograma da coleta de dados.

¹⁵ As questões do Formulário *online* Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional e Cenários de Contingência, podem ser visualizadas nos APÊNDICES F, A e E. O Formulário *online* foi criado a partir da união dos três apêndices.

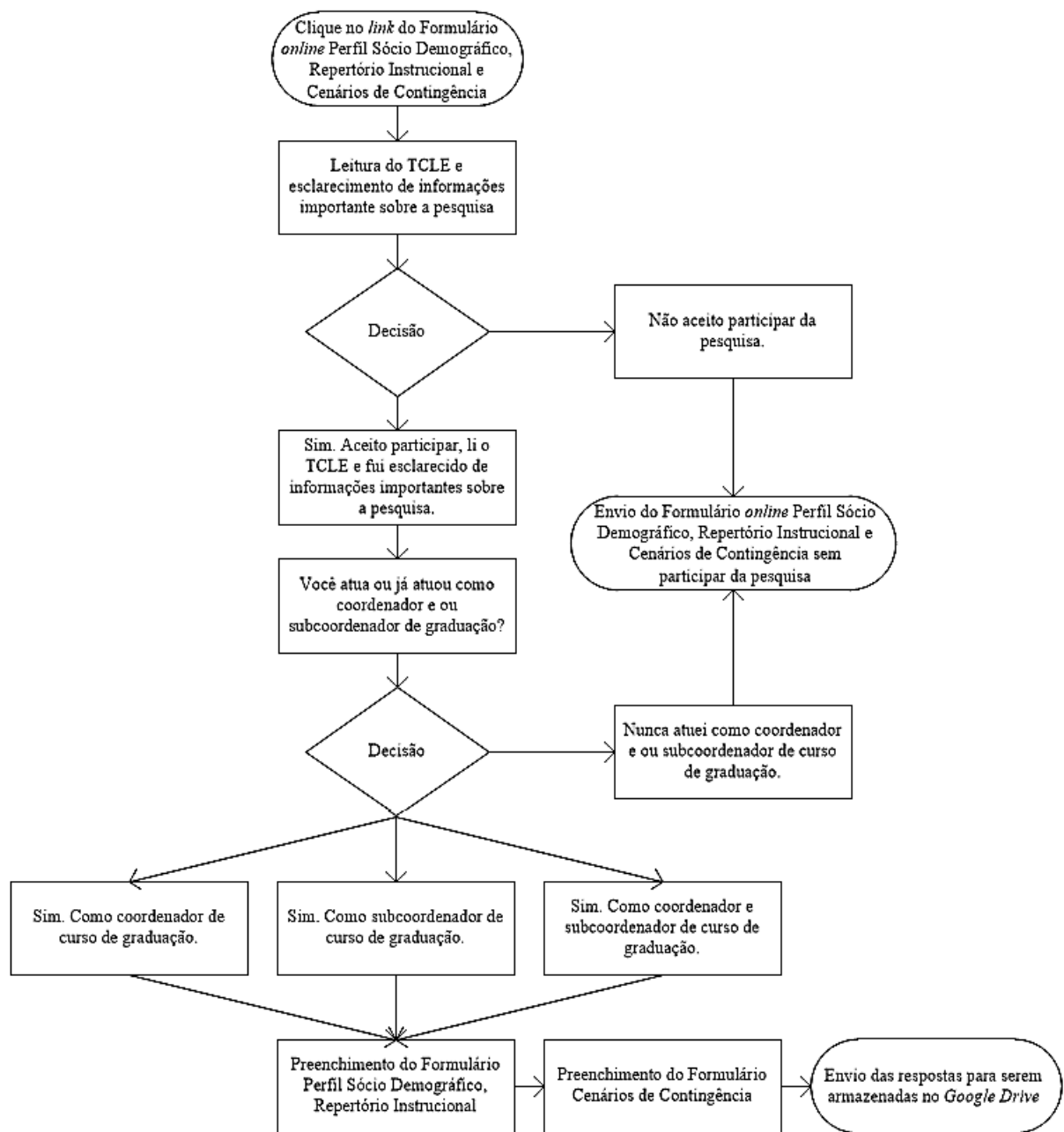
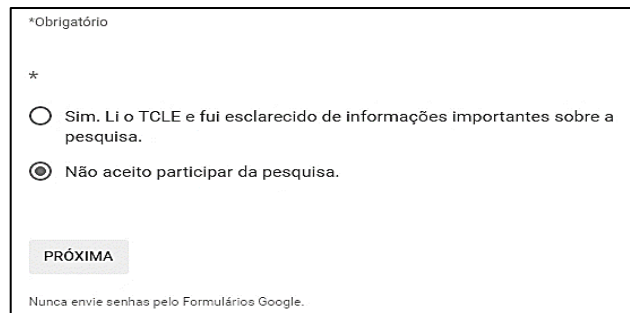


Figura 12. Fluxograma da coleta de dados.

Fonte: Elaboração própria.

Ao clicar no *link* do Formulário online Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional e Cenários de Contingência, o participante realiza a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido *online* - TCLE (APÊNDICE F) e é esclarecido sobre informações importantes da pesquisa. Não estando de acordo, o participante pode recusar participar da pesquisa, marcando a opção ‘Não aceito participar da pesquisa.’ (Figura 13), clicando em próxima o participante é encaminhado para uma tela de finalização da pesquisa, sendo solicitado a clicar em enviar o formulário para concluir, como pode ser visualizado na

Figura 14, clicando em enviar, o participante finaliza e envia o formulário sem participar da pesquisa (Figura 15).



*Obrigatório

*

☐ Sim. Li o TCLE e fui esclarecido de informações importantes sobre a pesquisa.

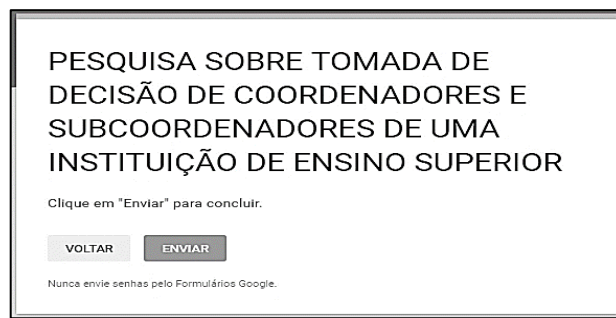
☒ Não aceito participar da pesquisa.

PRÓXIMA

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Figura 13. Opção de não aceitar participar da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.



PESQUISA SOBRE TOMADA DE
DECISÃO DE COORDENADORES E
SUBCOORDENADORES DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

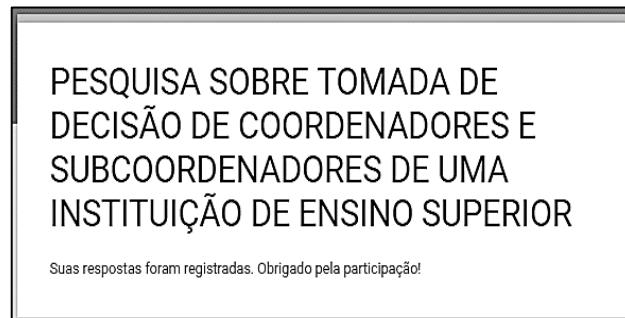
Clique em "Enviar" para concluir.

VOLTAR ENVIAR

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Figura 14. Enviar o formulário *online* sem participar da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.



PESQUISA SOBRE TOMADA DE
DECISÃO DE COORDENADORES E
SUBCOORDENADORES DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

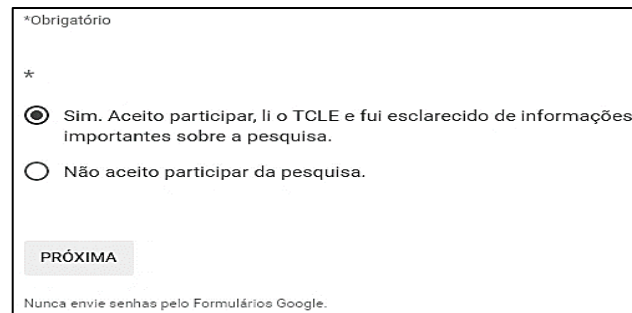
Suas respostas foram registradas. Obrigado pela participação!

Figura 15. Envio do formulário *online* sem participar da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

O participante marcando a opção, ‘Sim. Aceito participar, li o TCLE e fui esclarecido de informações importantes sobre a pesquisa.’, conforme demonstrado na Figura 16, é encaminhado a outra tela para dar continuidade a realização da pesquisa (Figura 17). Nesta nova tela, o participante é questionado a responder se atua ou já atuou como coordenador e/ou subcoordenador de curso graduação, se escolher a opção ‘Nunca atuei como coordenador e/ou subcoordenador de curso de graduação’, é encaminhado para a tela de finalização da pesquisa

(Figura 14 e 15), pois o foco da pesquisa é coletar dados de participantes que atuam e/ou já atuaram como coordenador e/ou subcoordenador de curso de graduação.



*Obrigatório

*

☒ Sim. Aceito participar, li o TCLE e fui esclarecido de informações importantes sobre a pesquisa.

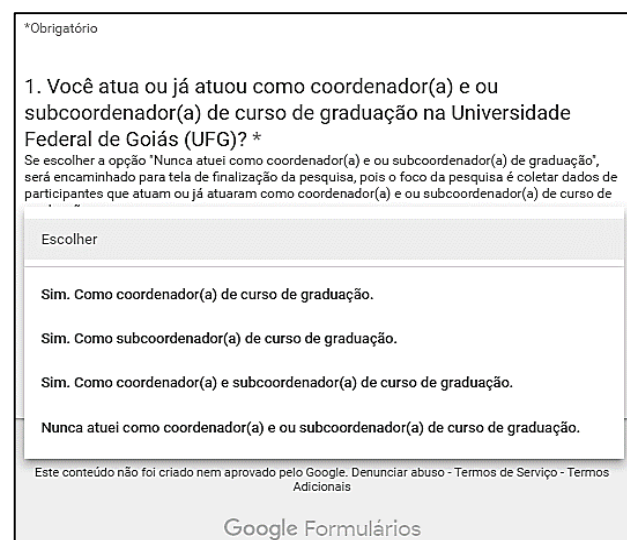
☐ Não aceito participar da pesquisa.

PRÓXIMA

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Figura 16. Opção de aceitar participar da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.



*Obrigatório

1. Você atua ou já atuou como coordenador(a) e ou subcoordenador(a) de curso de graduação na Universidade Federal de Goiás (UFG)? *

Se escolher a opção 'Nunca atuei como coordenador(a) e ou subcoordenador(a) de graduação', será encaminhado para tela de finalização da pesquisa, pois o foco da pesquisa é coletar dados de participantes que atuam ou já atuaram como coordenador(a) e ou subcoordenador(a) de curso de graduação.

Escolher

☐ Sim. Como coordenador(a) de curso de graduação.

☐ Sim. Como subcoordenador(a) de curso de graduação.

☐ Sim. Como coordenador(a) e subcoordenador(a) de curso de graduação.

☐ Nunca atuei como coordenador(a) e ou subcoordenador(a) de curso de graduação.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Google Formulários

Figura 17. Você atua ou já atuou como coordenador e/ou subcoordenador de graduação?

Fonte: Elaboração própria.

O participante escolhendo qualquer outra opção, ‘Sim. Como coordenador de curso de graduação’, ‘Sim. Como subcoordenador de curso de graduação’ ou ‘Sim. Como coordenador e subcoordenador de curso de graduação’ (Figura 17) é encaminhado ao Formulário *online* Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional (Figura 18). Respondido todas as questões deste Formulário, o participante é encaminhado ao Formulário *online* Cenários de Contingência (Figura 19).

PESQUISA SOBRE TOMADA DE DECISÃO DE COORDENADORES E SUBCOORDENADORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

*Obrigatório

Formulário online Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional

2. Descreva o horário de início do preenchimento da pesquisa. *

Horário

__ : __

Com a finalidade de identificarmos o perfil sócio demográfico e repertório instrucional do participante da pesquisa, por gentileza responda as questões abaixo:

Figura 18. Formulário *online* Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional.

Fonte: Elaboração própria.

PESQUISA SOBRE TOMADA DE DECISÃO DE COORDENADORES E SUBCOORDENADORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

*Obrigatório

Formulário online Cenários de Contingência

Cenário de Contingência

1 de 17) João, aluno do curso de Engenharia de Minas, não compareceu à avaliação agendada pelo professor de Cálculo 1, para o dia 15 de agosto de 2016, em uma terça-feira. O aluno formalizou pedido à coordenação do curso, após ter corrido 10 dias úteis da data de realização da avaliação, para solicitar a segunda chamada. Não foi feito contato com o professor responsável pela disciplina. Bem como, o pedido de segunda chamada não teve justificava. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada? *

Figura 19. Formulário *online* Cenários de Contingência.

Fonte: Elaboração própria.

Respondido todas as questões do Formulário *online* Cenários de Contingência, o participante é encaminhado para a tela de finalização da pesquisa, sendo solicitado a clicar em enviar as respostas para concluir, como pode ser visualizado na Figura 20, clicando em enviar, o participante finaliza a pesquisa e envia todas as respostas à serem armazenadas no *Google Drive* (Figura 21).

PESQUISA SOBRE TOMADA DE DECISÃO DE COORDENADORES E SUBCOORDENADORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Clique em "Enviar" para concluir.

VOLTAR ENVIAR

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Figura 20. Enviar as respostas da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

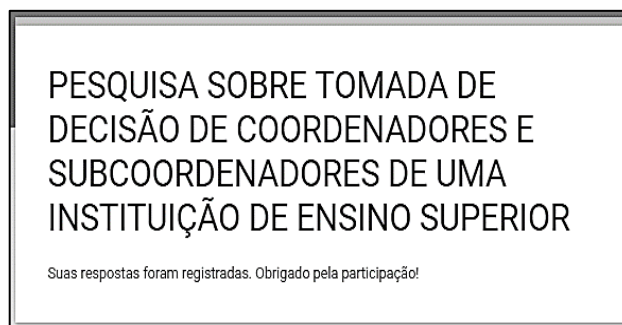


Figura 21. Registro das respostas.

Fonte: Elaboração própria.

O TCLE, as questões do Formulário *online* Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional e Cenários de Contingência, podem ser visualizadas nos APÊNDICES F, A e E.

5.5. Amostra e participantes da pesquisa

Concluída a coleta de dados, os dados foram baixados do *Google Drive* no formato de arquivo do *Microsoft Excel 2013* e iniciou-se as análises referente a todas as questões do Formulário Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional dos participantes (APÊNDICE A). A amostra da pesquisa se caracteriza com não probabilística por acessibilidade ou por conveniência¹⁶. O link do Formulário *online* Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional e Cenários de Contingência [<https://goo.gl/forms/FV54qQGVUqi6Yhfl1>] - (APÊNDICES F, A e E)] foi enviado a aproximadamente 2.935 docentes da UFG e de forma direcionada a aproximadamente 130 coordenadores e 50 subcoordenadores em atuação. Todavia participaram da pesquisa, 61 docentes da UFG que já atuaram ou estavam atuando no cargo de coordenador / subcoordenador de curso de graduação no momento da coleta de dados. O tempo médio utilizado para responder a pesquisa, foi de 45 minutos, o tempo mínimo foi 12 minutos e o máximo 272 minutos e a mediana foi de 33 minutos. Quarenta e quatro (72,1%) participantes, responderam em até 45 minutos (média) a pesquisa, dezessete (27,9%) utilizaram mais de 45 minutos, dez participantes mais de 60 minutos e apenas 4 utilizaram mais de 120 minutos.

Conforme demonstrado na Tabela 9, a amostra da pesquisa caracterizou-se em sua maioria, por docentes da Regional Jataí (31,1%), Regional Goiânia 2 (Câmpus Samambaia) (31,1%) e Regional Catalão (24,6%) representando 86,8% do total de participantes. Fator que

¹⁶ Amostra não probabilística por acessibilidade ou por conveniência, “constituem o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo são destituídas de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 98).

possivelmente pode ser decorrente do maior número de cursos de graduação ofertados nessas regionais, consequentemente maior número de docentes atuando e que já atuaram no cargo de coordenador / subcoordenador, comparado com as outras regionais e câmpus. Os dados revelam que apenas 16,4% (10) dos participantes da pesquisa, já atuou como coordenador e subcoordenador de curso de graduação.

A experiência média de atuação no cargo (três categorias analisadas: coordenador, subcoordenador, coordenador e subcoordenador) é de 25,2 meses, com desvio padrão de 15,7 meses, que resulta em DP (-) de 9,5 e DP (+) de 40,9 meses (Tabela 9). O docente com menos experiência, tem 3 meses, no momento da pesquisa estava atuando como coordenador e o com mais experiência, tem 72 meses, já atuou como coordenador por 60 meses e há 12 meses está atuando como subcoordenador.

Tabela 9. Local de atuação e experiência dos participantes no cargo de coordenador e/ou subcoordenador.

Características	Valores		
Local de atuação	Quant.	%	
Regional Catalão	15	24,6%	
Regional Jataí	19	31,1%	
Regional Goiás	1	1,6%	
Regional Goiânia 1 (Câmpus Colemar Natal e Silva)	4	6,6%	
Regional Goiânia 2 (Câmpus Samambaia)	19	31,1%	
Regional Goiânia 3 (Câmpus Aparecida de Goiânia)	3	4,9%	
Atuam ou atuaram no cargo	Quant.	%	
Coordenador de curso de Graduação	38	62,3%	
Subcoordenador de curso de Graduação	13	21,3%	
Coordenador e Subcoordenador de curso de Graduação	10	16,4%	
Experiência (meses) no cargo	DP (-)	Média	DP (+)
Coordenador de curso de Graduação	11,0	26,2	41,3
Subcoordenador de curso de Graduação	6,0	17,2	28,5
Coordenador e subcoordenador de curso de Graduação	12,2	31,9	51,6
DP (-), Média e DP (+) das três categorias	9,5	25,2	40,9

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 10 demonstra que 54,1% da amostra, foi composta de coordenadores / subcoordenadores do sexo masculino. Em relação a faixa etária, caracterizou-se em sua maioria por coordenadores / subcoordenadores entre 31 a 40 anos (42,6%) e 41 a 50 anos (29,5%), representando 72,1% do total. Dos 61 coordenadores / subcoordenadores participantes da pesquisa, 41 (67,2%) são Professores Adjunto.

Tabela 10. Sexo, idade e nível na carreira do magistério dos participantes.

Características	Valores	
Sexo	Quant.	%
Feminino	28	45,9
Masculino	33	54,1
Idade	Quant.	%
21 a 30 anos	5	8,2
31 a 40 anos	26	42,6
41 a 50 anos	18	29,5
51 a 60 anos	9	14,8
61 a 70 anos	3	4,9

Nível na carreira do magistério (Professor)	Quant.	%
Titular	2	3,3
Associado	8	13,1
Adjunto	41	67,2
Assistente	8	13,1
Auxiliar	2	3,3

Fonte: Elaboração própria.

Os coordenadores / subcoordenadores têm uma formação variada, 67,2% graduados nos cursos descritos na Tabela 11 e 32,8% em outros cursos (Bacharelado e Licenciatura em Música, Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciências Sociais, Computação, Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda, Comunicação, Direito, Economia, Engenharia Agrícola, Engenharia Agrônômica, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Fisioterapia, História, Letras e Linguística, Letras inglês e Matemática). Referente a titulação, 83,6% são Doutores.

Tabela 11. Formação e titulação dos participantes.

Características	Valores	
Formação (Graduação)	Quant.	%
Geografia	5	8,2
Engenharia Civil	4	6,6
Psicologia	4	6,6
Administração	4	6,6
Agronomia	3	4,9
Educação Física	3	4,9
Enfermagem	3	4,9
Filosofia	3	4,9
Letras	3	4,9
Música	2	3,3
Biomedicina	2	3,3
Ciências Contábeis	2	3,3
Física	2	3,3
Zootecnia	2	3,3
Outros cursos	20	32,8

Titulação	Quant.	%
Especialista	1	1,6
Mestre	9	14,8
Doutor	51	83,6

Fonte: Elaboração própria.

5.6. Avaliação e categorização das respostas dos coordenadores / subcoordenadores

Finalizada as análises referente a todas questões relacionadas ao Formulário *online* Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional dos participantes, iniciou-se a avaliação e categorização das respostas (comportamento de decidir / decisão tomada) dos coordenadores / subcoordenadores. As respostas apresentadas pelos coordenadores / subcoordenadores em cada Cenário de Contingência fechada ou aberta, foram avaliadas a luz de seu(s) respectivo(s) regulamento(s) (Vide Tabela 7 e 8) e categorizadas em “Adequada”, “Inadequada” ou “Vaga” por meio de uma planilha criada no *Microsoft Excel 2013* para essa finalidade, conforme demonstrado na Figura 22. A planilha pode ser acessada e baixada para consulta pelo link: <https://drive.google.com/file/d/0B-ylRDVs75LSakstU1M3VlBaTUk/view?usp=sharing>.

A	B	C
1	1 de 17) João, aluno do curso de Engenharia de Minas, não compareceu à avaliação agendada pelo professor de Cálculo 1, para o dia 15 de agosto de 2016, em uma terça-feira. O aluno formalizou pedido à coordenação do curso, após ter corrido 10 dias úteis da data de realização da avaliação, para solicitar a segunda chamada. Não foi feito contato com o professor responsável pela disciplina. Bem como, o pedido de segunda chamada não teve justificativa. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?	2 de 17) A professora Kariny, está ministrando a disciplina de Matemática para a turma de Engenharia de Minas, porém, ela não tem o contrato de trabalho assinado, portanto, o contrato dela vence em 15 de agosto de 2016.
2	Alternativas a. Orientar o aluno João a conversar com o professor, a fim de garantir a segunda chamada da prova perdida. b. Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida. c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão.	Avaliação a. Finalizar o contrato da professora, antes do prazo de validade. b. Não finalizar o contrato e conceder a licença. c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão.
3	Justificativa Resposta Ainda, de acordo com o § 1º, a segunda chamada poderá ser solicitada ao professor da disciplina ou do eixo temático/módulo. Outra justificativa se deve ao § 2º, o estudante poderá também formalizar a solicitação de segunda chamada, devidamente justificada e comprovada.	ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CC DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS a. Finalizar o contrato da professora, antes do prazo de validade. b. Não finalizar o contrato e conceder a licença. c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão.
4	P1 b. Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida.	Adequada
5	P2 b. Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida.	Inadequada
6	P3 b. Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida.	Vaga
7	P4 b. Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida.	
8	P5 a. Orientar o aluno João a conversar com o professor, a fim de garantir a segunda chamada da prova perdida.	a. Finalizar o contrato da professora, antes do prazo de validade.
9	P6 b. Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida.	b. Não finalizar o contrato e conceder a licença.

Figura 22. Planilha de avaliação e categorização das respostas dos coordenadores / subcoordenadores.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: P1, P2, P3, P4, P5, P6 (...) na coluna A da planilha em *Microsoft Excel 2013*, refere a identificação utilizada a cada participante da pesquisa (coordenador / subcoordenador de curso de graduação).

5.7. Procedimento de análise das hipóteses e sub- hipóteses

Concluída as avaliações / categorizações das respostas, iniciou-se as análises referente as hipóteses **H₁: H_{1a} e H_{1b}** e **H₂: H_{2a}, H_{2b}, H_{2c} e H_{2d}**. Para verificar as hipóteses divididas em sub-hipóteses, foram cruzados dados relativos aos cenários de contingência fechada-aberta, história de aprendizagem do decisor [Repertório Instrucional (experiência no cargo de coordenador e/ou subcoordenador e/ou conhecimento dos regulamentos)] e as avaliações / categorizações das respostas (comportamento de decidir / decisão tomada) apresentadas pelos coordenadores / subcoordenadores frente as situações problemas descritas nos cenários de

contingência (Vide seção anterior: planilha do *Microsoft Excel 2013* disponível no *Google Drive*). As análises foram realizadas no *Microsoft Excel 2013*, Programa Estatístico R versão 3.4.0 e NVivo 10. A Tabela 12 demonstra as hipóteses e sub-hipóteses, cada análise realizada e o respectivo programa utilizado.

Tabela 12. Discriminação das análises realizadas.

Hipóteses	Sub-hipóteses	Análises	Programas
H₁	H_{1a}	Teste qui-quadrado, análise de correspondência, escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower e correlação pelo coeficiente de Pearson.	R
		Análise de frequência absoluta e percentual.	Excel
	H_{1b}	Teste qui-quadrado, análise de correspondência, escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower e correlação pelo coeficiente de Pearson.	R
		Análise de frequência absoluta e percentual	Excel
H₂	H_{2a}	Teste qui-quadrado, teste de LSD de Fisher, análise de correspondência, escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower e correlação pelo coeficiente de Pearson.	R
		Análise de frequência absoluta e percentual	Excel
	H_{2b}	Teste qui-quadrado, teste de LSD de Fisher, análise de correspondência, escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower e correlação pelo coeficiente de Pearson.	R
		Análise de frequência absoluta e percentual.	Excel
	H_{2c}	Teste exato de Fisher, teste qui-quadrado, análise de correspondência, escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower.	R
		Análise de frequência absoluta.	Excel
		Mapa de árvore.	NVivo
	H_{2d}	Mapa de árvore.	NVivo
		Análise de frequência absoluta.	Excel

Fonte: Elaboração própria.

Nota: A descrição de cada análise (o que analisa) pode ser verificada no APÊNDICE G - DESCRIÇÃO DAS ANÁLISES.

A hipótese **H₁** é dividida em duas sub-hipóteses, **H_{1a}** e **H_{1b}**, são verificadas cruzando dados referente ao tipo de cenário de contingência e comportamento / resposta (decisões apresentadas) dos coordenadores / subcoordenadores, diante das alternativas “a”, “b”, e “c” (Figura 23). Os dados utilizados para verificar a hipótese e suas sub-hipóteses, podem ser visualizados no APÊNDICE H.

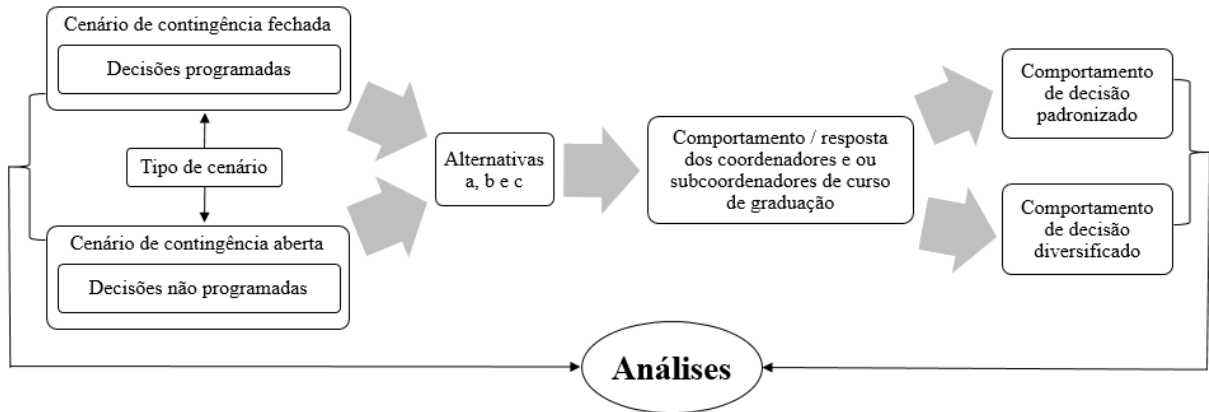


Figura 23. Cruzamento de dados das variáveis para verificar H_1 : H_{1a} e H_{1b} .

Fonte: Elaboração própria.

A hipótese **H₂** dividida em quatro sub-hipóteses, **H_{2a}**, **H_{2b}**, **H_{2c}** e **H_{2d}**, são verificadas em 3 etapas. A etapa 1 consistiu na verificação das sub-hipóteses **H_{2a}** e **H_{2b}**. Para verificar essas sub-hipóteses, foram cruzados dados referente ao tempo de experiência no cargo [relatos (auto-observação dos coordenadores / subcoordenadores)], tipo de cenário de contingência e comportamento / resposta (decisões apresentadas avaliadas e categorizadas em “Adequada”, “Inadequada” ou “Vaga”) dos coordenadores / subcoordenadores, frente as alternativas “a”, “b”, e “c” (Figura 24). Os dados utilizados para verificar essas sub-hipóteses, podem ser visualizados no APÊNDICE I.

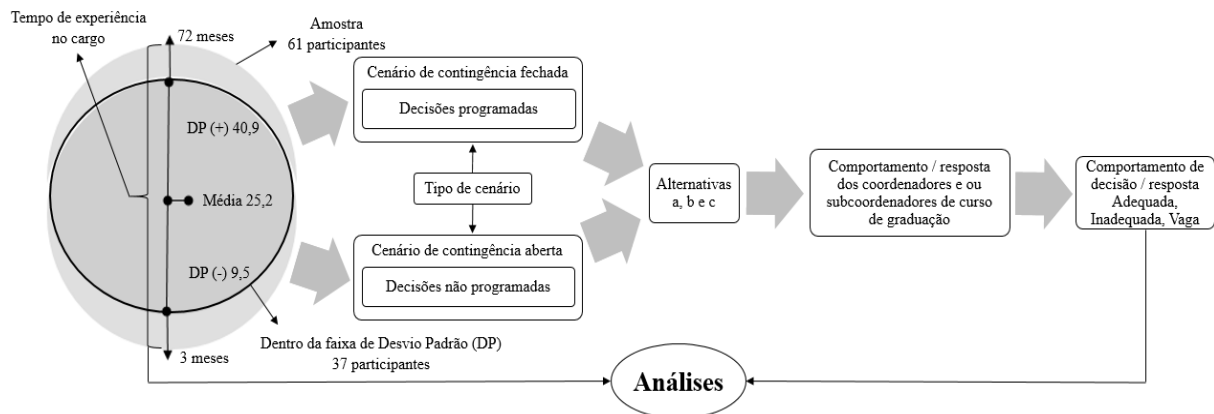


Figura 24. Cruzamento de dados das variáveis para verificar H_{2a} e H_{2b}

Fonte: Elaboração própria.

A etapa 2 consistiu na verificação da sub-hipótese **H_{2c}**. Inicialmente foi categorizado os relatos (auto-observação) dos coordenadores / subcoordenadores, referente ao conhecimento ou não da RESOLUÇÃO CONSUNI N° 21/2009 e RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012. Os relatos foram categorizados em “Conhece”, quando o coordenador / subcoordenador relata conhecer respectivamente uma ou outra resolução, ou as duas, e “Desconhece”, quando não

conhece uma ou outra resolução ou as duas (pode ocorrer do coordenador / subcoordenador conhecer uma resolução e não conhecer a outra). Por conseguinte, para verificar a sub-hipótese, foram cruzados dados dessa categorização, tipo de cenário de contingência e comportamento / resposta (decisões apresentadas avaliadas e categorizadas em “Adequada”, “Inadequada” ou “Vaga”) dos coordenadores / subcoordenadores, diante das alternativas “a”, “b”, e “c” (Figura 25). Os dados utilizados para verificar essa sub-hipótese, podem ser visualizados no APÊNDICE J.

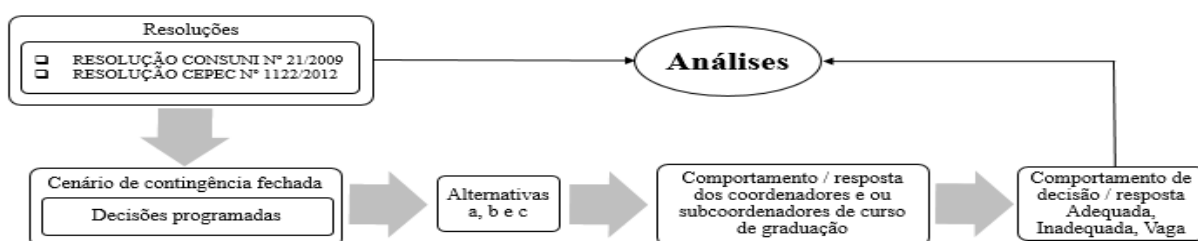


Figura 25. Cruzamento de dados das variáveis para verificar H_{2c} .

Fonte: Elaboração própria.

A etapa 3 consistiu na verificação da sub-hipótese H_{2a} . Primeiro foi categorizado os relatos (auto-observação) dos coordenadores / subcoordenadores, referente ao conhecimento dos regulamentos (Figura 26) em “conhece”, quando o coordenador / subcoordenador relata conhecer os regulamentos pertinente ao respectivo cenário de contingência, “Conhece em parte”, quando relata conhecer um ou mais, mas não todos regulamentos pertinente ao respectivo cenário de contingência, e “Desconhece”, quando relata não conhecer nenhum dos regulamentos pertinente ao respectivo cenário de contingência. Em seguida, para verificar a sub-hipótese, foram cruzados dados dessa categorização, tipo de cenário de contingência e comportamento / resposta (decisões apresentadas avaliadas e categorizadas em “Adequada”, “Inadequada” ou “Vaga”) dos coordenadores / subcoordenadores, perante as alternativas “a”, “b”, e “c” (Figura 26). Os dados utilizados para verificar essa sub-hipótese, podem ser visualizados no APÊNDICE K.

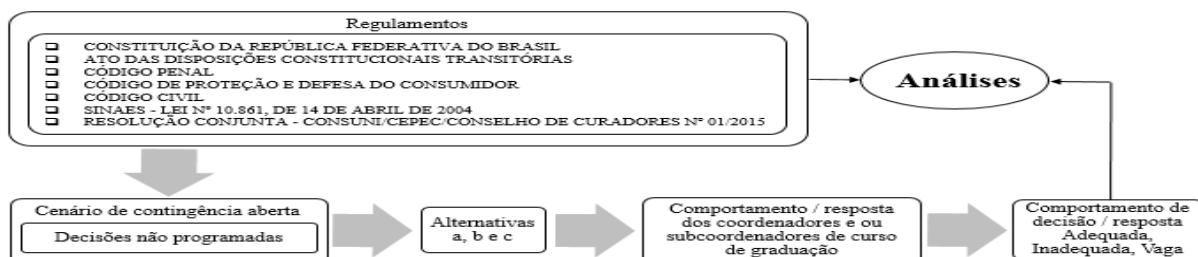


Figura 26. Cruzamento de dados das variáveis para verificar H_{2d} .

Fonte: Elaboração própria.

6. RESULTADOS

Descrito o método na seção anterior, nas subseções a seguir apresenta-se os resultados. Inicialmente descreve-se uma análise descritiva, logo após as análises das duas hipóteses (**H₁** e **H₂**) dividida em seis sub-hipóteses (**H₁**: **H_{1a}** e **H_{1b}** e **H₂**: **H_{2a}**, **H_{2b}**, **H_{2c}** e **H_{2d}**).

6.1. Análise descritiva

Nesta subseção, apresenta-se a análise descritiva da auto-observação (relato) pertinente ao conhecimento dos coordenadores / subcoordenadores, referente aos regulamentos [Questão 5 do Formulário Perfil Sócio Demográfico, Repertório Instrucional dos participantes (APÊNDICE A)]. A Figura 27 demonstra que dos 61 coordenadores / subcoordenadores participantes da pesquisa, a maior parte relatou ter conhecimento da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 (46), RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 (45), CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (45). Em relação aos regulamentos SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO CIVIL e ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, menos da metade relataram que tem conhecimento, e 02 coordenadores e 01 subcoordenador, relataram não ter conhecimento de nenhum dos regulamentos mencionados.

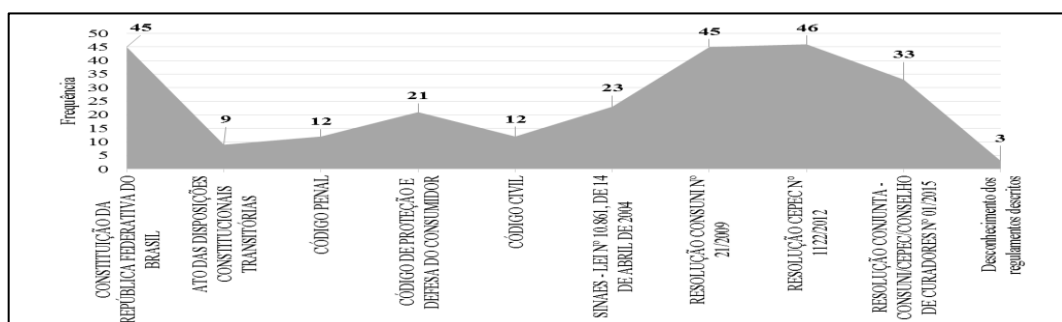


Figura 27. Frequência em quantidade referente auto-observação (relato) de conhecimento dos coordenadores e subcoordenadores referente aos regulamentos.

Fonte: Elaboração própria.

Para tomar as decisões frente aos cenários de contingência apresentados na pesquisa (APÊNDICE E - Cenários de contingência de 1 a 17), 31,1% (19) dos coordenadores / subcoordenadores consultaram um ou mais regulamentos, conforme pode ser visualizado na Figura 28, 68,9% (42) não consultaram nenhum regulamento. Os regulamentos mais consultados foram a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 (17), RESOLUÇÃO CONSUNI Nº

21/2009 (14) e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 (10). Certamente esses regulamentos foram os mais consultados, uma vez que, determinam as normas e regras da UFG.

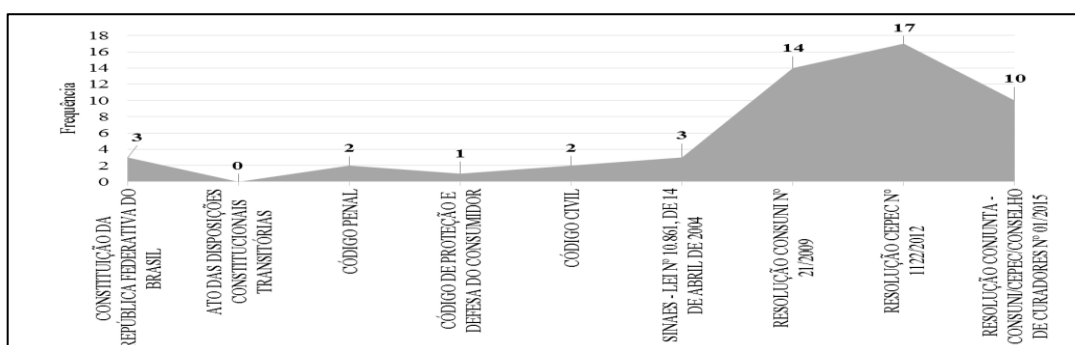


Figura 28. Frequência em quantidade referente aos regulamentos consultados pelos coordenadores e subcoordenadores na tomada de decisão (comportamento / resposta).

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 29 apresenta que 51 coordenadores / subcoordenadores, responderam que tomam as decisões a partir de *Informações disponíveis na memória (conhecimento) e experiências passadas*, 41 por meio de *Comparação com outras decisões tomadas que está familiarizado* e 30 mediante *Ajustamento da decisão com base a outras decisões tomadas*. Referente a Outra(s) forma(s), o subcoordenador 2 respondeu que toma as decisões, a partir do conhecimento prévio das normas e regras da UFG, os coordenadores / subcoordenadores 30 e 45, por meio das resoluções, normas da UFG e leis, os coordenadores 16 e 60 se orientam em subsídios legais e disposições presentes na legislação pertinente, e o coordenador 10 respondeu da seguinte forma, “*Em minha experiência. Como deixei o cargo a 10 anos, estou desatualizada quanto a legislação. Mas sei que as decisões devem ser respaldadas regimentalmente. Quando era coordenadora, consultava a legislação constantemente*”.

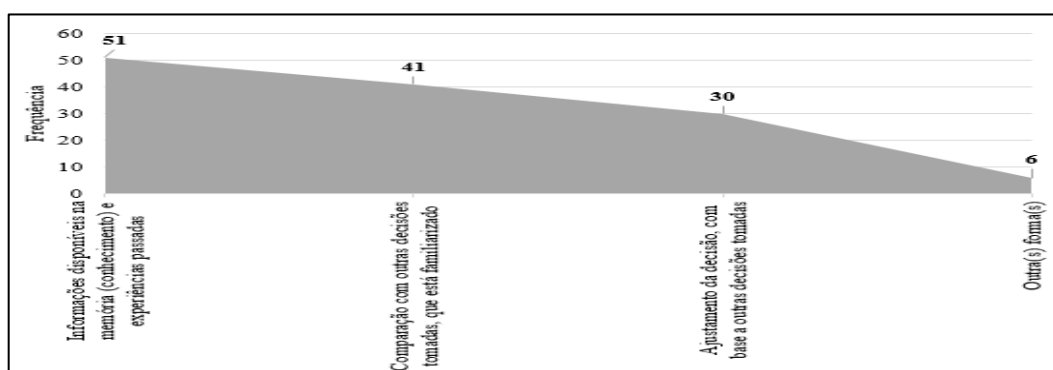


Figura 29. Frequência em quantidade de como os coordenadores e subcoordenadores tomaram as decisões.

Fonte: Elaboração própria.

6.2. Análise da hipótese H_1 : H_{1a} e H_{1b}

Finalizada a apresentação da análise descritiva, nas duas subseções a seguir, descreve-se as análises referente a hipótese H_1 : O tipo de cenário de contingência, influencia no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, dividida em duas sub-hipóteses:

H_{1a} : No cenário de contingência fechada, os coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, tem um comportamento de decisão padronizado.

H_{1b} : No cenário de contingência aberta, os coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, tem um comportamento de decisão diversificado.

6.2.1 Sub-hipótese H_{1a}

A sub-hipótese H_{1a} , refere aos cenários de contingência fechada (cenários: 1, 3, 4 5, 6, 8, 10, 12, 14 e 16 - Vide Tabela 7 e APÊNDICE E). Para verificar se no cenário de contingência fechada, os coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, tem comportamento de decisão padronizado (H_{1a}), foi realizado o teste qui-quadrado, análise de correspondência, escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower e análise de frequência absoluta e percentual.

O teste de qui-quadrado revelou existência de associações significativas ($p < 0,001$) entre categorias de resposta e cenários. Assim, uma análise de correspondência foi realizada, com o objetivo de identificar como ocorrem essas associações.

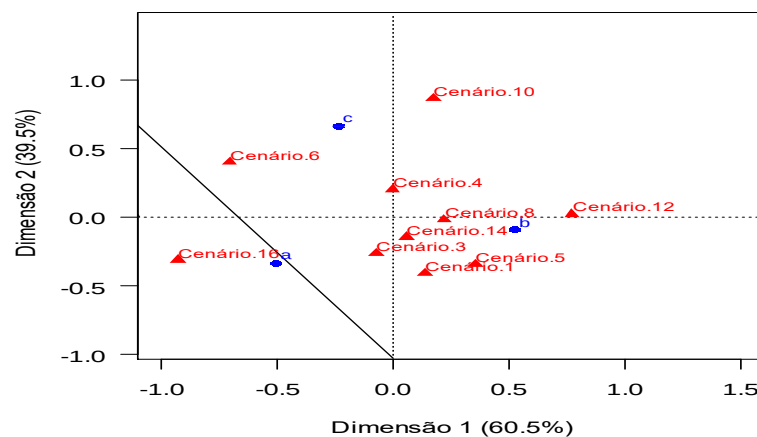


Figura 30. Mapa de percepção das associações entre tipo de resposta (a, b, c) e cenários de contingência fechada. Fonte: Elaboração própria.

Observação: resposta “a”, “b” são objetivas, resposta “c” é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador formula sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE H: H_{1a} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA.

A análise de correspondência, permitiu concentrar 60,5% da informação de associação das categorias de resposta, com os cenários no primeiro eixo (dimensão 1). Conjuntamente 100% dessa informação, encontra-se no mapa de percepção (Figura 30). É evidente a associação do cenário 16 com resposta tipo “a”. No cenário 3, a associação, ficou dividida entre as alternativas de resposta “a” e “b”. Por outro lado, cenários 1, 4, 5, 8, 12 e 14, apresentaram maior frequência de respostas “b”. O cenário 10 apresentou maior relação de associação com respostas “c”.

A quantidade, percentual e predominância de resposta dos coordenadores / subcoordenadores, referente as alternativas “a”, “b” e “c” de cada cenário, pode ser visualizado na Tabela 13. Observando a Figura 30 e Tabela 13, nota-se que as respostas dos coordenadores / subcoordenadores, concentraram em alternativas de respostas objetivas “a” e “b”.

Tabela 13. Frequência em quantidade, percentual e predominância de resposta (a, b e c) em cenários de contingência fechada.

Cenários	Alternativa definida como a ser escolhida	Respostas			Predominância
		a	b	c	
Cenário 1	b	25 (41%)	33 (54%)	3 (5%)	b
Cenário 3	a	27 (44%)	26 (43%)	8 (13%)	a / b
Cenário 4	a	17 (28%)	25 (41%)	19 (31%)	b
Cenário 5	a	19 (31%)	39 (64%)	3 (5%)	b
Cenário 6	c	29 (48%)	2 (3%)	30 (49%)	c / a
Cenário 8	a	16 (26%)	33 (54%)	12 (20%)	b
Cenário 10	c	1 (2%)	26 (43%)	34 (56%)	c
Cenário 12	b	3 (5%)	49 (80%)	9 (15%)	b
Cenário 14	c	22 (36%)	29 (48%)	10 (16%)	b
Cenário 16	a	47 (77%)	1 (2%)	13 (21%)	a

Fonte: Elaboração própria.

Observação: resposta “a”, “b” são objetivas, resposta “c” é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador formula sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE H: **H_{1a}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA.

Visando encontrar padrões (comportamento padronizado) de respostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários de contingência fechada, um escalonamento bidimensional foi realizado com a matriz de distâncias de Gower, baseada nas categorias de

respostas. As relações de distância entre coordenadores / subcoordenadores, podem ser verificadas na Figura 31. A representatividade da matriz original de distâncias entre coordenadores / subcoordenadores, foi mensurada pela correlação de Pearson, obtendo-se 0,73.

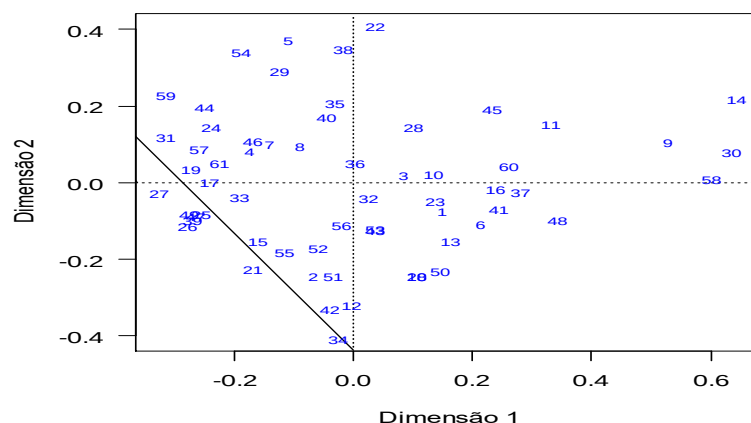


Figura 31. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas (a, b, c) dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários de contingência fechada.

Fonte: Elaboração própria.

Observação: resposta “a”, “b” são objetivas, resposta “c” é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador formula sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE H: **H_{1a}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA.

Os coordenadores / subcoordenador 9, 14, 30 e 58, forneceram em geral, respostas semelhantes. Essa semelhança se dá, principalmente pelo padrão de respostas “c” em quase todos os cenários, conforme pode ser observado na Tabela 14.

Tabela 14. Frequência em quantidade das respostas (a, b e c) dos P9, 14, 30 e 58 em cenários de contingência fechada (1, 3, 4 5, 6, 8, 10, 12, 14 e 16).

Participantes*	AUTO-OBSERVAÇÃO (RELATO)		Alternativas		
	Experiência	CONHECIMENTO REGULAMENTOS	a	b	c
P9	24	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, SINAES - LEI Nº 10.861 DE 14 DE ABRIL DE 2004 e RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.	2	1	7
P14	48	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	0	0	10
P30	32	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861 DE 14 DE ABRIL DE 2004, RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 e RESOLUÇÃO CONJUNTA CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.	0	1	9
P58	35	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012.	1	1	8

Fonte: Elaboração própria.

* Participantes (P): Coordenadores / subcoordenadores.

Observação: resposta “a”, “b” são objetivas, resposta “c” é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador formula sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE H: **H_{1a}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA.

O coordenador 9, dos 10 cenários de contingência fechada, decidiu pela alternativa “c” em 7, o coordenador 14, decidiu pela alternativa “c” em todos os cenários, o coordenador 58, decidiu pela alternativa “c” em 8 e o coordenador e subcoordenador 30, decidiu pela alternativa “c” em 9 cenários. Os outros participantes (coordenadores / subcoordenadores) da pesquisa, não apresentaram semelhança e padrão de resposta a uma alternativa, conforme pode ser visualizado na Figura 31.

Provavelmente, este padrão de resposta “c” dos coordenadores / subcoordenador 9, 14, 30 e 58, ocorreu devido possuírem elevada experiência no cargo e conhecimento de regulamentos (Tabela 14), fatores que com certeza, pode ter propiciado formularem suas próprias respostas, uma vez que a alternativa de resposta “c”; *“Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão”*¹⁷, exigia que descrevessem a decisão (resposta). Como exemplo, segue algumas respostas formuladas por esses coordenadores / subcoordenador.

No cenário 4, foi apresentada a seguinte situação problema: Jaqueline, aluna do curso de administração, não estava presente o dia que a professora de Fundamentos da Administração, divulgou a frequência de cada aluno. Quando ficou sabendo através de seus colegas, solicitou a professora a revisão de sua frequência 6 dias após a divulgação. Fundamentado na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada? Neste cenário, o coordenador 9 e coordenador e subcoordenador 30, formularam suas respostas, a partir de regulamentos.

Resposta do coordenador 9, alternativa “c”: *“O REGULAMENTO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (RGCG) 1122/2012 orienta quanto aos principais aspectos relacionados à frequência do estudante. O estudante tem direito a 25% de faltas da CH da disciplina. Cabe ao professor fazer a frequência e sempre que necessitar, poderá dizer ao estudante”*.

Resposta do coordenador e subcoordenador 30, alternativa “c”: *“O prazo conforme resolução CEPEC 1122/2012 é de até cinco dias úteis após a data limite para digitação de notas e frequências, prevista no calendário acadêmico”*.

Já no cenário 1, expôs a seguinte situação problema: João, aluno do curso de Engenharia de Minas, não compareceu à avaliação agendada pelo professor de Cálculo 1, para o dia 15 de agosto de 2016, em uma terça-feira. O aluno formalizou pedido à coordenadoria do curso, após ter corrido 10 dias úteis da data de realização da avaliação, para solicitar a segunda chamada. Não foi feito contato com o professor responsável pela disciplina. Bem como, o pedido de

¹⁷ Para não ter que ficar repetindo, a partir deste ponto em diante, quando descrito “c” refere a *“Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão”*.

segunda chamada não teve justificava. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada? Mesmo existindo uma alternativa de resposta Adequada, considerada neste estudo como “b”: *“Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida”*. O coordenador 14, optou por formular sua resposta.

Resposta do coordenador 14, alternativa “c”: *“Além da dimensão formal, legal, há uma questão acadêmica, que supõe conversar para se avaliar o que deve ser feito, sem perder de vista o humano, bem como o rigor e a seriedade inerentes ao trabalho de ensinar e aprender”*.

No cenário 6 descrito a seguir, o coordenador 58 também formulou sua resposta. Neste cenário apresentou-se a seguinte situação problema: Ana, aluna regular do curso de Química, se casou há 11 meses. No meio do primeiro semestre de 2016, um mês antes de ganhar o bebê, apresenta um atestado médico a coordenadoria do curso, para que tenha tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

Resposta do coordenador 58, alternativa “c”: *“Orientar a aluna a abrir um processo de exercício domiciliar/tratamento excepcional no Centro de Gestão Acadêmica, anexando documentos comprobatórios de sua situação, os quais serão analisados pela junta médica (Programa Saudavelmente) da Universidade e posteriormente encaminhados à Coordenação para os procedimentos cabíveis”*.

Em geral, nos cenários de contingência fechada, os coordenadores / subcoordenadores não apresentaram comportamento de decisão (resposta / decisão tomada) padronizado, uma vez que, a maioria não tomou a mesma decisão em cada cenário, ficando as decisões divididas na maior parte dos cenários (cenários: 1, 3, 5, 8 e 14) entre as alternativas “a” e “b” (resposta objetiva), no cenário 6 entre as alternativas “a” e “c” (respostas objetiva e dissertativa) e no cenário 10 entre as alternativas “b” e “c” [respostas objetiva e dissertativa (Figura 31 e Tabela 13)]. Outro aspecto que vale apenas evidenciar, é que nas análises, avaliação e categorização das respostas (comportamento de decisão / decisão tomada), observou-se que coordenadores / subcoordenadores com experiência acima de 18 meses, tendem a optar pela alternativa “c” e formularem suas próprias decisões (respostas), mesmo existindo decisão (resposta) considerada “Adequada” na alternativa “a” ou “b” (Figura 30 e Tabela 13) em alguns cenários de contingência fechada (cenários: 4, 9, 12, 14 e 16).

6.2.2 Sub-hipótese H_{1b}

Uma vez descritas as análises da sub-hipótese H_{1a} , descreve-se as da H_{1b} , a qual refere aos cenários de contingência aberta (cenários: 2, 7, 9, 11, 13, 15 e 17 - Vide Tabela 8 e APÊNDICE E). Para verificar se no cenário de contingência aberta, os coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, tem comportamento de decisão diversificado (H_{1b}), também foi realizado o teste qui-quadrado, análise de correspondência, escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower e análise de frequência absoluta e percentual, como na hipótese H_{1a} .

O teste de qui-quadrado revelou existência de associações significativas ($p < 0,001$) entre categorias de resposta e cenários. Assim, uma análise de correspondência foi realizada, com o objetivo de identificar como ocorrem essas associações.

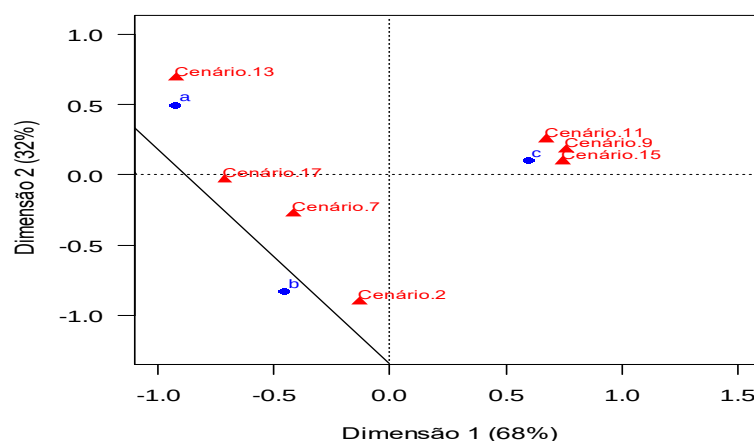


Figura 32. Mapa de percepção das associações entre tipo de resposta (a, b, c) e cenários de contingência aberta.

Fonte: Elaboração própria.

Observação: resposta “a”, “b” são objetivas, resposta “c” é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador formula sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE H: H_{1b} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

A análise de correspondência, permitiu concentrar 68% da informação de associação das categorias de resposta, com os cenários no primeiro eixo (dimensão 1). Conjuntamente 100% dessa informação, encontra-se no mapa de percepção (Figura 32). É evidente a associação do cenário 13 com resposta tipo “a”. Por outro lado, os cenários 9, 11 e 15 apresentaram maior frequência (> 55) de respostas “c”. O cenário 2, está relacionado mais com as respostas do tipo “b”. Os cenários 7 e 17 apresentaram pouca associação de resposta a uma alternativa. A quantidade, percentual e predominância de resposta dos coordenadores / subcoordenadores, referente as alternativas de resposta “a”, “b” e “c” de cada cenário, pode ser visualizado na

Tabela 15. Observando a Figura 32 e Tabela 15, verifica-se que as respostas dos coordenadores / subcoordenadores, concentraram em alternativas de respostas dissertativas “c”.

Tabela 15. Frequência em quantidade, percentual e predominância de resposta (a, b e c) em cenários de contingência aberta.

Cenários	Alternativa definida como a ser escolhida	Respostas			Predominância
		a	b	c	
Cenário 2	c	3 (5%)	35 (57%)	23 (38%)	b
Cenário 7	b	19 (31%)	23 (38%)	19 (31%)	b
Cenário 9	c	2 (3%)	2 (3%)	57 (94%)	c
Cenário 11	c	5 (8%)	1 (2%)	55 (90%)	c
Cenário 13	c	45 (74%)	5 (8%)	11 (18%)	a
Cenário 15	c	0 (0%)	4 (7%)	57 (93%)	c
Cenário 17	c	29 (48%)	20 (33%)	12 (20%)	a

Fonte: Elaboração própria.

Observação: resposta “a”, “b” são objetivas, resposta “c” é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador formula sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE H: **H_{1b}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

Visando encontrar variabilidade (comportamento diversificado) nas respostas dos coordenadores / subcoordenadores, nos cenários de contingência aberta, um escalonamento bidimensional foi realizado com a matriz de distâncias de Gower, baseada nas categorias de respostas. As relações de distância entre coordenadores / subcoordenadores, podem ser verificadas na Figura 33. A representatividade da matriz original de distâncias entre coordenadores / subcoordenadores, foi mensurada pela correlação de Pearson, obtendo-se 0,77.

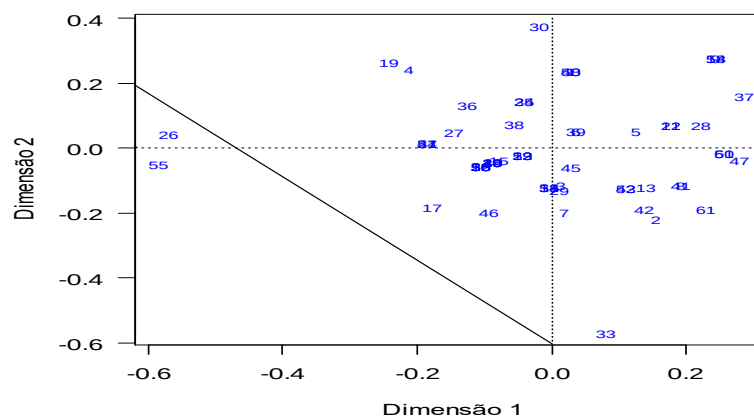


Figura 33. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas (a, b, c) dos coordenadores nos cenários de contingência aberta.

Fonte: Elaboração própria.

Observação: resposta “a”, “b” são objetivas, resposta “c” é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador formula sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE H: **H_{1b}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

Os coordenadores / subcoordenadores 26 e 55 forneceram respostas bastante semelhantes e apresentam comportamento distinto da maioria. Essa distinção se deve provavelmente, a diferenças de resposta nos cenários 9 e 11, pela alternativa “a” e “b” e no cenário 13, pela alternativa “b”. Há de destacar também, que apresentaram maior número de resposta “b”, conforme pode ser observado na Tabela 16. Talvez esse comportamento pode ter ocorrido, devido possuírem pouca experiência no cargo, principalmente o coordenador 55 (8 meses).

Tabela 16. Frequência em quantidade das respostas (a, b e c) dos P26 e 55 em cenários de tomada de decisão não programada (2, 7, 9, 11, 13, 15 e 17).

Participantes*	Experiência	CONHECIMENTO REGULAMENTOS	Alternativas		
			a	b	c
P26	18	RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 e RESOLUÇÃO CONJUNTA CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.	2	4	1
P55	8	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO CIVIL, RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.	1	5	1

Fonte: Elaboração própria.

* Participantes (P): Coordenadores / subcoordenadores.

Observação: resposta “a”, “b” são objetivas, resposta “c” é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador formula sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE H: **H_{1b}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

No cenário 9 foi descrita a seguinte situação problema: Três alunos do curso de Ciências Biológicas, formalizaram reclamação na coordenadoria do curso, sobre a forma de atuação do professor de Morfologia Vegetal. Evidenciaram que dentro da sala de aula, o professor intimida, constrange, ameaça e humilha publicamente colegas da turma, no sentido de não aceitarem fazer trabalhos/atividades em grupo com o representante de classe. Os alunos relataram que o professor e o representante da classe tiveram um embate, em que o representante de classe defendia os interesses dos alunos e o professor não gostou, e a partir desse momento, o professor passou a atuar de tal maneira. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

Neste cenário (9), o coordenador 26 apresentou como resposta, alternativa “a”, “*Não fazer nada, isso são coisas que acontecem na universidade e em questão de dias tudo volta ao normal*”. Já o subcoordenador 55, alternativa “b”, “*Evidenciar para os três alunos, que se o*

professor está agindo assim, é porque tem motivo, e essa é a estratégia que está utilizando para que o representante de classe, aprenda respeitá-lo". Os coordenadores / subcoordenadores 33 e 46, também apresentaram como resposta, alternativas "b" e "a" respectivamente.

Diferente dos coordenadores / subcoordenadores 26, 33, 46 e 55, os outros 57 coordenadores / subcoordenadores, apresentaram como resposta, alternativa "c", formulando suas próprias respostas referente ao cenário (9), como por exemplo realizado pelos coordenadores 20 e 30.

Resposta do coordenador 20, alternativa "c": *"Conversar com o professor e explicar que as ações de violência ocorridas de modo prolongado e repetitivo, configuram assédio moral e que os discentes têm direito de relatá-las, caso não seja possível conversar com o docente. Informar aos alunos, que as queixas podem ser encaminhadas para a Ouvidoria da Universidade de forma anônima e com possibilidade de acompanhamento do caso"*.

Resposta do coordenador 30, alternativa "c": *"Caso os alunos tenham provas e, ou, testemunhas dos fatos ocorridos, entrar com pedido de sindicância através da Ouvidoria. Pois a sindicância não é a condenação de alguém pela denúncia e sim uma forma de investigar os fatos ocorridos e tomar uma atitude ou não com base na investigação dos fatos"*.

Relativo ao cenário 11, foi apresentada a seguinte situação problema: Vilma, conseguiu ser transferida de uma instituição de ensino superior privada, para a Universidade Federal de Goiás (UFG). Entretanto, a nova aluna vem passando por rejeição, pois em assembleia na turma que ingressou, a maioria dos estudantes decidiram que ela não faria parte dos grupos de estudo e teria de apresentar trabalhos individuais. Além disso, os dois alunos que não votaram para exclusão da aluna nos grupos de trabalhos, também foram punidos com a mesma sanção. O representante da turma disse, que a impossibilidade de fazerem trabalhos acadêmicos em grupo, tornaria inviável a permanência deles no curso, e ainda seriam boicotados em atividades no ambulatório, o que se tornou fato realizado. Frente a essa situação, os três alunos procuraram a coordenação do curso, relataram sobre as intimidações dos outros alunos e solicitaram que algo fosse feito. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

Neste cenário (11), os coordenadores 26 e 55 apresentaram como resposta, alternativa "a", *"Dizer para os três alunos, que só podem fazer alguma coisa, quando tornar frequente os acontecimentos"*. Os coordenadores / subcoordenadores 7, 19 e 33, também apresentaram como resposta essa alternativa. Já o coordenador 47, apresentou como resposta, alternativa "b", *"Não fazer nada e dizer aos três alunos que essas coisas são normais na universidade e em poucos dias os alunos os aceitarão para realização de trabalhos"*. De forma distinta, os outros 55

coordenadores / subcoordenadores, apresentaram como resposta, alternativa “c”, como por exemplo realizado pelos coordenadores 10 e 41.

Resposta do coordenador 10, alternativa “c”: *“Isso é assédio moral - a turma pode responder judicialmente. Mas, se houvesse outra turma da disciplina, mover os alunos para essa outra turma. Caso não for possível, conversar com o representante de turma, sobre os desdobramentos das ações da turma”*.

Resposta do coordenador 41, alternativa “c”: *“Trata-se de um caso gravíssimo de discriminação e pode caracterizar crime no âmbito da administração pública, que em última análise pode suscitar a exclusão dos discentes, que praticam diretamente os atos de discriminação. Assim, o Coordenador deve inicialmente se dirigir à turma e tornar clara a situação, inclusive quanto às consequências possíveis em se mantendo as práticas objeto da reclamação. É recomendável que os discentes reclamantes, não participem da reunião. A manutenção dos atos discriminatórios, devidamente denunciados pode levar à instauração de procedimento administrativo para averiguação e levantamento de provas e autoria”*.

Pertinente ao cenário 13, foi exposto a seguinte situação problema: Kátia, aluna do curso de Engenharia de Produção, elaborou um trabalho escrito (base teórica) para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 1 (9º período), e obteve a nota 7,5. Essa base teórica foi aproveitada para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 2 (10º período), que foi complementada com a pesquisa prática aplicada em uma empresa. Kátia nesta segunda etapa, obteve a nota 9,5. Contudo, 15 dias depois, a banca examinadora constata que a aluna plagiou diversos trechos da segunda etapa, de outro trabalho publicado em um periódico *online*. O orientador e os outros dois professores que participaram da banca, procuraram a coordenadoria do curso e relataram o fato. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

Referente a esse cenário (13), os coordenadores 26 e 55 apresentaram como resposta, alternativa “b”, *“Deixar como está, pois a falha foi do orientador e dos dois professores que participaram da banca examinadora, que não constaram o plágio antes da avaliação”*. Os coordenadores 19, 29 e 38, também apresentaram como resposta essa alternativa. O maior número de resposta concentrou na alternativa “a” (Figura 32), sendo 45 coordenadores / subcoordenadores, respondendo em *“Convocar a aluna na coordenadoria do curso, informá-la que devido à constatação de plágio, sua nota foi revista e por tal fato foi reprovada, portanto terá que refazer a etapa referente a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 2”*.

Os outros 11 coordenadores / subcoordenadores, apresentaram como resposta, alternativa “c”, formulando sua resposta, conforme realizado, por exemplo pelos coordenadores 9 e 30.

Resposta do coordenador 9, alternativa “c”: *“Isso é um dilema ético. A Banca deve ser respeitada e tem autonomia para decidir, baseando-se nas orientações do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) e orientação de combate ao plágio proposto pela CAPES”.*

Resposta do coordenador 30, alternativa “c”: *“Acredito que esse tipo de fato deve ser analisado antes de a banca ocorrer, pois é de responsabilidade da banca a avaliação do trabalho, e, principalmente, do orientador, contudo tendo sido descoberto a tempo, os mesmos podem denunciar ao coordenador de TCC para que não publique a nota da aluna, provar de onde e o que foi plagiado e reprovar a aluna. Alguns cursos, tem a política de uma declaração de não plágio do discente, onde além de constar da reprovação automática do discente, explicita o crime de plágio”.*

O coordenador 33 (Figura 33), apresentou diferenças no comportamento de resposta, principalmente nos cenários 9, 11 descritos anteriormente e também no cenário 15, que foi apresentada está situação problema: Diversos alunos do curso de Administração, procuram a coordenadoria do curso e formalizaram reclamação sobre faltas recorrentes do professor da disciplina Legislação Empresarial, ademais, evidenciaram que quando aparece, não ministra aula, fica enrolando para o tempo passar. O professor é de outra unidade acadêmica e argumentou que está faltando porque está cursando uma disciplina no Doutorado, que é no mesmo horário da disciplina que ministra e seu pedido de afastamento foi indeferido. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

Neste cenário (15), o coordenador 33 apresentou como resposta, alternativa “b”, *“Conversar com todos os alunos na sala de aula e comunicar que o professor está faltando, porque está cursando uma disciplina no Doutorado, no mesmo dia e horário da aula deles de Legislação Empresarial”.* Os coordenadores / subcoordenadores 17, 29 e 55, também apresentaram como resposta essa alternativa. Nenhum coordenador / subcoordenador, apresentou como resposta, alternativa “a”, *“Não fazer nada, pois o pedido de afastamento para cursar Doutorado do professor foi indeferido, deste modo está fazendo o que está ao seu alcance, para ministrar as aulas e fazer o Doutorado”.*

Os outros 57 coordenadores / subcoordenadores, apresentaram como resposta, alternativa “c”, como por exemplo realizado pelo coordenador 9 e 20.

Resposta do coordenador 9, alternativa “c”: *“Rever as decisões expressas no colegiado de curso, quando na divisão e horário de sala de aula. Tentar mudar o dia/hora da aula de modo que todos possam ser beneficiados, respeitando o direito dos estudantes em ter aula e do prof. de se capacitar, conforme orientações das resoluções específicas sobre licença ou não para capacitação. Quanto ao fato de o prof. não ministrar conteúdo pertinente à ementa da disciplina, a coordenação de curso em reunião colegiada poderia deliberar em substituir esse professor. Caso isso não possa ocorrer, o mesmo deve ser lembrado que, de acordo com a descrição de cargo na Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) que ele está vinculado, o mesmo deve desempenhar as funções que lhe foram destinadas, no ato da posse no serviço público. Há também, com recidiva, a possibilidade de abertura de um processo administrativo para avaliar a conduta desse professor pela comissão de avaliação docente, que está embasada em reunião de documentos comprobatórios das atividades na IFES”.*

Resposta do coordenador 20, alternativa “c”: *“Mesmo com o pedido de afastamento indeferido, o professor deve cumprir com a Carga Horária contratada e não se furtar a ministrar as disciplinas atribuídas a ele; como o docente é de outra Unidade Acadêmica Especial (UAE), é necessário encaminhar a demanda para a chefia/coordenação no qual o docente está lotado”.*

De modo geral, nos cenários de contingência aberta, os coordenadores / subcoordenadores apresentaram comportamento de decisão (resposta / decisão tomada) diversificado, dado que em sua maioria, optaram pela alternativa “c” [resposta dissertativa (Figura 32 e Tabela 15)], o que não significa que seja um comportamento padronizado, muito pelo contrário, diversificado, uma vez que formularam suas próprias decisões (respostas), sendo as mais variadas, como demonstrado anteriormente. Salvo exceções apresentadas pelos coordenadores / subcoordenadores 26 e 55, que não maioria dos cenários optaram pela alternativa “a” e “b” [resposta objetiva (principalmente “b” - Figura 33 e Tabela 16)], as quais não exigia formulação de resposta (decisão). Vale apenas destacar que coordenadores / subcoordenadores com experiência acima de 18 meses, optaram muito mais (maior quantidade) pela alternativa “c” (resposta dissertativa), comparado aos com experiência até 18 meses, até mesmo no cenário 7 com decisão considerada “Adequada”, na alternativa “b” [resposta objetiva (Tabela 15)], preferiram formular suas próprias decisões (respostas).

6.3. Análise da hipótese H₂: H_{2a}, H_{2b}, H_{2c} e H_{2d}

Finalizada a descrição das análises relativa a hipótese **H₁: H_{1a} e H_{1b}**, nas quatro subseções a seguir, descreve-se as análises referente a hipótese **H₂**: História prévia de resolução

de problemas gerenciais, influencia no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, dividida em quatro sub-hipóteses:

H₂: História prévia de resolução de problemas gerenciais, influencia no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação.

H_{2a}: Mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador de curso de graduação, proporciona maior eficiência na decisão em cenários de contingência fechada.

H_{2b}: Mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador de curso de graduação, proporciona maior eficiência na decisão em cenários de contingência aberta.

H_{2c}: Conhecimento da RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 e RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, proporciona aos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, maior eficiência na tomada de decisão em cenário de contingência fechada.

H_{2d}: Conhecimento da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, proporciona aos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, maior eficiência na tomada de decisão em cenário de contingência aberta.

6.3.1 Sub-hipótese H_{2a}

A sub-hipótese **H_{2a}**, refere aos cenários de contingência fechada (cenários: 1, 3, 4 5, 6, 8, 10, 12, 14 e 16 - Vide Tabela 7 e APÊNDICE E). Para verificar se mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador de curso de graduação, proporciona maior eficiência na decisão em cenários de contingência fechada (**H_{2a}**), foi realizado o Teste de LSD de Fisher, correlação bivariável pelo coeficiente de Person, teste qui-quadrado, análise de correspondência e escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower e análise de frequência absoluta e percentual.

O Teste de LSD de Fisher, foi utilizado para comparar médias de tempo de experiência dos coordenadores / subcoordenadores em cada cenário (Tabela 17). Em todos os cenários, observa-se que o tempo médio de experiência, relaciona-se de forma distinta com as categorias de resposta. Por exemplo, no cenário 1 a média de tempo de experiência dos coordenadores e subcoordenadores que apresentaram resposta “Vaga” é estatisticamente ($p < 0,05$) inferior ao

tempo médio dos coordenadores / subcoordenadores que apresentaram resposta “Adequada”. Não obstante, este não diferiu do tempo médio de experiência de coordenadores / subcoordenadores com resposta “Inadequada”. Já nos cenários 3, 4, 5, 6, 8, 12, 14 e 16, coordenadores e subcoordenadores com mais tempo de experiência, apresentaram resposta “Vaga”.

Tabela 17. Médias de tempo de experiência (em meses) por categoria de resposta em cada cenário de contingência fechada.

Cenário	Resposta		
	Adequada	Inadequada	Vaga
1	27.4 a	22.8 a	8.0 b
3	22.9 b	25.8 b	38.8 a
4	24.8 b	23.2 b	31.1 a
5	24.8 b	24.8 b	48.0 a
6	26.5 a	24.4 a	26.7 a
8	21.9 b	25.4 b	38.4 a
10	28.3 a	22.5 b	25.7 ab
12	24.8 b	17.7 c	48.0 a
14	26.1 b	24.6 b	48.0 a
16	24.6 b	16.0 c	32.0 a

Médias seguidas de mesma letra na linha não diferem pelo teste LSD de Fisher ($p > 0,05$).

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE I: **H_{2a}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA.

A correlação bivariável pelo coeficiente de Person, realizada com os dados do APÊNDICE I: **H_{2a}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA, aponta que o relacionamento entre tempo de experiência no cargo e resposta (comportamento de decidir / decisão tomada) “Adequada” dos coordenadores / subcoordenadores é negativo e fraco ($r = -0,19$, $p < 0,882$). Referente ao tempo de experiência no cargo e resposta (comportamento de decidir / decisão tomada) “Inadequada”, o relacionamento também é negativo e fraco ($r = -0,166$, $p < 0,201$). Por outro lado, relativo ao tempo de experiência no cargo e resposta (comportamento de decidir / decisão tomada) “Vaga”, o relacionamento é positivo e fraco ($r = +0,264$, $p < 0,040$)¹⁸. Como pôde verificar, mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador, não proporcionou maior eficiência no comportamento de decisão (resposta) em cenário de contingência fechada (**H_{2a}**).

¹⁸ Os valores foram categorizados com base na ilustração da intensidade do relacionamento de coeficientes de correlação positivos e negativos de Dancey e Reidy (2013, p. 187).

O teste de qui-quadrado revelou existência de associações significativas ($p < 0,001$) entre categorias de resposta e cenários. Assim, uma análise de correspondência foi realizada com o objetivo de identificar como ocorrem essas associações.

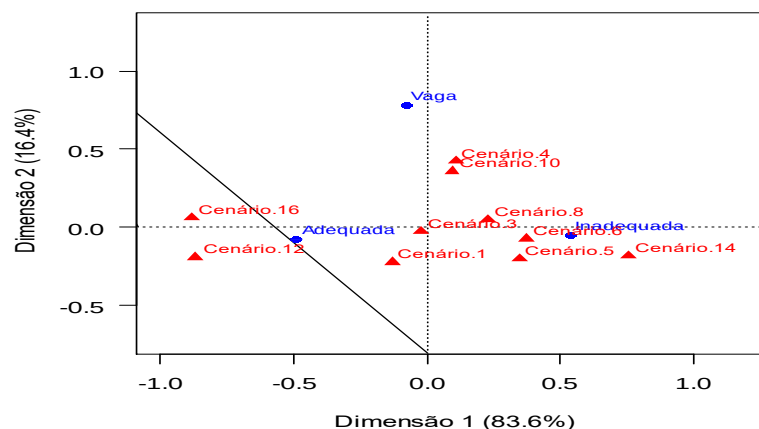


Figura 34. Mapa de percepção das associações entre categoria de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) e cenários de contingência fechada.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE I: **H_{2a}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA.

A análise de correspondência, permitiu concentrar 83,6% da informação de associação das categorias de resposta, com os cenários no primeiro eixo (dimensão 1). Conjuntamente, 100% dessa informação encontra-se no mapa de percepção (Figura 34). Nos cenários 12 e 16, houve maior quantidade (> 50) de respostas “Adequada” pelos coordenadores / subcoordenadores, já nos cenários 1 e 3, mesmo apresentado predominância de respostas “Adequada”, foi em menor quantidade (30 e 35 respectivamente). Respostas “Inadequada”, estão mais relacionadas com os cenários 4, 5, 6, 8, 10 e 14. Nos cenários 4 e 10 foram registradas a maiores proporções de repostas “Vaga” (11 e 10 respectivamente). A quantidade, percentual e predominância de resposta dos coordenadores / subcoordenadores, referente as repostas “Adequada”, “Inadequada”, “Vaga” frente a cada cenário, pode ser visualizado na Tabela 18. Observando a Figura 34 e Tabela 18, nota-se que em mais cenários (4, 5, 6, 8, 10 e 14), predominou respostas “Inadequada”, entretanto no geral, os coordenadores / subcoordenadores apresentaram maior número de respostas “Adequada”.

Tabela 18. Frequência em quantidade, percentual e predominância de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) em cenários de contingência fechada.

Cenários	Alternativa definida como a ser escolhida	Respostas			Predominância
		Adequada	Inadequada	Vaga	
Cenário 1	b	35 (57%)	25 (41%)	1 (2%)	Adequada
Cenário 3	a	30 (49%)	27 (44%)	4 (7%)	Adequada
Cenário 4	a	22 (36%)	28 (46%)	11 (18%)	Inadequada
Cenário 5	a	21 (34%)	39 (64%)	1 (2%)	Inadequada
Cenário 6	c	19 (31%)	39 (64%)	3 (5%)	Inadequada
Cenário 8	a	22 (36%)	34 (56%)	5 (8%)	Inadequada
Cenário 10	c	23 (38%)	28 (46%)	10 (16%)	Inadequada
Cenário 12	b	56 (92%)	3 (5%)	2 (3%)	Adequada
Cenário 14	c	9 (15%)	51 (84%)	1 (2%)	Inadequada
Cenário 16	a	54 (89%)	1 (2%)	6 (10%)	Adequada
Somatório		291 (48%)	275 (45%)	44 (7%)	Adequada

Fonte: Elaboração própria.

Observação: alternativa a, b são objetivas; alternativa c é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador tem que formular sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE I: **H_{2a}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA.

Visando demonstrar algumas respostas de tomada de decisão, realizadas pelos coordenadores / subcoordenadores, descreve-se três cenários com resultados expressivo da Tabela 18, referente a categoria “Adequada” (cenário 12), “Inadequada” (cenário 14) e “Vaga” (cenário 10).

No cenário 12, foi descrita a seguinte situação problema: Tobias, trabalha em uma empresa de transporte de minério há 05 anos, no turno D das 00:00 hs às 06:00 hs. Por trabalhar neste horário, faz o curso de Engenharia de Produção na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC), que habitualmente as disciplinas são ministradas no período matutino ou vespertino. Entretanto o supervisor de seu turno de trabalho aposentou, e entrou um outro bem mais jovem e com pouca experiência em cargo de supervisão. Em uma certa noite de trabalho, teve um embate com o seu novo supervisor, que o pressionou para que fosse mais rápido nas viagens dadas da mina, até a descarga no britador. O supervisor não gostou, e em uma reunião com os outros supervisores, evidenciou que não queria Tobias em seu turno. O supervisor do turno A (06:00 hs às 12:00 hs), já o conhecia por seu ótimo desempenho na

empresa, o aceitou em seu turno. Tobias foi transferido de turno em 15 junho de 2016, em uma quarta-feira. Tobias por estar fazendo o curso, tentou convencer o supervisor para que não o transferisse de turno, mas não teve jeito, se não aceitasse seria demitido. Por estar cursando três disciplinas (Desenho técnico 1, Cálculo III e Física 3) na parte da manhã, procurou a coordenadoria do curso em 16 de junho de 2016, em uma quinta-feira à tarde e evidenciou que não poderia mais terminar as disciplinas. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

Neste cenário (12), 56 coordenadores / subcoordenadores (experiência média de 24,8 meses - Tabela 17) apresentaram como resposta, alternativa “b”, *“Solicitar ao aluno que traga uma declaração da empresa, descrevendo que foi transferido de turno e em qual turno está trabalhando atualmente. Sendo verídico o fato que evidenciou, realizar o cancelamento das disciplinas”*. Neste estudo, considera essa resposta como “Adequada” a situação problema, fundamentado no Art. 64 da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012¹⁹. Entretanto, os coordenadores 3, 25 e subcoordenador 54 com 40, 9 e 8 meses de experiência no cargo respectivamente, apresentaram como resposta, alternativa “a”, *“Dizer para o aluno que não há nada a fazer em seu caso, que ele tem que continuar frequentando as aulas e terminar as disciplinas, caso não frequente as aulas e não faça as avaliações que ainda faltam, será reprovado por falta e por nota”*. Nas respostas consideradas “Vaga”, formuladas na alternativa “c”, o coordenador 10 com 48 meses de experiência no cargo, respondeu: *“Existem prazos e condições a serem observados. Eu teria que consultar os regulamentos para saber como agir”*.

Pertinente ao cenário 14, foi apresentada a seguinte situação problema: Paola, aluna do curso de Letras, faltou algumas vezes à aula de Morfologia do Português. Preocupada com sua frequência, solicitou três vezes ao professor da disciplina, que a informasse a porcentagem ou quantidade de falta que ela já tem na disciplina, contudo, ele diz que a informará no fim da aula, chega no fim da aula, diz para ela que na próxima aula à informará. Por não ser informada, procurou a coordenadoria do curso, para que seja informada sobre sua frequência. Diante dessa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

¹⁹ Os pedidos de cancelamentos de disciplinas ou eixos temáticos/módulos, solicitados após os períodos estabelecidos em calendário acadêmico, serão analisados pela coordenadoria de curso ou unidade responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo, desde que considerados casos excepcionais, devidamente comprovados. Conforme o parágrafo único, são considerados casos excepcionais para cancelamento de disciplina ou eixo temático/módulo: **I - doença do estudante ou de pessoa de seu núcleo familiar que exija envolvimento direto do interessado, impossibilitando-o de frequentar a disciplina ou o eixo temático/módulo objeto de cancelamento; II - ingresso ou mudança de horário em emprego/cargo superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo. [...]**

Referente a esse cenário (14), 51 coordenadores / subcoordenadores apresentaram como resposta, alternativa “a”, *“Orientar a aluna procurar o professor novamente, para que a informe sobre sua frequência e se caso não informe, voltar novamente a coordenação que será tomada providências cabíveis.”* e “b”, *“Imprimir o relatório de frequência da aluna e solicitar que ela confirme com o professor, pois pode ocorrer que existem outras faltas, que ainda não foram lançadas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)”*. Neste estudo, não considera nenhuma das respostas “Adequada” a situação problema, mesma que a alternativa “b”, seja em parte, pois conforme o Art. 83 da RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012 § 1º, o registro da frequência às aulas será de responsabilidade do professor da disciplina ou do eixo temático/módulo, sob a supervisão da coordenação de curso. Outra justifica se deve ao § 2º, compete ao professor registrar a frequência dos estudantes no diário de classe disponibilizado pelo sistema acadêmico e informá-la sempre que for solicitada pelo estudante.

Deste modo, o mais adequado seria o professor da disciplina ter informado a presença da aluna, quando solicitada, o que não ocorreu, levantando ela procurar a coordenação do curso. Respostas consideradas “Adequada” formuladas na alternativa “c”, foram realizadas por exemplo, pelos coordenadores 30 e 48, com 32 e 6 meses de experiência no cargo respectivamente.

Resposta do coordenador 30, alternativa “c”: *“O aluno tem direito a 25% de faltas, de modo geral com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), os professores estão sempre fazendo a chamada on-line, ou atualizando constantemente o mesmo. Caso isto não esteja ocorrendo no departamento e o aluno não tenha ideia de suas frequências, deve solicitar ao professor. O docente, segundo Art. 83 do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG), deve informar sempre que solicitado pelo estudante as suas frequências. Havendo relutância por parte do professor, a coordenação deve ser informada para conversar com o docente para tentar resolver o problema”*.

Resposta do coordenador 48, alternativa “c”: *“O coordenador pode imprimir do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), mas também seria interessante reforçar para o docente que é direito do aluno ser informado da frequência assim que solicitado, segundo o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG): Compete ao professor registrar a frequência dos estudantes no diário de classe disponibilizado pelo sistema acadêmico e informá-la sempre que for solicitada pelo estudante”*.

Relativo ao cenário 10, expôs-se a seguinte situação problema: Dia 22 de junho de 2016, em uma quarta-feira, chegaram a coordenação do curso de Psicologia seis alunos, relatando

que realizaram a segunda avaliação da disciplina de Psicologia Social I, quarta-feira da semana passada, e que o professor da disciplina, não entregou as provas da primeira avaliação, e muito menos divulgou as notas tirada por cada aluno. Eles já solicitaram diversas vezes ao professor, que entregasse as provas ou divulgasse as notas tiradas, por não serem atendidos, solicitam a coordenação que as provas sejam entregues, pois o professor da disciplina, disse que realizarão uma terceira avaliação, por terem saído mal na primeira. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

Nesse cenário (10), apenas o coordenador 15 (60 meses de experiência), apresentou como resposta, alternativa “a”, *“Informar aos alunos, que cada professor tem uma forma de desempenhar suas atividades como docente”*. Por outro lado, 26 coordenadores / subcoordenadores, apresentaram como resposta alternativa “b”, *“Orientar os alunos procurarem o professor da disciplina novamente, e solicitar que entregue as provas ou divulgue a nota tirada por cada aluno”*. No estudo, não considera nenhuma das duas respostas “Adequada” a situação problema exposta, uma vez que no Art. 79 da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 § 5º, o docente responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo só poderá realizar uma nova avaliação após divulgar a nota obtida na avaliação anterior com antecedência de pelo menos dois (2) dias letivos. E de acordo com § 6º, os originais de trabalhos ou provas deverão ser devolvidos ao estudante no momento da divulgação da nota de cada avaliação, exceto os trabalhos de conclusão de curso e relatórios de estágios, os quais deverão ser arquivados na instituição. Respostas consideradas “Adequada”, formuladas na alternativa “c”, foram realizadas por exemplo, pelo coordenador 11 e subcoordenador 53, ambos com 24 meses de experiência nos cargos.

Resposta do coordenador 11, alternativa “c”: *“Pelo REGULAMENTO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (RGCG), o professor só pode dar nova avaliação, tendo liberado a nota da última avaliação, 48 horas antes da nova prova. Orientaria os alunos a abrirem um processo, solicitando divulgação da 1ª nota e anulação da segunda avaliação”*.

Resposta do subcoordenador 53, alternativa “c”: *“Passar a reclamação para o professor e orientá-lo que ele tem o prazo de 48 horas para informar a nota da avaliação anterior, antes de aplicar uma segunda avaliação, de acordo com o REGULAMENTO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (RGCG)”*.

Ainda referente ao cenário 10, dez respostas formuladas na alternativa “c” pelos coordenadores / subcoordenadores, foram consideradas “Vaga”, em virtude de não retratar /

fundamentar no Art. 79 da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, como por exemplo realizado pelos coordenadores / subcoordenadores 23, 28, 34 e 36, com 16, 24, 9 e 6 meses de experiência nos cargos respectivamente.

Resposta do coordenador 23, alternativa “c”: “*Conversar com o professor e solicitar providências. Caso não seja atendido, encaminhar o caso à diretoria da unidade*”.

Resposta do coordenador 28, alternativa “c”: “*Ouvir as duas partes e buscar a melhor solução possível*”.

Resposta do subcoordenador 34, alternativa “c”: “*Processo administrativo*”.

Resposta do subcoordenador 36, alternativa “c”: “*Solicitar posicionamento do professor*”.

As relações de distâncias, entre coordenadores / subcoordenadores em relação às suas repostas ante cenários, podem ser verificadas na Figura 35. A representatividade da matriz original de distâncias entre coordenadores / subcoordenadores, foi mensurada pela correlação de Pearson, obtendo-se 0,77.

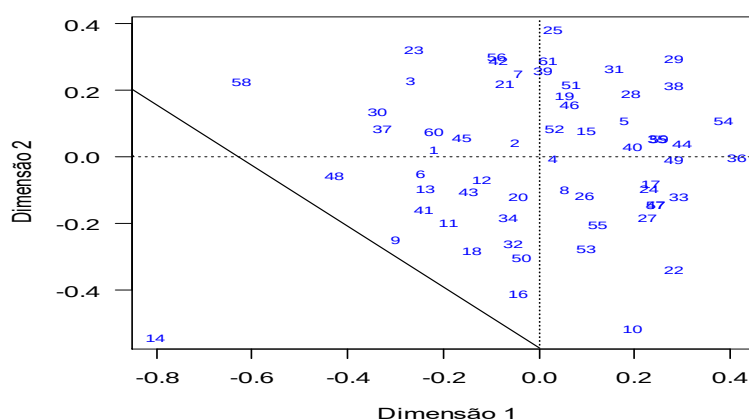


Figura 35. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas (Adequada, Inadequada, Vaga) dos coordenadores / subcoordenadores em cenários de contingência fechada.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE I: **H_{2a}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA.

O coordenador 14, apresentou comportamento diferente dos demais. Em decorrência, provavelmente da quantidade de repostas consideradas “Vaga” na maioria dos cenários. Este coordenador com experiência de 48 meses no cargo, respondeu “*Idem*” na alternativa “c”, nos cenários 5, 6, 8, 10, 12, 14 e 16, após ter apresentado a seguinte resposta no cenário 4: Jaqueline, aluna do curso de administração, não estava presente o dia que a professora de Fundamentos da

Administração, divulgou a frequência de cada aluno. Quando ficou sabendo através de seus colegas, solicitou a professora a revisão de sua frequência 6 dias após a divulgação. Fundamentado na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

Resposta do coordenador 14, alternativa “c”: *“As últimas ponderações que fiz até aqui mostram um pouco do rumo de minha concepção e da prática que, como professor já completando 50 anos de magistério, 48 anos em universidades e 47 na FE, UFG; sendo coordenador do curso de Pedagogia por quatro e pró-reitor de graduação também por quatro anos; bem como minha efetiva participação, dos anos 80 do século passado aos inícios deste século, nas discussões e movimentos locais, regionais e nacionais que buscavam uma compreensão mais rigorosa e uma transformação acadêmica da universidade, da graduação, da formação de professores, das reformas de currículo, dos estágios, em algumas dezenas de universidades e também de centros universitários e faculdades. Em resumo, não se compreende nem se avança buscando respostas para questões particulares. O que falta e é fundamental, é a busca de uma compreensão teórica do que é, do que faz algo ser uma universidade, um curso de graduação, um currículo, uma avaliação, uma coordenação acadêmica... Essa compreensão é inseparável de uma nova prática, de olhares, posturas, ações, decisões lúcidas, corajosas e academicamente orientadas. Com isso, acho que, provavelmente, não terá mais sentido nem necessidade de responder a mais perguntas. De todo modo, estou sempre à disposição para mais discussões e reflexões”.*

Em geral, nos cenários de contingência fechada, mais tempo de experiência (à medida que vai subindo) no cargo de coordenador / subcoordenador não proporcionou de forma efetiva, maior eficiência no comportamento de decisão (resposta / decisão tomada), uma vez que grande parte dos coordenadores / subcoordenadores com mais experiência, apresentaram decisões (respostas) consideradas “Vaga” na alternativa “c” (resposta dissertativa), em maior parte dos cenários (3, 4, 5, 6, 8, 12, 14 e 16 - Figura 35), sendo demonstrado essa correlação pelo coeficiente de Person (positivo e fraco: $r = +0,264$, $p < 0,040$).

Nota-se nas decisões (respostas) formuladas por alguns coordenadores / subcoordenadores na alternativa “c” (resposta dissertativa), apresentadas nessa subseção e outras presente no banco de dados da pesquisa, que mesmo com elevada experiência no cargo, o desconhecimento dos regulamentos, possivelmente levou os coordenadores / subcoordenadores à apresentarem decisões (respostas) consideradas “Vaga” (coordenadores 10, 23, 28), por outro lado, coordenadores / subcoordenadores com pouca experiência, formularam decisões (respostas) consideradas “Adequada” na alternativa “c” (resposta dissertativa), fundamentadas em regulamentos (por exemplo: coordenador 48).

6.3.2 Sub-hipótese H_{2b}

Uma vez descritas as análises da sub-hipótese H_{2a} , descreve-se as da H_{2b} , a qual refere aos cenários de contingência aberta (cenários: 2, 7, 9, 11, 13, 15 e 17 - Vide Tabela 8 e APÊNDICE E). Para verificar se mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador de curso de graduação, proporciona maior eficiência na decisão em cenários de contingência aberta (H_{2b}), também foi realizado o Teste de LSD de Fisher, correlação bivariável pelo coeficiente de Person, teste qui-quadrado, análise de correspondência e escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower e análise de frequência absoluta e percentual, como na hipótese H_{2a} .

O Teste LSD de Fisher, foi utilizado para comparar médias de tempo de experiência dos coordenadores em cada cenário (Tabela 19). Em todos os cenários de contingência aberta, observa-se que o tempo médio de experiência, relaciona-se de forma distinta com as categorias de resposta. Por exemplo, no cenário 2 a média de tempo de experiência dos coordenadores / subcoordenadores que apresentaram repostas “Inadequada” é estatisticamente ($p < 0,05$) superior ao tempo médio dos coordenadores / subcoordenadores que apresentaram respostas “Adequada”. Já no cenário 9 e 15 ocorre o oposto. Por outro lado, nos cenários 7, 11, 13 e 17, coordenadores / subcoordenadores com mais tempo de experiência, apresentaram resposta “Vaga”.

Tabela 19. Médias de tempo de experiência (em meses) por categoria de resposta em cada cenário de contingência aberta.

Cenário	Resposta		
	Adequada	Inadequada	Vaga
2	22.3 b	26.1 a	22.5 b
7	26.3 b	21.4 c	40.0 a
9	28.1 a	20.0 b	22.5 b
11	24.4 ab	22.0 b	26.0 a
13	26.7 b	24.2 b	35.3 a
15	31.8 a	20.5 c	24.8 b
17	24.0 a	25.0 a	27.3 a

Médias seguidas de mesma letra na linha não diferem pelo teste LSD de Fisher ($p > 0,05$).

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE I: H_{2b} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

A correlação bivariável pelo coeficiente de Person, realizada com os dados do APÊNDICE I: H_{2b} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA, aponta que o relacionamento entre tempo de experiência no cargo e resposta (comportamento de decidir /

decisão tomada) “Adequada” dos coordenadores / subcoordenadores é positivo e fraco ($r = +0,129$, $p < 0,321$). Referente ao tempo de experiência no cargo e resposta (comportamento de decidir / decisão tomada) “Inadequada”, o relacionamento é negativo e fraco ($r = -0,143$, $p < 0,272$). Por outro lado, relativo ao tempo de experiência no cargo e resposta (comportamento de decidir / decisão tomada) “Vaga”, o relacionamento é positivo e fraco ($r = +0,016$, $p < 0,900$)²⁰. Como pôde verificar, mesmo que de forma moderada, mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador, proporcionou maior eficiência no comportamento de decisão (resposta) em cenário de contingência aberta (**H_{2b}**).

O teste de qui-quadrado, revelou existência de associações significativas ($p < 0,001$) entre categorias de resposta e cenários. Assim, uma análise de correspondência foi realizada com o objetivo de identificar como ocorrem essas associações.

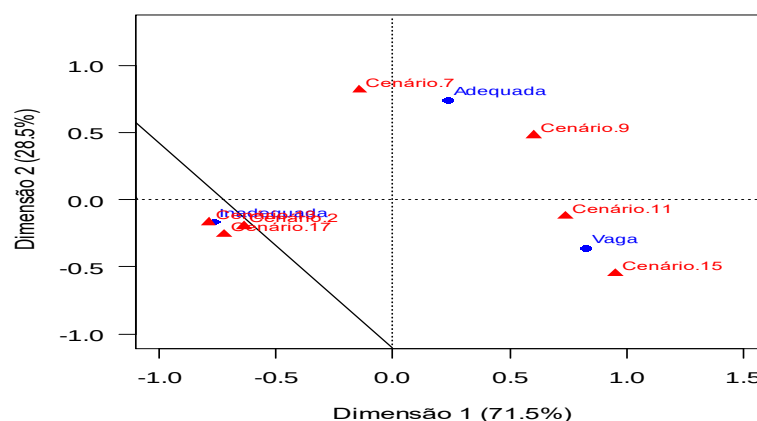


Figura 36. Mapa de percepção das associações entre categoria de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) e cenários de contingência aberta.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Análise realizada com os dados do ANEXO IX: **H_{2b}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

A análise de correspondência, permitiu concentrar 71,5% da informação de associação das categorias de resposta, com os cenários no primeiro eixo (dimensão 1). Conjuntamente, 100% dessa informação encontra-se no mapa de percepção (Figura 36). Nos cenários 2, 13 e 17, houve maior quantidade (> 45) de respostas “Inadequada” pelos coordenadores / subcoordenadores, já nos cenários 7 e 9, maior número de respostas “Adequada” (36 e 31 respectivamente). Cenários 11 e 15 estão associados com respostas “Vaga”. Observando a Figura 36 e Tabela 20, nota-se que no geral e em mais cenários (2, 13 e 17), predominou respostas “Inadequada”, e em seguida respostas “Vaga”.

²⁰ Os valores foram categorizados com base na ilustração da intensidade do relacionamento de coeficientes de correlação positivos e negativos de Dancey e Reidy (2013, p. 187).

Tabela 20. Frequência em quantidade, percentual e predominância de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) em cenários de continência aberta.

Cenários	Alternativa definida como a ser escolhida	Respostas			Predominância
		Adequada	Inadequada	Vaga	
Cenário 2	c	7 (11%)	46 (75%)	8 (13%)	Inadequada
Cenário 7	b	36 (59%)	22 (36%)	3 (5%)	Adequada
Cenário 9	c	31 (51%)	4 (7%)	26 (43%)	Adequada
Cenário 11	c	16 (26%)	6 (10%)	39 (64%)	Vaga
Cenário 13	c	7 (11%)	50 (82%)	4 (7%)	Inadequada
Cenário 15	c	6 (10%)	4 (7%)	51 (84%)	Vaga
Cenário 17	c	5 (8%)	49 (80%)	7 (11%)	Inadequada
Somatório		108 (25%)	181 (43%)	138 (32%)	Inadequada

Fonte: Elaboração própria.

Observação: alternativa a, b são objetivas; alternativa c é dissertativa, ou seja, o coordenador / subcoordenador tem que formular sua própria resposta (decisão).

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE I: **H_{2b}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

Em busca de demonstrar algumas respostas de tomada de decisão realizadas pelos coordenadores / subcoordenadores, descreve-se três cenários com resultados expressivo da Tabela 20, referente a categoria “Adequada” (cenário 7), “Inadequada” (cenário 17) e “Vaga” (cenário 15).

No cenário 7, foi descrita a seguinte situação problema: Alexandre, aluno do curso de Engenharia de Minas, concluiu regularmente todas as disciplinas e atividades complementares exigidas na matriz curricular do curso, entretanto foi reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O aluno procurou a coordenadoria do curso e formalizou pedido solicitando a revogação de sua reprovação, alegando que seu orientador não cumpriu com suas obrigações e se esquivava de dar a devida atenção e orientação. Alexandre comprova o que alega por meio de diversos e-mails enviados ao professor, com anexo as versões de seu TCC para correções, que segundo ele nunca foi corrigido. O professor que o orientou se defende verbalmente, diz que cumpriu com suas obrigações como de costume, e evidenciou que o desempenho insuficiente do aluno, o levou a reprovação. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

Neste cenário (7), 31 coordenadores / subcoordenadores (experiência média de 26,3 meses - Tabela 19) apresentaram como resposta, alternativa “b”, “*Deferir o pedido de*

revogação da reprovação, pois mesmo que o professor se defende verbalmente, o aluno não pode ser prejudicado pelo incumprimento das obrigações do orientador”. Neste estudo, considera essa resposta como a “Adequada” a situação problema, fundamentado no CÓDIGO CIVIL (2002) e CÓDIGO DE PROTEÇÃO, DEFESA DO CONSUMIDOR²¹. No entanto, 22 coordenadores / subcoordenadores (experiência média de 21,4 meses - Tabela 19), responderam alternativa “a”, *“Indeferir o pedido de revogação da reprovação e orientar o aluno a buscar outro orientador”*. Nas respostas consideradas “Vaga”, realizadas na alternativa “c”, os coordenadores / subcoordenadores 1 e 39, com 24 e 48 meses de experiência no cargo respectivamente, responderam:

Resposta do coordenador e subcoordenador 1, alternativa “c”: *“Para a tomada de decisão precisa-se apurar os fatos e verificar a veracidade de ambas as informações”*.

Resposta do coordenador 39, alternativa “c”: *“É necessária uma declaração formal do professor, documental”*.

Referente ao cenário 17, apresentou-se a seguinte situação problema: Adriane, concluiu regularmente o curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Goiás (UFG). Ela foi convocada a realizar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entretanto não realizou. Adriane alega que estava enferma, porém não apresentou atestado médico para comprovar sua impossibilidade de realizar o exame e justificar o não comparecimento. Adriane procurou a coordenação do curso, formalizou pedido solicitando que cole grau junto com seus colegas e seja expedido seu diploma do curso. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

Relativo a esse cenário (17), 49 coordenadores / subcoordenadores (experiência de 25 meses - Tabela 19) apresentaram como resposta, alternativa “a”, *“Indeferir seu pedido. Não permitir que Adriane cole grau e não expedir seu diploma, pois têm que regularizar sua*

²¹ De acordo com o CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186: por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito, e Art. 187: Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Ainda, de acordo com o CDC Art. 4º. Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: [...] d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho. Outra justificativa se deve ao Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

pendência sobre o ENADE.” e alternativa “b”, “Deferir seu pedido em parte. Permitir que cole grau, mas não expedir seu diploma, enquanto não regularize sua pendência sobre o ENADE”. No estudo, não considera nenhuma das respostas “Adequada” a situação problema, fundamentado no § 2º do Art. 10 do SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004²². Respostas consideradas “Adequada” realizadas na alternativa “c”, foram formuladas por exemplo pelos coordenadores 12 e 23, com 18 e 16 meses de experiência respectivamente.

Resposta do coordenador 12, alternativa “c”: *“Permitir que a aluna cole Grau e realizar o cadastro da aluna no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (INEP), no período correspondente à regularização da situação do ENADE”.*

Resposta do coordenador 23, alternativa “c”: *“Encaminhar um memorando à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), solicitando a colação de grau da estudante com sua turma e se comprometendo a inscrevê-la no ano seguinte no ENADE, na modalidade de aluno irregular”.*

Respostas consideradas “Vaga” (cenário 17) realizadas na alternativa “c”, foram realizadas por exemplo pelos coordenadores / subcoordenadores 27 e 58, com 36 e 35 meses de experiência respectivamente.

Resposta do coordenador 27, alternativa “c”: *“Aguardar o período de inscrição de alunos irregulares no ENADE, para expedir diploma”.*

Resposta do coordenador e subcoordenador 58, alternativa “c”: *“Meu curso teve ENADE este ano. A orientação que recebi do responsável na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) é de que pedidos dessa natureza (sem comprovação), sejam indeferidos. Porém, entrei em contato com o INEP ontem e fui informada de que haverá uma portaria regulamentando como a justificativa de ausência no ENADE deve ser avaliada e que aguardemos, pois, a sua liberação com tais instruções”.*

²² O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades: I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior. Como pode verificar, prevê sanções à instituição, não há previsão legal de sanções aos alunos inscritos que deixarem de participar. Ademais de acordo com § 2º do Art. 05. O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. Por ser por amostragem, um aluno convocado que por qualquer que seja o motivo, não realiza o exame, não impactará de forma a prejudicar a avaliação da instituição que representa. E conforme fragmento extraído do REEXAME NECESSÁRIO N. 0010522-48.2010.4.01.3500/GO (d), p. 03, o exame “visa apenas compelir o estudante convocado a colaborar com o Poder Público no procedimento de avaliação do ensino nacional. 4. O descumprimento de tal obrigação, pela inobservância da convocação, não pode ensejar óbice à concessão do diploma, posto que totalmente desproporcional ao dever descumprido e sem qualquer previsão legal específica”.

No cenário 15, expôs-se a seguinte situação problema: Diversos alunos do curso de Administração, procuram a coordenadoria do curso e formalizaram reclamação sobre faltas recorrentes do professor da disciplina Legislação Empresarial, ademais, evidenciaram que quando aparece, não ministra aula, fica enrolando para o tempo passar. O professor é de outra unidade acadêmica e argumentou que está faltando porque está cursando uma disciplina no Doutorado, que é no mesmo horário da disciplina que ministra e seu pedido de afastamento foi indeferido. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

Relativo a esse cenário (15), 4 coordenadores / subcoordenadores (experiência média de 20,5 meses - Tabela 19) apresentaram como resposta, alternativa “a”, *“Não fazer nada, pois o pedido de afastamento para cursar Doutorado do professor foi indeferido, deste modo está fazendo o que está ao seu alcance, para ministrar as aulas e fazer o Doutorado.”* e alternativa “b”, *“Conversar com todos os alunos na sala de aula e comunicar que o professor está faltando, porque está cursando uma disciplina no Doutorado, no mesmo dia e horário da aula deles de Legislação Empresarial”*. No estudo, não considera nenhuma das respostas “Adequada” a situação problema, fundamentado na RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL (2002) E CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL²³. Respostas consideradas “Adequada”, realizadas na alternativa “c”, foram realizadas por exemplo pelos coordenadores / subcoordenadores 1 e 6, com 24 e 48 meses de experiência no cargo respectivamente.

Resposta do coordenador e subcoordenador 1, alternativa “c”: *“Solicitar ao docente que cumpra a carga horaria de aula, pois se não houve dispensa do mesmo, ele está irregular e os alunos não podem ser prejudicados”*.

Resposta do coordenador 6, alternativa “c”: *“Procurar uma alternativa de dia e horário, em que seja possível a presença do professor e dos alunos (que esteja em seu turno de aula). A ausência do professor as aulas, deve ser resolvida de algum modo. Os alunos não podem ser penalizados pelo fato de sua licença não ter sido deferida”*.

²³ De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Inciso: VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Portanto é direito dos alunos, exigirem da coordenadoria tomada de providência em relação as faltas do professor. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. Na situação problema apresentada, pode-se abrir um processo administrativo contra o professor e conceder o direito de defesa, pois conforme com a CF Art. 5º inciso V – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Ainda referente ao cenário (15), 51 (84%) respostas apresentadas pelos coordenadores / subcoordenadores (experiência média de 24,8 meses - Tabela 19), foram consideradas “Vaga” em virtude de não retratar, mesmo que implicitamente os regulamentos descritos anteriormente. Como exemplo, respostas realizadas pelos coordenadores / subcoordenadores 4, 51, 57, com 36, 9 e 24 meses de experiência respectivamente.

Resposta do coordenador 4, alternativa “c”: *“Conversaria com o professor que ele tem um compromisso com as aulas e se não puder ministrar trocar o professor”*.

Resposta do coordenador 51, alternativa “c”: *“Uma situação como esta não pode ocorrer. Ou o professor está comprometido com a disciplina ou não está...”*.

Resposta do coordenador e subcoordenador 57, alternativa “c”: *“Conversar com o professor e verificar o que é possível fazer para evitar o choque de horários”*.

As relações de distâncias entre coordenadores em relação às suas repostas ante cenários, podem ser verificadas na Figura 37. A representatividade da matriz original de distâncias entre coordenadores / subcoordenadores, foi mensurada pela correlação de Pearson, obtendo-se 0,74.

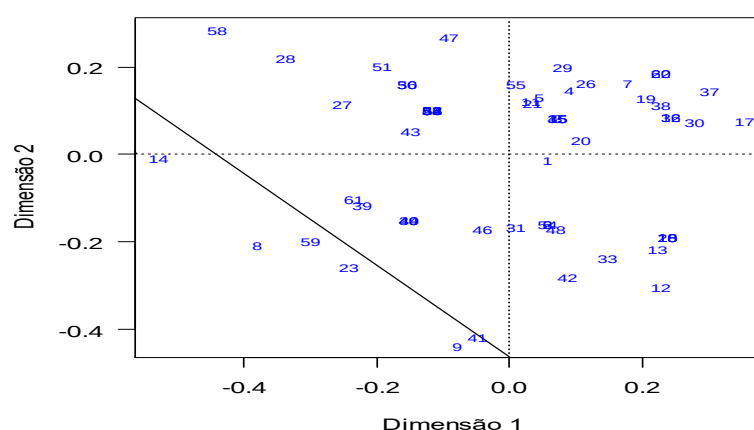


Figura 37. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas (Adequada, Inadequada, Vaga) dos coordenadores em cenários de contingência aberta.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE I: **H_{2b}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

Como nos cenários contingência aberta, o coordenador 14 apresentou comportamento diferente dos demais, devido ao fato de fornecer respostas “Vaga”, também na maioria dos cenários de contingência aberta. As respostas foram consideradas “Vaga”, por ter respondido

“*Idem*” na alternativa “c” dos cenários 7, 9, 11, 13, 15 e 17. O coordenador 58 também apresentou respostas “Vaga” na maioria dos cenários (2, 9, 11, 13, 15 e 17), como por exemplo no cenário 2, o qual foi apresentada a seguinte situação problema: A professora Kariny, está ministrando aulas no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás (UFG), há 22 meses como professora substituta, no próximo mês ganhará neném, entretanto, o contrato dela vence daqui 2 meses. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

Neste cenário (2), o coordenador 58 não optou pelas respostas objetivas, fornecidas nas alternativas “a”, “*Finalizar o contrato da professora, antes do primeiro dia do nono mês de gestação*” e “b”, “*Não finalizar o contrato e conceder a licença maternidade da professora de cento e vinte dias*”. Preferiu formular sua própria resposta na alternativa “c”, “*O contrato não pode ser finalizado, ela tem direito à licença maternidade, mas não sei ao certo qual o período a que ela tem direito*”. A resposta foi considerada “Vaga”, pois o coordenador não sabia o período de licença que a professora tinha de direito na situação problema, além de não retratar, mesmo de forma implícita, a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS²⁴.

De certa forma, nos cenários de contingência aberta, mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador, proporcionou mesmo que baixa, maior eficiência no comportamento de decisão (resposta / decisão tomada), sendo demonstrado essa correlação pelo tempo de experiência no cargo e decisões (respostas) “Adequada” pelo coeficiente de Person (positivo e fraco: $r = +0,129$, $p < 0,321$). Percebe-se nas decisões (respostas) formuladas por alguns coordenadores / subcoordenadores, na alternativa “c” (resposta dissertativa) apresentada nessa subseção e outras presente no banco de dados da pesquisa, que a elevada experiência, provavelmente contribui para apresentarem decisões (respostas) “Adequada”, visto que não retrataram de forma explícita regulamentos em suas argumentações.

6.3.3 Sub-hipótese H_{2c}

Finalizado a descrição das análises das sub-hipóteses H_{2a} e H_{2b} , descreve-se as da H_{2c} , a qual refere aos cenários de contingência fechada (cenários: 1, 3, 4 5, 6, 8, 10, 12, 14 e 16 - Vide Tabela 7 e APÊNDICE E). Para verificar se conhecimento [relato (auto-observação)] da

²⁴ De acordo com a CF Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (EC nº 20/1998, EC nº 28/2000, EC nº 53/2006 e EC nº 72/2013), inciso XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias. Ainda conforme art. 10, II, alínea b, do ADCT, as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito a estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 e RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, proporciona aos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, maior eficiência na decisão em cenário contingência fechada (H_{2c}), foi realizado o teste exato de Fisher, teste qui-quadrado, mapa de árvore, análise de correspondência e escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower e análise de frequência absoluta. Os resultados são apresentados em duas subseções, a primeira referente a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 e a segunda a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.

6.3.3.1. H_{2c} - RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009

Os cenários 3 e 16, referem a auto-observação (relato) de conhecimento da RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009. Em função de algumas frequências baixas (< 5) de algumas categorias na Tabela 21, o teste exato de Fisher, foi aplicado para verificar associações significativas ($p < 0,05$) entre as frequências em cada categoria de resposta dos coordenadores / subcoordenadores e a auto-observação (relato) de conhecimento ou não da resolução. Foi observado em ambos os cenários, associação significativa ($p = 0,0287$), indicando que a proporção de repostas “Adequada”, é superior quando foi relatado conhecimento da resolução (correspondência positiva: dizer-fazer), como pode ser observado graficamente no mapa de árvore (Figura 38).

Tabela 21. Frequências das repostas de coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer ou não a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 em dois cenários de contingência fechada.

Cenários	Alternativa definida como a ser escolhida	RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 2009	Resposta		
			Adequada	Inadequada	Vaga
Cenário 3	a	Conhece	21	23	1
		Desconhece	9	4	3
Cenário 16	a	Conhece	41	0	4
		Desconhece	13	1	2
Somatório		Conhece	62	23	5
		Desconhece	22	5	5

Fonte: Elaboração própria.

Conhece: refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009.

Desconhece: Refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram não conhecer a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009.

Nota: Análise realizada com os dados do ANEXO X: H_{2c} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009.

No geral, 74% dos coordenadores / subcoordenadores relataram (auto-observação) conhecer a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009, pertinente aos cenários de contingência

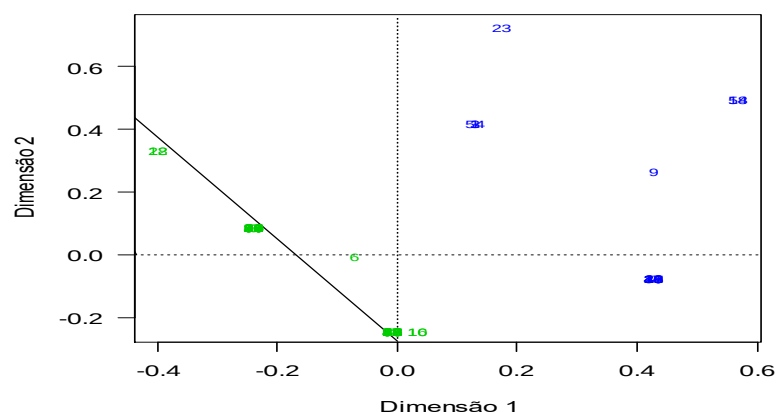


Figura 39. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários 3 e 16.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE J: H_{2c} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009.

Pelo escalonamento bidimensional, observa-se que há um padrão de comportamento dos coordenadores / subcoordenadores, que relataram (auto-observação) conhecer a resolução do lado esquerdo do gráfico. Este padrão está associado com respostas “Adequada” no cenário 16. Neste cenário, foi apresentado a seguinte situação problema: Victor, foi aprovado em 1º lugar em um concurso para professor efetivo, em regime de 40 horas no curso de Engenharia da Produção. Está em estágio probatório há 1 anos e 6 meses. Devido um professor do Curso de Administração ter afastado para cursar Doutorado, e não podendo contratar mais professor substituto, por motivo de cortes no orçamento relacionado a contratação de pessoal, o coordenador do curso de Administração, solicitou ao coordenador do curso de Engenharia de Produção, a disponibilidade de Victor para o segundo semestre de 2016, para ministrar as disciplinas de: Processo Decisório e Controle e Gestão de Projetos, uma vez que tem muito domínio nessas áreas de conhecimento e também porque ministrará somente duas disciplinas no segundo de 2016 no curso que está lotado. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

Nesse cenário (16), dos 45 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a resolução, 41 apresentaram respostas “Adequada” a situação problema (Tabela 21). Trinta e seis coordenadores / subcoordenadores dos 45, apresentaram como resposta, alternativa “a”, “Colocar em votação na reunião mensal da Unidade Acadêmica Especial de Engenharia a disponibilidade do Professor Victor, sendo aprovada, cedê-lo ao curso de Administração, para ministrar as duas disciplinas indicadas”. Neste estudo, considera essa resposta “Adequada” a

situação problema, fundamentado no Art. 19 da RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009²⁵. Nenhum dos 45 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a resolução, apresentou como resposta, alternativa “b”, *“Não ceder o Professor Victor ao curso de Administração, pois está em estágio probatório”*. Nove coordenadores / subcoordenadores, optaram em formular suas próprias respostas na alternativa “c”, destes, 5 apresentaram respostas consideradas “Adequada”, como por exemplo realizado pelos coordenadores / subcoordenadores 30 e 45.

Resposta do coordenador 30, alternativa “c”: *“Caso o professor tenha interesse em ajudar e domine realmente as disciplinas que irá ministrar para ambos os cursos, levar para votação no conselho da unidade, contudo, deve-se pensar se isso não iria prejudicá-lo, uma vez que o mesmo está iniciando a carreira e não tem muita experiência e nem aulas prontas, podendo prejudicá-lo em seu estágio probatório”*.

Resposta do coordenador e subcoordenador 45, alternativa “c”: *“Em primeiro lugar, consultaria se o Prof. Vitor tem interesse em atender à solicitação, se tiver, colocaria em votação no Conselho Diretor (CD) analisando também a carga horária das disciplinas, que Vitor assume no curso que ele foi contratado e se tudo for favorável e o CD aceitasse, atenderia o solicitado. Caso contrário, colocaria as razões que levaram a não atender o solicitado”*.

No cenário 3 (Tabela 21 e Figura 39), há variabilidade de respostas “Inadequada” e “Adequada”. Não obstante, no lado direito da Figura 39, a maioria dos coordenadores / subcoordenadores desconhecem [relato (auto-observação)] a resolução, mas muitos deles apresentaram respostas “Adequada”. Neste cenário, expôs-se a seguinte situação problema: Carlos Antônio, foi aprovado em 1º lugar em um concurso para professor efetivo no curso de Física. Em seu estágio probatório por diversos conflitos e falta de interesse dos professores de seu departamento, vem desenvolvendo suas atividades sem o devido acompanhamento há 6 meses. Em razão a isso, seu desempenho está abaixo do previsto, conforme estipulado pelo departamento que está lotado. Com base na situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada.

Relativo ao cenário (3), dos 45 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a resolução, 21 responderam de forma “Adequada” a situação problema. Dezenove apresentaram como resposta, alternativa “a”, *“Designar três professores para acompanhar e*

²⁵ O docente em estágio probatório não poderá ser colocado em disponibilidade e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 6, 5, 4, ou equivalentes.

orientar o Professor Carlos Antônio de como proceder para melhorar seu desempenho no estágio probatório”. Considera-se essa resposta “Adequada” a situação problema, fundamentado no Art. 7º da RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009²⁶. Vinte e dois coordenadores / subcoordenadores apresentaram como resposta, alternativa “b”, *“Orientar o Professor Carlos Antônio e conversar com os outros professores do departamento, para que o ajude melhorar seu desempenho no estágio probatório”*. Quatro coordenadores / subcoordenadores, optaram em formular suas próprias respostas na alternativa “c”, destes, 2 apresentaram respostas consideradas “Adequada”, como exemplo, realizado pelo coordenador 41.

Resposta do coordenador 41, alternativa “c”: *“Trata-se de um caso complexo, em que a administração pública deverá agir com a máxima cautela. No caso descrito o departamento não tem interesse pelo professor, assim como o mesmo também não parece se mostrar comprometido. Possivelmente, a melhor saída é a instalação de procedimento administrativo para a averiguação da real situação que envolve o caso, assim como para preservar eventuais aspectos de personalidade, tanto em relação ao professor, como em relação ao departamento”*.

Resposta considerada “Vaga” (alternativa “c”), foi apresentada pelo coordenador 6, *“Na minha experiência como coordenadora, não houve situação em que ficasse público ao coordenador a condição de avaliação do professor em estágio probatório. Não é uma avaliação que passa pelo coordenador. Corre somente entre ele e os membros da Comissão de avaliação, portanto, não há muito o que o coordenador possa fazer nessa situação”*.

6.3.3.2. H2c - RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012

Pertinente aos cenários: 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14, inerentes a auto-observação (relato) de conhecimento da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, o teste de qui-quadrado revelou existência de associações significativas ($p < 0,001$) entre categorias de resposta e os cenários. Assim, uma análise de correspondência foi realizada com o objetivo de identificar como ocorrem essas associações.

²⁶ Ao entrar em efetivo exercício, o docente em estágio probatório deve ser continuamente avaliado, acompanhado e orientado em suas atribuições pela Chefia do Departamento ou pela Diretoria da Unidade, devendo elaborar, a cada ano, o seu plano de trabalho em consonância com o planejamento do Departamento ou da Unidade em que estiver lotado. Ainda, de acordo com parágrafo único, a Diretoria da Unidade ou Chefia do Departamento poderá designar uma comissão composta por três docentes integrantes de classe igual ou superior à do avaliado, para realizar o acompanhamento e orientação do docente em estágio probatório.

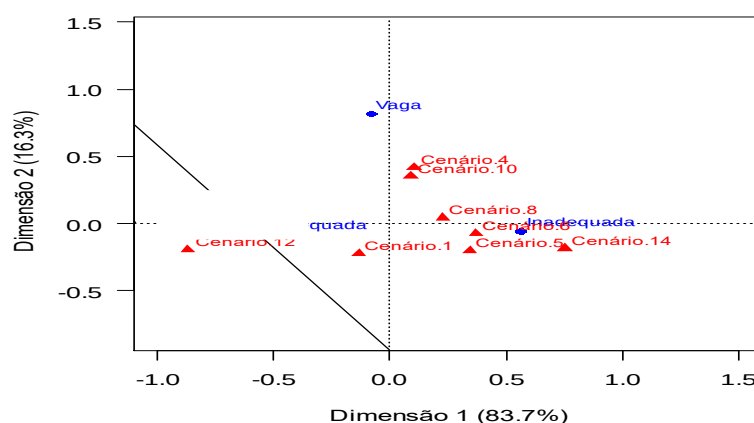


Figura 40. Mapa de percepção das associações entre categoria de resposta (Adequada, Inadequada, Vaga) e cenários de contingência fechada 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE J: **H_{2c}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.

A análise de correspondência, permitiu concentrar 83,7% da informação de associação das categorias de resposta, com os cenários no primeiro eixo (dimensão 1). Conjuntamente, 100% dessa informação encontra-se no mapa de percepção (Figura 40). No cenário 12, houve maior quantidade (43) de respostas “Adequada” pelos coordenadores / subcoordenadores. Cenários 5, 6, 8 e 14 estão associados com respostas “Inadequada”. Observando a Tabela 22, nota-se que mesmos os coordenadores / subcoordenadores conhecendo [relato (auto-observação)] a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, o número de respostas “Inadequada” é superior em relação respostas “Adequada”, como pode ser observado graficamente no mapa de árvore (Figura 41).

Tabela 22. Frequências de respostas de coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer ou não a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 nos cenários de contingência fechada 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14.

Cenários	Alternativa definida como a ser escolhida	RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012	Resposta		
			Adequada	Inadequada	Vaga
Cenário 1	a	Conhece	25	20	1
		Desconhece	10	5	0
Cenário 4	a	Conhece	17	21	8
		Desconhece	5	7	3
Cenário 5	a	Conhece	16	30	0
		Desconhece	5	9	1
Cenário 6	c	Conhece	14	32	0
		Desconhece	5	7	3
Cenário 8	a	Conhece	17	28	1
		Desconhece	5	6	4
Cenário 10	c	Conhece	17	22	7
		Desconhece	6	6	3
Cenário 12	b	Conhece	43	2	1
		Desconhece	13	1	1

Cenário 14	c	Conhece	6	40	0
		Desconhece	3	11	1
Somatório		Conhece	155	195	18
		Desconhece	52	52	16

Fonte: Elaboração própria.

Conhece: refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.

Desconhece: Refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram não conhecer a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE J: **H_{2c}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.

No geral, 75% dos coordenadores / subcoordenadores relataram (auto-observação) conhecer a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, pertinente aos cenários de contingência fechada 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14, 25 % relataram não conhecer a resolução. Em geral, quando os coordenadores / subcoordenadores relataram conhecer a resolução, 42% apresentaram respostas “Adequada” (correspondência positiva: dizer-fazer), 53% “Inadequada” (correspondência negativa: dizer- não fazer) e 5% respostas “Vaga” (correspondência negativa: dizer- não fazer). Quando desconhecem [relato (auto-observação)], 43% apresentaram respostas “Adequada” (correspondência negativa: dizer não-fazer), 43% “Inadequada” (correspondência positiva: dizer não-não fazer) e 14% respostas “Vaga” (correspondência positiva: dizer não-não fazer) (representação gráfica - Figura 41).

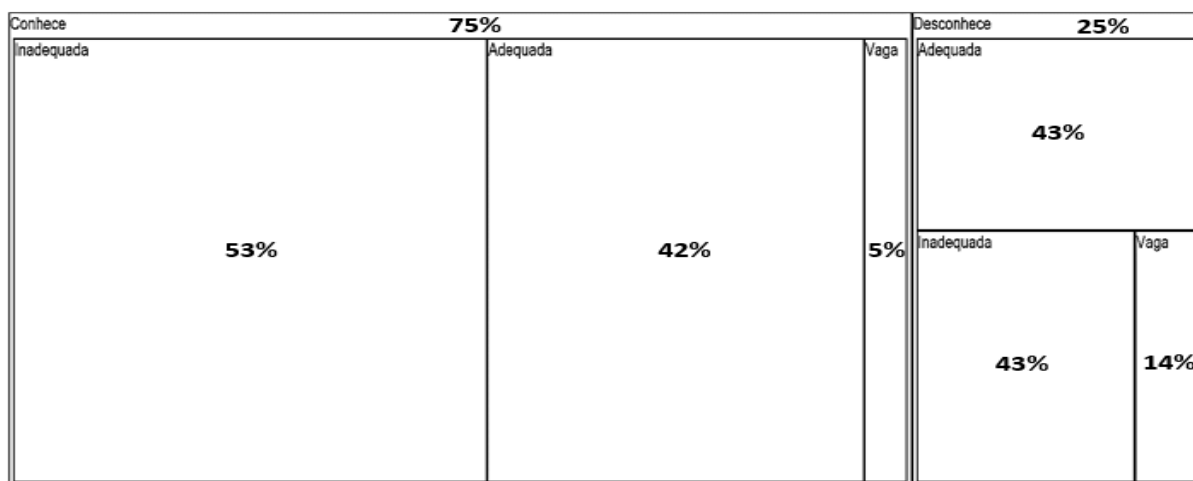


Figura 41. Mapa de árvore entre relato de conhecimento e desconhecimento da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 e respostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14.

Fonte: Elaboração própria.

Conhece: refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.

Desconhece: Refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram não conhecer a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE J: **H_{2c}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.

Visando demonstrar algumas respostas de tomada de decisão realizadas pelos coordenadores / subcoordenadores, descreve-se os cenários 5 e 8, em virtude de ainda não terem sido retratados anteriormente (mesmo que na Tabela 22, outros cenários (12 e 14) possuam resultados mais expressivos).

No cenário 5, foi descrito a seguinte situação problema: O professor da disciplina de Geometria Analítica, divulgou as notas de cada aluno, dia 30 de maio de 2016 em sala de aula. Bruno decepcionado com a nota que tirou, chegou em casa nem quis saber de verificar as correções realizada pelo professor. Quatro dias depois, chegou mais cedo do trabalho e foi ler as respostas que escreveu na prova, verificou que o professor, não somou a pontuação tirada em duas questões. Neste mesmo dia, 03 de junho de 2016, solicitou a revisão de sua nota a coordenadoria do curso. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

Neste cenário (5), dos 46 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, 16 apresentaram como resposta a situação problema (Tabela 22), alternativa “a”, *“Aceitar o pedido de revisão de nota do aluno, pois ainda não transcorreu 5 dias úteis, após a divulgação da nota da avaliação pelo professor”*. No estudo, considera essa resposta a mais “Adequada”, fundamentado no Art. 81 da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012²⁷. A maioria (30) dos coordenadores / subcoordenadores, apresentaram como resposta alternativa “b”, *“Orientar o aluno a procurar professor, e demonstrar-lhe que não somou a pontuação tirada em duas questões”*. Nenhum dos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a resolução, formularam sua resposta na alternativa “c”.

Os coordenadores 29 e 48 desconhecedores da resolução [relato (auto-observação)] e com experiência no cargo de 8 e 6 meses respectivamente, apresentaram respostas “Adequada”. O coordenador 29, relatou que consultou a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 e o coordenador 48, a RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122 e RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 21/2009. Possivelmente, a consulta das resoluções possibilitou apresentarem a resposta “Adequada”.

²⁷ O estudante poderá solicitar revisão de nota de avaliação no prazo máximo de cinco (5) dias úteis a partir da divulgação da nota. Ainda, de acordo com o § 1º, a revisão de nota poderá ser solicitada ao professor da disciplina ou do eixo temático/modulo. Outra justificativa mais pertinente, se deve ao § 2º, o estudante poderá também formalizar a solicitação de revisão de nota. E com base no § 3º, caberá a coordenadoria do curso ou da unidade acadêmica responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/modulo encaminhar o pedido formalizado de revisão de nota ao professor da disciplina ou do eixo temático/modulo.

No cenário 8, expôs a seguinte situação problema: Maria, aluna do curso de Matemática Industrial, usufruindo de tratamento excepcional por ter ganhado bebê há 01 mês, solicita ao professor de Álgebra Linear, o encaminhamento de atividades por e-mail a serem realizadas em casa em 01/08/2016. Passados 15 dias a solicitação do envio das atividades por e-mail, Maria procurou a coordenadoria do curso apresentando a impressão do e-mail enviado ao professor da disciplina, e realiza uma reclamação via memorando relatando o ocorrido, e solicita o cancelamento da disciplina. Frente a essa situação problema evidenciada, qual a decisão a ser tomada?

Nesse cenário (8), os resultados são bem similares ao cenário 5. Dos mesmos 46 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a resolução, 17 apresentaram como resposta a situação problema (Tabela 22), alternativa “a”, *“Receber o memorando referente a reclamação e pedido de cancelamento da disciplina, e realizar o cancelamento da disciplina de Álgebra Linear”*. Neste estudo, considera essa resposta a mais “Adequada”, fundamentado no Art. 108 da RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012²⁸. O maior número (28) de coordenadores / subcoordenadores, apresentaram como resposta, alternativa “b”, *“Receber o memorando referente a reclamação e o pedido de trancamento da disciplina, e conversar com a aluna para ter um pouco de paciência, que irá solicitar ao professor de Álgebra Linear o encaminhamento das atividades via e-mail”*. Quatro coordenadores optaram em formular suas próprias respostas na alternativa “c”, todas foram consideradas “Adequada”, como por exemplo realizado pelo coordenador 9.

Resposta do coordenador 9, alternativa “c”: *“Caso não haja continuidade do processo didático-pedagógico para a estudante com RN, o pedido de cancelamento deve ser analisado pelo Colegiado e após ouvir as partes envolvidas, tomar a decisão considerando o REGULAMENTO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (RGCG 1122/2012) e a Lei que a assegura a gestante sobre o tratamento excepcional”*.

As relações de distâncias entre coordenadores / subcoordenadores em relação às suas repostas, ante cenários podem ser verificadas na Figura 42. Em verde, são apresentados os

²⁸ Aos estudantes em tratamento excepcional poderá ser atribuído o exercício domiciliar sob orientação de professores das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos em curso, conforme legislação em vigor. Visto que não está havendo continuidade das atividades domiciliar, pode-se cancelar a disciplina conforme o § 1º, quando não houver a garantia do disposto do § 4º do artigo 107 em algumas das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos, nas quais o estudante estava inscrito quando ocorreu o fato impeditivo, o coordenador de curso poderá determinar o cancelamento de disciplinas ou eixos temáticos/módulos. Outra Justificativa se deve ao § 2º, quando não houver a garantia do disposto do § 4º do artigo 107 em todas as disciplinas ou em todos os eixos temáticos/módulos, nos quais o estudante estava inscrito quando ocorreu o fato impeditivo, o coordenador de curso poderá indicar o trancamento de ofício.

coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012; em azul os que relataram desconhecer. A representatividade da matriz original de distâncias entre coordenadores, foi mensurada pela correlação de Pearson, obtendo-se 0,60.

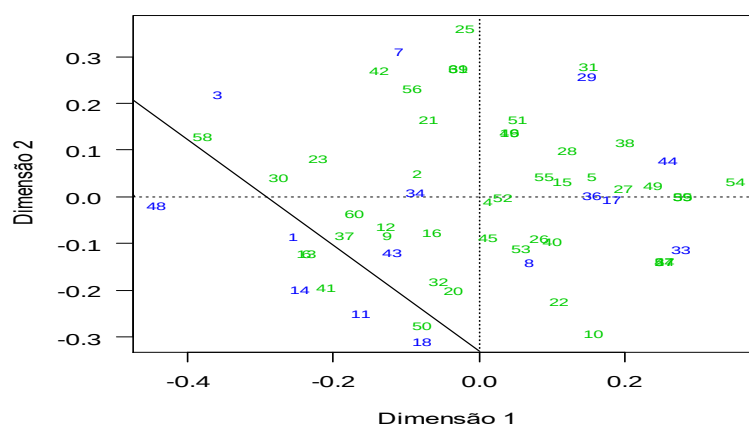


Figura 42. Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower baseada nas categorias de repostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários 1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE J: H_{2c} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012.

Pelo escalonamento bidimensional, nota-se que há não há um padrão de comportamento de respostas dos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer e desconhecer a resolução. As respostas dos coordenadores 25 e 48 diferem dos demais. O coordenador 25 que relatou conhecer a resolução, apresentou em todos os cenários (1, 4, 5, 6, 8, 10, 12 e 14) respostas “Inadequada” (correspondência negativa: dizer-fazer), o que pode provavelmente ser justificado por sua pouca experiência no cargo (9 meses) e não ter consultado a resolução durante a tomada de decisão. Totalmente diferente, o coordenador 48 com menos experiência (6 meses) e não conhecedor da resolução [relatos (auto-observação)], apresentou em todos os cenários, respostas “Adequada” (correspondência negativa entre dizer-fazer). Diferente do coordenador 25, o coordenador 48 descreveu que consultou a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 e RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 21/2009 para tomar as decisões.

De modo geral, fundamentado nas análises e seus resultados descritos, percebe-se que a auto-observação (relato) de conhecimento da RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009 e RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, não proporcionou de forma efetiva aos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, maior eficiência no comportamento de decisão (resposta / decisão tomada) em cenário de contingência fechada.

Pertinente a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009, os resultados apontam a existência de associação entre o relato (auto-observação) de conhecimento da resolução e decisão (resposta) “Adequada” (correspondência positiva: dizer-fazer) no cenário 16; entretanto, no cenário 3, o maior número de decisões (respostas) dos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer a resolução, foram consideradas “Inadequada” [correspondência negativa: dizer-não fazer (Tabela 22 e Figura 41)].

Relativo a RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, os resultados demonstram a existência de associação entre relato (auto-observação) de conhecimento da resolução e decisão (resposta) “Inadequada” (correspondência negativa: dizer-não fazer) nos cenários 5, 6, 8 e 14 (Tabela 22), somente no cenário 12, verificou a existência de associação entre relato (auto-observação) de conhecimento da resolução e decisão (resposta) “Adequada” (correspondência positiva: dizer-fazer).

6.3.4 Sub-hipótese H_{2d}

Terminado a descrição das análises das sub-hipóteses H_{2a} , H_{2b} e H_{2c} , descreve-se as da H_{2d} , a qual refere aos cenários de contingência aberta (cenários: 2, 7, 9, 11, 13, 15 e 17 - Vide Tabela 8 e APÊNDICE E). Para verificar se conhecimento [relato (auto-observação)] da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, proporciona aos coordenadores e subcoordenadores de curso de graduação, maior eficiência na decisão em cenário de contingência aberta (H_{2d}), foi realizado o mapa de árvore e análise de frequência absoluta. Nesta subseção, não descreve-se nenhum cenário (situação problema e respostas dos coordenadores / subcoordenadores), uma vez que os 17 cenários utilizados na pesquisa, foram descritos nas subseções anteriores (H_{1a} , H_{1b} , H_{2a} , H_{2b} e H_{2c}).

No geral, 18% dos coordenadores / subcoordenadores relataram conhecer os regulamentos, pertinente a cada de cenário de contingência aberta, 45 % relataram conhecer em parte e 37% relataram desconhecer. O mapa de árvore, revelou que o número de respostas “Inadequada” é maior, até mesmo, quando os coordenadores / subcoordenadores relataram conhecer os regulamentos (representação gráfica - Figura 43).

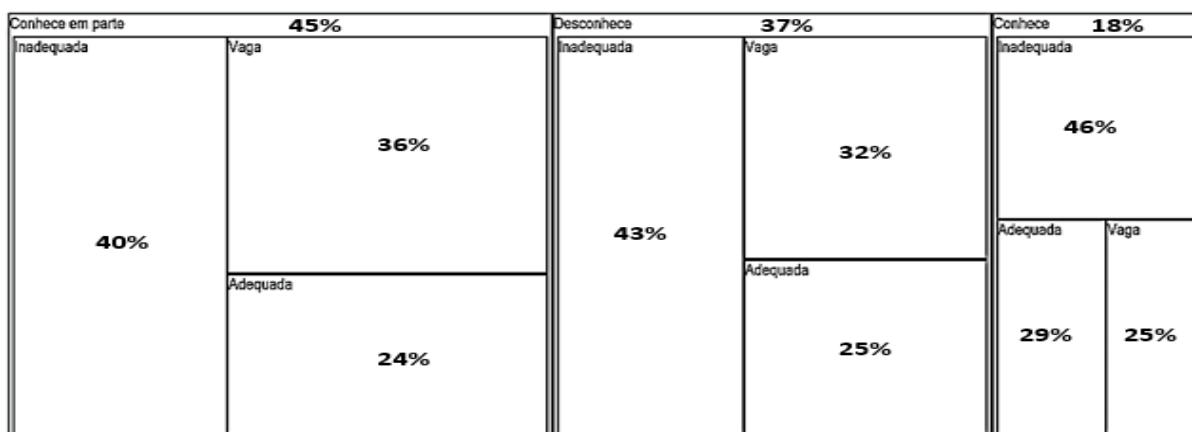


Figura 43. Mapa de árvore entre conhecimento, conhecimento em parte e desconhecimento dos regulamentos e respostas dos coordenadores / subcoordenadores nos cenários de contingência aberta.

Fonte: Elaboração própria.

Conhece: refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer todos os regulamentos, pertinente ao respectivo cenário.

Conhece em parte: Refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer um ou mais, mas não todos regulamentos, pertinente ao respectivo cenário.

Desconhece: Refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram não conhecer nenhum dos regulamentos, pertinente ao respectivo cenário.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE K: **H_{2d}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

Em geral, quando os coordenadores / subcoordenadores conhecem [relato (auto-observação)] os regulamentos, 29% apresentaram respostas “Adequada” (correspondência positiva: dizer-fazer), 46% “Inadequada” (correspondência negativa: dizer-não fazer) e 25% respostas “Vaga” (correspondência negativa: dizer-não fazer). Quando conhecem em parte [relato (auto-observação)], 24% apresentaram respostas “Adequada”, 40% “Inadequada” e 36% respostas “Vaga”. Quando desconhecem [relato (auto-observação)], 25% apresentaram respostas “Adequada (correspondência negativa entre dizer não-fazer), 43% “Inadequada” (correspondência positiva: dizer não-não fazer) e 32% respostas “Vaga” (correspondência positiva: dizer não-não fazer) (representação gráfica - Figura 43). A frequências de respostas dos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer ou não os regulamentos nos cenários de contingência aberta, pode ser visualizado na Tabela 23.

Tabela 23. Frequências de respostas dos coordenadores / subcoordenadores que conhecem, conhecem em parte e desconhecem os regulamentos nos cenários de contingência aberta.

Cenários	REGULAMENTOS	CONHECIMENTO REGULAMENTOS	Resposta		
			Adequada	Inadequada	Vaga
Cenário 2	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	Conhece	0	9	0
		Conhece em parte	4	27	5
		Desconhece	3	10	3

Cenário 7	CÓDIGO CIVIL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015	Conhece	6	4	0
		Conhece em parte	19	9	1
		Desconhece	11	9	2
Cenário 9	CÓDIGO CIVIL E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	Conhece	7	1	2
		Conhece em parte	6	1	6
		Desconhece	18	2	18
Cenário 11	CÓDIGO CIVIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	Conhece	4	0	6
		Conhece em parte	9	4	24
		Desconhece	3	2	9
Cenário 13	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CÓDIGO CIVIL, CÓDIGO PENAL E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	Conhece	1	5	1
		Conhece em parte	5	33	3
		Desconhece	1	12	0
Cenário 15	RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL E CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	Conhece	1	0	9
		Conhece em parte	4	4	30
		Desconhece	1	0	12
Cenário 17	SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004	Conhece	3	16	1
		Conhece em parte	0	0	0
		Desconhece	2	33	6
Somatório		Conhece	22	35	19
		Conhece em parte	47	78	69
		Desconhece	39	68	50

Fonte: Elaboração própria.

Conhece: refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer todos os regulamentos, pertinente ao respectivo cenário.

Conhece em parte: Refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer um ou mais, mas não todos os regulamentos, pertinente ao respectivo cenário.

Desconhece: Refere aos coordenadores / subcoordenadores que relataram não conhecer nenhum dos regulamentos, pertinente ao respectivo cenário.

Nota: Análise realizada com os dados do APÊNDICE K: **H_{2d}** - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA.

No cenário 2, todos (9) os coordenadores / subcoordenadores conhecedores [relato (auto-observação)] dos regulamentos, apresentaram respostas “Inadequada”. Neste cenário, o conhecimento [relato (auto-observação)] dos regulamentos, possivelmente, não contribuiu para apresentarem respostas “Adequada”, ademais da elevada experiência no cargo, média de 31 meses (menor tempo de experiência, 18 meses, maior 48).

Para tomar as decisões diante do cenário (2) e de outros, o coordenador 6 e o subcoordenador 53, consultaram a RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012, RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 21/2009, RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, o coordenador 57, além dessas resoluções, consultou também o SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, o coordenador 30, consultou apenas a RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012. Os coordenadores / subcoordenadores 2, 10, 19 e 28,

não consultaram nenhum regulamento. Os coordenadores / subcoordenadores (2, 6, 19, 28, 30, 53 e 57) que consultaram e não consultaram regulamentos, apontaram que também tomaram decisões a partir de informações disponíveis na memória (conhecimento) e experiências passadas, comparação com outras decisões tomadas que estão familiarizados, ajustamento da decisão com base a outras decisões tomadas. Diferente dos demais, a coordenadora 10 descreveu, *“em minha experiência. Como deixei o cargo há 10, anos estou desatualizada quanto a legislação. Mas sei que as decisões devem ser respaldadas regimentalmente. Quando era coordenadora consultava a legislação constantemente”*.

No tocante ao cenário 17, dos 20 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer os regulamentos, 16 apresentaram respostas “Inadequada”. Da mesma forma que no cenário 2, supostamente, o conhecimento [relato (auto-observação)] dos regulamentos não influenciou para apresentarem respostas “Adequada”, entretanto, com menos experiência no cargo comparados aos coordenadores / subcoordenadores no cenário 2, média de 22,6 meses (menor tempo de experiência: 3 meses; maior: 48).

Para tomar as decisões diante do cenário 17 e de outros, apenas os coordenadores 11 e 58, consultaram o SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 (regulamento pertinente ao respectivo cenário), os coordenadores / subcoordenadores 6, 19, 21, 30 e 54, consultaram outros regulamentos, os outros coordenadores / subcoordenadores (9, 10, 13, 16, 17, 24, 34 e 47), não consultaram nenhum regulamento. De forma geral, os coordenadores / subcoordenadores também tomaram decisões mediante informações disponíveis na memória (conhecimento) e experiências passadas, comparação com outras decisões tomadas que estão familiarizados, ajustamento da decisão com base a outras decisões tomadas. O coordenador 47, descreveu:

“Deveria ter consultado os regulamentos para a maioria das respostas, mas não tive o tempo necessário para isso, portanto, algumas respostas podem estar inadequadas. Cabe uma observação quanto à especificidade das áreas, várias questões postas, nunca surgiram como problema no curso que coordeno”.

O número de respostas “Inadequada”, é maior ainda, quando os coordenadores / subcoordenadores conhecem em parte os regulamentos ou desconhecem [relato (auto-observação)] (cenário 2 e 13).

Relativo ao cenário 13, dos 41 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer os regulamentos, apenas 5 apresentaram respostas “Adequada”, a maioria (33

coordenadores / subcoordenadores) apresentaram respostas “Inadequada”. Neste cenário (13), o conhecimento [relato (auto-observação)] de um ou mais, mas não todos os regulamentos referente ao respectivo cenário, certamente não contribuiu para os coordenadores / subcoordenadores apresentarem respostas “Adequada”, além da experiência média no cargo de 23,9 meses (menor tempo de experiência, 3 meses, maior 60).

Para tomar as decisões frente ao cenário 13 e de outros, os coordenadores / subcoordenadores 27, 35, 53, 54 e 55 consultaram a RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012, RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 21/2009, RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015. O coordenador 32, ademais dessas resoluções, também consultou a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o coordenador 57, consultou o SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004. O coordenador 48, consultou somente a RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012 e a RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 21/2009. Os demais coordenadores / subcoordenadores (1, 2, 5, 7, 9, 10, 13, 15, 16, 18, 23, 25, 26, 28, 31, 33, 34, 37, 39, 40, 44, 47, 52, 58 e 59), não consultaram nenhum regulamento.

A coordenadora 15 descreveu que, *“poderia ter disponibilizado um arquivo das normativas pertinente a legislação do ensino superior ou pelo menos as da UFG”*. É pertinente a argumentação, entretanto por estar em atuação no momento da pesquisa, possuir 60 meses de experiência, além de ser graduada em História e Direito e ser Professora Adjunta, deveria ter em mãos, o arquivo das normativas pertinente a legislação do ensino superior e os da UFG para ser usado em seu dia a dia no cargo.

Nos cenários 11 e 15, foi apresentado o maior número de respostas “Vaga”. Pertinente ao cenário 15, dos 10 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer os regulamentos, apenas o coordenador 2 apresentou resposta “Adequada”. Ademais de conhecer os regulamentos do respectivo cenário, possuir 30 meses de experiência no cargo, descreveu que tomou a decisão nesse cenário e nos outros, a partir de informações disponíveis na memória (conhecimento) e experiências passadas, comparação com outras decisões tomadas que está familiarizado e ajustamento da decisão com base a outras decisões tomadas. Apontou ainda, que o *“conhecimento prévio das normas e regras da UFG contribui na tomada de decisão”*.

Os outros 9 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer os regulamentos do respectivo cenário (15), que apresentaram respostas “Vaga”, possuem em média 31,5 meses de experiência no cargo (menor tempo de experiência, 8 meses, maior 48). Para tomar decisão neste cenário (15), os coordenadores 6 e 19 consultaram a RESOLUÇÃO CONJUNTA -

CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 e o coordenador 45 consultou a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. O coordenador 16 descreveu que tomou decisão neste cenário e outros, “*a partir das orientações dos subsídios legais*” e o coordenador 30 mediante “*Outras resoluções da UFG e decretos-lei*”. De forma geral, os coordenadores / subcoordenadores 3, 11, 41, 45 e 49, tomaram as decisões por meio de informações disponíveis na memória (conhecimento) e experiências passadas, comparação com outras decisões tomadas que estão familiarizados e ajustamento da decisão com base a outras decisões tomadas.

Nos cenários 7 e 9 (Tabela 23), dos 10 coordenadores / subcoordenadores que relataram conhecer os regulamentos, 6 no cenário 7 e 7 no cenário 9 apresentaram respostas “Adequada”, possivelmente, o conhecimento dos regulamentos pode ter contribuído, mas há de destacar que a experiência também pode ter influenciado, uma vez que, a média de experiência desses coordenadores / subcoordenadores no cargo é de 31,4 meses (menor experiência: 8, maior: 60 meses).

Para tomar as decisões frente aos cenários (7 e 9) e de outros, o coordenador 6 e 19 consultaram a RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012, RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 21/2009 e a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, o coordenador 11 consultou o SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 e a RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012, o coordenador 30 a RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012 e o coordenador 45, consultou a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CÓDIGO PENAL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012 e RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 21/2009. Os outros coordenadores (2, 3, 16, 41 e 49) não consultaram nenhum regulamento.

No geral, nota-se que o conhecimento [relato (auto-observação)] da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 e RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, não proporcionou efetivamente aos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, maior eficiência no comportamento de decisão (resposta / decisão tomada) em cenário de contingência aberta. Uma vez que, mesmo alguns coordenadores / subcoordenadores conhecendo os regulamentos [relato (auto-observação)], apresentaram número expressivo de decisões (respostas) “Inadequada” (correspondência negativa: dizer-não fazer), sendo mais

expressivo ainda, quando conhecem parte dos regulamentos ou desconhecem [relato (auto-observação)] (representação gráfica - Figura 43). Há de se destacar também, que a maioria dos coordenadores / subcoordenadores não consultaram os regulamentos para tomar / formular as decisões (alternativas “a”, “b”, “c”), mesmo sabendo que devem serem respaldadas na legislação, leis, regimentos, decretos e normativas etc.

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados descritos, demonstraram que nos cenários de contingência fechada (**H_{1a}**), o comportamento de decisão (resposta / decisão tomada) dos coordenadores / subcoordenadores, não foi padronizado, pois a maioria não tomou a mesma decisão em cada cenário, ficando as decisões divididas na maior parte dos cenários, entre as alternativas “a” e “b” (resposta objetiva). Nos cenários de contingência aberta (**H_{1b}**), o comportamento de decisão dos coordenadores / subcoordenadores, foi muito mais diversificado, uma vez que a maioria optou pela alternativa “c” (resposta dissertativa), que exigia a formulação da decisão (resposta dissertativa), sendo apresentadas as mais variadas. De forma geral, nas análises realizadas referente as sub-hipóteses: **H_{1a}** e **H_{1b}**, observou que coordenadores / subcoordenadores com mais experiência (principalmente acima de 18 meses), tendem a optarem pela alternativa “c” (resposta dissertativa) e formularem suas próprias decisões (respostas). Com base nos resultados encontrados, pode-se dizer que o tipo de cenário (**S^D**: Estímulo discriminativo) influenciou no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação (**H₁**: **H_{1a}** e **H_{1b}**). Evidências similares da influência do tipo de cenário, entretanto aplicados na análise do comportamento de consumo do consumidor, de certa forma, comportamento de decisão do consumidor, são apontadas por Foxall (1990, 1993, 1998) e Nalini, Cardoso e Cunha (2013). De acordo com Foxall (1998), as influências contextuais sobre o comportamento do consumidor, consiste em estímulos discriminativos de três tipos, aqueles fornecidos pelo ambiente físico, social e comunidade verbal, principalmente através de regras que especificam as relações entre estímulos discriminativos, comportamento e suas consequências (reforçadores e punidores). No presente estudo, as influências contextuais sobre o comportamento, é compreendida como os cenários de contingência, que pode ser fechada ou aberta e história de aprendizagem do decisor [Antecedente (repertório instrucional: experiência e/ou conhecimento)], a inter-relação desses elementos produz um comportamento de decisão (resposta do decisor / decisão tomada), no estudo o comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação. A inter-relação do cenário de contingência e história de aprendizagem sinalizam consequências [estímulos reforçadores (reforço positivo, reforço negativo) e / ou aversivos (punição positiva, punição negativa)], que normalmente são respectivas ao desempenho de um determinado comportamento. Contudo neste estudo, não foi verificada a influência das consequências no comportamento de decisão (resposta do decisor / decisão tomada) dos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação.

Foxall (1998) evidencia a existência de dificuldade em obter uma medida operacional, que retrate a história de aprendizagem do consumidor, uma vez que não está empiricamente disponível para o pesquisador, como a de animais de laboratório para o experimentador, que os observou desde o nascimento, ou pelo menos, desde o início da pesquisa operante. De acordo com o autor, uma alternativa seria solicitar aos participantes da pesquisa, que relatem os antecedentes e as consequências relativas a comportamentos anteriores em situações similares (cenários). Neste estudo, para identificar a história prévia de resolução de problemas gerenciais [história de aprendizagem do decisor: experiência e/ou conhecimento (repertório instrucional)] dos coordenadores / coordenadores, foi solicitado que relatassem (auto-observação) a sua experiência no cargo e se tinham conhecimento dos regulamentos: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009, RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.

Relativo a história prévia [antecedente: experiência no cargo e conhecimento de regulamentos (relato: auto-observação)] de resolução de problemas gerenciais (**H₂: H_{2a}, H_{2b}, H_{2c} e H_{2d}**), os resultados demonstraram que nos cenários de contingência fechada (**H_{2a}**), mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador, não proporcionou de forma efetiva, maior eficiência no comportamento de decisão, visto que a maior parte dos coordenadores / subcoordenadores com mais experiência, apresentaram decisões (respostas) consideradas “Vaga” na alternativa “c” (resposta dissertativa) em grande parte dos cenários, sendo evidenciado essa correlação pelo coeficiente de Person (positivo e fraco: $r = +0,264$, $p < 0,040$). Em contra partida nos cenários de contingência aberta (**H_{2b}**), mais tempo de experiência no cargo de coordenador / subcoordenador, proporcionou mesmo que muito baixa, maior eficiência no comportamento de decisão, isto é, tomada de decisão (resposta) considerada “Adequada” frente as situações problema apresentadas (especialmente as realizadas na alternativa “c”, mediante formulação), sendo demonstrado essa correlação pelo coeficiente de Person (positivo e fraco: $r = +0,129$, $p < 0,321$). Como pode observar (digno de destaque) em ambas sub-hipóteses (**H_{2a}** e **H_{2b}**), coordenadores / subcoordenadores com mais tempo de experiência, apresentaram comportamento diferenciado comparado aos com menos experiência, mesmo sobre as mesmas contingências (cenários de contingência fechada e aberta:

alternativa “a”, “b” e “c”). Evidências semelhantes apontadas por Foxall (1998) e Nalini, Cardoso e Cunha (2013), contudo na análise do comportamento de consumo do consumidor.

De forma geral, os resultados mostraram que na maior parte dos cenários de contingência fechada (H_{2c}) e contingência aberta (H_{2a}), a auto-observação (relato) de conhecimento dos regulamentos, não proporcionou aos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, maior eficiência no comportamento de decisão (resposta / decisão tomada), uma vez que mesmo conhecendo os regulamentos [relato (auto-observação)], os coordenadores / subcoordenadores apresentaram número expressivo de decisões (respostas) “Inadequada” (correspondência negativa: dizer-não fazer). Esse resultado demonstra inconsistência na relação entre o dizer (comportamento verbal - relato de auto-observação) e o fazer (comportamento não-verbal - decisões tomadas) dos coordenadores / subcoordenadores. Há de se evidenciar que a maioria dos coordenadores / subcoordenadores, não consultaram os regulamentos para tomarem / formularem as decisões (alternativas “a”, “b”, “c”), diante das situações problema apresentadas nos cenários de contingência fechada e aberta, mesmo sabendo que as decisões devem ser respaldadas na legislação, leis, regimentos, decretos e normativas etc.

A partir dos resultados encontrados, verifica-se que a maior parte dos docentes que participaram da pesquisa, que já atuaram ou estão atuando como coordenadores / subcoordenadores, não estão devidamente preparados para atuarem no cargo, necessitam de treinamento, visto que decisões tomadas de forma inadequada (sem respaldo legal), pode acarretar em prejuízos aos discentes (uma vez que as decisões tomadas por coordenadores / subcoordenadores, interfere diretamente na vida dos alunos, principalmente no aspecto profissional), a instituição (UFG) que pode arcar com o pagamento de indenizações dentre outros e aos próprios coordenadores / subcoordenadores, que podem responder Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e se responsabilizarem pelas decisões inadequadas.

Para preparar os coordenadores / subcoordenadores para exercício da função, seria importante que a UFG disponibilizasse cursos, um canal comunicação e regulamentasse melhor a função e atribuições do coordenador de curso de graduação. Em relação a essa questão, os coordenadores / subcoordenadores 1 e 6 relataram no campo reservado a realização de sugestões ou comentários sobre a pesquisa:

Coordenador e subcoordenador 1: “interessante que não ha em lugar algum um curso ou um canal para o qual o coordenador possa se informar previamente, assim sempre se trabalha com demandas as quais exigem consulta aos diferentes órgãos da instituição os quais tornam os processos morosos. Principalmente quando se está em um campus do interior. Além do

que os processos por assédio, plágio, bullying ainda não possuem uma estrutura clara para garantir ao discente seu conhecimento e a punição dos autores desses atos”.

Coordenador 6: “Seria importante que a universidade regulamentasse melhor a função e atribuição do coordenador de curso, pois acho isso vago e vejo que várias atitudes e decisões de coordenação são tomadas baseadas em algum bom senso, como cada um tem um bom senso, as decisões podem ficar muito restritas aos códigos morais de cada pessoa”.

A falta de clareza em relação a função e atribuições dos coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, pode dificultar o desenvolvimento de cursos, meios e instrumentos para formar docentes para o exercício da função. Em vista disso, espera que outras pesquisas científicas sejam realizadas com o foco em desenvolver como por exemplo; tutoriais, manuais, jogos, *softwares*, cursos *online*, plataforma *online* de treinamento etc. que subsidiem a UFG, como outras instituições de ensino, formar docentes para atuarem na função.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceitos aplicados no estudo da decisão, a partir da perspectiva cognitivista, usualmente utilizados na administração e com pouca frequência na administração pública, foram ressignificados com base no referencial teórico da análise do comportamento, orientado no *Behavioral Perspective Model* - BPM e principalmente no behaviorismo radical de Skinner.

Na literatura consultada, não foi encontrado trabalhos que faça a reflexão de questões gerenciais universitárias, particularmente a tomada de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação, a partir da perspectiva comportamental que permite distanciar de explicações cognitivas inferenciais. Em vista disso, foi construída uma proposta de análise funcional do comportamento de decisão, mediante o Modelo Comportamental de Decisão - MCD.

Este modelo foi inicialmente utilizado para verificar a influência do tipo de cenário de contingência e história prévia de resolução de problemas gerenciais, no comportamento de decisão de coordenadores / subcoordenadores de curso de graduação da Universidade Federal de Goiás. Os resultados demonstraram que o tipo de cenário de contingência e história prévia de resolução de problemas gerenciais, influenciou no comportamento de decisão dos coordenadores / subcoordenadores. Os resultados também apresentaram inconsistência na relação entre o dizer (comportamento verbal - relato de auto-observação) e o fazer (comportamento não-verbal - decisões tomadas) dos coordenadores / subcoordenadores.

Este estudo contribuiu com avanço científico, colocando à disposição de pesquisadores, analistas do comportamento, gestores dentre outros interessados no estudo da decisão, da administração, administração pública, psicologia comportamental dentre outras áreas, um modelo genérico, que pode ser aplicado na análise funcional do comportamento de decidir em organizações públicas e privadas, nas áreas de finanças, produção, marketing e recursos humanos. Por ser uma proposta que está em construção, espera que o MCD seja utilizado em pesquisas futuras, por exemplo para verificar a influência de estímulos reforçadores (reforço positivo, reforço negativo) e aversivos (punição positiva, punição negativa) no comportamento de decisão, elemento do modelo que não foi utilizado nesta pesquisa.

Para aplicar o MCD na análise do comportamento de decidir em outros contextos, necessita criar cenários de contingência fechada e aberta adaptados à realidade da organização, instituição, entidade, associação, órgão, coletividade etc. que se pretende investigar, elaborar questões que permitem identificar a história de aprendizagem do decisor e questões que possibilitem também, identificar os estímulos reforçadores e / ou aversivos que influenciam na

apresentação de determinados comportamentos. As análises dos dados coletados a partir desses cenários de contingência e questões, necessitam ser adaptadas para responder o objetivo proposto utilizando o MCD.

REFERÊNCIAS

- Abreu, L. M. *et al.* (2000). Escolha de um programa de controle da qualidade da água para consumo humano: aplicação do método AHP. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v.4, n.2, p. 257-262.
- Allison, G. T. (1971). *Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis*. Boston, Little Brown.
- Allison, G. T., & Zelikow, P. (1999). *Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis* (2nd. ed.). New York: Addison-Wesley.
- Andrade, R. O. B. D., & Amboni, N. (2010). *Estratégia de gestão: processos e funções do administrador*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Baldo, D. (2007). *Biomarcas nas anomalias da teoria da utilidade esperada*. Dissertação de mestrado em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFRS), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Barbosa, M. A. C., & Mendonça, J. R. C. D. (2015). *O Professor-Gestor em Universidades Federais: alguns apontamentos e reflexões*. TPA-Teoria e Prática em Administração, 4(2), 131-154.
- Bataglia, W., & Yu, A. S. O. (2008). A sincronização da tomada de decisão estratégica com o planejamento estratégico formal. *Revista de Administração Mackenzie*, 9(5), 82-111.
- Bin, D., & Castor, B. V. J. (2007). Racionalidade e política no processo decisório: estudo sobre orçamento em uma organização estatal. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(3), 35-56.
- Botomé, S.P. (2001). A noção de comportamento. Em: Feltes, H. P. M., & Zilles, U. (Orgs). *Filosofia: diálogo de horizontes*. Caxias do Sul: Educs; Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Campos, G. M. (2001). *Estatística prática para docentes e pós-graduandos*. São Paulo: Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto Disponível em: http://143.107.206.201/restauradora/gmc/gmc_livro/gmc_livro_cap19.html. Acessado em: 01 mai. 2017.
- Cançado, C. R. X., Soares, P. G., & Cirino, S. D. (2007). O behaviorismo: uma proposta de estudo do comportamento. Em Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (2007). *História da psicologia: rumos e percursos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nau.
- Caravantes, G. R., Caravantes, C. B., & Kloeckner, M. C. (2005). *Administração: teorias e processos*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Carvalho, J. R. P., Vieira, S. R., & Moran, R. C. C. P. (2002). Análise de correspondência - uma ferramenta útil na interpretação de mapas de produtividade. *R Bras Ci Solo*, 26, 435-443.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Trad. Deisy das Graças de Souza... [et al.] 4. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Chiavenato, I. (2010). *Administração nos novos tempos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 5ª reimpressão, pp. 251-279.
- Choo, C. W. (2003). *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. Tradução Eliana Rocha. São Paulo: Editora SENAC.

- CNS (2012). *Conselho Nacional de Saúde – Resolução Nº 466, de 12 dezembro de 2012*. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/reginter.htm>. Acessado em: 12 dez. 2015.
- Cohen, M. D., March, J. G., & Olsen, J. P. (1972). *A garbage can model of organizational choice*. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca (NY), v. 17, n. 1, p. 1-25.
- CAPES (2017). *Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Classificação da produção intelectual*. Recuperado em 12 de maio, 2017, de <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>.
- Couto, H. L. G. Do, & Coelho, C. (2015). Fatores críticos no comportamento do gestor público responsável por compras sustentáveis: diferenças entre consumo individual e organizacional. *Revista de Administração Pública*, 49(2), 519-544.
- Cusinato, R. T. (2003). *Teoria da decisão sob incerteza e a hipótese da utilidade esperada: conceitos analíticos e paradoxos*. Dissertação de mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2013). *Estatística sem matemática para psicologia*. Tradução técnica: Lori Viali. – 5. Ed. Porto Alegre: Penso Editora.
- EC (2016). *Emenda Constitucional Nº 95 de dezembro de 2016*. Recuperado em 10 de maio, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm.
- Etzioni, A. (1967). Mixed-scanning: a “third” approach to decision-making. *Public administration review*, Vol 27, No 5, Dec., pp. 385-392.
- Ferreira, E. B., & Oliveira, M. S. D. (2008). *Introdução à estatística básica com R*. Minas Gerais. Lavras: UFLA/FAEPE, 1ª Edição. 124 p.: il. - Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” (Especialização) a Distância - Gestão de Empresas com Ênfase em Qualidade.
- Figueira, J., Mousseau, V., & Roy, B. (2005). Electre methods. In Figueira, J., Greco, S., & Ehrgott, M. (2005). *Multiple criteria decision analysis: state of the art surveys*. Springer New York, pp. 133-153.
- Foxall, G. R. (1990). *Consumer psychology in behavioral perspective*. Washington D.C.: Beard Books.
- Foxall, G. R. (1993). A behaviourist perspective on purchase and consumption. *European Journal of Marketing*, v. 27, p. 7-16.
- Foxall, G. R. (1998). Radical behaviorist interpretation: generating and evaluating an account of consumer behavior. *The behavior analyst*, 21(2), 321-354.
- Foxall, G. R. et al. (2006a). Consumer behavior analysis and social marketing: the case of environmental conservation. *Behavior and Social Issues*, v. 15, n. 1, p. 101-124.
- Foxall, G. R. et al. (2006b). Consumer behavior analysis: the case of brand choice. *Behavior and Social Issues*, v. 15, n. 1, p. 101-124.
- Foxall, G. R. et al. (2011). Consumer behaviour analysis and the behavioural perspective model. *Management Online Review (More)*.
- Franco, E. (2002). *Funções do coordenador de curso: como construir o coordenador ideal*. Brasília: ABMES.

- Generino, R. C. M. (2006). *Contribuição da abordagem multicritério na seleção de alternativas de reúso de água: aplicação em um caso de irrigação agrícola e paisagística no Distrito Federal*. Tese de mestrado em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Gomes, F. A. M. G.; Gomes, C. F. S., & Almeida, A. T. de. (2002). *Tomada de decisão Gerencial: enfoque multicritério*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, L. F. A. M. G., & Gomes, C. F. S. (2014). *Tomada de decisão Gerencial: enfoque multicritério*. - 5. ed. - São Paulo: Atlas.
- Gower, J. C. (1966). Some distance properties or latent root and vector methods used in multivariate analysis. *Biometrika*. Oxford, v. 53, n. 3-4, p. 325-338.
- Gramigna, M. R. (2002). *Modelo de competências e gestão de talentos*. São Paulo: Makron Books.
- Grinblatt, M., Keloharju, M., & Linnainmaa, J. (2011). IQ and stock market trading. *Journal of Finance*, 66(6), 2121-2164. doi: 10.1111/j.1540-6261.2011.01701.x
- Hajkowicz, S., & Collins. K. A. (2007). Review of Multiple Criteria Analysis for Water Resource Planning and Management. In: *Water Resour Manage* 21:1553–1566.
- Harrison, E. F. (1993). Interdisciplinary models of decision making. *Management Decision*, v.31, n.8.
- Ishizaka, A., & Labib, A. (2011). Review of the main developments in the Analytic Hierarchy Process. In: *Expert Systems with Applications*, 38(11), 14336-14345.
- Jones, G. R. (2010). *Teoria das organizações*. Tradução Luciane Pauleti e Daniel Vieira. Revisão técnica Luciana Oranges Cezarino. – São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica: Journal of the econometric society*, 263-291.
- Lacombe, F., & Heilborn, G. (2008). *Administração: princípios e tendências*. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, pp. 439-456.
- Leitão, S. P. (1993a). A decisão na academia I. *Revista de Administração Pública*, 27(1), 69-86.
- Leitão, S. P. (1993b). A decisão na academia II. *Revista de Administração Pública*, 27(2), 158-182.
- Lindblom, C. E. (1959). The science of “muddling through”. *Public administration review*, Vol. 19, No. 2, Spring, pp. 79-88.
- Löbner, M. L., & Hoppen, N. (2006). Validação de decisor, um sistema de apoio à decisão multicriterial para mapear processos decisórios. Read: revista eletrônica de administração. Porto Alegre. Edição 49, vol. 12, n. 1 (jan./fev. 2006).
- Lucio, P. S., Toscano, E. M. M. de, & Abreu, M. L. de. (1999). Caracterização de séries climatológicas pontuais via análise canônica de correspondência. Estudo de caso: Belo Horizonte–MG (Brasil). *Brazilian Journal of Geophysics*, 17(2-3), 193-207.
- March, J. G., & Simon, H. A. (1981). *Teoria das organizações*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

- Marcon, S. R. A. (2008). *Comportamentos que constituem o trabalho de um gestor de curso de graduação*. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Marques, É. V., & Machado, M. A. (2010). Identificação dos fatores relevantes na decisão da alocação dos recursos econômicos visando um trânsito seguro. *Revista de Administração Pública*, 44(6), 1379-1404.
- Marra, A. V., & Melo, M. C. O. L. (2003). Docente-gerente: o cotidiano de chefes de departamento e coordenadores em uma Universidade Federal. *Encontro Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração*, 27.
- Matthews, B. A., Shimoff, E., & Catania, A. C. (1987). Saying and doing: a contingency-space analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 20: 69-74.
- Maximiano, A. C. A. (2012). *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital*. 7. ed. São Paulo: Atlas, pp. 135-140.
- Millet, J. D. (1978). *New structure of campus power*. San Francisco, Jossey-Bass Publishers.
- Mintzberg, H.; Raisinghani, D., & Théorêt, A. (1976). *The structure of "unstructured" decision processes*. Administrative Science Quarterly, Ithaca (NY), v. 21, n. 2, p. 246-274.
- Montana, P. J., & Charnov, B. H. (2010). *Administração*. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica Álvaro Pequeno da Silva. 3. ed. São Paulo: Saraiva, pp. 86-104.
- Moreira, M. B., & Medeiros, C. A. (2007). *Princípios básicos de análise do comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Motta, F. C. P., & Vasconcelos, I. F. G. (2011). *Teoria geral da administração*. 3ª ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, pp. 95-121.
- Nalini, L. E. G., Cardoso, M. M. de, & Cunha, S. R. (2013). Comportamento do Consumidor: uma introdução ao Behavioral Perspective Model (BPM). *Fragments de Cultura*, 23(4), 489-505.
- Paniagua, F. A., & Baer, D. M. (1982). The analysis of correspondence training as a chain reinforceable at any point. *Child Development*, 53 (3): 786-798.
- Paniagua, F. A. (1990). A procedural analysis of correspondence training techniques. *The Behavior Analyst*, 13 (2), 107-119.
- Pereira, B. A. D.; Lobler, M. L. & Simonetto, E. O. (2010). Análise dos modelos de tomada de decisão sob o enfoque cognitivo. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 260-268, mai./ago.
- Pfeffer, J. (1981). *Power in organizations*. Cambridge, Massachusetts, Ballinger Publishing Company.
- Pohl, R. H. B. F. et al. (2006). Efeitos do nível de benefício utilitário sobre a duração do comportamento de procura por produtos. *Revista Psicologia, Organizações e Trabalho*, v. 6, n. 1, p. 233-264.
- Porto, R. B. (2010). *Correspondência dizer-fazer em escolha de marcas: influência das estratégias de marketing no ponto-de-venda e das experiências anteriores dos consumidores*. Tese de doutorado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

- Porto, R. B., & Oliveira-Castro, J. M. D. (2013). Preditores da correspondência intenção-compra: experimento natural com reforço das marcas. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jan-Mar 2013, Vol. 29 n. 1, pp. 61-70.
- Porto, R. B. (2014). Comportamento do consumidor: história, teoria, função para atividades de marketing e seu futuro. Em Demo, G. (2014). *Marketing de relacionamento & comportamento do consumidor: estado da arte, produção nacional, novas medidas e estudos empíricos*. Ed. São Paulo: Atlas.
- Porto, R. B., & Oliveira-Castro, J. M. (2016). Consumer purchase and brand performance: the basis of brand market structure. In: Gordon Foxall. (Org.). *The Routledge Companion to Consumer Behavior Analysis*. 1ed. New York: Routledge Francis & Taylor, v. 1, p. 175-201.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale.
- QSRInternational, (2014). *NVivo 10 for windows*. Disponível em: <http://download.qsrinternational.com/Document/NVivo10/NVivo10-Getting-Started-Guide.pdf>. Acessado em: 01 mai. 2017.
- Quinn, J. B. (1978). Strategies for change: “Logical incrementalism”. *Sloan Management review*, V. 20, No 1, pp. 7-21.
- Robbins, S. P., & Decenzo, D. A. (2004). *Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações*. 4ª edição. Tradução Robert Brian Taylor; revisão técnica Reinaldo O. da Silva. São Paulo: Prentice Hall, pp. 76-94.
- Rogers, A., Morgan, P., & Foxall, G. R. (2016). Triple jeopardy in behavioral perspective. In: Gordon Foxall. (Org.). *The Routledge Companion to Consumer Behavior Analysis*. 1ed. New York: The Routledge companion to consumer behavior analysis, 150-174.
- Rumsey, D. (2013). *Estatística II para leigos*. Rio de Janeiro: Alta Books Editora.
- Samson, A. (2015). Introdução a economia comportamental. Em Ávila, F. Bianchi, A. M. (2015). *Guia de economia comportamental e experimental*. Tradução Laura Teixeira Motta, 1ª ed. São Paulo: Economia Comportamental. Org.
- Sant'Ana, R. D. S. (2014). *Construção de um instrumento para avaliar as competências gerenciais de coordenadores de cursos de graduação*. Dissertação de mestrado em Gestão Organizacional, Universidade Federal de Goiás (UFG), Catalão, Goiás, Brasil.
- Sauaia, A. C. A., & Zerrenner, S. A. (2009). Jogos de Empresas e Economia Experimental: um Estudo da Racionalidade Organizacional na Tomada de Decisão. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(2), 189-209.
- Sen, A. (1994). The formulation of rational choice. *The American Economic Review*, vol. 84, nº. 2, Papers and Proceedings of the Hundred and Sixth Annual Meeting of the American Economic Association, May, pp. 385-390.
- Silva, A. V. da (no prelo). Poder de direção do empregador e seus limites e implicações no magistério superior.
- Silva, L. H. M., Roglio, K. D. D., & Silva, W. V. (2010). Competências relevantes para a efetividade do processo decisório em defesa aérea. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 339-365.

- Simon, H. A. (1978). Rational decision-making in business organizations. In *Economic Sciences (1968-1980). The Sveriges Riksbank (Bank of Sweden) Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel*, v.1, pp. 343-371, 1992.
- Skinner, B. F. (1938). *The Behavior of Organisms*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. New York: Macmillan.
- Skinner, B. F. (1978). *About behaviorism*. Nova York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (2006). *Questões recentes na análise comportamental*. Tradução: Anita Liberalesso Neri—2ª ed. – Campinas, SP – Papirus, 1995.
- Soares, H. F. G., & Barbedo, C. H. D. S. (2013). Desempenho acadêmico e a teoria do prospecto: estudo empírico sobre o comportamento decisório. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(1), 64-82.
- Sobral, F., & Peci, A. (2008). *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*. Pearson Prentice Hall.
- Sobral, F., & Peci, A. (2013). *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Stoner, J. A. F., & Freeman, R. E. (1995). *Administração*. Rio de Janeiro: PrenticeHall.
- Stoner, J. A. F., & Freeman, R. E. (2009). *Administração*. Tradução Alves Calado. Revisão de conteúdo Agrícola de Souza Bethlem. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Torres, C. J. F. (2014). *Desenvolvimento metodológico para apoio à tomada de decisão sobre o programa de efetivação do enquadramento dos corpos d'água*. Dissertação de mestrado em Engenharia Ambiental Urbana, Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgment under uncertainty: heuristics and biases. *Science, New Series*, Vol. 185, No. 4157. (Sep. 27, 1974), pp. 1124-1131.
- UFG (2016). *Site Institucional da Universidade Federal de Goiás - UFG em números*. Disponível em: <https://www.ufg.br/p/6384-ufg-em-numeros>. Acessado em: 17 set. 2016.
- UFG, CGA (2016). *Site Institucional da Universidade Federal de Goiás - Centro de Gestão Acadêmica*. Disponível em: <http://www.cga.ufg.br/>. Acessado em: 17 set. 2016.
- VonNeumann, J. & Morgenstern, O. (1944). *Theory of games and economic behavior*. Princeton university press.
- Wallenius, J., Dyer, J. S., Fishburn, P. C., Steuer, R. E., Zionts, S., & Deb, K. (2008). Multiple criteria decision making, multiattribute utility theory: recent accomplishments and what lies ahead. *Management science*, 54(7), 1336-1349.

REFERÊNCIAS - CRIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA

- Brasil, ADCT (2016). *Supremo Tribunal Federal: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%202105>. Acessado em: 23 ago. 2016.
- Brasil, C. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1. Acessado em: 23 ago. 2016.
- Brasil, CC (2002). *Código Civil*. Código civil brasileiro e legislação correlata. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 616 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%202%20ed.pdf?sequence=1>. Acessado em: 23 ago. 2015.
- Brasil, CDC (1940). *Código de Proteção e Defesa do Consumidor*. Código de proteção e defesa do consumidor e legislação correlata. – 5. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 106 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496457/000970346.pdf?sequence=1>. Acessado em: 23 ago. 2016.
- Brasil, CP (1940). *Código penal: decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-norma-atualizada-pe.pdf>. Acessado em: 23 ago. 2015.
- Brasil, SINAES (2004). *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acessado em: 23 ago. 2016.
- Jusbrasil (2016). *Jurisprudência*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/home>. Acessado em: 23 ago. 2016.
- UFG, CEPEC (2012). Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás: resolução CEPEC Nº 1122/2012. Disponível em: https://www.prograd.ufg.br/up/90/o/Resolucao_CEPEC_2012_1122.pdf. Acessado em: 23 ago. 2015.
- UFG, CONSUNI (2009). Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás: resolução CONSUNI Nº 21/2009. Disponível em: https://cavi.prodirh.ufg.br/up/65/o/Resolucao_CONSUNI_2009_0021.pdf. Acessado em: 23 ago. 2016.
- UFG, CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES (2015). Conselhos Universitário, de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura e de Curadores da Universidade Federal de Goiás: resolução conjunta - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015. Disponível em: <https://www.ufg.br/up/1/o/RESOLUCAO-3CO-01-2015.pdf>. Acessado em: 23 ago. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTÕES DO FORMULÁRIO PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO, REPERTÓRIO INSTRUCIONAL

Perfil sócio demográfico e repertório instrucional do participante

1. Você atua ou já atuou como coordenador(a) e/ou subcoordenador(a) de curso de graduação na Universidade Federal de Goiás (UFG)?

- () Sim. Como coordenador(a) de curso de graduação.
- () Sim. Como subcoordenador(a) de curso de graduação.
- () Sim. Como coordenador(a) e subcoordenador(a) de curso de graduação.
- () Nunca atuei como coordenador(a) e/ou subcoordenador(a) de curso de graduação. Se escolheu essa opção não continue a pesquisa, pois o foco da pesquisa é coletar dados de participantes que atuam ou já atuaram como coordenador e/ou subcoordenador de graduação.

2. Descreva o horário de início do preenchimento da pesquisa.

____ : ____.

Com a finalidade de identificarmos o perfil sócio demográfico e repertório instrucional do participante da pesquisa, por gentileza responda as questões:

3. Atualmente está atuando como:

- () Coordenador(a) de curso de graduação na UFG.
- () Subcoordenador(a) de curso de graduação UFG.
- () Atualmente não estou atuando como coordenador(a) ou subcoordenador(a) de curso graduação na UFG.

4. Qual o tempo de atuação como coordenador(a) e ou subcoordenador(a) atual e anteriormente? Descreva o tempo em meses.

_____.

5. Tem conhecimento sobre?

- () CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988.
- () ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.
- () CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.
- () CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.
- () CÓDIGO CIVIL - LEI Nº 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002.
- () SINAES - LEI Nº 10.861 DE 14 DE ABRIL DE 2004.
- () RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012.
- () RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 21/2009.
- () RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.

6. Idade: _____.

7. Sexo:

- () Feminino
- () Masculino

8. Graduado em? _____.

9. Você é?

- ☐ Professor Titular
- ☐ Professor Associado
- ☐ Professor Adjunto
- ☐ Professor Assistente
- ☐ Professor Auxiliar
- ☐ Outro. Descreva _____.

10. Última titulação:

- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Outro. Descreva _____.

11. Atua como docente na?

- ☐ Regional Catalão
- ☐ Regional Jataí
- ☐ Regional Goiás
- ☐ Regional Goiânia (Câmpus Colemar Natal e Silva)
- ☐ Regional Goiânia (Câmpus Samambaia)
- ☐ Regional Goiânia (Câmpus Aparecida de Goiânia)
- ☐ Outra. Descreva _____.

APÊNDICE B - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA

CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA

1) João, aluno do curso de Engenharia de Minas, não compareceu à avaliação agendada pelo professor de Cálculo 1, para o dia 15 de agosto de 2016, em uma terça-feira. O aluno formalizou pedido à coordenadoria do curso, após ter corrido 10 dias úteis da data de realização da avaliação, para solicitar a segunda chamada. Não foi feito contato com o professor responsável pela disciplina. Bem como, o pedido de segunda chamada não teve justificativa. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Orientar o aluno João a conversar com o professor, a fim de garantir a segunda chamada da prova perdida.
 - b. Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO - CEPEC N° 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com o art. 80. O estudante que deixar de realizar avaliações previstas no plano de ensino de disciplinas ou eixos temáticos/módulos dos cursos poderá solicitar segunda chamada até cinco (5) dias úteis após a data de realização da avaliação. Ainda, de acordo com o § 1º, a segunda chamada poderá ser solicitada ao professor da disciplina ou do eixo temático/módulo. Outra justificativa se deve ao § 2º, o estudante poderá também formalizar a solicitação de segunda chamada, devidamente justificada e comprovada.

2) Jaqueline, aluna do curso de administração, não estava presente o dia que a professora de Fundamentos da Administração, divulgou a frequência de cada aluno. Quando ficou sabendo através de seus colegas, solicitou a professora a revisão de sua frequência 6 dias após a divulgação. Fundamentado na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não aceitar o pedido de revisão de frequência da aluna, visto que já transcorreu mais de 5 dias úteis, após a divulgação da frequência.
 - b. Aceitar o pedido de revisão de frequência da aluna, uma vez que não transcorreu 10 dias úteis, a partir da data de divulgação da frequência.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 85. O estudante poderá solicitar revisão de frequência registrada pelo professor da disciplina ou do eixo temático/módulo até (5) dias úteis após a data limite para digitação de notas e frequências, prevista no calendário acadêmico. Ainda, de acordo com o § 1º, a solicitação de revisão de frequência não significa abono de faltas. E conforme o § 2º, a solicitação de revisão de frequência poderá ser feita ao professor da disciplina ou do eixo temático/módulo.

3) O professor da disciplina de Geometria Analítica, divulgou as notas de cada aluno, dia 30 de maio de 2016 em sala de aula. Bruno decepcionado com a nota que tirou, chegou em casa nem quis saber de verificar as correções realizada pelo professor. Quatro dias depois, chegou mais cedo do trabalho e foi ler as respostas que escreveu na prova, verificou que o professor, não somou a pontuação tirada em duas questões. Neste mesmo dia, 03 de junho de 2016, solicitou a revisão de sua nota a coordenadoria do curso. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

- a. Aceitar o pedido de revisão de nota do aluno, pois ainda não transcorreu 5 dias úteis, após a divulgação da nota da avaliação pelo professor.
 - b. Orientar o aluno a procurar professor, e demonstrar-lhe que não somou a pontuação tirada em duas questões.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 81. O estudante poderá solicitar revisão de nota de avaliação no prazo máximo de cinco (5) dias úteis a partir da divulgação da nota. Ainda, de acordo com o § 1º, a revisão de nota poderá ser solicitada ao professor da disciplina ou do eixo temático/modulo. Outra justificativa mais pertinente, se deve ao § 2º, **o estudante poderá também formalizar a solicitação de revisão de nota.** E com base no § 3º, caberá a coordenadoria do curso ou da unidade acadêmica responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/modulo encaminhar o pedido formalizado de revisão de nota ao professor da disciplina ou do eixo temático/modulo.

4) Ana, aluna regular do curso de Química, se casou há 11 meses, no meio do primeiro semestre de 2016, um mês antes de ganhar o bebê, apresenta um atestado médico a coordenadoria do curso, para que tenha tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

a. Não aceitar o atestado médico, e solicitar um relatório médico, o qual deve ser entregue a coordenadoria do curso, que encaminhará o mesmo a uma junta médica da UFG, para ser avaliado, com a finalidade de verificar se a aluna tem complicações obstétricas, para fins de homologação.

b. Dizer para Ana, que não há nada a fazer em seu caso, que ela tem que continuar frequentando as aulas, terminar o semestre e se matricular no próximo semestre de 2016, para não perder sua vaga.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme o Art. 107. Será assegurado, conforme legislação em vigor, tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem: **I - à aluna gestante;** II - ao estudante com afecções congênicas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições caracterizadas por incapacidade física e/ou psicológica, incompatível com a frequência das atividades acadêmicas; III - ao estudante com necessidades educativas especiais. De acordo com § 2º, **no caso de aluna gestante, sem complicações obstétricas, o pedido de tratamento excepcional poderá estar acompanhado apenas do atestado médico ou da certidão de nascimento.** Ainda, com base no § 3º, o relatório médico deverá ser avaliado pela junta médica da UFG para fins de homologação, exceto se for caso previsto no § 2º desse artigo.

5) João Carlos, aluno muito aplicado do curso de Física, há um mês perdeu seus pais em um acidente de trânsito trágico, a partir desse fato ficou transtornado psicologicamente, não conseguindo concentrar nas explicações dos professores em sala de aula, estudar o material passado por eles, e muito menos fazer os exercícios em casa para fixação do conteúdo. Em virtude dessa situação, o aluno procurou um psicólogo que fez um relatório descrevendo todos os transtornos psicológicos, que estão prejudicando sua continuidade nos estudos. Tendo em mãos o relatório, João Carlos apresentou o mesmo a coordenadoria do curso, fazendo pedido de trancamento de sua matrícula. Com base na situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Receber o relatório e o pedido do aluno, e encaminhar a junta de médica da UFG, que no máximo de 5 dias úteis a contar do recebimento do pedido, deverá realizar a perícia, comunicando ao estudante previamente do agendamento.

b. Não aceitar o relatório e o pedido do aluno, e dizer que esses acontecimentos são coisas da vida, podem acontecer com qualquer um, e que é questão de dias estará melhor e continuará desempenhando bem suas atividades acadêmicas como antes.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 109. Nos casos de estudantes com transtornos psicológicos, o trancamento de matrícula poderá ser determinado de ofício, garantido o necessário sigilo, requerido pelo diretor da unidade responsável pelo curso à Pró-Reitoria de Graduação. Ainda, de acordo com o § 1º, o requerimento deverá estar acompanhado de relatório circunstanciado, com a exposição de todos os fatos que motivem o trancamento de ofício. Ainda se justifica pelo § 4º, o resultado da perícia deverá indicar, se possível, a pertinência da continuidade da frequência do estudante às atividades acadêmicas, bem como do prazo estimado para tratamento. E de acordo com o § 5º, a Pró-Reitoria de

Graduação, com fundamento na perícia médica, deliberará acerca da necessidade de subsunção do estudante ao trancamento de ofício, dando-lhe ciência do inteiro teor da decisão e comunicando ao diretor da unidade responsável pelo curso para que este adote as medidas correspondentes.

6) Maria, aluna do curso de Matemática Industrial, usufruindo de tratamento excepcional por ter ganhado bebê há 01 mês, solicita ao professor de Álgebra Linear, o encaminhamento de atividades por e-mail a serem realizadas em casa no 01/08/2016. Passados 15 dias a solicitação do envio das atividades por e-mail, Maria procurou a coordenadoria do curso, apresentando a impressão do e-mail enviado ao professor da disciplina, e realiza uma reclamação via memorando relatando o ocorrido, e solicita o cancelamento da disciplina. Frente a essa situação problema evidenciada, qual a decisão a ser tomada?

a. Receber o memorando referente a reclamação e pedido de cancelamento da disciplina, e realiza o cancelamento da disciplina de Álgebra Linear.

b. Receber o memorando referente a reclamação e o pedido de trancamento da disciplina, e conversar com a aluna para ter um pouco de paciência, que irá solicitar ao professor de Álgebra Linear o encaminhamento das atividades via e-mail.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Conforme o Art. 108. Aos estudantes em tratamento excepcional poderá ser atribuído o exercício domiciliar sob orientação de professores das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos em curso, conforme legislação em vigor. Visto que não está havendo continuidade das atividades domiciliar, pode-se cancelar a disciplina conforme o § 1º, **quando não houver a garantia do disposto do § 4º do artigo 107 em algumas das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos, nas quais o estudante estava inscrito quando ocorreu o fato impeditivo, o coordenador de curso poderá determinar o cancelamento de disciplinas ou eixos temáticos/módulos.** Outra Justificativa se deve ao § 2º, quando não houver a garantia do disposto do § 4º do artigo 107 em todas as disciplinas ou em todos os eixos temáticos/módulos, nos quais o estudante estava inscrito quando ocorreu o fato impeditivo, o coordenador de curso poderá indicar o trancamento de ofício.

7) Katey, finalizou sua graduação em Governo e Política (*Government and Politics*) na *St. John's University* dos EUA no final de 2015 e veio para o Brasil por intermédio de um convênio, entre o governo do Brasil e dos EUA, a fim de trocar experiências no que diz respeito a administração pública. Desde 11 de Janeiro de 2016, está trabalhando no Palácio das Esmeraldas junto aos outros funcionários no desenvolvimento de políticas públicas. Com a finalidade de se qualificar ainda mais, procurou a coordenadoria do curso de Relações Internacionais da UFG Campus Samambaia, para ingressar no respectivo curso. Apresentou seu diploma de graduação em Governo e Política e uma declaração que está no Brasil por intermédio de um convênio, entre o governo do Brasil e dos EUA. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Receber o diploma de graduação da aluna e a declaração de convênio, e iniciar o procedimento para ingressá-la no curso de Relações Internacionais.

b. Esclarecer para a aluna, que em seu caso específico, ela tem que validar o diploma de graduação, e depois retornar a coordenadoria para dar entrada de ingresso no curso de Relações Internacionais.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 29. Forma de ingresso é a possibilidade que a UFG apresenta aos candidatos que querem ter acesso aos cursos superiores, em uma das seguintes opções: I - processo seletivo (vestibular); II - sistemas unificados de seleção; III - transferência facultativa; IV - transferência *ex officio*; V - portador de diploma de graduação; **VI - convênios ou acordos culturais**; VII - matrícula cortesia (diplomática).

8) Foi divulgado no site da UFG (<https://www.ufg.br/n/86171-prograd-divulga-calendario-academico-2016>) em 16 de fevereiro de 2016, numa terça-feira, que estudantes veteranos da regional Catalão, poderão solicitar a matrícula 2016/1 nas disciplinas de graduação, no período de 31/03 à 04/04 pelo link: www.sigaa.sistemas.ufg.br/sigaa. No entanto, Pedro Henrique aluno do curso de Geografia, por não ter acessado

o site frequentemente e seus colegas não ter o avisado, perdeu o prazo de solicitação de matrícula. No dia 11 de abril, em uma segunda-feira, chegou na coordenadoria dizendo que estava viajando, e por estar curtindo suas férias, perdeu o prazo de solicitação de matrícula, e que deseja realizar a solicitação de matrícula. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Dizer para Pedro Henrique, que infelizmente não há a nada a fazer, pois já passou o prazo de solicitação de matrícula, e mesmo estando viajando curtindo suas férias, poderia ter ingressado no site do SIGAA (www.sigaa.sistemas.ufg.br/sigaa) e ter realizado a solicitação de matrícula.
- b. Abrir exceção e realizar a solicitação de matrícula, conforme efetuada a estudante ingressante na UFG, realizada pela coordenadoria do respectivo curso.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: Nenhuma das alternativas. Conforme o Art. 30. Matrícula é o estabelecimento ou a manutenção de vínculo do estudante com a UFG. E de acordo com o parágrafo único, **a matrícula na UFG será efetuada pelo estudante em cada semestre letivo, via internet, à exceção da matrícula do estudante ingressante na UFG que será realizada pela coordenadoria de curso, conforme calendário acadêmico.**

9) Isabela fez o ENEM 2015 e se inscreveu no SISU (Sistema de Seleção Unificada) em 11 de janeiro de 2016, em uma segunda-feira, escolheu a 1ª opção Ciências da Computação e 2ª Matemática Industrial. Foi selecionada na 1ª opção, para ingressar no curso de Ciências da Computação na Universidade Federal - Regional Catalão (UFG - RC). O período de matrícula foi divulgado no site da UFG - RC, sendo 22, 25 e 26 de janeiro de 2016. No entanto, Isabela deixou para o último dia para realizar a matrícula. Durante a viagem de Uberaba à Catalão, o carro dela teve problemas, e só conseguiu chegar em Catalão no outro dia, indo diretamente a coordenadoria do curso para realizar a matrícula, apresentou toda a documentação exigida e uma nota fiscal, comprovando a prestação de serviço realizada no carro dela no dia anterior. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não realizar a matrícula e dizer para Isabela que foi disponibilizado três dias, e ela deixou para o último dia. Evidenciar que ainda existe a possibilidade dela fazer a matrícula, pois existe a lista de espera, não completando as vagas disponibilizada para fazer o curso, ainda poderá ter mais uma chance.
- b. Aceitar toda a documentação apresentada por Isabela e a nota fiscal que comprova a prestação de serviço no carro dela, e realizar a matrícula justificando a impossibilidade da não realização no dia anterior.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: A. Justificativa, de acordo com o Art. 30. Matrícula é o estabelecimento ou a manutenção de vínculo do estudante com a UFG. E conforme o parágrafo único, a matrícula na UFG será efetuada pelo estudante em cada semestre letivo, via internet, **à exceção da matrícula do estudante ingressante na UFG que será realizada pela coordenadoria de curso, conforme calendário acadêmico.**

10) Dia 22 de junho de 2016, em uma quarta-feira, chegaram a coordenadoria do curso de Psicologia seis alunos, reclamando que realizaram a segunda avaliação, quarta-feira da semana passada da disciplina de Psicologia Social I, e que o professor da disciplina, não entregou as provas da primeira avaliação, e muito menos divulgou as notas tirada por cada aluno. Eles já solicitaram ao professor que entregasse as provas ou divulgasse as notas tiradas diversas vezes, por não serem atendidos, solicitam a coordenadoria que as provas sejam entregues, pois o professor da disciplina, disse que realizarão uma terceira avaliação, por terem saído mal na primeira. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Informar os alunos, que cada professor tem uma forma de desempenhar suas atividades como docente.
- b. Orientar os alunos procurarem o professor da disciplina novamente, e solicitar que entregue as provas ou divulgue a nota tirada por cada aluno.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme seção I Da Verificação da aprendizagem, Art. 79. A nota final do estudante variará de zero vírgula zero (0,0) a dez vírgula zero (10,0), com uma casa decimal. De acordo com § 1º, a nota final será resultado de, no mínimo, duas avaliações que podem ser na forma de provas, trabalhos, seminários, relatórios ou outras formas de produção acadêmica escrita, oral, prática ou audiovisual do estudante. E conforme o § 5º, **o docente responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo só poderá realizar uma nova avaliação após divulgar a nota obtida na avaliação anterior com antecedência de pelo menos dois (2) dias letivos.** E de acordo com § 6º, **os originais de trabalhos ou provas deverão ser devolvidos ao estudante no momento da divulgação da nota de cada avaliação, exceto os trabalhos de conclusão de curso e relatórios de estágios, os quais deverão ser arquivados na instituição.**

11) Augusta, aula do curso de Engenharia de Produção, realizou a solicitação e confirmação de matrícula no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFG, para cursar 4 disciplinas no segundo semestre de 2016 (Desenho Técnico 1, Cálculo III, Física 3 e Probabilidade e Estatística). O professor da disciplina Cálculo III, tem o hábito de realizar chamada somente nos dias de avaliação, deste modo no dia 19 de agosto de 2016, em uma sexta-feira, dia da aplicação da prova de Cálculo III, o professor realiza a chamada e descobre que Augusta não está matriculada na disciplina, e não a deixa realizar a prova e diz que ela deveria ter verificado, se estava matriculada na disciplina. Desesperada, a aluna sai da sala de aula e procura a coordenadoria do curso e relata o acontecido. Diante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Verificar se aconteceu um erro no SIGAA, constatado o erro, arrumá-lo, emitir um documento de autorização descrevendo que ocorreu um erro no sistema, e entregar a aluna levar ao professor para continuar frequentando as aulas e realizar as avaliações e já marcar a segunda chamada de prova.

b. Verificar se aconteceu um erro no SIGAA, constatado o erro, arrumá-lo e orientar a aluna conversar com o professor e solicitar a segunda chamada de prova.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com Art. 32. Ao estudante que estiver em processo de regularização de inscrição em disciplina ou eixo temático/módulo será permitido frequentar as aulas, desde que apresente à coordenadoria do curso o pedido referente à regularização. Conforme o § 1º, a frequência às aulas não garante a validação da inscrição na disciplina ou eixo temático/módulo. Contudo conforme o § 2º, **mediante apresentação do pedido, a coordenadoria de curso responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo emitirá autorização para o estudante frequentar as aulas e realizar as avaliações da disciplina ou eixo temático/módulo.** Ainda com base no § 3º, a autorização, devidamente assinada pelo coordenador de curso, terá validade até a data de apreciação final do pedido referente à regularização. E fundamentado no § 4º, enquanto o processo tramita, o professor não poderá informar ao estudante notas de provas, trabalhos ou outras avaliações nem fornecer declaração ou atestado de frequência até a regularização da inscrição em disciplina ou eixo temático, sob pena de incorrer em falta e sujeitar-se à aplicação das sanções previstas em lei. E por fim segundo o § 5º, as notas de provas, trabalhos ou outras avaliações e frequência obtidas pelo estudante em situação de regularização de inscrição só terão validade em caso de deferimento do pedido.

12) Marcelo, aluno do curso de Administração, terminou o 5º período no primeiro semestre de 2015 e não realizou a matrícula no segundo semestre do mesmo ano, devido ter trocado de turno de trabalho por um período de 3 meses. Em 04 de abril de 2016, em uma segunda-feira, tentou realizar a solicitação de matrícula no SIGAA para continuar o curso no 6º período, entretanto o sistema o informou que por não ter realizado a matrícula o semestre passado e não ter trancado o curso foi excluído como aluno. Angustiado, Marcelo procura a coordenadoria do curso e descreve o acontecimento. Fundamentado na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

a. Solicitar que o aluno apresente uma declaração da empresa que trabalha, descrevendo que no semestre anterior estava trabalhando durante o período da aula, fato que o impossibilitou de realizar a matrícula e frequentar as aulas. Com essa declaração, realizar a matrícula do aluno.

b. Orientar o aluno a protocolar um recurso contra exclusão, descrevendo que no semestre anterior estava trabalhando durante o período da aula, fato que o impossibilitou de realizar a matrícula e frequentar as aulas. Evidenciar para o aluno, que até que seja apreciado o processo aberto, com o número de protocolo, a coordenadoria do curso emitirá uma autorização permitindo frequentar as aulas e realizar avaliações.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com o Art. 33. Ao estudante excluído que protocolizar recurso contra exclusão será permitido frequentar as aulas, sem garantia de vínculo, desde que apresente à coordenadoria do curso o protocolo do processo. Ainda conforme o § 1º, **mediante a apresentação do protocolo, a coordenadoria de curso emitirá autorização para o estudante frequentar as aulas e realizar as avaliações da(s) disciplina(s) ou do(s) eixo(s) temático(s)/módulo(s).** E de acordo com §2º, a autorização, devidamente assinada pelo coordenador de curso, terá validade até a data de apreciação final do processo. No entanto fundamentado no § 3º, enquanto o processo tramita, o professor não poderá informar ao estudante notas de provas, trabalhos ou outras avaliações, nem fornecer declaração ou atestado de frequência até a regularização da matrícula, sob pena de incorrer em falta e sujeitar-se à aplicação das sanções previstas em lei. E com base no § 4º, as notas de provas, trabalhos ou outras avaliações e frequência obtidas pelo estudante em recurso contra exclusão só terão validade em caso de deferimento do processo. E por fim fundamentado no § 5º, havendo indeferimento do recurso, as disciplinas cursadas com aprovação pelo estudante poderão ser validadas como disciplinas isoladas, cujas regras serão tratadas em resolução específica.

13) No primeiro semestre de 2015, Ana Luiza, cursou duas disciplinas isoladas no curso de Ciências Biológicas (Anatomia comparativa Animal e Humana e Anatomia Vegetal), na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC) e foi aprovada em ambas disciplinas. Realizou o ENEM no final de 2015 e se inscreveu no SISU (Sistema de Seleção Unificada) em 12 de janeiro de 2016, em uma terça-feira, escolheu a 1ª opção Ciências Biológicas e 2ª Enfermagem. Foi selecionada na 1ª opção, para ingressar no curso de Ciências Biológicas na UFG - RC. No dia 22 de janeiro de 2016, em uma sexta-feira (período de matrícula 22, 25 e 26 de janeiro de 2016), foi a coordenadoria do curso para fazer a matrícula e solicitou o aproveitamento das disciplinas cursadas. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Fazer a matrícula e não aceitar o pedido de aproveitamento das disciplinas, visto que as cursou de forma isolada, sem ter vínculos a UFG - RC.

b. Fazer a matrícula e aceitar o pedido de aproveitamento das disciplinas, visto que disciplinas cursadas de forma isoladas e aprovadas, pode-se solicitar o aproveitamento.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com Art. 38. O estudante regular que tenha, antes de seu ingresso na UFG, cursado disciplinas isoladas com aprovação, poderá solicitar aproveitamento dessas disciplinas no curso de vínculo.

14) Paulo Antônio, no primeiro e segundo semestre de 2014, cursou 06 disciplinas (História Antiga I e II, História Medieval I e II e História moderna I e II), de forma isolada no curso de História na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC) e foi aprovado com notas elevadas em todas as disciplinas. Com a finalidade de cursar mais duas disciplinas, para depois realizar o ENEM e se inscrever no SISU para ingressar na UFG - RC, procurou a coordenadoria do curso para cursar as disciplinas História América I e II, que foram disponibilizadas via edital no site da UFG - RC, para o primeiro semestre de 2015. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não realizar a matrícula do aluno nas disciplinas História América I e II, uma vez que atingiu o número máximo de disciplinas a serem cursadas de forma isolada.

b. Não realizar a matrícula, visto que não tem sentido o aluno ficar cursando disciplinas sem vínculo com a UFG - RC, e orientar o aluno a realizar o ENEM e se inscrever no SISU e colocar como 1ª opção o curso de História, e sendo selecionado faça o curso, em vez de estar cursando disciplinas de forma isolada, que não o possibilita a obtenção de diploma.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Fundamentado no Art. 36. O estudante em disciplinas isoladas não poderá ter vínculo com nenhum curso de graduação da UFG e deverá estar cursando, no mínimo, o Ensino Médio. Ainda, de acordo com o § 2º, será permitida a matrícula como estudante em disciplinas isoladas em no máximo oito (8) disciplinas, exceto nos casos de estudantes admitidos na forma de convênios ou de intercâmbios.

15) Aline cursou de forma isolada as disciplinas do curso de Matemática, Matemática Aplicada e Álgebra no segundo semestre de 2015, na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC) e foi aprovada com notas acima da média, comparado com os outros alunos regulares que cursaram as mesmas disciplinas. Em posse de seu diploma de ensino médio, procurou em 25 de janeiro de 2016, em uma segunda-feira (período de matrícula 22, 25 e 26 de janeiro de 2016), a coordenadoria do curso para se matricular como aluna regular, uma vez que foi aprovada em disciplinas do respectivo curso, com notas acima da média, o que demonstra que tem capacidade para continuar fazendo o curso. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não fazer a matrícula de Aline no curso de Matemática, visto que a aprovação em disciplinas isoladas não a vincula a nenhum curso da UFG.

b. Fazer a matrícula de Aline no curso de Matemática como aluna regular, visto que demonstrou que tem capacidade para continuar fazendo o curso.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 36. O estudante em disciplinas isoladas não poderá ter vínculo com nenhum curso de graduação da UFG e deverá estar cursando, no mínimo, o Ensino Médio. Ainda, conforme o § 1º, a matrícula como estudante em disciplinas isoladas não o vincula a nenhum curso da UFG.

16) Cláudio está terminando o ensino médio no segundo semestre de 2015 e vai realizar o ENEM para ingressar em um curso de graduação. Ele tem o sonho de fazer o curso de enfermagem, mas não sabe se isso mesmo que quer fazer, pois tem horror de ver pessoas doentes. Para constatar que é esse curso que realmente deseja fazer, procurou a coordenadoria do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC), para se matricular na disciplina de Introdução à Enfermagem, que foi disponibilizada via edital no site da UFG - RC, a ser cursada como disciplina isolada. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não fazer a matrícula de Cláudio, pois ainda não terminou o ensino médio.

b. Fazer a matrícula de Cláudio, para que conheça um pouco sobre o curso e a profissão de enfermeiro e decida se é isso mesmo que deseja cursar.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com o Art. 36. O estudante em disciplinas isoladas não poderá ter vínculo com nenhum curso de graduação da UFG e deverá estar cursando, no mínimo, o Ensino Médio.

17) Tobias trabalha em uma empresa de transporte de minério, há 05 anos no turno D das 00:00 hs às 06:00 hs. Por trabalhar neste horário, faz o curso de Engenharia de Produção na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC), que habitualmente as disciplinas são ministradas no período matutino ou vespertino. Entretanto o supervisor de seu turno de trabalho aposentou, e entrou um outro bem mais jovem e com pouca experiência em cargo de supervisão. Em certa noite de trabalho, teve um embate com o seu novo supervisor, que o pressionou para que fosse mais rápido nas viagens dadas da mina, até a descarga no britador. O supervisor não gostou, e em uma reunião com os outros supervisores evidenciou que não queria Tobias em seu turno. O supervisor do turno A (06:00 hs às 12:00 hs) já o conhecia por seu ótimo desempenho na empresa, o aceitou em seu turno. Tobias foi transferido de turno em 15 junho de 2016, em uma quarta-feira. Tobias por estar fazendo o curso, tentou

convencer o supervisor para que não o transferisse de turno, mas não teve jeito, se não aceitasse seria demitido. Por estar cursando três disciplinas (Desenho técnico 1, Cálculo III e Física 3) na parte da manhã, procurou a coordenadoria do curso em 16 de junho de 2016, em uma quinta-feira à tarde e evidenciou que não poderá mais terminar as disciplinas. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Dizer para o aluno que não há nada a fazer em seu caso, que ele tem que continuar frequentando as aulas e terminar as disciplinas, caso não frequente as aulas e não faça as avaliações que ainda faltam, será reprovado por falta e por nota.

b. Solicitar ao aluno que traga uma declaração da empresa, descrevendo que foi transferido de turno e em qual turno está trabalhando atualmente. Sendo verídico o fato que evidenciou, realizar o cancelamento das disciplinas.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com o Art. 64. Os pedidos de cancelamentos de disciplinas ou eixos temáticos/módulos, solicitados após os períodos estabelecidos em calendário acadêmico, serão analisados pela coordenadoria de curso ou unidade responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo, desde que considerados casos excepcionais, devidamente comprovados. Conforme o parágrafo único, são considerados casos excepcionais para cancelamento de disciplina ou eixo temático/módulo: I - doença do estudante ou de pessoa de seu núcleo familiar que exija envolvimento direto do interessado, impossibilitando-o de frequentar a disciplina ou o eixo temático/módulo objeto de cancelamento; **II - ingresso ou mudança de horário em emprego/cargo superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo;** III - ingresso em estágio obrigatório ou não obrigatório superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; IV - obtenção de bolsa institucional oferecida pela UFG superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; V - alteração de horário da disciplina ou do eixo temático/módulo pela coordenadoria de curso que impossibilite o estudante de continuar a frequentá-la; VI - por erro, omissão ou fato interno à UFG que, de alguma forma, tenha prejudicado o estudante na disciplina ou no eixo temático/módulo.

18) Raimundo, aluno do Curso de Engenharia Civil, já trancou de forma alternada sua matrícula por quatro semestres, em virtude de choque de horário das disciplinas com seu trabalho. Verificando as disciplinas que são obrigatórias, que ainda falta cursar, constatou que são todas em horário vespertino, portanto chocam com seu horário de seu trabalho que é das 12:00 hs às 18:00 hs. Em vista disso, Raimundo procura a coordenadoria do curso no prazo estabelecido no calendário acadêmico, para trancar sua matrícula por mais um semestre. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

a. Trancar a matrícula do aluno por mais um semestre, visto que a quantidade de trancamento realizado pelo aluno, ainda não alcançou o limite máximo de seis (6) semestres letivos consecutivos ou alternados.

b. Orientar o aluno a procurar os professores das disciplinas, que chocam com seu horário de trabalho, e solicitar que abonem as faltas, e passe trabalhos para serem realizados em casa.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com o Art. 70. Será permitido o trancamento de matrícula, requerido de acordo com o calendário acadêmico. Ainda, se justifica com base no Art. 71. O trancamento de matrícula não poderá ocorrer por mais de quatro (4) semestres letivos consecutivos ou alternados. Entretanto, conforme o parágrafo único, no semestre letivo em que o estudante não possa, excepcionalmente, se inscrever em disciplina ou eixo temático/módulo necessário para a integralização curricular, por falta de oferta, será permitido o trancamento de matrícula, ainda que exceda o limite definido no *caput* deste artigo.

19) Paola, aluna do curso de Letras, faltou algumas vezes à aula de Morfologia do Português. Preocupada com sua frequência, solicitou ao professor da disciplina, 03 vezes que a informasse a porcentagem ou quantidade de falta que ela já tem na disciplina, contudo ele diz que a informará no fim da aula, chega o fim da aula, diz para ela que

na próxima aula a informará. Por não ser informada, procurou a coordenadoria do curso, para que seja informada sobre sua frequência. Diante dessa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Orientar a aluna procurar o professor novamente, para que a informe sobre sua frequência e se caso não informe, voltar novamente a coordenadoria que será tomada providências cabíveis.

b. Imprimir o relatório de frequência da aluna e solicitar que ela confirme com o professor, pois pode ocorrer que existem outras faltas, que ainda não foram lançadas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: Nenhuma das alternativas. Conforme o Art. 83. Será obrigatória ao estudante a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) da carga horária de cada disciplina ou eixo temático/módulo, nos cursos presenciais, com exceção das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos de estágio curricular obrigatório, cuja carga horária definida no PPC de cada curso deverá ser cumprida na totalidade. Ainda, de acordo o § 1º, o registro da frequência às aulas será de responsabilidade do professor da disciplina ou do eixo temático/módulo, sob a supervisão da coordenadoria de curso. Outra justifica se deve ao § 2º, compete ao professor registrar a frequência dos estudantes no diário de classe disponibilizado pelo sistema acadêmico e informá-la sempre que for solicitada pelo estudante.

20) Jordy, aluno do curso de Ciências da Computação da Universidade Federal - Regional Catalão (UFG - RC), realizou mobilidade estudantil na Universidade Nacional del Litoral na Argentina, mediante o convênio da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) e cursou as disciplinas: Estruturas de Dados e Engenharia de Software, e foi aprovado. Essas disciplinas são equivalentes a Estruturas de Dados II e Engenharia de Software 1 da grade curricular de seu curso. Jordy com uma declaração que comprova que cursou as disciplinas e foi aprovado, solicitou a coordenadoria do curso aproveitamento das disciplinas. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Aceitar a solicitação do aluno de aproveitamento das disciplinas cursadas, receber a declaração e iniciar o procedimento de aproveitamento das disciplinas.

b. Não aceitar a solicitação do aluno de aproveitamento das disciplinas cursadas, uma vez que não forma cursadas na UFG.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: A. Justificativa, de acordo com o § 3º do Art. 86. Disciplinas ou eixos temáticos/módulos cursadas pelo estudante em outra IES de forma paralela ao curso na UFG não serão aproveitadas, senão em casos de convênios estabelecidos com outras IES ou por meio de programas de intercâmbio ou de mobilidade reconhecidos pela UFG. Contudo, conforme o Art. 87. A análise do pedido de aproveitamento de disciplinas ou eixos temáticos/módulos far-se-á com base na equivalência de seus conteúdos programáticos, desde que tenham, pelo menos, setenta e cinco por cento (75%) da carga horária das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos equivalentes da UFG. Deste modo, de acordo com o § 1º, o parecer sobre o aproveitamento de disciplinas ou eixos temáticos/módulos deverá ser emitido pelo coordenador do curso, ouvindo-se, se necessário, o professor da disciplina ou do eixo temático/módulo. E conforme o § 2º, as disciplinas ou os eixos temáticos/módulos aproveitados deverão constar do histórico e do extrato acadêmico, conforme previsto nos artigos 110 e 111.

21) Esmeralda, aluna do curso de Psicologia, realizou 30 horas de atividades complementares no curso de Enfermagem, durante o segundo semestre de 2015. A aluna, formalizou pedido a Coordenadoria do curso de Psicologia em 12 de abril de 2016, em uma terça-feira, solicitando o aproveitamento das horas de atividades complementares, realizada no curso de Enfermagem. Em relação à essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Não aceitar o pedido de solicitação de aproveitamento, das 30 horas de atividades complementares, visto que foram realizadas em outro curso.

b. Orientar a aluna a realizar atividades complementares no âmbito da Psicologia, para terem validade como atividades complementares.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme o Art. 89. O estudante poderá requerer aproveitamento de atividades complementares feitas para outro curso superior. E de acordo com o parágrafo único, o pedido de aproveitamento de atividades complementares será analisado com base nos critérios estabelecidos pela unidade acadêmica.

22) Alejandro, aluno do curso de Administração, por ter experiência de 10 anos como gerente de recursos humanos em uma multinacional, comprovado em sua carteira de trabalho, formalizou pedido a coordenadoria do curso em 04 de abril de 2016, em uma segunda-feira, solicitando dispensa de cursar a disciplina Gestão de Pessoas no segundo semestre de 2016.

a. Não aceitar o pedido de dispensa do aluno em cursar a disciplina, visto que experiência profissional não justifica domínio do conteúdo referente a disciplina.

b. Aceitar o pedido de dispensa do aluno em cursar a disciplina, e dar seguimento ao procedimento de aprovação do pedido.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo o Art. 90. É facultado aos estudantes solicitar dispensa de cursar disciplina ou eixo temático/módulo que integram a matriz curricular de seu curso, com justificativa de extraordinário domínio de conteúdo, mediante avaliação específica aplicada por banca examinadora. E conforme o Art. 92. O pedido de avaliação será analisado pelo coordenador de curso do estudante. E de acordo com parágrafo único, **caberá ao coordenador do curso: I - verificar se o estudante preenche os requisitos; II - julgar se o pedido é pertinente; III - se atendidas as condições previstas nos incisos I e II, solicitar a direção da unidade acadêmica responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo a nomeação de uma banca examinadora de reconhecida competência na área, composta de três membros efetivos e um suplente.**

23) Carlos Antônio, foi aprovado em 1º lugar em um concurso para professor efetivo no curso de Física. Em seu estágio probatório por diversos conflitos e falta de interesse dos professores de seu departamento, vem desenvolvendo suas atividades sem o devido acompanhamento a 6 meses. Em razão a isso, seu desempenho está abaixo do previsto conforme estipulado pelo departamento que está lotado. Com base na situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Designar três professores para acompanhar e orientar o Professor Carlos Antônio, de como proceder para melhorar seu desempenho no estágio probatório.

b. Orientar o Professor Carlos Antônio e conversar com os outros professores do departamento, para que o ajude melhorar seu desempenho no estágio probatório.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 7º Ao entrar em efetivo exercício, o docente em estágio probatório deve ser continuamente avaliado, acompanhado e orientado em suas atribuições pela Chefia do Departamento ou pela Diretoria da Unidade, devendo elaborar, a cada ano, o seu plano de trabalho em consonância com o planejamento do Departamento ou da Unidade em que estiver lotado. Ainda, de acordo com parágrafo único, **a Diretoria da Unidade ou Chefia do Departamento poderá designar uma comissão composta por três docentes integrantes de classe igual ou superior à do avaliado, para realizar o acompanhamento e orientação do docente em estágio probatório.**

24) Gabriela, tem experiência de 1 um ano como professora substituta em curso de graduação. Foi aprovada em 1º lugar para professora efetiva no curso de Enfermagem, da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

(UFG – RC) em regime de 20 horas semanais. Gabriela já apresentou toda a documentação a coordenadoria do curso, para assumir o cargo de docente. Os alunos matriculados na disciplina Saúde Mental II, estão sem aula desde que começou o semestre, aproximadamente 15 dias. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Solicitar que a Professora Gabriela, comece a ministrar aulas de Saúde Mental II na próxima semana, dado que já entregou toda a documentação para assumir o cargo de docente.
- b. Solicitar que a Professora Gabriela, participe do programa de atividades relativas à política de ensino, pesquisa e extensão e da gestão acadêmica da UFG, antes de começar a ministrar aulas.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI N° 21/2009: **B.** Justificativa, de acordo com Art. 8º Ao tomar posse, o docente que não comprovar experiência mínima de dois anos consecutivos de magistério em Instituição Federal de Ensino Superior, deverá participar do programa de atividades relativas à política de ensino, pesquisa e extensão e da gestão acadêmica da UFG e sua inserção na realidade, promovidas e regulamentadas pela

Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD e pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos – PRODIRH.

25) Marcos Aurélio, professor com dedicação exclusiva lotado no curso de Engenharia de Minas, está em estágio probatório. Mesmo trabalhando em regime de 40 horas semanais, está cursando o Mestrado em Modelagem e Otimização há 01 ano e já conclui todos os créditos necessários para qualificar seu projeto de pesquisa. Com dificuldade de desenvolver seu projeto de pesquisa, devido a jornada de trabalho de 40 horas semanais, formalizou pedido de afastamento por 01 ano para qualificar e defender sua dissertação. Frente a essa situação problema evidenciada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Aceitar o pedido de afastamento do professor, mesmo estando em estágio probatório, e dar prosseguimento para que votado na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG).
- b. Não aceitar o pedido de afastamento do professor, pois está em estágio probatório.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI N° 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 18. Ao docente em Estágio Probatório somente poderão ser concedidas licenças e afastamentos: **I - para cursar pós-graduação *stricto sensu* de acordo com as normas regulamentares vigentes;** II - por motivo de doença do professor ou de pessoa da família, comprovada em laudo médico, devendo neste caso a junta médica da UFG determinar o prazo; III - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; IV - para o serviço militar; V - para atividade política; VI - para o exercício de mandato eletivo; VII - para estudo ou missão no exterior ou para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

26) Felipe, professor lotado no curso de Administração em regime de 20 horas semanais, está em estágio probatório. O professor está cursando o Mestrado em Gestão Organizacional há 01 ano, já realizou todos os créditos e qualificou seu projeto de pesquisa. Além disso, no segundo semestre de 2015 se inscreveu no programa de mobilidade estudantil da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), que a UFG tem parceria e foi aprovado para realizar a mobilidade de 4 meses no primeiro semestre de 2016. Em razão a isso, formalizou pedido de afastamento por 06 meses para realizar a mobilidade estudantil. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Aceitar o pedido de afastamento do professor, mesmo estando em regime de 20 horas semanais e estágio probatório, e dar seguimento ao pedido para ser votado na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG).
 - b. Não aceitar o pedido de afastamento do professor, pois está em regime de 20 horas semanais e estágio probatório.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 18. Ao docente em Estágio Probatório somente poderão ser concedidas licenças e afastamentos: **I - para cursar pós-graduação *stricto sensu* de acordo com as normas regulamentares vigentes**; II - por motivo de doença do professor ou de pessoa da família, comprovada em laudo médico, devendo neste caso a junta médica da UFG determinar o prazo; III - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; IV - para o serviço militar; V - para atividade política; VI - para o exercício de mandato eletivo; **VII - para estudo ou missão no exterior ou para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.**

27) Sérgio, professor lotado no curso de Ciências Sociais em regime de 40 horas semanais, está em estágio probatório há 01 ano e 6 meses. Com a finalidade de se candidatar nas eleições de 2016, formalizou no primeiro semestre de 2016, pedido de afastamento por 06 meses no segundo semestre do respectivo ano, para realizar sua campanha como vereador.

a. Não aceitar o pedido de afastamento do professor, visto que está em estágio probatório.

b. Orientar o professor, a deixar para se candidatar como vereador nas eleições de 2020, assim já terá terminado seu estágio probatório, o que facilita a aprovação de pedido de afastamento.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 18. Ao docente em Estágio Probatório somente poderão ser concedidas licenças e afastamentos: I - para cursar pós-graduação *stricto sensu* de acordo com as normas regulamentares vigentes; II - por motivo de doença do professor ou de pessoa da família, comprovada em laudo médico, devendo neste caso a junta médica da UFG determinar o prazo; III - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; IV - para o serviço militar; **V - para atividade política**; VI - para o exercício de mandato eletivo; VII - para estudo ou missão no exterior ou para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

28) Victor, foi aprovado em 1º lugar em um concurso para professor efetivo regime 40 horas, no curso de Engenharia da Produção. Está em estágio probatório há 1 anos e 6 meses. Devido um professor do Curso de Administração ter afastado para cursar Doutorado, e não podendo contratar mais professor substituto, por motivo de cortes no orçamento relacionado a contratação de pessoal, o coordenador do curso de Administração, solicitou ao coordenador do curso de Engenharia de Produção, a disponibilidade de Victor para o segundo semestre de 2016, para ministrar as disciplinas de: Processo Decisório e Controle e Gestão de Projetos, uma vez que tem muito domínio nessas áreas de conhecimento e também porque ministrará somente duas disciplinas no segundo de 2016 no curso que está lotado. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Colocar em votação na reunião mensal da Unidade Acadêmica Especial de Engenharia a disponibilidade do Professor Victor, sendo aprovada, cedê-lo ao curso de Administração, para ministrar as duas disciplinas indicadas.

b. Não ceder o Professor Victor ao curso de Administração, pois está em estágio probatório.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo Art. 19. O docente em estágio probatório não poderá ser colocado em disponibilidade e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 6, 5, 4, ou equivalentes.

29) O Conselho Diretor da Unidade Acadêmica de Geografia, julgou o relatório da Comissão de Avaliação Docente (CAD), referente a progressão horizontal do Professor Abílio, como reprovado. Passados 12 dias do registro de sua ciência por escrito do processo de sua avaliação, o professor procurou a coordenadoria do curso de Geografia, para recorrer da decisão. Com base na situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Orientar o Professor Abílio, a fazer um documento para recorrer da decisão do Conselho Diretor da Unidade Acadêmica de Geografia.

b. Informar o Professor Abílio, que infelizmente não há a nada a fazer, pois já passou o prazo para recorrer da decisão da Unidade Acadêmica de Geografia.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **B.** Justificativa, de acordo com o Art. 31. O Conselho Diretor da Unidade Acadêmica deverá apreciar e julgar o relatório da CAD, dentro do prazo de trinta (30) dias. Ainda, de acordo com o § 1º, após a decisão do Conselho Diretor, o interessado deverá registrar ciência do resultado, por escrito, no processo de sua avaliação. Outra justificativa se deve ao § 2º, o docente, cientificado de sua avaliação, terá um prazo de dez (10) dias para recorrer da decisão do Conselho Diretor da Unidade Acadêmica.

30) Devido a um erro do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFG, o horário da disciplina Logística Integrada do curso de Engenharia de Produção, foi alterado. Em razão da alteração do horário da disciplina, Fernanda aluna deste curso, solicita a coordenaria do curso o cancelamento da disciplina, mesmo depois de ter passado o prazo de cancelamento de disciplina previsto no calendário acadêmico. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

a. Realizar o cancelamento da disciplina.

b. Não realizar o cancelamento da disciplina, pois já passou o prazo de cancelamento de disciplina prevista no calendário acadêmico e a aluna não apresentou justificativa plausível.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 64. Os pedidos de cancelamentos de disciplinas ou eixos temáticos/módulos, solicitados após os períodos estabelecidos em calendário acadêmico, serão analisados pela coordenadoria de curso ou unidade responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo, desde que considerados casos excepcionais, devidamente comprovados. Ainda, de acordo com o Parágrafo único. São considerados casos excepcionais para cancelamento de disciplina ou eixo temático/módulo: I - doença do estudante ou de pessoa de seu núcleo familiar que exija envolvimento direto do interessado, impossibilitando-o de frequentar a disciplina ou o eixo temático/módulo objeto de cancelamento; II - ingresso ou mudança de horário em emprego/cargo superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; III - ingresso em estágio obrigatório ou não obrigatório superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; IV - obtenção de bolsa institucional oferecida pela UFG superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; **V - alteração de horário da disciplina ou do eixo temático/módulo pela coordenadoria de curso que impossibilite o estudante de continuar a frequentá-la; VI - por erro, omissão ou fato interno à UFG que, de alguma forma, tenha prejudicado o estudante na disciplina ou no eixo temático/módulo.**

CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA

31) Adriane, concluiu regularmente o curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Goiás (UFG). Ela foi convocada a realizar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entretanto não realizou. Adriane alega que estava enferma, porém não apresentou atestado médico para comprovar sua impossibilidade de realizar o exame e justificar o não comparecimento. Adriane procurou a coordenadoria do curso e formalizou pedido, solicitando que cole grau junto com seus colegas e seja expedido seu diploma do curso. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Indeferir seu pedido. Não permitir que Adriane cole grau e não expedir seu diploma, pois têm que regularizar sua pendência sobre o ENADE.

b. Deferir seu pedido em parte. Permitir que cole grau, mas não expedir seu diploma, enquanto não regularize sua pendência sobre o ENADE.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a LEI Nº 10.861, § 2º do Art. 10. O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades: I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior. Como pode verificar, prevê sanções à instituição, não há previsão legal de sanções aos alunos inscritos que deixarem de participar. Ademais de acordo com § 2º do Art. 05. O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. Por ser por amostragem, um aluno convocado que por qualquer que seja o motivo, não realiza o exame, não impactará de forma a prejudicar a avaliação da instituição que representa. E conforme fragmento extraído do REEXAME NECESSÁRIO N. 0010522-48.2010.4.01.3500/GO (d), p. 03, o exame “visa apenas compelir o estudante convocado a colaborar com o Poder Público no procedimento de avaliação do ensino nacional. **4. O descumprimento de tal obrigação, pela inobservância da convocação, não pode ensejar óbice à concessão do diploma, posto que totalmente desproporcional ao dever descumprido e sem qualquer previsão legal específica**”.

32) Alexandre, aluno do curso de Engenharia de Minas, concluiu regularmente todas as disciplinas e atividades complementares exigidas na matriz curricular do curso, entretanto foi reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O aluno procurou a coordenadoria do curso e formalizou pedido solicitando a revogação de sua reprovação, alegando que seu orientador não cumpriu com suas obrigações e se esquivava de dar a devida atenção e orientação. Alexandre, comprova o que alega por meio de diversos e-mails enviados ao professor, com anexo as versões de seu TCC para correções, que segundo ele nunca foi corrigido. O professor que o orientou se defende verbalmente, diz que cumpriu com suas obrigações como de costume, e evidenciou que o desempenho insuficiente do aluno, o levou a reprovação. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

a. Indeferir o pedido de revogação da reprovação e orientar o aluno a buscar outro orientador.

b. Deferir o pedido de revogação da reprovação, pois mesmo que o professor se defende verbalmente, o aluno não pode ser prejudicado pelo incumprimento das obrigações do orientador.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO DE PROTEÇÃO, DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015: **B.** Justificativa, de acordo com o CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Ainda, de acordo com o CDC Art. 4º. Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; II - ação governamental

no sentido de proteger efetivamente o consumidor: a) por iniciativa direta; b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas; c) pela presença do Estado no mercado de consumo; **d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.** Outra justificativa se deve ao Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Ainda conforme com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Inciso: VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes.

33) Andréia, aluna do curso de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG), ao tentar reabrir sua matrícula no primeiro semestre 2016, foi surpreendida pela recusa da coordenadoria do curso em receber seu requerimento, e que por ter sido jubilada, nem mesmo o requerimento foi recebido. A coordenadoria alega que antes do jubramento, a aluna recebeu sugestões de acompanhamento acadêmico individual, para que pudesse ter viabilizado a conclusão do curso e foi comunicada do ato de exclusão do quadro de discente da instituição, contudo não foi instaurado processo administrativo. Andréia retornou a coordenadoria do curso novamente e formalizou pedido solicitando a revogação de sua exclusão do curso. Frente a essa situação problema evidenciada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Revogar a decisão tomada, e permitir que aluna faça parte do quadro de discente novamente e termine o curso.
- b. Manter a decisão de exclusão da aluna do curso, uma vez que recebeu sugestões para que pudesse ter viabilizado a conclusão do curso.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015), RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas.** Mesmo que de acordo com a CF Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (EC nº 11/1996) e Art. 105. Será excluído do quadro discente da UFG o estudante, inciso V - tiver esgotado seu prazo para integralização curricular da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, para excluir a aluna do quadro de discente da instituição, deve-se abrir processo administrativo e conceder o direito de defesa a aluna, por ser uma consumidora dos serviços da universidade, uma vez que de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. Conforme o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso **VII - A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.**

34) Lucas, ingressou no curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), no primeiro semestre de 2009. Durante a realização do curso, foi reprovado na disciplina Direito Civil I, que influenciou no tempo de realização do curso, devido a disciplina ser pré-requisito. No segundo semestre de 2015, devido a choque de horário entre disciplinas, o aluno não pôde realizar a disciplina Direito Tributário I do 9º período. Lucas já apresentou seu Trabalho Final de Curso (TCC) e foi aprovado, entretanto, para finalizar o curso e colar grau, falta ser aprovado em apenas duas disciplinas; Direito Tributário I do 9º período e Direito Tributário II do 10º período, que tem como pré-requisito a disciplina Direito Tributário I do 9º período. Em razão a esse fato, Lucas formalizou pedido a coordenadoria do curso solicitando a quebra de pré-requisito, para cursar as duas disciplinas no primeiro semestre de 2016. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não atender à solicitação do aluno, pois a disciplina Direito Tributário II, tem como pré-requisito a disciplina Direito Tributário I do 9º período, e não é possível quebrar o pré-requisito.
- b. Quebrar o pré-requisito da disciplina Direito Tributário I do 9º período, permitindo que curse as duas disciplinas ao mesmo tempo.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **B.** Mesmo que de acordo com a CF Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (EC nº 11/1996), a questão posta tem particularidades que se distingue, e necessita de uma solução, pois se trata de um aluno que falta somente duas disciplinas para terminar o curso e colar grau, e com o risco de jubramento, deste modo, fundamentado no CDC Art. 47. As cláusulas contratuais podem ser interpretadas de maneira favorável ao consumidor, além do mais conforme o Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso X - A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

35) Três alunos do curso de Ciências Biológicas, formalizaram reclamação na coordenadoria do curso, sobre a forma de atuação do professor de Morfologia Vegetal. Evidenciaram que dentro da sala de aula, o professor intimida, constrange, ameaça e humilha publicamente colegas da turma, no sentido de não aceitarem fazer trabalhos/atividades em grupo com o representante de classe. Os alunos relataram que o professor e o representante da classe tiveram um embate, em que o representante de classe defendia os interesses dos alunos e o professor não gostou, e a partir desse momento o professor passou a atuar de tal maneira. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não fazer nada, isso são coisas que acontecem na universidade e em questão de dias tudo volta ao normal.

b. Evidenciar para os três alunos, que se o professor está agindo assim, é porque tem motivo, e essa é a estratégia que está utilizando para que o representante de classe, aprenda respeitá-lo.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com o CC Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Conforme o inciso X do Art. 5º, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Ainda, de acordo com § 7º do Art. 226. (...) compete ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Portanto, atitudes concretas de intimidação, constrangimento, ameaça e humilhação ferem o princípio constitucional de respeito à dignidade humana e violam o Código Civil. Ademais de acordo com o CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186²⁹ e 187³⁰), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Além do mais, a recusa/omissão da coordenadoria em verificar os fatos, pode contribuir em problemas de maior gravidade no futuro, como abertura de processo de danos morais contra o professor e de forma indireta à universidade. Pois de acordo com Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Ainda de acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV- postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes.

36) Vilma, conseguiu ser transferida de uma instituição de ensino privada, para a Universidade Federal de Goiás (UFG). Entretanto, a nova aluna vem passando por rejeição, pois em assembleia na turma que ingressou, a maioria dos estudantes decidiram que ela não faria parte dos grupos de estudo e teria de apresentar trabalhos individuais. Além disso, os dois alunos que não votaram para exclusão da aluna nos grupos de trabalhos, também foram punidos com a mesma sanção. O representante da turma disse, que a impossibilidade de fazerem trabalhos acadêmicos em grupo, tornaria inviável a permanência deles no curso, e ainda seriam boicotados em atividades no ambulatório, o

²⁹ Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

³⁰ Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

que ser tornou fato realizado. Frente a essa situação, os três alunos procuraram a coordenadoria do curso, relataram sobre as intimidações dos outros alunos e solicitaram que algo fosse feito. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

a. Dizer para os três alunos, que só podem fazer alguma coisa, quando tornar frequente os acontecimentos.

b. Não fazer nada e dizer aos três alunos que essas coisas são normais na universidade e em poucos dias os alunos os aceitarão para realização de trabalhos.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002), CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas**. De acordo com o CC Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Conforme o CC inciso X do Art. 5º, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Ainda, fundamentado na CF no § 7º do Art. 226. (...) compete ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Deste modo, atitudes concretas de intimidação, constrangimento, ameaça e humilhação ferem o princípio constitucional de respeito à dignidade humana e violam o Código Civil. Portanto, conforme o CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Além do mais, a recusa/omissão da coordenadoria em verificar os fatos, pode contribuir em problemas de maior gravidade no futuro, como abertura de processo de danos morais contra os alunos e de forma indireta à universidade. Uma vez que de acordo com CDC Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

37) O professor do curso de Física, natural de Santa Maria - RS, utiliza frequentemente anedotas e piadas em sala de aula com a finalidade de prender a atenção dos alunos, no entanto as faz sem limites, causando indignação, constrangimento, insatisfação etc. Em um certo dia na aula, o professor utilizou o aluno Wilton como parte da piada, rindo dos goianos que falam tudo errado e evidenciou que a região do Brasil que se fala o português de forma correta, é o sul com ar de superioridade. Wilton não se sentindo bem com as chacotas, procurou a coordenadoria do curso e formalizou reclamação referente a atuação do professor em sala de aula. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não fazer nada, pois essa é a estratégia que o professor utiliza para ministrar suas aulas.

b. Conversar com o aluno Wilton, e pedir que leve na brincadeira, pois a intenção do professor é prender a atenção dos alunos.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO DE PROTEÇÃO, DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015: **Nenhuma das alternativas**. De acordo com o CC inciso X do Art. 5º, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Deste modo, atitudes concretas de constrangimento e humilhação ferem o princípio constitucional de respeito à dignidade humana e violam o Código Civil. Deste modo, fundamentado no CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Além do mais, a recusa/omissão da coordenadoria em aplicar alguma sanção ao professor, pode contribuir em problemas de maior gravidade no futuro, como abertura de processo de danos morais contra a universidade. Dado que de acordo com Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Ainda conforme com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Inciso: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou

abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser.

38) Lorena, aluna do curso de Administração, não pôde apresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pois de acordo com a banca examinadora, o seu TCC e o de Tania possuíam diversos trechos de cópias fiéis uma da outra, deste modo, as duas foram reprovadas. Lorena alega que Tânia plagiou seu TCC. Ela relata que Tania teve acesso a seu TCC, quando a emprestou seu pen-drive para que ela copiasse algumas fotos da turma. Em razão a esse fato, mesmo sendo reprovada em seu TCC, Lorena formalizou pedido a coordenadoria do curso, solicitando que permitissem ela colar grau junto com seus colegas. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Permitir que as duas colem grau, pois não se sabe qual das duas, plagiou o TCC da outra.
- b. Permitir que somente Lorena cole grau, pois Tania ainda não apresentou sua versão sobre o fato.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015), CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO PENAL - Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a CF Art. 5º, inciso XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Conforme o CC Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Fundamentado no CP Art. 184, e seus parágrafos, a violação de direitos autorais é crime, com detenção de 3 (três) meses até 4 (quatro) anos, e ou multa, dependendo da gravidade da violação, reprodução parcial ou total. Em relação a situação problema, o mais correto seria abrir processo administrativo e conceder o direito de defesa a duas alunas (Lorena e Tania), por serem consumidoras dos serviços da universidade, uma vez que de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. De acordo com o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso VII - **A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências,** dentro outros.

39) Kátia, aluna do curso de Engenharia de Produção, elaborou um trabalho escrito (base teórica) para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 1 (9º período), e obteve a nota 7,5. Essa base teórica foi aproveitada para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 2 (10º período), que foi complementada com a pesquisa prática aplicada em uma empresa. Kátia nesta segunda etapa obteve a nota 9,5. Contudo, 15 dias depois, a banca examinadora constata que, a aluna plagiou diversos trechos da segunda etapa, de outro trabalho publicado em um periódico *online*. O orientador e os outros dois professores que participaram da banca, procuraram a coordenadoria do curso e relataram o fato. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Convocar a aluna na coordenadoria do curso, informa-la que devido à constatação de plágio, sua nota foi revista e por tal fato foi reprovada, portanto terá que refazer a etapa referente a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 2.
- b. Deixar como está, pois a falha foi do orientador e dos dois professores que participaram da banca examinadora, que não constaram o plágio antes da avaliação.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015), CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO PENAL – Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a CF Art. 5º, inciso XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Conforme com o CC Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Fundamentado no CP Art. 184, e seus parágrafos descrevem a violação de direitos autorais como crime, com

detenção de 3 (três) meses até 4 (quatro) anos, e ou multa, dependo da gravidade da violação, reprodução parcial ou total. Em relação a situação problema, o mais correto seria abrir processo administrativo e conceder o direito de defesa a aluna, por ser consumidora dos serviços da universidade, uma vez que de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. De acordo com o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso **VII - A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**, dentro outros.

40) Edmundo, aluno do curso de Administração, foi avaliado com a nota zero (0,0) em seu Trabalho final de Conclusão de Curso (TCC) no final do segundo semestre de 2015. A banca avaliadora evidenciou que a atribuição dessa nota, justifica devido a existência de plágio em seu trabalho. Disseram que o trabalho não está apto a ser aprovado, nem mesmo deveria ter sido apresentado, e indicaram que se matricule na disciplina TCC novamente, corrija os trechos plagiados e apresente novamente no final do próximo semestre. Entretanto, Edmundo procurou a coordenadoria do curso e formalizou pedido solicitando que apresente seu TCC no início do primeiro semestre de 2016, alegando que não plagiou, o que aconteceu foi uso incorretamente das normas de citação direta e indireta, e que seu orientador não o acompanhou como deveria, deste modo não podem postergar sua conclusão do curso por mais um semestre, além do mais, sua ascensão de cargo na empresa em que trabalha, está pendente à apresentação do diploma ou declaração que comprove que é formado em administração. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Manter a decisão tomada pela banca examinadora, e no final do próximo semestre apresente o TCC corrigido.
- b. Conversar com o orientador do aluno e a banca examinadora sobre o pedido do aluno, e aprova-lo, visto que não pode ser prejudicado pela falta de orientação no desenvolvimento do TCC.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015), CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO PENAL - Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas**. De acordo com a CF Art. 5º, inciso XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Conforme o CC Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Fundamentado no CP Art. 184, e seus parágrafos descrevem a violação de direitos autorais como crime, com detenção de 3 (três) meses até 4 (quatro) anos, e ou multa, dependo da gravidade da violação, reprodução parcial ou total. Em relação a situação problema, o mais correto seria abrir processo administrativo e conceder o direito de defesa ao aluno, por ser consumidor dos serviços da universidade, uma vez que de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. De acordo com o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso **VII - A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**, dentro outros. Ademais os consumidores de serviços podem exigir pela garantia de serviços com padrões adequados de qualidade conforme o CDC Art. 4º. Inciso II, alínea d).

41) Alice, aluna do curso de Direito, foi reprovada na disciplina Direito Civil I, insatisfeita resolveu reclamar para a professora em tom agressivo em sala de aula, frente a todos os outros alunos, ela disse que queria outra nota, prova ou rever a média e que se nenhuma atitude fosse tomada, iria resolver naquele dia, sob pena de doer na professora ou aos filhos dela. A professora procurou a coordenadoria do curso e relatou o acontecido. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não fazer nada e dizer a professora que ela precisa ter controle emocional, visto que qualquer professor da instituição está sujeito a esse tipo de comportamento, principalmente quando o aluno é reprovado.
- b. Rever a nota da aluna e aprová-la, com finalidade de evitar problemas futuros, principalmente com a segurança da professora e dos filhos dela.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas.** Na situação problema apresentada, pode-se abrir um processo administrativo e aplicar penalidades a aluna, fundamentado na RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 Art. 179. As penalidades disciplinares aplicáveis aos estudantes da UFG são as seguintes: I - advertência; II - suspensão; III - desligamento. No caso apresentado fundamentado no Art. 180. As penas de advertência podem ser aplicadas a partir dos seguintes incisos: I - desrespeito a qualquer pessoa, seja membro da comunidade universitária ou não, que se encontre no espaço físico da universidade ou em locais outros onde se desenvolvem atividades oficiais da universidade e V - ameaça a alguém, por palavra, por escrito, gesto ou qualquer outro meio simbólico. Mediante o Art. 181. As penas de suspensão podem ser aplicadas por meio do inciso: I - agressão, injúria, assédio, discriminação ou ofensa de qualquer natureza, a pessoas da comunidade universitária, ou não, que se encontre no espaço físico da universidade ou em locais outros onde se desenvolvem atividades oficiais da universidade. Com base no Art. 182. As penas de desligamento podem ser aplicadas através do inciso: I - ofensa grave à integridade física ou à saúde de outrem. No entanto, a aluna por ser uma consumidora do serviço de uma instituição de ensino superior, tem o direito de se defender, pois de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. E de acordo com o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso VII - A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências, dentro outros.

42) Diversos alunos do curso de Matemática, procuram a coordenadoria do curso e formalizaram em conjunto reclamação sobre a atuação do professor de Matemática Aplicada. Relataram que o professor não ministra a aula corretamente, muito menos explica o conteúdo de forma compreensível e não tira dúvidas. Evidenciaram também que quando algum aluno faz uma pergunta por não ter compreendido a explicação, o professor responde com falta de educação, como se fosse errado o aluno perguntar. E por fim, os alunos explicitaram a preocupação de serem reprovados, pois mediante conversa com alunos que estão refazendo a disciplina inteiraram que o índice de reprovação é muito alto. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não fazer nada, pois cada professor tem um perfil e estratégia para ministrar suas aulas.

b. Conversar com todos os alunos na sala de aula e esclarecer que eles têm que adaptarem ao perfil e estratégia adotada pelo professor para ministrar suas aulas.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Sendo assim, é direito dos alunos exigirem da coordenadoria tomada de providência, em relação a estratégia adotada pelo professor em ministrar suas aulas. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

43) Diversos alunos do curso de Administração, procuram a coordenadoria do curso e formalizaram reclamação sobre faltas recorrentes do professor da disciplina Legislação Empresarial, ademais, evidenciaram que quando aparece, não ministra aula, fica enrolando para o tempo passar. O professor é de outra unidade acadêmica e argumentou que está faltando porque está cursando uma disciplina no Doutorado, que é no mesmo horário da disciplina que ministra e seu pedido de afastamento foi indeferido. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não fazer nada, pois o pedido de afastamento para cursar Doutorado do professor foi indeferido, deste modo está fazendo o que está ao seu alcance, para ministrar as aulas e fazer o Doutorado.

b. Conversar com todos os alunos na sala de aula e comunicar que o professor está faltando, porque está cursando uma disciplina no Doutorado, no mesmo dia e horário da aula deles de Legislação Empresarial.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, CÓDIGO CIVIL (2002) E CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015): **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Inciso: VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Portanto é direito dos alunos, exigirem da coordenação tomada de providência em relação as faltas do professor. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. Na situação problema apresentada, pode-se abrir um processo administrativo contra o professor e conceder o direito de defesa, pois conforme com a CF Art. 5º inciso LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

44) No dia 01 de setembro de 2016, em uma quinta-feira, o professor de Física foi aplicar prova e mais da metade dos alunos recusaram fazê-la, argumentando que metade do conteúdo da prova não foi ministrado em sala de aula. O professor tentou intimidar os alunos, ameaçando que quem não fizesse a prova, não teria oportunidade de realizar outra avaliação e iria com nota zero (0,0) e consequentemente seria reprovado na disciplina. Essa atitude do professor gerou uma grande discussão entre os alunos e o professor. Os alunos que recusaram realizar a prova, procuraram a coordenação do curso, relatam o fato e formalizaram reclamação. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Conversar com todos os alunos em sala de aula e informá-los que o professor tem autonomia para desempenhar suas atividades como docente, deste modo em relação ao fato ocorrido, os que não realizaram a prova, iram com a nota zero (0,0), salvo os que faltaram no dia da avaliação, que apresentarem justificativa plausível, realizarão prova de segunda chamada.

b. Não fazer nada, pois o professor tem autonomia para desempenhar suas atividades como docente.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 E CÓDIGO CIVIL (2002): **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Sendo assim, é direito dos alunos exigirem da coordenação tomada de providência, em relação a atuação do professor e solicitarem a realização de outra prova, mesmo que não esteja previsto nas resoluções da instituição de ensino superior, visto que esse caso se distingue por não ocorrer frequentemente. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Ainda os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

45) Cristina, aluna do curso de Engenharia de Produção, teve um embate em sala de aula com o professor de Gestão de Resíduos sólidos, em que ela manifestou ao professor que explicasse melhor o conteúdo e tirasse dúvidas, no lugar de ficar aterrorizando sobre as avaliações que vai aplicar, e que segundo o professor todos sairão

mal. Ela e mais 6 alunos formalizaram reclamação na coordenadoria sobre as intimidações do professor. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Falar para os 7 alunos, que essa é a estratégia que o professor usa para que prestem atenção na aula e não fiquem conversando.

b. Não fazer nada, pois com certeza os alunos não estão se comportando como deveriam na sala de aula, prestando atenção e não conversando.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 E CÓDIGO CIVIL (2002): **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Sendo assim, é direito dos alunos exigirem da coordenadoria tomada de providência, em relação a atuação do professor de ficar intimidando-os. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Ainda os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

46) A professora Kariny, está ministrando aulas no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás (UFG), há 22 meses como professora substituta, no próximo mês ganha neném, entretanto o contrato dela vence daqui 2 meses. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Finalizar o contrato da professora antes do primeiro dia do nono mês de gestação.

b. Não finalizar o contrato e conceder a licença maternidade da professora de cento e vinte dias.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015) E ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS: **Nenhuma das alternativas. Alternativa B incompleta.** Justificativa, de acordo com a CF Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (EC nº 20/1998, EC nº 28/2000, EC nº 53/2006 e EC nº 72/2013), inciso XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias. Ainda conforme art. 10, II, alínea b, do ADCT, as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito a estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

47) Miguel, aluno do curso de Engenharia Civil, foi pego colando mais seu colega William, na segunda prova da disciplina de Cálculo III do 1º semestre de 2016. O professor percebeu que quando passava perto deles no momento da realização da prova, ficavam constrangidos, então foi verificar se tinha algo debaixo da prova deles, e deparou com metade de uma folha A4 de um lado e do outro, repleta de fórmulas dos conteúdos ministrados em sala de aula, neste instante o professor tomou a prova dois alunos, que já tinham respondido a metade. O professor não considerou o que já tinham respondido e deu zero (0,0) para os dois. Todos os alunos que fizeram a prova, saíram mal, argumentaram na vista de prova, que não conseguiram lembrar das fórmulas para resolver os exercícios. Deste modo, o professor passou um trabalho individual para ser entregue 15 dias depois da entrega da prova, como terceira avaliação somente para os alunos que fizeram a prova, quem faltou e os que colaram (Miguel e William), foram excluídos da oportunidade de fazer o trabalho para recuperar a nota. Insatisfeitos, os dois alunos procuram a coordenadoria do curso e formalizaram pedido solicitando poderem fazer o trabalho, alegaram que colaram as fórmulas, não exercícios respondidos e evidenciaram que ninguém é obrigado a lembrar de fórmulas complexas, como foi ministrado nas aulas, além do mais todos os seus colegas saíram mal na prova por não lembrarem das

fórmulas, o que justifica que raramente alguém consegue lembrar as fórmulas e que o professor deveria rever sua estratégia pedagógica. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Manter a decisão tomada pelo professor de não oferecer a oportunidade para Miguel e William fazerem o trabalho, como punição ao ato cometido, para servir de exemplo aos outros alunos não aprenderem a colar.
- b. Orientar Miguel e William a conversarem com o professor, pois somente ele poderá aceitá-los fazerem o trabalho.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas. Alternativa.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Sendo assim, é direito dos alunos exigirem da coordenação tomada de providência, visto que o ato indevido de colar na prova, não o excluem de outras avaliações referente a disciplina. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Ainda os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. O que não está ocorrendo na atuação do professor, que exige que os alunos lembrem de formas complexas no dia da prova, o que levou todos os alunos a saírem mal.

APÊNDICE C - AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA POR ESPECIALISTAS DO CGA - UFG - RC

AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA POR ESPECIALISTAS

Você está sendo convidado(a) a participar, como Especialista na avaliação de 47 cenários de contingência, suas possíveis alternativas de solução e justificativas de resposta. Os cenários de contingência, foram criados a partir da leitura de diversos processos *online* do site do Jusbrasil, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, CÓDIGO PENAL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL, SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009, RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.

Inicialmente, avalie se você considera o cenário de contingência, em contingência fechada³¹ (decisão programada) ou contingência aberta³² (decisão não programada), posteriormente, se considera o cenário de contingência muito importante, importante ou não é importante e caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva-a. E no final do documento, caso queira apresentar outras sugestões para melhorar o instrumento cenários de contingência, descreva-as.

³¹ Cenários de contingência fechada, se caracterizam por um número restrito de alternativas para resposta (comportamento) de decidir, isto é, a amplitude e variação da resposta (comportamento) é pequena. O comportamento de decisão é pré-definido, não havendo às vezes, possibilidade de variação, nem mesmo descrição detalhada do responder. Em cenários de contingência fechada, as possibilidades de ação autônoma [arbítrio para tomar decisões, a partir de sua experiência e/ou conhecimento (repertório instrucional)] são significativamente limitadas, ficando o decisor exposto a contingências que delimitam o decidir, cujos arranjos são programados quase que exclusivamente por outros indivíduos. Nos cenários de contingência fechada, as decisões são programadas, são decisões padronizadas utilizadas para resolver problemas rotineiros, isto é, que ocorrem frequentemente. São soluções para resolver situações simples, bem definidas, conhecidas e estruturadas que ocorrem regularmente, requerendo pouco tempo e recursos, não demandando um processo abrangente de tomada de decisão, uma vez que existe considerável quantidade de informações estruturadas, confiáveis e precisas, que até determinam como prosseguir para decidir, ou até mesmo a decisão a ser tomada.

³² Cenários de contingência aberta, caracterizam-se por grande quantidade de alternativas para resposta (comportamento) de decidir, isto é, a amplitude e variação de resposta é grande. O comportamento de decisão não é pré-definido, há possibilidade de variação e descrição detalhada da resposta (comportamento). Em cenários de contingência aberta, há mais possibilidades de ação autônoma [arbítrio para tomar decisões, a partir de sua experiência e/ou conhecimento (repertório instrucional)], ficando o decisor exposto a contingências, todavia, essas contingências não delimitam o decidir, uma vez que os arranjos não são programados. Nos cenários de contingência aberta, as decisões podem ser formuladas pelo próprio decisor, com base nas contingências existentes, que considera mais adequada à circunstância. Em cenários de contingência aberta, as decisões são não programadas, são decisões singulares para resolver problemas excepcionais, isto é, que não ocorrem frequentemente. São soluções específicas para resolver situações complexas, mal definidas, desconhecidas e desestruturadas, requerendo muito tempo e recursos, além de demandar um processo abrangente de tomada de decisão, visto que existe pouca quantidade de informações estruturadas e as que existem, normalmente são ambíguas, incompletas e imprecisas, não determinando exatamente como prosseguir para decidir.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Instrumento: Cenários de contingência

Pesquisador responsável: Neubher Fernandes Nunes

E-mail: neubheradm@gmail.com

Fones: 64-98146-8899 TIM (Whatsapp) / 64-98422-9090 VIVO

Orientador: Prof. André Vasconcelos Silva

E-mail: andre.silva.ufg@gmail.com

Fone: 64-98146-0011 TIM (Whatsapp)

PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO E REPERTÓRIO INSTRUCIONAL

Perfil do(a) Especialista

1. Idade: _____.

2. Sexo:

Marcar apenas uma opção.

() Feminino

() Masculino

3. Graduado em? _____.

4. Última titulação:

Marcar apenas uma opção.

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

() Outra. Descreva? _____.

5. Quanto tempo trabalha no Centro de Gestão Acadêmica (CGA) da Universidade Federal de Goiás Regional Catalão?

_____.

CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA

1) João, aluno do curso de Engenharia de Minas, não compareceu à avaliação agendada pelo professor de Cálculo 1, para o dia 15 de agosto de 2016, em uma terça-feira. O aluno formalizou pedido à coordenadoria do curso, após ter corrido 10 dias úteis da data de realização da avaliação, para solicitar a segunda chamada. Não foi feito contato com o professor responsável pela disciplina. Bem como, o pedido de segunda chamada não teve justificativa. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Orientar o aluno João a conversar com o professor, a fim de garantir a segunda chamada da prova perdida.
- b. Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com o art. 80. O estudante que deixar de realizar avaliações previstas no plano de ensino de disciplinas ou eixos temáticos/módulos dos cursos poderá solicitar segunda chamada até cinco (5) dias úteis após a data de realização da avaliação. Ainda, de acordo com o § 1º, a segunda chamada poderá ser solicitada ao professor da disciplina ou do eixo temático/módulo. Outra justificativa se deve ao § 2º, o estudante poderá também formalizar a solicitação de segunda chamada, devidamente justificada e comprovada.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
- () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
- () Importante
- () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

2) Jaqueline, aluna do curso de administração, não estava presente o dia que a professora de Fundamentos da Administração, divulgou a frequência de cada aluno. Quando ficou sabendo através de seus colegas, solicitou a professora a revisão de sua frequência 6 dias após a divulgação. Fundamentado na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não aceitar o pedido de revisão de frequência da aluna, visto que já transcorreu mais de 5 dias úteis, após a divulgação da frequência.
- b. Aceitar o pedido de revisão de frequência da aluna, uma vez que não transcorreu 10 dias úteis, a partir da data de divulgação da frequência.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 85. O estudante poderá solicitar revisão de frequência registrada pelo professor da disciplina ou do eixo temático/módulo até (5) dias úteis após a data limite para digitação de notas e frequências, prevista no calendário

acadêmico. Ainda, de acordo com o § 1º, a solicitação de revisão de frequência não significa abono de faltas. E conforme o § 2º, a solicitação de revisão de frequência poderá ser feita ao professor da disciplina ou do eixo temático/módulo.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

3) O professor da disciplina de Geometria Analítica, divulgou as notas de cada aluno, dia 30 de maio de 2016 em sala de aula. Bruno decepcionado com a nota que tirou, chegou em casa nem quis saber de verificar as correções realizada pelo professor. Quatro dias depois, chegou mais cedo do trabalho e foi ler as respostas que escreveu na prova, verificou que o professor, não somou a pontuação tirada em duas questões. Neste mesmo dia, 03 de junho de 2016, solicitou a revisão de sua nota a coordenadoria do curso. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Aceitar o pedido de revisão de nota do aluno, pois ainda não transcorreu 5 dias úteis, após a divulgação da nota da avaliação pelo professor.

b. Orientar o aluno a procurar professor, e demonstrar-lhe que não somou a pontuação tirada em duas questões.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 81. O estudante poderá solicitar revisão de nota de avaliação no prazo máximo de cinco (5) dias úteis a partir da divulgação da nota. Ainda, de acordo com o § 1º, a revisão de nota poderá ser solicitada ao professor da disciplina ou do eixo temático/módulo. Outra justificativa mais pertinente, se deve ao § 2º, **o estudante poderá também formalizar a solicitação de revisão de nota.** E com base no § 3º, caberá a coordenadoria do curso ou da unidade acadêmica responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo encaminhar o pedido formalizado de revisão de nota ao professor da disciplina ou do eixo temático/módulo.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

4) Adriane, concluiu regularmente o curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Goiás (UFG). Ela foi convocada a realizar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entretanto não realizou. Adriane alega que estava enferma, porém não apresentou atestado médico para comprovar sua impossibilidade de realizar o exame e justificar o não comparecimento. Adriane procurou a coordenadoria do curso e formalizou pedido, solicitando que cole grau junto com seus colegas e seja expedido seu diploma do curso. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Indeferir seu pedido. Não permitir que Adriane cole grau e não expedir seu diploma, pois têm que regularizar sua pendência sobre o ENADE.

b. Deferir seu pedido em parte. Permitir que cole grau, mas não expedir seu diploma, enquanto não regularize sua pendência sobre o ENADE.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 E REEXAME NECESSÁRIO N. 0010522-48.2010.4.01.3500/GO (d): **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a LEI Nº 10.861, § 2º do Art. 10. O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades: I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior. Como pode verificar, prevê sanções à instituição, não há previsão legal de sanções aos alunos inscritos que deixarem de participar. Ademais de acordo com § 2º do Art. 05. O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. Por ser por amostragem, um aluno convocado que por qualquer que seja o motivo, não realiza o exame, não impactará de forma a prejudicar a avaliação da instituição que representa. E conforme fragmento extraído do REEXAME NECESSÁRIO N. 0010522-48.2010.4.01.3500/GO (d), p. 03, o exame “visa apenas compelir o estudante convocado a colaborar com o Poder Público no procedimento de avaliação do ensino nacional. **4. O descumprimento de tal obrigação, pela inobservância da convocação, não pode ensejar óbice à concessão do diploma, posto que totalmente desproporcional ao dever descumprido e sem qualquer previsão legal específica**”.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

5) Ana, aluna regular do curso de Química, se casou há 11 meses, no meio do primeiro semestre de 2016, um mês antes de ganhar o bebê, apresenta um atestado médico a coordenadoria do curso, para que tenha tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

a. Não aceitar o atestado médico, e solicitar um relatório médico, o qual deve ser entregue a coordenadoria do curso, que encaminhará o mesmo a uma junta médica da UFG, para ser avaliado, com a finalidade de verificar se aluna tem complicações obstétricas, para fins de homologação.

b. Dizer para Ana, que não há nada a fazer em seu caso, que ela tem que continuar frequentando as aulas, terminar o semestre e se matricular no próximo semestre de 2016, para não perder sua vaga.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme o Art. 107. Será assegurado, conforme legislação em vigor, tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem: **I - à aluna gestante;** II - ao estudante com afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições caracterizadas por incapacidade física e/ou psicológica, incompatível com a frequência das atividades acadêmicas; III - ao estudante com necessidades educativas especiais. De acordo com § 2º, **no caso de aluna gestante, sem complicações obstétricas, o pedido de tratamento excepcional poderá estar acompanhado apenas do atestado médico ou da certidão de nascimento.** Ainda, com base no § 3º, o relatório médico deverá ser avaliado pela junta médica da UFG para fins de homologação, exceto se for caso previsto no § 2º desse artigo.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

6) João Carlos, aluno muito aplicado do curso de Física, há um mês perdeu seus pais em um acidente de trânsito trágico, a partir desse fato ficou transtornado psicologicamente, não conseguindo concentrar nas explicações dos professores em sala de aula, estudar o material passado por eles, e muito menos fazer os exercícios em casa para fixação do conteúdo. Em virtude dessa situação, o aluno procurou um psicólogo que fez um relatório descrevendo todos os transtornos psicológicos, que estão prejudicando sua continuidade nos estudos. Tendo em mãos o relatório, João Carlos apresentou o mesmo a coordenadoria do curso, fazendo pedido de trancamento de sua matrícula. Com base na situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Receber o relatório e o pedido do aluno, e encaminhar a junta de médica da UFG, que no máximo de 5 dias úteis a contar do recebimento do pedido, deverá realizar a perícia, comunicando ao estudante previamente do agendamento.

b. Não aceitar o relatório e o pedido do aluno, e dizer que esses acontecimentos são coisas da vida, podem acontecer com qualquer um, e que é questão de dias estará melhor e continuará desempenhando bem suas atividades acadêmicas como antes.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 109. Nos casos de estudantes com transtornos psicológicos, o trancamento de matrícula poderá ser determinado de ofício, garantido o necessário sigilo, requerido pelo diretor da unidade responsável pelo curso à Pró-Reitoria de Graduação. Ainda, de acordo com o § 1º, o requerimento deverá estar acompanhado de relatório circunstanciado, com a exposição de todos os fatos que motivem o trancamento de ofício. Ainda se justifica pelo § 4º, o resultado da perícia deverá indicar, se possível, a pertinência da continuidade da frequência do estudante às atividades acadêmicas, bem como do prazo estimado para tratamento. E de acordo com o § 5º, a Pró-Reitoria de Graduação, com fundamento na perícia médica, deliberará acerca da necessidade de subsunção do estudante ao trancamento de ofício, dando-lhe ciência do inteiro teor da decisão e comunicando ao diretor da unidade responsável pelo curso para que este adote as medidas correspondentes.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

7) Alexandre, aluno do curso de Engenharia de Minas, concluiu regularmente todas as disciplinas e atividades complementares exigidas na matriz curricular do curso, entretanto foi reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O aluno procurou a coordenadoria do curso e formalizou pedido solicitando a revogação de sua reprovação, alegando que seu orientador não cumpriu com suas obrigações e se esquivava de dar a devida atenção e orientação. Alexandre, comprova o que alega por meio de diversos e-mails enviados ao professor, com anexo as versões de seu TCC para correções, que segundo ele nunca foi corrigido. O professor que o orientou se defende verbalmente, diz que cumpriu com suas obrigações como de costume, e evidenciou que o desempenho insuficiente do aluno, o levou a reprovação. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

- a. Indeferir o pedido de revogação da reprovação e orientar o aluno a buscar outro orientador.
- b. Deferir o pedido de revogação da reprovação, pois mesmo que o professor se defende verbalmente, o aluno não pode ser prejudicado pelo incumprimento das obrigações do orientador.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO DE PROTEÇÃO, DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015: **B.** Justificativa, de acordo com o CC Art. 927.

Aquele que, por ato ilícito (arts. 186³³ e 187³⁴), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Ainda, de acordo com o CDC Art. 4º. Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor: a) por iniciativa direta; b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas; c) pela presença do Estado no mercado de consumo; **d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.** Outra justificativa se deve ao Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Ainda conforme com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Inciso: VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

8) Maria, aluna do curso de Matemática Industrial, usufruindo de tratamento excepcional por ter ganhado bebê há 01 mês, solicita ao professor de Álgebra Linear, o encaminhamento de atividades por e-mail a serem realizadas em casa no 01/08/2016. Passados 15 dias a solicitação do envio das atividades por e-mail, Maria procurou a coordenadoria do curso, apresentando a impressão do e-mail enviado ao professor da disciplina, e realiza uma reclamação via memorando relatando o ocorrido, e solicita o cancelamento da disciplina. Frente a essa situação problema evidenciada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Receber o memorando referente a reclamação e pedido de cancelamento da disciplina, e realiza o cancelamento da disciplina de Álgebra Linear.
- b. Receber o memorando referente a reclamação e o pedido de trancamento da disciplina, e conversar com a aluna para ter um pouco de paciência, que irá solicitar ao professor de Álgebra Linear o encaminhamento das atividades via e-mail.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Conforme o Art. 108. Aos estudantes em tratamento excepcional poderá ser atribuído o exercício domiciliar sob orientação de professores das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos em curso, conforme legislação em vigor.

³³ Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

³⁴ Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Visto que não está havendo continuidade das atividades domiciliar, pode-se cancelar a disciplina conforme o § 1º, **quando não houver a garantia do disposto do § 4º do artigo 107 em algumas das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos, nas quais o estudante estava inscrito quando ocorreu o fato impeditivo, o coordenador de curso poderá determinar o cancelamento de disciplinas ou eixos temáticos/módulos.** Outra Justificativa se deve ao § 2º, quando não houver a garantia do disposto do § 4º do artigo 107 em todas as disciplinas ou em todos os eixos temáticos/módulos, nos quais o estudante estava inscrito quando ocorreu o fato impeditivo, o coordenador de curso poderá indicar o trancamento de ofício.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

9) Katey, finalizou sua graduação em Governo e Política (*Government and Politics*) na *St. John's University* dos EUA no final de 2015 e veio para o Brasil por intermédio de um convênio, entre o governo do Brasil e dos EUA, a fim de trocar experiências no que diz respeito a administração pública. Desde 11 de Janeiro de 2016, está trabalhando no Palácio das Esmeraldas junto aos outros funcionários no desenvolvimento de políticas públicas. Com a finalidade de se qualificar ainda mais, procurou a coordenadoria do curso de Relações Internacionais da UFG Campus Samambaia, para ingressar no respectivo curso. Apresentou seu diploma de graduação em Governo e Política e uma declaração que está no Brasil por intermédio de um convênio, entre o governo do Brasil e dos EUA. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Receber o diploma de graduação da aluna e a declaração de convênio, e iniciar o procedimento para ingressá-la no curso de Relações Internacionais.
- b. Esclarecer para a aluna, que em seu caso específico, ela tem que validar o diploma de graduação, e depois retornar a coordenadoria para dar entrada de ingresso no curso de Relações Internacionais.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 29. Forma de ingresso é a possibilidade que a UFG apresenta aos candidatos que querem ter acesso aos cursos superiores, em uma das seguintes opções: I - processo seletivo (vestibular); II - sistemas unificados de seleção; III - transferência facultativa; IV - transferência *ex officio*; V - portador de diploma de graduação; **VI - convênios ou acordos culturais**; VII - matrícula cortesia (diplomática).

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
() Importante
() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

10) Foi divulgado no site da UFG (<https://www.ufg.br/n/86171-prograd-divulga-calendario-academico-2016>) em 16 de fevereiro de 2016, numa terça-feira, que estudantes veteranos da regional Catalão, poderão solicitar a matrícula 2016/1 nas disciplinas de graduação, no período de 31/03 à 04/04 pelo link: www.sigaa.sistemas.ufg.br/sigaa. No entanto, Pedro Henrique aluno do curso de Geografia, por não ter acessado o site frequentemente e seus colegas não ter o avisado, perdeu o prazo de solicitação de matrícula. No dia 11 de abril, em uma segunda-feira, chegou na coordenadoria dizendo que estava viajando, e por estar curtindo suas férias, perdeu o prazo de solicitação de matrícula, e que deseja realizar a solicitação de matrícula. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Dizer para Pedro Henrique, que infelizmente não há a nada a fazer, pois já passou o prazo de solicitação de matrícula, e mesmo estando viajando curtindo suas férias, poderia ter ingressado no site do SIGAA (www.sigaa.sistemas.ufg.br/sigaa) e ter realizado a solicitação de matrícula.

b. Abrir exceção e realizar a solicitação de matrícula, conforme efetuada a estudante ingressante na UFG, realizada pela coordenadoria do respectivo curso.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme o Art. 30. Matrícula é o estabelecimento ou a manutenção de vínculo do estudante com a UFG. E de acordo com o parágrafo único, **a matrícula na UFG será efetuada pelo estudante em cada semestre letivo, via internet**, à exceção da matrícula do estudante ingressante na UFG que será realizada pela coordenadoria de curso, conforme calendário acadêmico.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
() contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
() Importante
() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

11) Andréia, aluna do curso de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG), ao tentar reabrir sua matrícula no primeiro semestre 2016, foi surpreendida pela recusa da coordenadoria do curso em receber seu requerimento, e que por ter sido jubilada, nem mesmo o requerimento foi recebido. A coordenadoria alega que antes do jubramento, a aluna recebeu sugestões de acompanhamento acadêmico individual, para que pudesse ter

viabilizado a conclusão do curso e foi comunicada do ato de exclusão do quadro de discente da instituição, contudo não foi instaurado processo administrativo. Andréia retornou a coordenadoria do curso novamente e formalizou pedido solicitando a revogação de sua exclusão do curso. Frente a essa situação problema evidenciada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Revogar a decisão tomada, e permitir que aluna faça parte do quadro de discente novamente e termine o curso.
- b. Manter a decisão de exclusão da aluna do curso, uma vez que recebeu sugestões para que pudesse ter viabilizado a conclusão do curso.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015), RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990: **Nenhuma das alternativas.** Mesmo que de acordo com a CF Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (EC nº 11/1996) e Art. 105. Será excluído do quadro discente da UFG o estudante, inciso V - tiver esgotado seu prazo para integralização curricular da RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012, para excluir a aluna do quadro de discente da instituição, deve-se abrir processo administrativo e conceder o direito de defesa a aluna, por ser uma consumidora dos serviços da universidade, uma vez que de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. Conforme o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso **VII - A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.**

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

12) Lucas, ingressou no curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), no primeiro semestre de 2009. Durante a realização do curso, foi reprovado na disciplina Direito Civil I, que influenciou no tempo de realização do curso, devido a disciplina ser pré-requisito. No segundo semestre de 2015, devido a choque de horário entre disciplinas, o aluno não pôde realizar a disciplina Direito Tributário I do 9º período. Lucas já apresentou seu Trabalho Final de Curso (TCC) e foi aprovado, entretanto, para finalizar o curso e colar grau, falta ser aprovado em apenas duas disciplinas; Direito Tributário I do 9º período e Direito Tributário II do 10º período, que tem como pré-requisito a disciplina Direito Tributário I do 9º período. Em razão a esse fato, Lucas formalizou pedido a coordenadoria do curso solicitando a quebra de pré-requisito, para cursar as duas disciplinas no primeiro semestre de 2016. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não atender à solicitação do aluno, pois a disciplina Direito Tributário II, tem como pré-requisito a disciplina Direito Tributário I do 9º período, e não é possível quebrar o pré-requisito.

b. Quebrar o pré-requisito da disciplina Direito Tributário I do 9º período, permitindo que curse as duas disciplinas ao mesmo tempo.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **B.** Mesmo que de acordo com a CF Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (EC nº 11/1996), a questão posta tem particularidades que se distingue, e necessita de uma solução, pois se trata de um aluno que falta somente duas disciplinas para terminar o curso e colar grau, e com o risco de jubramento, deste modo, fundamentado no CDC Art. 47. As cláusulas contratuais podem ser interpretadas de maneira favorável ao consumidor, além do mais conforme o Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso X - A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

13) Isabela fez o ENEM 2015 e se inscreveu no SISU (Sistema de Seleção Unificada) em 11 de janeiro de 2016, em uma segunda-feira, escolheu a 1ª opção Ciências da Computação e 2ª Matemática Industrial. Foi selecionada na 1ª opção, para ingressar no curso de Ciências da Computação na Universidade Federal - Regional Catalão (UFG - RC). O período de matrícula foi divulgado no site da UFG - RC, sendo 22, 25 e 26 de janeiro de 2016. No entanto, Isabela deixou para o último dia para realizar a matrícula. Durante a viagem de Uberaba à Catalão, o carro dela teve problemas, e só conseguiu chegar em Catalão no outro dia, indo diretamente a coordenadoria do curso para realizar a matrícula, apresentou toda a documentação exigida e uma nota fiscal, comprovando a prestação de serviço realizada no carro dela no dia anterior. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não realizar a matrícula e dizer para Isabela que foi disponibilizado três dias, e ela deixou para o último dia. Evidenciar que ainda existe a possibilidade dela fazer a matrícula, pois existe a lista de espera, não completando as vagas disponibilizada para fazer o curso, ainda poderá ter mais uma chance.

b. Aceitar toda a documentação apresentada por Isabela e a nota fiscal que comprova a prestação de serviço no carro dela, e realizar a matrícula justificando a impossibilidade da não realização no dia anterior.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 30. Matrícula é o estabelecimento ou a manutenção de vínculo do estudante com a UFG. E conforme o parágrafo único, a matrícula na UFG será efetuada pelo estudante em cada semestre letivo, via internet, **à exceção**

da matrícula do estudante ingressante na UFG que será realizada pela coordenadoria de curso, conforme calendário acadêmico.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

14) Dia 22 de junho de 2016, em uma quarta-feira, chegaram a coordenadoria do curso de Psicologia seis alunos, reclamando que realizaram a segunda avaliação, quarta-feira da semana passada da disciplina de Psicologia Social I, e que o professor da disciplina, não entregou as provas da primeira avaliação, e muito menos divulgou as notas tirada por cada aluno. Eles já solicitaram ao professor que entregasse as provas ou divulgasse as notas tiradas diversas vezes, por não serem atendidos, solicitam a coordenadoria que as provas sejam entregues, pois o professor da disciplina, disse que realizarão uma terceira avaliação, por terem saído mal na primeira. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Informar os alunos, que cada professor tem uma forma de desempenhar suas atividades como docente.
- b. Orientar os alunos procurarem o professor da disciplina novamente, e solicitar que entregue as provas ou divulgue a nota tirada por cada aluno.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: Nenhuma das alternativas. Conforme seção I Da Verificação da aprendizagem, Art. 79. A nota final do estudante variará de zero vírgula zero (0,0) a dez vírgula zero (10,0), com uma casa decimal. De acordo com § 1º, a nota final será resultado de, no mínimo, duas avaliações que podem ser na forma de provas, trabalhos, seminários, relatórios ou outras formas de produção acadêmica escrita, oral, prática ou audiovisual do estudante. E conforme o § 5º, **o docente responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo só poderá realizar uma nova avaliação após divulgar a nota obtida na avaliação anterior com antecedência de pelo menos dois (2) dias letivos.** E de acordo com § 6º, **os originais de trabalhos ou provas deverão ser devolvidos ao estudante no momento da divulgação da nota de cada avaliação, exceto os trabalhos de conclusão de curso e relatórios de estágios, os quais deverão ser arquivados na instituição.**

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

15) Três alunos do curso de Ciências Biológicas, formalizaram reclamação na coordenadoria do curso, sobre a forma de atuação do professor de Morfologia Vegetal. Evidenciaram que dentro da sala de aula, o professor intimida, constrange, ameaça e humilha publicamente colegas da turma, no sentido de não aceitarem fazer trabalhos/atividades em grupo com o representante de classe. Os alunos relataram que o professor e o representante da classe tiveram um embate, em que o representante de classe defendia os interesses dos alunos e o professor não gostou, e a partir desse momento o professor passou a atuar de tal maneira. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não fazer nada, isso são coisas que acontecem na universidade e em questão de dias tudo volta ao normal.
 b. Evidenciar para os três alunos, que se o professor está agindo assim, é porque tem motivo, e essa é a estratégia que está utilizando para que o representante de classe, aprenda respeitá-lo.
 c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com o CC Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Conforme o inciso X do Art. 5º, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Ainda, de acordo com § 7º do Art. 226. (...) compete ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Portanto, atitudes concretas de intimidação, constrangimento, ameaça e humilhação ferem o princípio constitucional de respeito à dignidade humana e violam o Código Civil. Ademais de acordo com o CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Além do mais, a recusa/omissão da coordenadoria em verificar os fatos, pode contribuir em problemas de maior gravidade no futuro, como abertura de processo de danos morais contra o professor e de forma indireta à universidade. Pois de acordo com Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Ainda de acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV- postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes.

Você considera esse cenário de contingência em?
Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
 () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?
Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante

() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

16) Augusta, aula do curso de Engenharia de Produção, realizou a solicitação e confirmação de matrícula no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFG, para cursar 4 disciplinas no segundo semestre de 2016 (Desenho Técnico 1, Cálculo III, Física 3 e Probabilidade e Estatística). O professor da disciplina Cálculo III, tem o hábito de realizar chamada somente nos dias de avaliação, deste modo no dia 19 de agosto de 2016, em uma sexta-feira, dia da aplicação da prova de Cálculo III, o professor realiza a chamada e descobre que Augusta não está matriculada na disciplina, e não a deixa realizar a prova e diz que ela deveria ter verificado, se estava matriculada na disciplina. Desesperada, a aluna sai da sala de aula e procura a coordenadoria do curso e relata o acontecido. Diante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Verificar se aconteceu um erro no SIGAA, constatado o erro, arrumá-lo, emitir um documento de autorização descrevendo que ocorreu um erro no sistema, e entregar a aluna levar ao professor para continuar frequentando as aulas e realizar as avaliações e já marcar a segunda chamada de prova.

b. Verificar se aconteceu um erro no SIGAA, constatado o erro, arrumá-lo e orientar a aluna conversar com o professor e solicitar a segunda chamada de prova.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com Art. 32. Ao estudante que estiver em processo de regularização de inscrição em disciplina ou eixo temático/módulo será permitido frequentar as aulas, desde que apresente à coordenadoria do curso o pedido referente à regularização. Conforme o § 1º, a frequência às aulas não garante a validação da inscrição na disciplina ou eixo temático/módulo. Contudo conforme o § 2º, **mediante apresentação do pedido, a coordenadoria de curso responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo emitirá autorização para o estudante frequentar as aulas e realizar as avaliações da disciplina ou eixo temático/módulo.** Ainda com base no § 3º, a autorização, devidamente assinada pelo coordenador de curso, terá validade até a data de apreciação final do pedido referente à regularização. E fundamentado no § 4º, enquanto o processo tramita, o professor não poderá informar ao estudante notas de provas, trabalhos ou outras avaliações nem fornecer declaração ou atestado de frequência até a regularização da inscrição em disciplina ou eixo temático, sob pena de incorrer em falta e sujeitar-se à aplicação das sanções previstas em lei. E por fim segundo o § 5º, as notas de provas, trabalhos ou outras avaliações e frequência obtidas pelo estudante em situação de regularização de inscrição só terão validade em caso de deferimento do pedido.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

() contingência fechada (decisão programada)

() contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

() Muito importante

() Importante

() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

17) Vilma, conseguiu ser transferida de uma instituição de ensino privada, para a Universidade Federal de Goiás (UFG). Entretanto, a nova aluna vem passando por rejeição, pois em assembleia na turma que ingressou, a maioria dos estudantes decidiram que ela não faria parte dos grupos de estudo e teria de apresentar trabalhos individuais. Além disso, os dois alunos que não votaram para exclusão da aluna nos grupos de trabalhos, também foram punidos com a mesma sanção. O representante da turma disse, que a impossibilidade de fazerem trabalhos acadêmicos em grupo, tornaria inviável a permanência deles no curso, e ainda seriam boicotados em atividades no ambulatório, o que se tornou fato realizado. Frente a essa situação, os três alunos procuraram a coordenadoria do curso, relataram sobre as intimidações dos outros alunos e solicitaram que algo fosse feito. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

a. Dizer para os três alunos, que só podem fazer alguma coisa, quando tornar frequente os acontecimentos.

b. Não fazer nada e dizer aos três alunos que essas coisas são normais na universidade e em poucos dias os alunos os aceitarão para realização de trabalhos.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002), CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com o CC Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Conforme o CC inciso X do Art. 5º, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Ainda, fundamentado na CF no § 7º do Art. 226. (...) compete ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Deste modo, atitudes concretas de intimidação, constrangimento, ameaça e humilhação ferem o princípio constitucional de respeito à dignidade humana e violam o Código Civil. Portanto, conforme o CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Além do mais, a recusa/omissão da coordenadoria em verificar os fatos, pode contribuir em problemas de maior gravidade no futuro, como abertura de processo de danos morais contra os alunos e de forma indireta à universidade. Uma vez que de acordo com CDC Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

() contingência fechada (decisão programada)

() contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

() Muito importante

() Importante

() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

18) Marcelo, aluno do curso de Administração, terminou o 5º período no primeiro semestre de 2015 e não realizou a matrícula no segundo semestre do mesmo ano, devido ter trocado de turno de trabalho por um período de 3 meses. Em 04 de abril de 2016, em uma segunda-feira, tentou realizar a solicitação de matrícula no SIGAA para continuar o curso no 6º período, entretanto o sistema o informou que por não ter realizado a matrícula o semestre

passado e não ter trancado o curso foi excluído como aluno. Angustiado, Marcelo procura a coordenadoria do curso e descreve o acontecimento. Fundamentado na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

a. Solicitar que o aluno apresente uma declaração da empresa que trabalha, descrevendo que no semestre anterior estava trabalhando durante o período da aula, fato que o impossibilitou de realizar a matrícula e frequentar as aulas. Com essa declaração, realizar a matrícula do aluno.

b. Orientar o aluno a protocolar um recurso contra exclusão, descrevendo que no semestre anterior estava trabalhando durante o período da aula, fato que o impossibilitou de realizar a matrícula e frequentar as aulas. Evidenciar para o aluno, que até que seja apreciado o processo aberto, com o número de protocolo, a coordenadoria do curso emitirá uma autorização permitindo frequentar as aulas e realizar avaliações.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com o Art. 33. Ao estudante excluído que protocolizar recurso contra exclusão será permitido frequentar as aulas, sem garantia de vínculo, desde que apresente à coordenadoria do curso o protocolo do processo. Ainda conforme o § 1º, **mediante a apresentação do protocolo, a coordenadoria de curso emitirá autorização para o estudante frequentar as aulas e realizar as avaliações da(s) disciplina(s) ou do(s) eixo(s) temático(s)/módulo(s).** E de acordo com §2º, a autorização, devidamente assinada pelo coordenador de curso, terá validade até a data de apreciação final do processo. No entanto fundamentado no § 3º, enquanto o processo tramita, o professor não poderá informar ao estudante notas de provas, trabalhos ou outras avaliações, nem fornecer declaração ou atestado de frequência até a regularização da matrícula, sob pena de incorrer em falta e sujeitar-se à aplicação das sanções previstas em lei. E com base no § 4º, as notas de provas, trabalhos ou outras avaliações e frequência obtidas pelo estudante em recurso contra exclusão só terão validade em caso de deferimento do processo. E por fim fundamentado no § 5º, havendo indeferimento do recurso, as disciplinas cursadas com aprovação pelo estudante poderão ser validadas como disciplinas isoladas, cujas regras serão tratadas em resolução específica.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

19) O professor do curso de Física, natural de Santa Maria - RS, utiliza frequentemente anedotas e piadas em sala de aula com a finalidade de prender a atenção dos alunos, no entanto as faz sem limites, causando indignação, constrangimento, insatisfação etc. Em um certo dia na aula, o professor utilizou o aluno Wilton como parte da piada, rindo dos goianos que falam tudo errado e evidenciou que a região do Brasil que se fala o português de forma correta, é o sul com ar de superioridade. Wilton não se sentindo bem com as chacotas, procurou a coordenadoria do curso e formalizou reclamação referente a atuação do professor em sala de aula. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não fazer nada, pois essa é a estratégia que o professor utiliza para ministrar suas aulas.

b. Conversar com o aluno Wilton, e pedir que leve na brincadeira, pois a intenção do professor é prender a atenção dos alunos.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO DE PROTEÇÃO, DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015: **Nenhuma das alternativas**. De acordo com o CC inciso X do Art. 5º, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Deste modo, atitudes concretas de constrangimento e humilhação ferem o princípio constitucional de respeito à dignidade humana e violam o Código Civil. Deste modo, fundamentado no CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Além do mais, a recusa/omissão da coordenação em aplicar alguma sanção ao professor, pode contribuir em problemas de maior gravidade no futuro, como abertura de processo de danos morais contra a universidade. Dado que de acordo com Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Ainda conforme com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Inciso: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

20) No primeiro semestre de 2015, Ana Luiza, cursou duas disciplinas isoladas no curso de Ciências Biológicas (Anatomia comparativa Animal e Humana e Anatomia Vegetal), na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC) e foi aprovada em ambas disciplinas. Realizou o ENEM no final de 2015 e se inscreveu no SISU (Sistema de Seleção Unificada) em 12 de janeiro de 2016, em uma terça-feira, escolheu a 1ª opção Ciências Biológicas e 2ª Enfermagem. Foi selecionada na 1ª opção, para ingressar no curso de Ciências Biológicas na UFG - RC. No dia 22 de janeiro de 2016, em uma sexta-feira (período de matrícula 22, 25 e 26 de janeiro de 2016), foi a coordenação do curso para fazer a matrícula e solicitou o aproveitamento das disciplinas cursadas. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Fazer a matrícula e não aceitar o pedido de aproveitamento das disciplinas, visto que as cursou de forma isolada, sem ter vínculos a UFG - RC.

b. Fazer a matrícula e aceitar o pedido de aproveitamento das disciplinas, visto que disciplinas cursadas de forma isoladas e aprovadas, pode-se solicitar o aproveitamento.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com Art. 38. O estudante regular que tenha, antes de seu ingresso na UFG, cursado disciplinas isoladas com aprovação, poderá solicitar aproveitamento dessas disciplinas no curso de vínculo.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

21) Lorena, aluna do curso de Administração, não pôde apresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pois de acordo com a banca examinadora, o seu TCC e o de Tania possuíam diversos trechos de cópias fiéis uma da outra, deste modo, as duas foram reprovadas. Lorena alega que Tânia plagiou seu TCC. Ela relata que Tania teve acesso a seu TCC, quando a emprestou seu pen-drive para que ela copiasse algumas fotos da turma. Em razão a esse fato, mesmo sendo reprovada em seu TCC, Lorena formalizou pedido a coordenadoria do curso, solicitando que permitissem ela colar grau junto com seus colegas. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Permitir que as duas colem grau, pois não se sabe qual das duas, plagiou o TCC da outra.
- b. Permitir que somente Lorena cole grau, pois Tania ainda não apresentou sua versão sobre o fato.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015), CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a CF Art. 5º, inciso XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Conforme o CC Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Fundamentado no CP Art. 184, e seus parágrafos, a violação de direitos autorais é crime, com detenção de 3 (três) meses até 4 (quatro) anos, e ou multa, dependendo da gravidade da violação, reprodução parcial ou total. Em relação a situação problema, o mais correto seria abrir processo administrativo e conceder o direito de defesa a duas alunas (Lorena e Tania), por serem consumidoras dos serviços da universidade, uma vez que de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. De acordo com o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso **VII - A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**, dentro outros.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

22) Paulo Antônio, no primeiro e segundo semestre de 2014, cursou 06 disciplinas (História Antiga I e II, História Medieval I e II e História moderna I e II), de forma isolada no curso de História na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC) e foi aprovado com notas elevadas em todas as disciplinas. Com a finalidade de cursar mais duas disciplinas, para depois realizar o ENEM e se inscrever no SISU para ingressar na UFG - RC, procurou a coordenação do curso para cursar as disciplinas História América I e II, que foram disponibilizadas via edital no site da UFG - RC, para o primeiro semestre de 2015. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não realizar a matrícula do aluno nas disciplinas História América I e II, uma vez que atingiu o número máximo de disciplinas a serem cursadas de forma isolada.

b. Não realizar a matrícula, visto que não tem sentido o aluno ficar cursando disciplinas sem vínculo com a UFG - RC, e orientar o aluno a realizar o ENEM e se inscrever no SISU e colocar como 1ª opção o curso de História, e sendo selecionado faça o curso, em vez de estar cursando disciplinas de forma isolada, que não o possibilita a obtenção de diploma.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: Nenhuma das alternativas. Fundamentado no Art. 36. O estudante em disciplinas isoladas não poderá ter vínculo com nenhum curso de graduação da UFG e deverá estar cursando, no mínimo, o Ensino Médio. Ainda, de acordo com o § 2º, será permitida a matrícula como estudante em disciplinas isoladas em no máximo oito (8) disciplinas, exceto nos casos de estudantes admitidos na forma de convênios ou de intercâmbios.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

23) Kátia, aluna do curso de Engenharia de Produção, elaborou um trabalho escrito (base teórica) para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 1 (9º período), e obteve a nota 7,5. Essa base teórica foi aproveitada para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 2 (10º período), que foi complementada com a pesquisa prática aplicada em uma empresa. Kátia nesta segunda etapa obteve a nota 9,5. Contudo, 15 dias depois, a banca examinadora constata que, a aluna plagiou diversos trechos da segunda etapa, de outro trabalho publicado em um periódico *online*. O orientador e os outros dois professores que participaram da banca, procuraram a coordenadoria do curso e relataram o fato. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Convocar a aluna na coordenadoria do curso, informa-la que devido à constatação de plágio, sua nota foi revista e por tal fato foi reprovada, portanto terá que refazer a etapa referente a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 2.

b. Deixar como está, pois a falha foi do orientador e dos dois professores que participaram da banca examinadora, que não constaram o plágio antes da avaliação.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015), CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a CF Art. 5º, inciso XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Conforme com o CC Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Fundamentado no CP Art. 184, e seus parágrafos descrevem a violação de direitos autorais como crime, com detenção de 3 (três) meses até 4 (quatro) anos, e ou multa, dependendo da gravidade da violação, reprodução parcial ou total. Em relação a situação problema, o mais correto seria abrir processo administrativo e conceder o direito de defesa a aluna, por ser consumidora dos serviços da universidade, uma vez que de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. De acordo com o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso VII - **A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências,** dentro outros.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

24) Aline cursou de forma isolada as disciplinas do curso de Matemática, Matemática Aplicada e Álgebra no segundo semestre de 2015, na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC) e foi aprovada com notas acima da média, comparado com os outros alunos regulares que cursaram as mesmas disciplinas. Em posse de seu diploma de ensino médio, procurou em 25 de janeiro de 2016, em uma segunda-feira (período de matrícula 22, 25 e 26 de janeiro de 2016), a coordenadoria do curso para se matricular como aluna regular, uma vez que foi

aprovada em disciplinas do respectivo curso, com notas acima da média, o que demonstra que tem capacidade para continuar fazendo o curso. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não fazer a matrícula de Aline no curso de Matemática, visto que a aprovação em disciplinas isoladas não a vincula a nenhum curso da UFG.
 - b. Fazer a matrícula de Aline no curso de Matemática como aluna regular, visto que demonstrou que tem capacidade para continuar fazendo o curso.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 36. O estudante em disciplinas isoladas não poderá ter vínculo com nenhum curso de graduação da UFG e deverá estar cursando, no mínimo, o Ensino Médio. Ainda, conforme o § 1º, a matrícula como estudante em disciplinas isoladas não o vincula a nenhum curso da UFG.

Você considera esse cenário de contingência em?
Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?
Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

25) Edmundo, aluno do curso de Administração, foi avaliado com a nota zero (0,0) em seu Trabalho final de Conclusão de Curso (TCC) no final do segundo semestre de 2015. A banca avaliadora evidenciou que a atribuição dessa nota, justifica devido a existência de plágio em seu trabalho. Disseram que o trabalho não está apto a ser aprovado, nem mesmo deveria ter sido apresentado, e indicaram que se matricule na disciplina TCC novamente, corrija os trechos plagiados e apresente novamente no final do próximo semestre. Entretanto, Edmundo procurou a coordenadoria do curso e formalizou pedido solicitando que apresente seu TCC no início do primeiro semestre de 2016, alegando que não plagiou, o que aconteceu foi uso incorretamente das normas de citação direta e indireta, e que seu orientador não o acompanhou como deveria, deste modo não podem postergar sua conclusão do curso por mais um semestre, além do mais, sua ascensão de cargo na empresa em que trabalha, está pendente à apresentação do diploma ou declaração que comprove que é formado em administração. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Manter a decisão tomada pela banca examinadora, e no final do próximo semestre apresente o TCC corrigido.
 - b. Conversar com o orientador do aluno e a banca examinadora sobre o pedido do aluno, e aprova-lo, visto que não pode ser prejudicado pela falta de orientação no desenvolvimento do TCC.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015), CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO

CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a CF Art. 5º, inciso XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Conforme o CC Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Fundamentado no CP Art. 184, e seus parágrafos descrevem a violação de direitos autorais como crime, com detenção de 3 (três) meses até 4 (quatro) anos, e ou multa, dependendo da gravidade da violação, reprodução parcial ou total. Em relação a situação problema, o mais correto seria abrir processo administrativo e conceder o direito de defesa ao aluno, por ser consumidor dos serviços da universidade, uma vez que de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. De acordo com o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso VII - **A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**, dentro outros. Ademais os consumidores de serviços podem exigir pela garantia de serviços com padrões adequados de qualidade conforme o CDC Art. 4º. Inciso II, alínea d).

Você considera esse cenário de contingência em?
Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?
Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

26) Cláudio está terminando o ensino médio no segundo semestre de 2015 e vai realizar o ENEM para ingressar em um curso de graduação. Ele tem o sonho de fazer o curso de enfermagem, mas não sabe se isso mesmo que quer fazer, pois tem horror de ver pessoas doentes. Para constatar que é esse curso que realmente deseja fazer, procurou a coordenadoria do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC), para se matricular na disciplina de Introdução à Enfermagem, que foi disponibilizada via edital no site da UFG - RC, a ser cursada como disciplina isolada. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não fazer a matrícula de Cláudio, pois ainda não terminou o ensino médio.
- b. Fazer a matrícula de Cláudio, para que conheça um pouco sobre o curso e a profissão de enfermeiro e decida se é isso mesmo que deseja cursar.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com o Art. 36. O estudante em disciplinas isoladas não poderá ter vínculo com nenhum curso de graduação da UFG e deverá estar cursando, no mínimo, o Ensino Médio.

Você considera esse cenário de contingência em?
Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

27) Alice, aluna do curso de Direito, foi reprovada na disciplina Direito Civil I, insatisfeita resolveu reclamar para a professora em tom agressivo em sala de aula, frente a todos os outros alunos, ela disse que queria outra nota, prova ou rever a média e que se nenhuma atitude fosse tomada, iria resolver naquele dia, sob pena de doer na professora ou aos filhos dela. A professora procurou a coordenadoria do curso e relatou o acontecido. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não fazer nada e dizer a professora que ela precisa ter controle emocional, visto que qualquer professor da instituição está sujeito a esse tipo de comportamento, principalmente quando o aluno é reprovado.

b. Rever a nota da aluna e aprová-la, com finalidade de evitar problemas futuros, principalmente com a segurança da professora e dos filhos dela.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990: **Nenhuma das alternativas.** Na situação problema apresentada, pode-se abrir um processo administrativo e aplicar penalidades a aluna, fundamentado na RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 Art. 179. As penalidades disciplinares aplicáveis aos estudantes da UFG são as seguintes: I - advertência; II - suspensão; III - desligamento. No caso apresentado fundamentado no Art. 180. As penas de advertência podem ser aplicadas a partir dos seguintes incisos: I - desrespeito a qualquer pessoa, seja membro da comunidade universitária ou não, que se encontre no espaço físico da universidade ou em locais outros onde se desenvolvem atividades oficiais da universidade e V - ameaça a alguém, por palavra, por escrito, gesto ou qualquer outro meio simbólico. Mediante o Art. 181. As penas de suspensão podem ser aplicadas por meio do inciso: I - agressão, injúria, assédio, discriminação ou ofensa de qualquer natureza, a pessoas da comunidade universitária, ou não, que se encontre no espaço físico da universidade ou em locais outros onde se desenvolvem atividades oficiais da universidade. Com base no Art. 182. As penas de desligamento podem ser aplicadas através do inciso: I - ofensa grave à integridade física ou à saúde de outrem. No entanto, a aluna por ser uma consumidora do serviço de uma instituição de ensino superior, tem o direito de se defender, pois de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. E de acordo com o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso VII - A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências, dentro outros.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

28) Tobias trabalha em uma empresa de transporte de minério, há 05 anos no turno D das 00:00 hs às 06:00 hs. Por trabalhar neste horário, faz o curso de Engenharia de Produção na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC), que habitualmente as disciplinas são ministradas no período matutino ou vespertino. Entretanto o supervisor de seu turno de trabalho aposentou, e entrou um outro bem mais jovem e com pouca experiência em cargo de supervisão. Em certa noite de trabalho, teve um embate com o seu novo supervisor, que o pressionou para que fosse mais rápido nas viagens dadas da mina, até a descarga no britador. O supervisor não gostou, e em uma reunião com os outros supervisores evidenciou que não queria Tobias em seu turno. O supervisor do turno A (06:00 hs às 12:00 hs) já o conhecia por seu ótimo desempenho na empresa, o aceitou em seu turno. Tobias foi transferido de turno em 15 junho de 2016, em uma quarta-feira. Tobias por estar fazendo o curso, tentou convencer o supervisor para que não o transferisse de turno, mas não teve jeito, se não aceitasse seria demitido. Por estar cursando três disciplinas (Desenho técnico 1, Cálculo III e Física 3) na parte da manhã, procurou a coordenadoria do curso em 16 de junho de 2016, em uma quinta-feira à tarde e evidenciou que não poderá mais terminar as disciplinas. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Dizer para o aluno que não há nada a fazer em seu caso, que ele tem que continuar frequentando as aulas e terminar as disciplinas, caso não frequente as aulas e não faça as avaliações que ainda faltam, será reprovado por falta e por nota.
- b. Solicitar ao aluno que traga uma declaração da empresa, descrevendo que foi transferido de turno e em qual turno está trabalhando atualmente. Sendo verídico o fato que evidenciou, realizar o cancelamento das disciplinas.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com o Art. 64. Os pedidos de cancelamentos de disciplinas ou eixos temáticos/módulos, solicitados após os períodos estabelecidos em calendário acadêmico, serão analisados pela coordenadoria de curso ou unidade responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo, desde que considerados casos excepcionais, devidamente comprovados. Conforme o parágrafo único, são considerados casos excepcionais para cancelamento de disciplina ou eixo temático/módulo: I - doença do estudante ou de pessoa de seu núcleo familiar que exija envolvimento direto do interessado, impossibilitando-o de frequentar a disciplina ou o eixo temático/módulo objeto de cancelamento; **II - ingresso ou mudança de horário em emprego/cargo superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo;** III - ingresso em estágio obrigatório ou não obrigatório superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; IV - obtenção de bolsa institucional oferecida pela UFG superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; V - alteração de horário da disciplina ou do eixo temático/módulo pela coordenadoria de curso que impossibilite o estudante de continuar a frequentá-la; VI - por erro, omissão ou fato interno à UFG que, de alguma forma, tenha prejudicado o estudante na disciplina ou no eixo temático/módulo.

Você considera esse cenário de contingência em?
Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
 () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

29) Diversos alunos do curso de Matemática, procuram a coordenadoria do curso e formalizaram em conjunto reclamação sobre a atuação do professor de Matemática Aplicada. Relataram que o professor não ministra a aula corretamente, muito menos explica o conteúdo de forma compreensível e não tira dúvidas. Evidenciaram também que quando algum aluno faz uma pergunta por não ter compreendido a explicação, o professor responde com falta de educação, como se fosse errado o aluno perguntar. E por fim, os alunos explicitaram a preocupação de serem reprovados, pois mediante conversa com alunos que estão refazendo a disciplina inteiraram que o índice de reprovação é muito alto. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não fazer nada, pois cada professor tem um perfil e estratégia para ministrar suas aulas.
 b. Conversar com todos os alunos na sala de aula e esclarecer que eles têm que adaptarem ao perfil e estratégia adotada pelo professor para ministrar suas aulas.
 c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Sendo assim, é direito dos alunos exigirem da coordenadoria tomada de providência, em relação a estratégia adotada pelo professor em ministrar suas aulas. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
 () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

30) Raimundo, aluno do Curso de Engenharia Civil, já trancou de forma alternada sua matrícula por quatro semestres, em virtude de choque de horário das disciplinas com seu trabalho. Verificando as disciplinas que são obrigatórias, que ainda falta cursar, constatou que são todas em horário vespertino, portanto chocam com seu horário de seu trabalho que é das 12:00 hs às 18:00 hs. Em vista disso, Raimundo procura a coordenadoria do curso no prazo estabelecido no calendário acadêmico, para trancar sua matrícula por mais um semestre. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

a. Trancar a matrícula do aluno por mais um semestre, visto que a quantidade de trancamento realizado pelo aluno, ainda não alcançou o limite máximo de seis (6) semestres letivos consecutivos ou alternados.

b. Orientar o aluno a procurar os professores das disciplinas, que chocam com seu horário de trabalho, e solicitar que abonem as faltas, e passe trabalhos para serem realizados em casa.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com o Art. 70. Será permitido o trancamento de matrícula, requerido de acordo com o calendário acadêmico. Ainda, se justifica com base no Art. 71. O trancamento de matrícula não poderá ocorrer por mais de quatro (4) semestres letivos consecutivos ou alternados. Entretanto, conforme o parágrafo único, no semestre letivo em que o estudante não possa, excepcionalmente, se inscrever em disciplina ou eixo temático/módulo necessário para a integralização curricular, por falta de oferta, será permitido o trancamento de matrícula, ainda que exceda o limite definido no *caput* deste artigo.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

() contingência fechada (decisão programada)

() contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

() Muito importante

() Importante

() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

31) Paola, aluna do curso de Letras, faltou algumas vezes à aula de Morfologia do Português. Preocupada com sua frequência, solicitou ao professor da disciplina, 03 vezes que a informasse a porcentagem ou quantidade de falta que ela já tem na disciplina, contudo ele diz que a informará no fim da aula, chega o fim da aula, diz para ela que na próxima aula a informará. Por não ser informada, procurou a coordenadoria do curso, para que seja informada sobre sua frequência. Diante dessa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Orientar a aluna procurar o professor novamente, para que a informe sobre sua frequência e se caso não informe, voltar novamente a coordenadoria que será tomada providências cabíveis.

b. Imprimir o relatório de frequência da aluna e solicitar que ela confirme com o professor, pois pode ocorrer que existem outras faltas, que ainda não foram lançadas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme o Art. 83. Será obrigatória ao estudante a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) da carga horária de cada disciplina ou eixo temático/módulo, nos cursos presenciais, com exceção das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos de estágio curricular obrigatório, cuja carga horária definida no PPC de cada curso deverá ser cumprida na totalidade. Ainda, de acordo o § 1º, o registro da frequência às aulas será de responsabilidade do professor da disciplina ou do eixo temático/módulo, sob a supervisão da coordenadoria de curso. Outra justifica se deve ao § 2º, compete ao professor registrar a frequência dos estudantes no diário de classe disponibilizado pelo sistema acadêmico e informá-la sempre que for solicitada pelo estudante.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

32) Diversos alunos do curso de Administração, procuram a coordenadoria do curso e formalizaram reclamação sobre faltas recorrentes do professor da disciplina Legislação Empresarial, ademais, evidenciaram que quando aparece, não ministra aula, fica enrolando para o tempo passar. O professor é de outra unidade acadêmica e argumentou que está faltando porque está cursando uma disciplina no Doutorado, que é no mesmo horário da disciplina que ministra e seu pedido de afastamento foi indeferido. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não fazer nada, pois o pedido de afastamento para cursar Doutorado do professor foi indeferido, deste modo está fazendo o que está ao seu alcance, para ministrar as aulas e fazer o Doutorado.
- b. Conversar com todos os alunos na sala de aula e comunicar que o professor está faltando, porque está cursando uma disciplina no Doutorado, no mesmo dia e horário da aula deles de Legislação Empresarial.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, CÓDIGO CIVIL (2002) E CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015): **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Inciso: VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Portanto é direito dos alunos, exigirem da coordenadoria tomada de providência em relação as faltas do professor. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. Na situação problema apresentada, pode-se abrir um processo administrativo contra o professor e conceder o direito de defesa, pois conforme com a CF Art. 5º inciso LV – aos

litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
 () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

33) Jordy, aluno do curso de Ciências da Computação da Universidade Federal - Regional Catalão (UFG - RC), realizou mobilidade estudantil na Universidade Nacional del Litoral na Argentina, mediante o convênio da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) e cursou as disciplinas: Estruturas de Dados e Engenharia de Software, e foi aprovado. Essas disciplinas são equivalentes a Estruturas de Dados II e Engenharia de Software 1 da grade curricular de seu curso. Jordy com uma declaração que comprova que cursou as disciplinas e foi aprovado, solicitou a coordenadoria do curso aproveitamento das disciplinas. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Aceitar a solicitação do aluno de aproveitamento das disciplinas cursadas, receber a declaração e iniciar o procedimento de aproveitamento das disciplinas.

b. Não aceitar a solicitação do aluno de aproveitamento das disciplinas cursadas, uma vez que não forma cursadas na UFG.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o § 3º do Art. 86. Disciplinas ou eixos temáticos/módulos cursadas pelo estudante em outra IES de forma paralela ao curso na UFG não serão aproveitadas, senão em casos de convênios estabelecidos com outras IES ou por meio de programas de intercâmbio ou de mobilidade reconhecidos pela UFG. Contudo, conforme o Art. 87. A análise do pedido de aproveitamento de disciplinas ou eixos temáticos/módulos far-se-á com base na equivalência de seus conteúdos programáticos, desde que tenham, pelo menos, setenta e cinco por cento (75%) da carga horária das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos equivalentes da UFG. Deste modo, de acordo com o § 1º, o parecer sobre o aproveitamento de disciplinas ou eixos temáticos/módulos deverá ser emitido pelo coordenador do curso, ouvindo-se, se necessário, o professor da disciplina ou do eixo temático/módulo. E conforme o § 2º, as disciplinas ou os eixos temáticos/módulos aproveitados deverão constar do histórico e do extrato acadêmico, conforme previsto nos artigos 110 e 111.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
 () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

34) No dia 01 de setembro de 2016, em uma quinta-feira, o professor de Física foi aplicar prova e mais da metade dos alunos recusaram fazê-la, argumentando que metade do conteúdo da prova não foi ministrado em sala de aula. O professor tentou intimidar os alunos, ameaçando que quem não fizesse a prova, não teria oportunidade de realizar outra avaliação e iria com nota zero (0,0) e consequentemente seria reprovado na disciplina. Essa atitude do professor gerou uma grande discussão entre os alunos e o professor. Os alunos que recusaram realizar a prova, procuraram a coordenadoria do curso, relatam o fato e formalizaram reclamação. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

- a. Conversar com todos os alunos em sala de aula e informá-los que o professor tem autonomia para desempenhar suas atividades como docente, deste modo em relação ao fato ocorrido, os que não realizaram a prova, iram com a nota zero (0,0), salvo os que faltaram no dia da avaliação, que apresentarem justificativa plausível, realizarão prova de segunda chamada.
- b. Não fazer nada, pois o professor tem autonomia para desempenhar suas atividades como docente.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 E CÓDIGO CIVIL (2002): **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Sendo assim, é direito dos alunos exigirem da coordenadoria tomada de providência, em relação a atuação do professor e solicitarem a realização de outra prova, mesmo que não esteja previsto nas resoluções da instituição de ensino superior, visto que esse caso se distingue por não ocorrer frequentemente. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Ainda os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
 () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

35) Esmeralda, aluna do curso de Psicologia, realizou 30 horas de atividades complementares no curso de Enfermagem, durante o segundo semestre de 2015. A aluna, formalizou pedido a Coordenadoria do curso de Psicologia em 12 de abril de 2016, em uma terça-feira, solicitando o aproveitamento das horas de atividades complementares, realizada no curso de Enfermagem. Em relação à essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Não aceitar o pedido de solicitação de aproveitamento, das 30 horas de atividades complementares, visto que foram realizadas em outro curso.

b. Orientar a aluna a realizar atividades complementares no âmbito da Psicologia, para terem validade como atividades complementares.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme o Art. 89. O estudante poderá requerer aproveitamento de atividades complementares feitas para outro curso superior. E de acordo com o parágrafo único, o pedido de aproveitamento de atividades complementares será analisado com base nos critérios estabelecidos pela unidade acadêmica.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

() contingência fechada (decisão programada)

() contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

() Muito importante

() Importante

() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

36) Cristina, aluna do curso de Engenharia de Produção, teve um embate em sala de aula com o professor de Gestão de Resíduos sólidos, em que ela manifestou ao professor que explicasse melhor o conteúdo e tirasse dúvidas, no lugar de ficar aterrorizando sobre as avaliações que vai aplicar, e que segundo o professor todos sairão mal. Ela e mais 6 alunos formalizaram reclamação na coordenadoria sobre as intimidações do professor. Diante dessa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Falar para os 7 alunos, que essa é a estratégia que o professor usa para que prestem atenção na aula e não fiquem conversando.

b. Não fazer nada, pois com certeza os alunos não estão se comportando como deveriam na sala de aula, prestando atenção e não conversando.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 E CÓDIGO CIVIL (2002): **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Sendo assim, é direito dos alunos exigirem da coordenadoria tomada de providência, em relação a atuação do professor de ficar intimidando-os. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Ainda os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

37) Alejandro, aluno do curso de Administração, por ter experiência de 10 anos como gerente de recursos humanos em uma multinacional, comprovado em sua carteira de trabalho, formalizou pedido a coordenadoria do curso em 04 de abril de 2016, em uma segunda-feira, solicitando dispensa de cursar a disciplina Gestão de Pessoas no segundo semestre de 2016.

a. Não aceitar o pedido de dispensa do aluno em cursar a disciplina, visto que experiência profissional não justifica domínio do conteúdo referente a disciplina.

b. Aceitar o pedido de dispensa do aluno em cursar a disciplina, e dar seguimento ao procedimento de aprovação do pedido.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo o Art. 90. É facultado aos estudantes solicitar dispensa de cursar disciplina ou eixo temático/módulo que integram a matriz curricular de seu curso, com justificativa de extraordinário domínio de conteúdo, mediante avaliação específica aplicada por banca examinadora. E conforme o Art. 92. O pedido de avaliação será analisado pelo coordenador de curso do estudante. E de acordo com parágrafo único, **caberá ao coordenador do curso: I - verificar se o estudante preenche os requisitos; II - julgar se o pedido é pertinente; III - se atendidas as condições previstas nos incisos I e II, solicitar a direção da unidade acadêmica responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo a nomeação de uma banca examinadora de reconhecida competência na área, composta de três membros efetivos e um suplente.**

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
 () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

38) Carlos Antônio, foi aprovado em 1º lugar em um concurso para professor efetivo no curso de Física. Em seu estágio probatório por diversos conflitos e falta de interesse dos professores de seu departamento, vem desenvolvendo suas atividades sem o devido acompanhamento a 6 meses. Em razão a isso, seu desempenho está abaixo do previsto conforme estipulado pelo departamento que está lotado. Com base na situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

- a. Designar três professores para acompanhar e orientar o Professor Carlos Antônio, de como proceder para melhorar seu desempenho no estágio probatório.
- b. Orientar o Professor Carlos Antônio e conversar com os outros professores do departamento, para que o ajude melhorar seu desempenho no estágio probatório.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 7º Ao entrar em efetivo exercício, o docente em estágio probatório deve ser continuamente avaliado, acompanhado e orientado em suas atribuições pela Chefia do Departamento ou pela Diretoria da Unidade, devendo elaborar, a cada ano, o seu plano de trabalho em consonância com o planejamento do Departamento ou da Unidade em que estiver lotado. Ainda, de acordo com parágrafo único, **a Diretoria da Unidade ou Chefia do Departamento poderá designar uma comissão composta por três docentes integrantes de classe igual ou superior à do avaliado, para realizar o acompanhamento e orientação do docente em estágio probatório.**

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
 () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

39) Gabriela, tem experiência de 1 um ano como professora substituta em curso de graduação. Foi aprovada em 1º lugar para professora efetiva no curso de Enfermagem, da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG – RC) em regime de 20 horas semanais. Gabriela já apresentou toda a documentação a coordenadoria do curso, para assumir o cargo de docente. Os alunos matriculados na disciplina Saúde Mental II, estão sem aula desde que começou o semestre, aproximadamente 15 dias. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Solicitar que a Professora Gabriela, comece a ministrar aulas de Saúde Mental II na próxima semana, dado que já entregou toda a documentação para assumir o cargo de docente.

b. Solicitar que a Professora Gabriela, participe do programa de atividades relativas à política de ensino, pesquisa e extensão e da gestão acadêmica da UFG, antes de começar a ministrar aulas.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **B.** Justificativa, de acordo com Art. 8º Ao tomar posse, o docente que não comprovar experiência mínima de dois anos consecutivos de magistério em Instituição Federal de Ensino Superior, deverá participar do programa de atividades relativas à política de ensino, pesquisa e extensão e da gestão acadêmica da UFG e sua inserção na realidade, promovidas e regulamentadas pela

Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD e pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos – PRODIRH.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

() contingência fechada (decisão programada)

() contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

() Muito importante

() Importante

() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

40) Marcos Aurélio, professor com dedicação exclusiva lotado no curso de Engenharia de Minas, está em estágio probatório. Mesmo trabalhando em regime de 40 horas semanais, está cursando o Mestrado em Modelagem e Otimização há 01 ano e já conclui todos os créditos necessários para qualificar seu projeto de pesquisa. Com dificuldade de desenvolver seu projeto de pesquisa, devido a jornada de trabalho de 40 horas semanais, formalizou pedido de afastamento por 01 ano para qualificar e defender sua dissertação. Frente a essa situação problema evidenciada, qual a decisão a ser tomada?

a. Aceitar o pedido de afastamento do professor, mesmo estando em estágio probatório, e dar prosseguimento para que votado na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG).

b. Não aceitar o pedido de afastamento do professor, pois está em estágio probatório.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 18. Ao docente em Estágio Probatório somente poderão ser concedidas licenças e afastamentos: **I - para cursar pós-graduação *stricto sensu* de acordo com as normas regulamentares vigentes**; II - por motivo de doença do professor ou de pessoa da família, comprovada em laudo médico, devendo neste caso a junta médica da UFG determinar o prazo; III - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; IV - para o serviço militar; V - para atividade política; VI - para o exercício de mandato eletivo; VII - para estudo ou missão no exterior ou para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

41) A professora Kariny, está ministrando aulas no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás (UFG), há 22 meses como professora substituta, no próximo mês ganha neném, entretanto o contrato dela vence daqui 2 meses. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

- a. Finalizar o contrato da professora antes do primeiro dia do nono mês de gestação.
- b. Não finalizar o contrato e conceder a licença maternidade da professora de cento e vinte dias.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015) E ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS: **Nenhuma das alternativas. Alternativa B incompleta.** Justificativa, de acordo com a CF Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (EC nº 20/1998, EC nº 28/2000, EC nº 53/2006 e EC nº 72/2013), inciso XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias. Ainda conforme art. 10, II, alínea b, do ADCT, as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito a estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ contingência fechada (decisão programada)
- ☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito importante

- () Importante
() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

42) Felipe, professor lotado no curso de Administração em regime de 20 horas semanais, está em estágio probatório. O professor está cursando o Mestrado em Gestão Organizacional há 01 ano, já realizou todos os créditos e qualificou seu projeto de pesquisa. Além disso, no segundo semestre de 2015 se inscreveu no programa de mobilidade estudantil da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), que a UFG tem parceria e foi aprovado para realizar a mobilidade de 4 meses no primeiro semestre de 2016. Em razão a isso, formalizou pedido de afastamento por 06 meses para realizar a mobilidade estudantil. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Aceitar o pedido de afastamento do professor, mesmo estando em regime de 20 horas semanais e estágio probatório, e dar seguimento ao pedido para ser votado na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG).
b. Não aceitar o pedido de afastamento do professor, pois está em regime de 20 horas semanais e estágio probatório.
c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI N° 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 18. Ao docente em Estágio Probatório somente poderão ser concedidas licenças e afastamentos: **I - para cursar pós-graduação *stricto sensu* de acordo com as normas regulamentares vigentes**; II - por motivo de doença do professor ou de pessoa da família, comprovada em laudo médico, devendo neste caso a junta médica da UFG determinar o prazo; III - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; IV - para o serviço militar; V - para atividade política; VI - para o exercício de mandato eletivo; **VII - para estudo ou missão no exterior ou para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.**

Você considera esse cenário de contingência em?
Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
() contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?
Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
() Importante
() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

43) Sérgio, professor lotado no curso de Ciências Sociais em regime de 40 horas semanais, está em estágio probatório há 01 ano e 6 meses. Com a finalidade de se candidatar nas eleições de 2016, formalizou no primeiro semestre de 2016, pedido de afastamento por 06 meses no segundo semestre do respectivo ano, para realizar sua campanha como vereador.

- a. Não aceitar o pedido de afastamento do professor, visto que está em estágio probatório.

b. Orientar o professor, a deixar para se candidatar como vereador nas eleições de 2020, assim já terá terminado seu estágio probatório, o que facilita a aprovação de pedido de afastamento.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 18. Ao docente em Estágio Probatório somente poderão ser concedidas licenças e afastamentos: I - para cursar pós-graduação *stricto sensu* de acordo com as normas regulamentares vigentes; II - por motivo de doença do professor ou de pessoa da família, comprovada em laudo médico, devendo neste caso a junta médica da UFG determinar o prazo; III - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; IV - para o serviço militar; **V - para atividade política**; VI - para o exercício de mandato eletivo; VII - para estudo ou missão no exterior ou para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)
 () contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

- () Muito importante
 () Importante
 () Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

44) Victor, foi aprovado em 1º lugar em um concurso para professor efetivo regime 40 horas, no curso de Engenharia da Produção. Está em estágio probatório há 1 anos e 6 meses. Devido um professor do Curso de Administração ter afastado para cursar Doutorado, e não podendo contratar mais professor substituto, por motivo de cortes no orçamento relacionado a contratação de pessoal, o coordenador do curso de Administração, solicitou ao coordenador do curso de Engenharia de Produção, a disponibilidade de Victor para o segundo semestre de 2016, para ministrar as disciplinas de: Processo Decisório e Controle e Gestão de Projetos, uma vez que tem muito domínio nessas áreas de conhecimento e também porque ministrará somente duas disciplinas no segundo de 2016 no curso que está lotado. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Colocar em votação na reunião mensal da Unidade Acadêmica Especial de Engenharia a disponibilidade do Professor Victor, sendo aprovada, cedê-lo ao curso de Administração, para ministrar as duas disciplinas indicadas.

b. Não ceder o Professor Victor ao curso de Administração, pois está em estágio probatório.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo Art. 19. O docente em estágio probatório não poderá ser colocado em disponibilidade e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 6, 5, 4, ou equivalentes.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

- () contingência fechada (decisão programada)

() contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

() Muito importante

() Importante

() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

45) Miguel, aluno do curso de Engenharia Civil, foi pego colando mais seu colega William, na segunda prova da disciplina de Cálculo III do 1º semestre de 2016. O professor percebeu que quando passava perto deles no momento da realização da prova, ficavam constrangidos, então foi verificar se tinha algo debaixo da prova deles, e deparou com metade de uma folha A4 de um lado e do outro, repleta de fórmulas dos conteúdos ministrados em sala de aula, neste instante o professor tomou a prova dos alunos, que já tinham respondido a metade. O professor não considerou o que já tinham respondido e deu zero (0,0) para os dois. Todos os alunos que fizeram a prova, saíram mal, argumentaram na vista de prova, que não conseguiram lembrar das fórmulas para resolver os exercícios. Deste modo, o professor passou um trabalho individual para ser entregue 15 dias depois da entrega da prova, como terceira avaliação somente para os alunos que fizeram a prova, quem faltou e os que colaram (Miguel e William), foram excluídos da oportunidade de fazer o trabalho para recuperar a nota. Insatisfeitos, os dois alunos procuram a coordenadoria do curso e formalizaram pedido solicitando poderem fazer o trabalho, alegaram que colaram as fórmulas, não exercícios respondidos e evidenciaram que ninguém é obrigado a lembrar de fórmulas complexas, como foi ministrado nas aulas, além do mais todos os seus colegas saíram mal na prova por não lembrarem das fórmulas, o que justifica que raramente alguém consegue lembrar as fórmulas e que o professor deveria rever sua estratégia pedagógica. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

a. Manter a decisão tomada pelo professor de não oferecer a oportunidade para Miguel e William fazerem o trabalho, como punição ao ato cometido, para servir de exemplo aos outros alunos não aprenderem a colar.

b. Orientar Miguel e William a conversarem com o professor, pois somente ele poderá aceitá-los fazerem o trabalho.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990: **Nenhuma das alternativas. Alternativa.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV - postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Sendo assim, é direito dos alunos exigirem da coordenadoria tomada de providência, visto que o ato indevido de colar na prova, não o excluem de outras avaliações referente a disciplina. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Ainda os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. O que não está ocorrendo na atuação do professor, que exige que os alunos lembrem de formas complexas no dia da prova, o que levou todos os alunos a saírem mal.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

() contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

46) O Conselho Diretor da Unidade Acadêmica de Geografia, julgou o relatório da Comissão de Avaliação Docente (CAD), referente a progressão horizontal do Professor Abílio, como reprovado. Passados 12 dias do registro de sua ciência por escrito do processo de sua avaliação, o professor procurou a coordenadoria do curso de Geografia, para recorrer da decisão. Com base na situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Orientar o Professor Abílio, a fazer um documento para recorrer da decisão do Conselho Diretor da Unidade Acadêmica de Geografia.

b. Informar o Professor Abílio, que infelizmente não há a nada a fazer, pois já passou o prazo para recorrer da decisão da Unidade Acadêmica de Geografia.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI N° 21/2009: **B.** Justificativa, de acordo com o Art. 31. O Conselho Diretor da Unidade Acadêmica deverá apreciar e julgar o relatório da CAD, dentro do prazo de trinta (30) dias. Ainda, de acordo com o § 1º, após a decisão do Conselho Diretor, o interessado deverá registrar ciência do resultado, por escrito, no processo de sua avaliação. Outra justificativa se deve ao § 2º, o docente, cientificado de sua avaliação, terá um prazo de dez (10) dias para recorrer da decisão do Conselho Diretor da Unidade Acadêmica.

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

☐ contingência fechada (decisão programada)

☐ contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

47) Devido a um erro do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFG, o horário da disciplina Logística Integrada do curso de Engenharia de Produção, foi alterado. Em razão da alteração do horário da disciplina, Fernanda aluna deste curso, solicita a coordenaria do curso o cancelamento da disciplina, mesmo

depois de ter passado o prazo de cancelamento de disciplina previsto no calendário acadêmico. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

a. Realizar o cancelamento da disciplina.

b. Não realizar o cancelamento da disciplina, pois já passou o prazo de cancelamento de disciplina prevista no calendário acadêmico e a aluna não apresentou justificativa plausível.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 64. Os pedidos de cancelamentos de disciplinas ou eixos temáticos/módulos, solicitados após os períodos estabelecidos em calendário acadêmico, serão analisados pela coordenadoria de curso ou unidade responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo, desde que considerados casos excepcionais, devidamente comprovados. Ainda, de acordo com o Parágrafo único. São considerados casos excepcionais para cancelamento de disciplina ou eixo temático/módulo: I - doença do estudante ou de pessoa de seu núcleo familiar que exija envolvimento direto do interessado, impossibilitando-o de frequentar a disciplina ou o eixo temático/módulo objeto de cancelamento; II - ingresso ou mudança de horário em emprego/cargo superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; III - ingresso em estágio obrigatório ou não obrigatório superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; IV - obtenção de bolsa institucional oferecida pela UFG superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; **V - alteração de horário da disciplina ou do eixo temático/módulo pela coordenadoria de curso que impossibilite o estudante de continuar a frequentá-la; VI - por erro, omissão ou fato interno à UFG que, de alguma forma, tenha prejudicado o estudante na disciplina ou no eixo temático/módulo.**

Você considera esse cenário de contingência em?

Marcar apenas uma opção.

() contingência fechada (decisão programada)

() contingência aberta (decisão não programada)

Este cenário de contingência é?

Marcar apenas uma opção.

() Muito importante

() Importante

() Não é importante

Caso tenha alguma sugestão para melhorar a descrição do cenário de contingência, alternativas ou a justificativa de resposta, descreva.

Caso tenha outras sugestões para melhorar o instrumento cenários de contingência, descreva-a.

APÊNDICE D - DECLARAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA PELAS ESPECIALISTAS

DECLARAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE INSTRUMENTO DE PESQUISA

Eu _____, atuo no _____ da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, há ____ anos. Participei como Especialista na avaliação do instrumento **Cenários de Contingência** e considero o instrumento:

() aprovado.

() aprovado com reformulações.

() reprovado.

Observações: _____

_____.

Catalão, ____ de _____ de _____.

Assinatura

APÊNDICE E - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA E OUTRAS QUESTÕES

1 de 17) João, aluno do curso de Engenharia de Minas, não compareceu à avaliação agendada pelo professor de Cálculo 1, para o dia 15 de agosto de 2016, em uma terça-feira. O aluno formalizou pedido à coordenadoria do curso, após ter corrido 10 dias úteis da data de realização da avaliação, para solicitar a segunda chamada. Não foi feito contato com o professor responsável pela disciplina. Bem como, o pedido de segunda chamada não teve justificativa. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Orientar o aluno João a conversar com o professor, a fim de garantir a segunda chamada da prova perdida.
- b. Por haver perdido o prazo de 5 dias úteis, não haverá possibilidade de realização da segunda chamada da prova perdida.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO - CEPEC N° 1122: **B.** Justificativa, de acordo com o art. 80. O estudante que deixar de realizar avaliações previstas no plano de ensino de disciplinas ou eixos temáticos/módulos dos cursos poderá solicitar segunda chamada até cinco (5) dias úteis após a data de realização da avaliação. Ainda, de acordo com o § 1º, a segunda chamada poderá ser solicitada ao professor da disciplina ou do eixo temático/módulo. Outra justificativa se deve ao § 2º, o estudante poderá também formalizar a solicitação de segunda chamada, devidamente justificada e comprovada.

2 de 17) A professora Kariny, está ministrando aulas no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás (UFG), há 22 meses como professora substituta, no próximo mês ganha neném, entretanto, o contrato dela vence daqui 2 meses. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

- a. Finalizar o contrato da professora, antes do primeiro dia do nono mês de gestação.
- b. Não finalizar o contrato e conceder a licença maternidade da professora de cento e vinte dias.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015) E ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS: **Nenhuma das alternativas. Alternativa B incompleta.** Justificativa, de acordo com a CF Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (EC nº 20/1998, EC nº 28/2000, EC nº 53/2006 e EC nº 72/2013), inciso XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias. Ainda conforme art. 10, II, alínea b, do ADCT, as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito a estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

3 de 17) Carlos Antônio, foi aprovado em 1º lugar em um concurso para professor efetivo no curso de Física. Em seu estágio probatório por diversos conflitos e falta de interesse dos professores de seu departamento, vem desenvolvendo suas atividades sem o devido acompanhamento há 6 meses. Em razão a isso, seu desempenho está abaixo do previsto, conforme estipulado pelo departamento que está lotado. Com base na situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

- a. Designar três professores para acompanhar e orientar o Professor Carlos Antônio, de como proceder para melhorar seu desempenho no estágio probatório.
- b. Orientar o Professor Carlos Antônio e conversar com os outros professores do departamento, para que o ajude melhorar seu desempenho no estágio probatório.
- c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI N° 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 7º Ao entrar em efetivo exercício, o docente em estágio probatório deve ser continuamente avaliado, acompanhado e orientado em suas atribuições pela Chefia do Departamento ou pela Diretoria da Unidade, devendo elaborar, a cada ano, o seu plano de trabalho em consonância com o planejamento do Departamento ou da Unidade em que estiver lotado. Ainda, de acordo com parágrafo único, **a Diretoria da Unidade ou Chefia do Departamento poderá designar uma comissão composta por três docentes integrantes de classe igual ou superior à do avaliado, para realizar o acompanhamento e orientação do docente em estágio probatório.**

4 de 17) Jaqueline, aluna do curso de administração, não estava presente o dia que a professora de Fundamentos da Administração, divulgou a frequência de cada aluno. Quando ficou sabendo através de seus colegas, solicitou a professora a revisão de sua frequência 6 dias após a divulgação. Fundamentado na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não aceitar o pedido de revisão de frequência da aluna, visto que já transcorreu mais de 5 dias úteis, após a divulgação da frequência.

b. Aceitar o pedido de revisão de frequência da aluna, uma vez que não transcorreu 10 dias úteis, a partir da data de divulgação da frequência.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 85. O estudante poderá solicitar revisão de frequência registrada pelo professor da disciplina ou do eixo temático/módulo até (5) dias úteis após a data limite para digitação de notas e frequências, prevista no calendário acadêmico. Ainda, de acordo com o § 1º, a solicitação de revisão de frequência não significa abono de faltas. E conforme o § 2º, a solicitação de revisão de frequência poderá ser feita ao professor da disciplina ou do eixo temático/módulo.

5 de 17) O professor da disciplina de Geometria Analítica, divulgou as notas de cada aluno, dia 30 de maio de 2016 em sala de aula. Bruno decepcionado com a nota que tirou, chegou em casa nem quis saber de verificar as correções realizada pelo professor. Quatro dias depois, chegou mais cedo do trabalho e foi ler as respostas que escreveu na prova, verificou que o professor, não somou a pontuação tirada em duas questões. Neste mesmo dia, 03 de junho de 2016, solicitou a revisão de sua nota a coordenadoria do curso. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Aceitar o pedido de revisão de nota do aluno, pois ainda não transcorreu 5 dias úteis, após a divulgação da nota da avaliação pelo professor.

b. Orientar o aluno a procurar professor, e demonstrar-lhe que não somou a pontuação tirada em duas questões.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Art. 81. O estudante poderá solicitar revisão de nota de avaliação no prazo máximo de cinco (5) dias úteis a partir da divulgação da nota. Ainda, de acordo com o § 1º, a revisão de nota poderá ser solicitada ao professor da disciplina ou do eixo temático/modulo. Outra justificativa mais pertinente, se deve ao § 2º, **o estudante poderá também formalizar a solicitação de revisão de nota.** E com base no § 3º, caberá a coordenadoria do curso ou da unidade acadêmica responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/modulo encaminhar o pedido formalizado de revisão de nota ao professor da disciplina ou do eixo temático/modulo.

6 de 17) Ana, aluna regular do curso de Química, se casou há 11 meses. No meio do primeiro semestre de 2016, um mês antes de ganhar o bebê, apresenta um atestado médico a coordenadoria do curso, para que tenha tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

a. Não aceitar o atestado médico, e solicitar um relatório médico, o qual deve ser entregue a coordenadoria do curso, que encaminhará o mesmo a uma junta médica da UFG, para ser avaliado, com a finalidade de verificar se aluna tem complicações obstétricas, para fins de homologação.

b. Dizer para Ana, que não há nada a fazer em seu caso, que ela tem que continuar frequentando as aulas, terminar o semestre e se matricular no próximo semestre de 2016, para não perder sua vaga.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme o Art. 107. Será assegurado, conforme legislação em vigor, tratamento excepcional no processo de ensino-aprendizagem: **I - à aluna gestante;** II - ao estudante com afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições caracterizadas por incapacidade física e/ou psicológica, incompatível com a frequência das atividades acadêmicas; III - ao estudante com necessidades educativas especiais. De acordo com § 2º, **no caso de aluna gestante, sem complicações obstétricas, o pedido de tratamento excepcional poderá estar acompanhado apenas do atestado médico ou da certidão de nascimento.** Ainda, com base no § 3º, o relatório médico deverá ser avaliado pela junta médica da UFG para fins de homologação, exceto se for caso previsto no § 2º desse artigo.

7 de 17) Alexandre, aluno do curso de Engenharia de Minas, concluiu regularmente todas as disciplinas e atividades complementares exigidas na matriz curricular do curso, entretanto foi reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O aluno procurou a coordenadoria do curso e formalizou pedido solicitando a revogação de sua reprovação, alegando que seu orientador não cumpriu com suas obrigações e se esquivava de dar a devida atenção e orientação. Alexandre comprova o que alega por meio de diversos e-mails enviados ao professor, com anexo as versões de seu TCC para correções, que segundo ele nunca foi corrigido. O professor que o orientou se defende verbalmente, diz que cumpriu com suas obrigações como de costume, e evidenciou que o desempenho insuficiente do aluno, o levou a reprovação. Em relação à essa situação problema exposta, qual a decisão a ser tomada?

a. Indeferir o pedido de revogação da reprovação e orientar o aluno a buscar outro orientador.

b. Deferir o pedido de revogação da reprovação, pois mesmo que o professor se defende verbalmente, o aluno não pode ser prejudicado pelo incumprimento das obrigações do orientador.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO DE PROTEÇÃO, DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015: **B.** Justificativa, de acordo com o CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Ainda, de acordo com o CDC Art. 4º. Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor: a) por iniciativa direta; b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas; c) pela presença do Estado no mercado de consumo; **d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.** Outra justificativa se deve ao Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Ainda conforme com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Inciso: VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes.

8 de 17) Maria, aluna do curso de Matemática Industrial, usufruindo de tratamento excepcional por ter ganhado bebê há 01 mês, solicita ao professor de Álgebra Linear, o encaminhamento de atividades por e-mail a serem realizadas em casa em 01/08/2016. Passados 15 dias a solicitação do envio das atividades por e-mail, Maria procurou a coordenadoria do curso apresentando a impressão do e-mail enviado ao professor da disciplina, e realiza uma reclamação via memorando relatando o ocorrido, e solicita o cancelamento da disciplina. Frente a essa situação problema evidenciada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Receber o memorando referente a reclamação e pedido de cancelamento da disciplina, e realiza o cancelamento da disciplina de Álgebra Linear.
 - b. Receber o memorando referente a reclamação e o pedido de trancamento da disciplina, e conversar com a aluna para ter um pouco de paciência, que irá solicitar ao professor de Álgebra Linear o encaminhamento das atividades via e-mail.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **A.** Justificativa, de acordo com o Conforme o Art. 108. Aos estudantes em tratamento excepcional poderá ser atribuído o exercício domiciliar sob orientação de professores das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos em curso, conforme legislação em vigor. Visto que não está havendo continuidade das atividades domiciliar, pode-se cancelar a disciplina conforme o § 1º, **quando não houver a garantia do disposto do § 4º do artigo 107 em algumas das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos, nas quais o estudante estava inscrito quando ocorreu o fato impeditivo, o coordenador de curso poderá determinar o cancelamento de disciplinas ou eixos temáticos/módulos.** Outra Justificativa se deve ao § 2º, quando não houver a garantia do disposto do § 4º do artigo 107 em todas as disciplinas ou em todos os eixos temáticos/módulos, nos quais o estudante estava inscrito quando ocorreu o fato impeditivo, o coordenador de curso poderá indicar o trancamento de ofício.

9 de 17) Três alunos do curso de Ciências Biológicas, formalizaram reclamação na coordenadoria do curso, sobre a forma de atuação do professor de Morfologia Vegetal. Evidenciaram que dentro da sala de aula, o professor intimida, constrange, ameaça e humilha publicamente colegas da turma, no sentido de não aceitarem fazer trabalhos/atividades em grupo com o representante de classe. Os alunos relataram que o professor e o representante da classe tiveram um embate, em que o representante de classe defendia os interesses dos alunos e o professor não gostou, e a partir desse momento o professor passou a atuar de tal maneira. Perante a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Não fazer nada, isso são coisas que acontecem na universidade e em questão de dias tudo volta ao normal.
 - b. Evidenciar para os três alunos, que se o professor está agindo assim, é porque tem motivo, e essa é a estratégia que está utilizando para que o representante de classe, aprenda respeitá-lo.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com o CC Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Conforme o inciso X do Art. 5º, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Ainda, de acordo com § 7º do Art. 226. (...) compete ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Portanto, atitudes concretas de intimidação, constrangimento, ameaça e humilhação ferem o princípio constitucional de respeito à dignidade humana e violam o Código Civil. Ademais de acordo com o CC Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186³⁵ e 187³⁶), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Além do mais, a recusa/omissão da coordenadoria em verificar os fatos, pode contribuir em problemas de maior gravidade no futuro, como abertura de processo de danos morais contra o professor e de forma indireta à universidade. Pois de acordo com Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Ainda de acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Incisos: IV- postular direitos e representar contra ilegalidade, omissão ou abusos, perante a autoridade

³⁵ Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

³⁶ Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

imediatamente superior, por meio de requerimento escrito devidamente fundamentado e instruído com provas de que dispuser e VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes.

10 de 17) Dia 22 de junho de 2016, em uma quarta-feira, chegaram a coordenadoria do curso de Psicologia seis alunos, relatando que realizaram a segunda avaliação da disciplina de Psicologia Social I, quarta-feira da semana passada, e que o professor da disciplina, não entregou as provas da primeira avaliação, e muito menos divulgou as notas tirada por cada aluno. Eles já solicitaram diversas vezes ao professor, que entregasse as provas ou divulgasse as notas tiradas, por não serem atendidos, solicitam a coordenadoria que as provas sejam entregues, pois o professor da disciplina, disse que realizarão uma terceira avaliação, por terem saído mal na primeira. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Informar aos alunos, que cada professor tem uma forma de desempenhar suas atividades como docente.
 - b. Orientar os alunos procurarem o professor da disciplina novamente, e solicitar que entregue as provas ou divulgue a nota tirada por cada aluno.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme seção I Da Verificação da aprendizagem, Art. 79. A nota final do estudante variará de zero vírgula zero (0,0) a dez vírgula zero (10,0), com uma casa decimal. De acordo com § 1º, a nota final será resultado de, no mínimo, duas avaliações que podem ser na forma de provas, trabalhos, seminários, relatórios ou outras formas de produção acadêmica escrita, oral, prática ou audiovisual do estudante. E conforme o § 5º, **o docente responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo só poderá realizar uma nova avaliação após divulgar a nota obtida na avaliação anterior com antecedência de pelo menos dois (2) dias letivos.** E de acordo com § 6º, **os originais de trabalhos ou provas deverão ser devolvidos ao estudante no momento da divulgação da nota de cada avaliação, exceto os trabalhos de conclusão de curso e relatórios de estágios, os quais deverão ser arquivados na instituição.**

11 de 17) Vilma, conseguiu ser transferida de uma instituição de ensino superior privada, para a Universidade Federal de Goiás (UFG). Entretanto, a nova aluna vem passando por rejeição, pois em assembleia na turma que ingressou, a maioria dos estudantes decidiram que ela não faria parte dos grupos de estudo e teria de apresentar trabalhos individuais. Além disso, os dois alunos que não votaram para exclusão da aluna nos grupos de trabalhos, também foram punidos com a mesma sanção. O representante da turma disse, que a impossibilidade de fazerem trabalhos acadêmicos em grupo, tornaria inviável a permanência deles no curso, e ainda seriam boicotados em atividades no ambulatório, o que se tornou fato realizado. Frente a essa situação, os três alunos procuraram a coordenadoria do curso, relataram sobre as intimidações dos outros alunos e solicitaram que algo fosse feito. Com base na situação problema indicada, qual a decisão a ser tomada?

- a. Dizer para os três alunos, que só podem fazer alguma coisa, quando tornar frequente os acontecimentos.
 - b. Não fazer nada e dizer aos três alunos que essas coisas são normais na universidade e em poucos dias os alunos os aceitarão para realização de trabalhos.
 - c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:
-

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NO CÓDIGO CIVIL (2002), CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015) E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com o CC Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Conforme o CC inciso X do Art. 5º, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Ainda, fundamentado na CF no § 7º do Art. 226. (...) compete ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Deste modo, atitudes concretas de intimidação, constrangimento, ameaça e humilhação ferem o princípio constitucional de respeito à dignidade humana e violam o Código Civil. Portanto, conforme o CC Art.

927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Além do mais, a recusa/omissão da coordenadoria em verificar os fatos, pode contribuir em problemas de maior gravidade no futuro, como abertura de processo de danos morais contra os alunos e de forma indireta à universidade. Uma vez que de acordo com CDC Art. 14º. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

12 de 17) Tobias, trabalha em uma empresa de transporte de minério há 05 anos, no turno D das 00:00 hs às 06:00 hs. Por trabalhar neste horário, faz o curso de Engenharia de Produção na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG - RC), que habitualmente as disciplinas são ministradas no período matutino ou vespertino. Entretanto o supervisor de seu turno de trabalho aposentou, e entrou um outro bem mais jovem e com pouca experiência em cargo de supervisão. Em uma certa noite de trabalho, teve um embate com o seu novo supervisor, que o pressionou para que fosse mais rápido nas viagens dadas da mina, até a descarga no britador. O supervisor não gostou, e em uma reunião com os outros supervisores, evidenciou que não queria Tobias em seu turno. O supervisor do turno A (06:00 hs às 12:00 hs), já o conhecia por seu ótimo desempenho na empresa, o aceitou em seu turno. Tobias foi transferido de turno em 15 junho de 2016, em uma quarta-feira. Tobias por estar fazendo o curso, tentou convencer o supervisor para que não o transferisse de turno, mas não teve jeito, se não aceitasse seria demitido. Por estar cursando três disciplinas (Desenho técnico 1, Cálculo III e Física 3) na parte da manhã, procurou a coordenadoria do curso em 16 de junho de 2016, em uma quinta-feira à tarde e evidenciou que não poderia mais terminar as disciplinas. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Dizer para o aluno que não há nada a fazer em seu caso, que ele tem que continuar frequentando as aulas e terminar as disciplinas, caso não frequente as aulas e não faça as avaliações que ainda faltam, será reprovado por falta e por nota.

b. Solicitar ao aluno que traga uma declaração da empresa, descrevendo que foi transferido de turno e em qual turno está trabalhando atualmente. Sendo verídico o fato que evidenciou, realizar o cancelamento das disciplinas.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC N° 1122/2012: **B.** Justificativa, de acordo com o Art. 64. Os pedidos de cancelamentos de disciplinas ou eixos temáticos/módulos, solicitados após os períodos estabelecidos em calendário acadêmico, serão analisados pela coordenadoria de curso ou unidade responsável pela disciplina ou pelo eixo temático/módulo, desde que considerados casos excepcionais, devidamente comprovados. Conforme o parágrafo único, são considerados casos excepcionais para cancelamento de disciplina ou eixo temático/módulo: I - doença do estudante ou de pessoa de seu núcleo familiar que exija envolvimento direto do interessado, impossibilitando-o de frequentar a disciplina ou o eixo temático/módulo objeto de cancelamento; **II - ingresso ou mudança de horário em emprego/cargo superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo;** III - ingresso em estágio obrigatório ou não obrigatório superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; IV - obtenção de bolsa institucional oferecida pela UFG superveniente à inscrição na disciplina ou no eixo temático/módulo, cujo horário de atividades seja incompatível com o horário de aulas da disciplina ou do eixo temático/módulo; V - alteração de horário da disciplina ou do eixo temático/módulo pela coordenadoria de curso que impossibilite o estudante de continuar a frequentá-la; VI - por erro, omissão ou fato interno à UFG que, de alguma forma, tenha prejudicado o estudante na disciplina ou no eixo temático/módulo.

13 de 17) Kátia, aluna do curso de Engenharia de Produção, elaborou um trabalho escrito (base teórica) para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 1 (9º período), e obteve a nota 7,5. Essa base teórica foi aproveitada para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 2 (10º período), que foi complementada com a pesquisa prática aplicada em uma empresa. Kátia nesta segunda etapa, obteve a nota 9,5. Contudo, 15 dias depois, a banca examinadora constata que a aluna plagiou diversos trechos da segunda etapa, de outro trabalho publicado em um periódico *online*. O orientador e os outros dois professores que participaram da banca, procuraram a coordenadoria do curso e relataram o fato. Frente a essa situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Convocar a aluna na coordenadoria do curso, informá-la que devido à constatação de plágio, sua nota foi revista e por tal fato foi reprovada, portanto terá que refazer a etapa referente a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 2.

b. Deixar como está, pois a falha foi do orientador e dos dois professores que participaram da banca examinadora, que não constaram o plágio antes da avaliação.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015), CÓDIGO CIVIL (2002), CÓDIGO PENAL – Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a CF Art. 5º, inciso XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Conforme com o CC Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Fundamentado no CP Art. 184, seus parágrafos descrevem a violação de direitos autorais como crime, com detenção de 3 (três) meses até 4 (quatro) anos, e ou multa, dependendo da gravidade da violação, reprodução parcial ou total. Em relação a situação problema, o mais correto seria abrir processo administrativo e conceder o direito de defesa a aluna, por ser consumidora dos serviços da universidade, uma vez que de acordo com Art. 170. do CC, o consumidor tem direito a defesa. De acordo com o CDC Art. 6º, o consumidor tem direitos básicos como exposto no inciso VII - **A facilidade da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências,** dentro outros.

14 de 17) Paola, aluna do curso de Letras, faltou algumas vezes à aula de Morfologia do Português. Preocupada com sua frequência, solicitou três vezes ao professor da disciplina, que a informasse a porcentagem ou quantidade de falta que ela já tem na disciplina, contudo, ele diz que a informará no fim da aula, chega no fim da aula, diz para ela que na próxima aula a informará. Por não ser informada, procurou a coordenadoria do curso, para que seja informada sobre sua frequência. Diante dessa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Orientar a aluna procurar o professor novamente, para que a informe sobre sua frequência e se caso não informe, voltar novamente a coordenadoria que será tomada providências cabíveis.

b. Imprimir o relatório de frequência da aluna e solicitar que ela confirme com o professor, pois pode ocorrer que existem outras faltas, que ainda não foram lançadas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012: **Nenhuma das alternativas.** Conforme o Art. 83. Será obrigatória ao estudante a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) da carga horária de cada disciplina ou eixo temático/módulo, nos cursos presenciais, com exceção das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos de estágio curricular obrigatório, cuja carga horária definida no PPC de cada curso deverá ser cumprida na totalidade. Ainda, de acordo o § 1º, o registro da frequência às aulas será de responsabilidade do professor da disciplina ou do eixo temático/módulo, sob a supervisão da coordenadoria de curso. Outra justificativa se deve ao § 2º, **compete ao professor registrar a frequência dos estudantes no diário de classe disponibilizado pelo sistema acadêmico e informá-la sempre que for solicitada pelo estudante.**

15 de 17) Diversos alunos do curso de Administração, procuram a coordenadoria do curso e formalizaram reclamação sobre faltas recorrentes do professor da disciplina Legislação Empresarial, ademais, evidenciaram que quando aparece, não ministra aula, fica enrolando para o tempo passar. O professor é de outra unidade acadêmica e argumentou que está faltando porque está cursando uma disciplina no Doutorado, que é no mesmo horário da disciplina que ministra e seu pedido de afastamento foi indeferido. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Não fazer nada, pois o pedido de afastamento para cursar Doutorado do professor foi indeferido, deste modo está fazendo o que está ao seu alcance, para ministrar as aulas e fazer o Doutorado.

b. Conversar com todos os alunos na sala de aula e comunicar que o professor está faltando, porque está cursando uma disciplina no Doutorado, no mesmo dia e horário da aula deles de Legislação Empresarial.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, CÓDIGO CIVIL (2002) E CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 (2015): **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015 constituem direitos dos alunos conforme Art. 177. Inciso: VI - zelar pelos seus interesses e pela qualidade do ensino que lhe é ministrado, valendo-se dos mecanismos legais pertinentes. Portanto é direito dos alunos, exigirem da coordenadoria tomada de providência em relação as faltas do professor. E conforme o CC Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Os alunos por serem consumidores dos serviços de uma instituição de ensino superior pública, tem o direito de exigirem de acordo com o CDC Art. 6º. inciso X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. Na situação problema apresentada, pode-se abrir um processo administrativo contra o professor e conceder o direito de defesa, pois conforme com a CF Art. 5º inciso LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

16 de 17) Victor, foi aprovado em 1º lugar em um concurso para professor efetivo, em regime de 40 horas no curso de Engenharia da Produção. Está em estágio probatório há 1 anos e 6 meses. Devido um professor do Curso de Administração ter afastado para cursar Doutorado, e não podendo contratar mais professor substituto, por motivo de cortes no orçamento relacionado a contratação de pessoal, o coordenador do curso de Administração, solicitou ao coordenador do curso de Engenharia de Produção, a disponibilidade de Victor para o segundo semestre de 2016, para ministrar as disciplinas de: Processo Decisório e Controle e Gestão de Projetos, uma vez que tem muito domínio nessas áreas de conhecimento e também porque ministrará somente duas disciplinas no segundo de 2016 no curso que está lotado. Com base na situação problema apresentada, qual a decisão a ser tomada?

a. Colocar em votação na reunião mensal da Unidade Acadêmica Especial de Engenharia a disponibilidade do Professor Victor, sendo aprovada, cedê-lo ao curso de Administração, para ministrar as duas disciplinas indicadas.

b. Não ceder o Professor Victor ao curso de Administração, pois está em estágio probatório.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009: **A.** Justificativa, de acordo Art. 19. O docente em estágio probatório não poderá ser colocado em disponibilidade e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 6, 5, 4, ou equivalentes.

17 de 17) Adriane, concluiu regularmente o curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Goiás (UFG). Ela foi convocada a realizar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entretanto não realizou. Adriane alega que estava enferma, porém não apresentou atestado médico para comprovar sua impossibilidade de realizar o exame e justificar o não comparecimento. Adriane procurou a coordenadoria do curso, formalizou pedido solicitando que cole grau junto com seus colegas e seja expedido seu diploma do curso. Frente a essa situação problema descrita, qual a decisão a ser tomada?

a. Indeferir seu pedido. Não permitir que Adriane cole grau e não expedir seu diploma, pois têm que regularizar sua pendência sobre o ENADE.

b. Deferir seu pedido em parte. Permitir que cole grau, mas não expedir seu diploma, enquanto não regularize sua pendência sobre o ENADE.

c. Caso nenhuma das alternativas se aplique, descreva sua decisão:

ALTERNATIVA FUNDAMENTADA NA SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004: **Nenhuma das alternativas.** De acordo com a LEI Nº 10.861, § 2º do Art. 10. O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades: I - suspensão temporária

da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior. Como pode verificar, prevê sanções à instituição, não há previsão legal de sanções aos alunos inscritos que deixarem de participar. Ademais de acordo com § 2º do Art. 05. O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. Por ser por amostragem, um aluno convocado que por qualquer que seja o motivo, não realiza o exame, não impactará de forma a prejudicar a avaliação da instituição que representa. E conforme fragmento extraído do REEXAME NECESSÁRIO N. 0010522-48.2010.4.01.3500/GO (d), p. 03, o exame “visa apenas compelir o estudante convocado a colaborar com o Poder Público no procedimento de avaliação do ensino nacional. **4. O descumprimento de tal obrigação, pela inobservância da convocação, não pode ensejar óbice à concessão do diploma, posto que totalmente desproporcional ao dever descumprido e sem qualquer previsão legal específica**”.

18) Para tomar as decisões, consultou algum dos regulamentos descritos a seguir?

- ☐) CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988.
- ☐) ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.
- ☐) CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.
- ☐) CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.
- ☐) CÓDIGO CIVIL - LEI Nº 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002.
- ☐) SINAES - LEI Nº 10.861 DE 14 DE ABRIL DE 2004.
- ☐) RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1122/2012.
- ☐) RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 21/2009.
- ☐) RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.

19) Tomou alguma(s) decisão(ões) a partir de?

- ☐) Informações disponíveis na memória (conhecimento) e experiências passadas.
- ☐) Comparação com outras decisões tomadas que está familiarizado.
- ☐) Ajustamento da decisão com base a outras decisões tomadas.
- ☐) Outra(s) forma(s). Descreva _____.

20) Deseja receber uma cópia do relatório final da pesquisa?

- ☐) Sim. Descreva seu e-mail _____.
- ☐) Não.

21) Este campo é reservado a realização de sugestões ou comentários sobre a pesquisa.

_____.

22) Descreva o horário de término do preenchimento da pesquisa.

____ : ____.

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ONLINE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa sobre tomada de decisão de coordenadores e subcoordenadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), cujo dados coletados serão utilizados na dissertação do Mestrado Profissional em Gestão Organizacional da UFG - Regional Catalão. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG (Parecer consubstanciado nº 1.746.651). As perguntas referem-se a perfil sociodemográfico, repertório instrucional e decisões que coordenadores e subcoordenadores de cursos de graduação tomam no exercício da função. O tempo estimado para responder a pesquisa é entre 30 a 45 minutos.

Caso recuse a participar, você não será penalizado(a) de forma alguma. Se sentir algum tipo de desconforto ou incomodo ao responder as perguntas, você pode a qualquer momento sem ter que apresentar qualquer justificativa, recusar a respondê-las e desistir de participar da pesquisa. Ao decidir deixar de participar, você não terá qualquer prejuízo. Não há nenhum tipo de despesa, ônus, pagamento, gratificações, bonificações e concessão de direito autorais pela participação na pesquisa.

Em caso de dúvidas, questionamentos e informações sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis; Neubher Fernandes Nunes pelo telefone (64) 98146-8899 ou e-mail: neubheradm@gmail.com; Prof. André Vasconcelos da Silva pelo telefone (64) 98146-0011 ou e-mail: andre.silva.ufg@gmail.com. Se preferir, poderá entrar em contato diretamente com o Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1215 ou e-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com.

Os pesquisadores responsáveis, comprometem-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução nº 466 de dezembro de 2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. As informações coletadas, serão utilizadas exclusivamente para fins da pesquisa e serão tratadas de maneira anônima. Os resultados poderão ser apresentados em encontros, eventos e publicados em revistas/periódicos científicos. Os resultados a serem publicados, demonstrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar qualquer informação relacionada à sua privacidade. Não será registrado nenhum tipo de informação pessoal que o identifique diretamente, deste modo não estará exposto a riscos físicos, psicológicos e sociais. Os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo das informações.

Caso tenha interesse em receber uma cópia do relatório final da pesquisa, você poderá solicitar ao fim do formulário.

Após os demais esclarecimentos e informações a respeito da pesquisa, caso aceite participar, marque a opção de 'Sim. Aceito participar, li o TCLE e fui esclarecido de informações importantes sobre a pesquisa.' Em caso de recusa, marque a opção 'Não aceito participar da pesquisa.'

() Sim. Aceito participar, li o TCLE e fui esclarecido de informações importantes sobre a pesquisa.

() Não aceito participar da pesquisa.

APÊNDICE G - DESCRIÇÃO DAS ANÁLISES

Análise de correspondência: É uma técnica de análise de dados que permite realizar uma simplificação da estrutura de variabilidade de dados multivariados, a partir de variáveis categóricas dispostas em tabelas de contingência, levando em conta medidas de correspondência entre as linhas e colunas da matriz de dados (Lucio, Toscano, & Abreu, 1999; Carvalho, Vieira, & Moran, 2002). Essa técnica possibilita determinar a associação entre elementos de um conjunto de dados e explicar a estrutura dessas associações (Lucio, Toscano, & Abreu, 1999; Carvalho, Vieira, & Moran, 2002).

Análise de frequência absoluta e frequência percentual: **Frequência absoluta (fa)** “representa o número de vezes que um valor (ou intervalo) ocorre nos dados” (Ferreira & Oliveira, 2008, p. 19). **Frequência percentual (fp)** “representa, em forma percentual, a proporção de ocorrências de um valor em relação ao tamanho da massa de dados” (Ferreira & Oliveira, 2008, p. 19). Pode ser obtida pela fórmula $fp = ((fa/n)*100)$.

Correlação pelo coeficiente de Pearson: Essa análise demonstra a intensidade de associação linear existente entre variáveis quantitativas (Dancey & Reidy, 2013).

Escalonamento bidimensional da matriz de distâncias de Gower: Está análise demonstra as distâncias existentes entre os indivíduos de uma população através de representação gráfica, possibilitando identificar grupos de indivíduos em gráficos bidimensionais ou tridimensionais (Gower, 1966).

Mapa de árvore: É uma técnica de análise de dados que permite demonstrar padrões de associações entre atributos (categorias) de um conjunto de dados, a partir da contagem de frequência de ocorrência (QSRInternational, 2014).

Teste de LSD de Fisher: Essa técnica de análise permite comparar todos pares de médias e controla a taxa de erro ao nível de significância para cada comparação dois a dois (Rumsey, 2013).

Teste exato de Fisher: Essa técnica de análise testa diferenças entre dois grupos independentes, em relação a uma variável que só admita duas alternativas como resposta, por exemplo: Sim/Não, Positivo/Negativo (Campos, 2001). No estudo essas as alternativas de respostas são: conhece/desconhece (H_2c).

Teste qui-quadrado: É um teste que compara frequências obtidas experimentalmente com frequências teóricas, calculadas matematicamente para o mesmo número de dados da amostra. Os dados devem ser grandezas discretas, ou seja, alguma coisa que possa ser contada e reduzida a uma tabela de frequência, tabela essa denominada de tabela de contingência (Campos, 2001).

APÊNDICE H - DADOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR A HIPÓTESE H_1 : H_{1a} e H_{1b}

H_{1a} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA

Participantes	Tempo Experiência	Cenário 1	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 8	Cenário 10	Cenário 12	Cenário 14	Cenário 16
P1	24	b	b	a	b	c	c	c	b	b	a
P2	30	b	a	a	b	a	b	c	b	b	a
P3	40	b	b	a	a	c	b	c	a	a	a
P4	36	b	a	b	b	c	b	b	b	a	a
P5	34	a	b	c	b	c	b	b	b	a	a
P6	48	b	c	a	b	c	c	c	b	b	a
P7	24	b	a	a	c	c	b	b	b	a	a
P8	12	c	b	c	b	a	a	b	b	c	a
P9	24	a	c	c	a	c	c	c	c	b	c
P10	48	a	a	b	b	a	b	c	c	c	c
P11	24	b	c	c	b	c	c	c	c	a	a
P12	18	b	b	b	a	a	a	c	b	b	a
P13	11	b	c	a	b	c	a	c	b	b	a
P14	48	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
P15	60	b	b	b	b	a	b	a	b	b	a
P16	24	a	a	b	a	c	b	c	c	b	c
P17	18	a	a	a	b	b	a	b	b	b	a
P18	18	b	b	b	b	a	a	c	b	b	c
P19	18	b	b	a	b	a	b	b	b	a	a
P20	29	b	b	b	b	a	a	c	b	b	c
P21	30	b	b	a	a	a	a	b	b	b	a
P22	19	a	b	c	b	c	a	b	b	a	c
P23	16	b	b	a	b	c	b	c	b	b	b
P24	18	a	b	b	b	a	c	b	b	a	a
P25	9	b	a	a	a	a	b	b	a	a	a
P26	18	b	a	b	b	a	a	b	b	a	a
P27	36	a	a	b	a	a	a	b	b	a	a
P28	24	a	b	c	b	c	b	c	b	b	a
P29	8	a	a	c	a	c	b	b	b	a	a
P30	32	b	c	c	c	c	c	c	c	c	c
P31	18	a	b	a	a	a	b	b	b	a	a
P32	6	a	a	a	b	c	a	c	b	b	a
P33	48	a	a	b	b	a	c	b	b	b	a
P34	9	b	a	b	a	a	a	c	b	b	a
P35	22	a	b	b	b	c	b	b	b	b	c
P36	6	a	a	c	b	a	b	c	b	c	a
P37	48	b	b	c	b	a	c	c	b	c	c
P38	13	a	b	c	b	c	b	b	b	c	a
P39	48	b	a	a	a	a	b	b	b	a	a

P40	3	a	b	b	b	c	b	c	b	a	a
P41	30	b	c	c	b	c	a	c	b	b	a
P42	56	b	a	a	a	a	b	c	b	b	a
P43	4	b	a	b	b	c	b	c	b	b	a
P44	24	a	a	c	b	a	b	b	b	a	a
P45	72	a	b	c	b	c	b	c	b	b	c
P46	6	b	a	a	b	c	b	b	b	a	a
P47	16	a	a	b	b	a	a	b	b	b	a
P48	6	b	a	c	a	c	a	c	b	c	c
P49	8	c	a	b	b	a	b	b	b	b	a
P50	35	b	a	b	b	a	c	c	c	c	a
P51	9	b	b	b	a	a	b	c	b	b	a
P52	18	b	b	b	b	a	b	c	b	b	a
P53	24	a	a	b	a	c	a	c	b	b	a
P54	4	a	b	b	b	c	b	b	a	a	a
P55	8	a	a	b	a	a	b	c	b	b	a
P56	42	b	a	c	a	a	b	c	b	a	a
P57	24	a	a	b	b	a	c	b	b	a	a
P58	35	b	c	c	a	c	c	c	c	c	c
P59	28	a	b	b	b	b	b	b	b	a	a
P60	48	b	b	c	b	c	b	c	c	b	a
P61	21	b	b	a	a	b	b	b	b	a	a

H_{1b} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA

Participantes	Tempo Experiência	Cenário 2	Cenário 7	Cenário 9	Cenário 11	Cenário 13	Cenário 15	Cenário 17
P1	24	b	c	c	c	c	c	a
P2	30	c	a	c	c	a	c	b
P3	40	a	b	c	c	a	c	a
P4	36	b	b	c	c	c	c	b
P5	34	c	b	c	c	c	c	a
P6	48	b	c	c	c	a	c	a
P7	24	c	b	c	a	a	c	a
P8	12	c	a	c	c	a	c	c
P9	24	c	c	c	c	c	c	c
P10	48	b	a	c	c	a	c	b
P11	24	c	c	c	c	a	c	b
P12	18	b	a	c	c	a	c	c
P13	11	c	a	c	c	a	c	b
P14	48	c	c	c	c	c	c	c
P15	60	a	b	c	c	a	c	b
P16	24	b	b	c	c	a	c	a
P17	18	b	b	c	c	a	b	a
P18	18	b	a	c	c	a	c	a
P19	18	b	c	c	a	b	c	b
P20	29	b	b	c	c	a	c	a
P21	30	b	b	c	c	a	c	b
P22	19	c	c	c	c	a	c	b
P23	16	b	a	c	c	a	c	c
P24	18	b	c	c	c	a	c	b
P25	9	b	a	c	c	a	c	b
P26	18	b	b	a	a	b	c	b
P27	36	b	b	c	c	a	c	c
P28	24	c	c	c	c	a	c	c
P29	8	c	b	c	c	b	b	a
P30	32	b	c	c	c	c	c	c
P31	18	b	a	c	c	a	c	a
P32	6	b	b	c	c	a	c	a
P33	48	c	a	b	a	a	b	a
P34	9	b	a	c	c	a	c	b
P35	22	b	c	c	c	a	c	b
P36	6	b	b	c	c	c	c	a
P37	48	c	c	c	c	c	c	a
P38	13	c	b	c	c	b	c	b
P39	48	b	c	c	c	a	c	a
P40	3	b	a	c	c	a	c	b
P41	30	c	a	c	c	a	c	c

P42	56	a	a	c	c	a	c	a
P43	4	c	b	c	c	a	c	a
P44	24	b	b	c	c	a	c	b
P45	72	c	b	c	c	a	c	b
P46	6	b	a	a	c	a	c	a
P47	16	c	c	c	b	a	c	a
P48	6	b	c	c	c	c	c	a
P49	8	b	a	c	c	a	c	b
P50	35	b	c	c	c	c	c	a
P51	9	c	c	c	c	a	c	a
P52	18	c	b	c	c	a	c	a
P53	24	b	b	c	c	a	c	a
P54	4	b	a	c	c	a	c	a
P55	8	b	b	b	a	b	b	c
P56	42	b	b	c	c	a	c	a
P57	24	b	b	c	c	a	c	b
P58	35	c	c	c	c	c	c	c
P59	28	b	a	c	c	a	c	c
P60	48	c	c	c	c	a	c	a
P61	21	c	a	c	c	a	c	a

APÊNDICE I - DADOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR A HIPÓTESE H_2 : H_{2a} e H_{2b}

H_{2a} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIAS FECHADA

Participantes	Tempo Experiência	Resposta Adequada	Cenário 1	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 8	Cenário 10	Cenário 12	Cenário 14	Cenário 16	Resposta Inadequada	Resposta Vaga
P1	24	6	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	3	1
P2	30	6	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	4	0
P3	40	6	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	4	0
P4	36	5	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	5	0
P5	34	3	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	6	1
P6	48	7	Adequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	2	1
P7	24	6	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	3	1
P8	12	5	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	5	0
P9	24	6	Inadequada	Vaga	Vaga	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	2	2
P10	48	3	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Vaga	5	2
P11	24	6	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	3	1
P12	18	6	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	4	0
P13	11	8	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	2	0
P14	48	1	Adequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	1	8
P15	60	3	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	7	0
P16	24	5	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	4	1
P17	18	5	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	5	0
P18	18	4	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	5	1
P19	18	4	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	6	0
P20	29	5	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	5	0
P21	30	6	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	4	0
P22	19	3	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Vaga	5	2
P23	16	4	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Inadequada	5	1

P24	18	3	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	7	0
P25	9	5	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	5	0
P26	18	5	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	5	0
P27	36	5	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	5	0
P28	24	3	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Adequada	6	1
P29	8	4	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	4	2
P30	32	8	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	2	0
P31	18	4	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	6	0
P32	6	7	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	3	0
P33	48	3	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	6	1
P34	9	6	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Adequada	3	1
P35	22	2	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	8	0
P36	6	4	Inadequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Adequada	Adequada	4	2
P37	48	6	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	3	1
P38	13	4	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	6	0
P39	48	6	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	4	0
P40	3	3	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Adequada	6	1
P41	30	7	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	2	1
P42	56	6	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Adequada	3	1
P43	4	6	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	4	0
P44	24	3	Inadequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	6	1
P45	72	4	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	5	1
P46	6	5	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	5	0
P47	16	4	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	6	0
P48	6	10	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	0	0
P49	8	3	Vaga	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	6	1
P50	35	7	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	3	0
P51	9	4	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	6	0

P52	18	3	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Adequada	6	1
P53	24	6	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	4	0
P54	4	1	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	9	0
P55	8	5	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	5	0
P56	42	5	Adequada	Adequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Adequada	3	2
P57	24	4	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	6	0
P58	35	5	Adequada	Vaga	Vaga	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Adequada	Vaga	1	4
P59	28	2	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	8	0
P60	48	5	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	4	1
P61	21	5	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	5	0
			Resposta Adequada	35	30	22	21	19	22	23	56	9	54	
			Resposta Inadequada	25	27	28	39	39	34	28	3	51	1	
			Resposta Vaga	1	4	11	1	3	5	10	2	1	6	

H_{2b} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA

Participantes	Tempo Experiência	Resposta Adequada	Cenário 2	Cenário 7	Cenário 9	Cenário 11	Cenário 13	Cenário 15	Cenário 17	Resposta Inadequada	Resposta Vaga
P1	24	2	Inadequada	Vaga	Adequada	Vaga	Adequada	Vaga	Inadequada	2	3
P2	30	1	Inadequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	2
P3	40	2	Inadequada	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	2
P4	36	3	Inadequada	Adequada	Adequada	Vaga	Adequada	Vaga	Inadequada	2	2
P5	34	2	Inadequada	Adequada	Adequada	Vaga	Vaga	Vaga	Inadequada	2	3
P6	48	1	Inadequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	2
P7	24	3	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	1
P8	12	1	Adequada	Inadequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Vaga	2	4
P9	24	4	Adequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Adequada	Adequada	1	2
P10	48	2	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	1
P11	24	3	Adequada	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	2	2
P12	18	3	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Adequada	3	1
P13	11	3	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	1
P14	48	1	Adequada	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	0	6
P15	60	2	Inadequada	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	2
P16	24	3	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	1
P17	18	3	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	4	0
P18	18	2	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	1
P19	18	2	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	1
P20	29	3	Inadequada	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	3	1
P21	30	2	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	2
P22	19	3	Vaga	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	2	2
P23	16	1	Inadequada	Inadequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Adequada	3	3
P24	18	1	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	3
P25	9	2	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	1

P26	18	1	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	5	1
P27	36	1	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Vaga	2	4
P28	24	1	Vaga	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Vaga	1	5
P29	8	2	Vaga	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Inadequada	3	2
P30	32	5	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Vaga	Adequada	1	1
P31	18	1	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	2
P32	6	3	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	1
P33	48	0	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	7	0
P34	9	0	Inadequada	Inadequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	3
P35	22	2	Inadequada	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	2
P36	6	2	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Adequada	Vaga	Inadequada	2	3
P37	48	4	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	2	1
P38	13	4	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	2	1
P39	48	1	Inadequada	Vaga	Vaga	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	3	3
P40	3	0	Inadequada	Inadequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	3
P41	30	3	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	3	1
P42	56	2	Inadequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	4	1
P43	4	2	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	3	2
P44	24	1	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	3
P45	72	2	Inadequada	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	2
P46	6	0	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	5	2
P47	16	1	Vaga	Adequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	3
P48	6	2	Inadequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Vaga	Inadequada	3	2
P49	8	0	Inadequada	Inadequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	3
P50	35	2	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Adequada	Vaga	Inadequada	2	3
P51	9	1	Vaga	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	2	4
P52	18	1	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	3
P53	24	1	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	3

P54	4	1	Inadequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	4	2
P55	8	1	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	5	1
P56	42	1	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	3
P57	24	1	Inadequada	Adequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	3
P58	35	1	Vaga	Adequada	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	0	6
P59	28	0	Inadequada	Inadequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Vaga	3	4
P60	48	3	Vaga	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	2	2
P61	21	0	Vaga	Inadequada	Vaga	Vaga	Inadequada	Vaga	Inadequada	3	4
			Resposta Adequada	7	36	31	16	7	6	5	
			Resposta Inadequada	46	22	4	6	50	4	49	
			Resposta Vaga	8	3	26	39	4	51	7	

APÊNDICE J - DADOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR A HIPÓTESE H_{2c} : H_{2c}

H_{2c} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21/2009

Participantes	Conhecimento necessário: Resolução CONSUNI Nº 21/2009	Cenário 3	Cenário 16
P1	Desconhece	Inadequada	Adequada
P2	Conhece	Adequada	Adequada
P3	Desconhece	Inadequada	Adequada
P4	Conhece	Adequada	Adequada
P5	Conhece	Inadequada	Adequada
P6	Conhece	Vaga	Adequada
P7	Desconhece	Adequada	Adequada
P8	Conhece	Inadequada	Adequada
P9	Desconhece	Vaga	Adequada
P10	Conhece	Adequada	Vaga
P11	Desconhece	Adequada	Adequada
P12	Conhece	Inadequada	Adequada
P13	Conhece	Adequada	Adequada
P14	Desconhece	Vaga	Vaga
P15	Conhece	Inadequada	Adequada
P16	Conhece	Adequada	Vaga
P17	Desconhece	Adequada	Adequada
P18	Conhece	Inadequada	Vaga
P19	Conhece	Inadequada	Adequada
P20	Conhece	Inadequada	Adequada
P21	Conhece	Inadequada	Adequada
P22	Conhece	Inadequada	Vaga
P23	Desconhece	Inadequada	Inadequada
P24	Conhece	Inadequada	Adequada
P25	Conhece	Adequada	Adequada
P26	Conhece	Adequada	Adequada
P27	Conhece	Adequada	Adequada
P28	Conhece	Inadequada	Adequada
P29	Desconhece	Adequada	Adequada
P30	Conhece	Inadequada	Adequada
P31	Conhece	Inadequada	Adequada

Participantes	Conhecimento necessário: Resolução CONSUNI Nº 21/2009	Cenário 3	Cenário 16
P32	Conhece	Adequada	Adequada
P33	Desconhece	Adequada	Adequada
P34	Conhece	Adequada	Adequada
P35	Conhece	Inadequada	Adequada
P36	Desconhece	Adequada	Adequada
P37	Conhece	Inadequada	Adequada
P38	Conhece	Inadequada	Adequada
P39	Conhece	Adequada	Adequada
P40	Conhece	Inadequada	Adequada
P41	Conhece	Adequada	Adequada
P42	Conhece	Adequada	Adequada
P43	Conhece	Adequada	Adequada
P44	Desconhece	Adequada	Adequada
P45	Conhece	Inadequada	Adequada
P46	Conhece	Adequada	Adequada
P47	Conhece	Adequada	Adequada
P48	Desconhece	Adequada	Adequada
P49	Desconhece	Adequada	Adequada
P50	Conhece	Adequada	Adequada
P51	Conhece	Inadequada	Adequada
P52	Conhece	Inadequada	Adequada
P53	Conhece	Adequada	Adequada
P54	Desconhece	Inadequada	Adequada
P55	Conhece	Adequada	Adequada
P56	Conhece	Adequada	Adequada
P57	Conhece	Adequada	Adequada
P58	Desconhece	Vaga	Vaga
P59	Conhece	Inadequada	Adequada
P60	Conhece	Inadequada	Adequada
P61	Conhece	Inadequada	Adequada

H_{2c} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA FECHADA - RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1122/2012

Participantes	Conhecimento necessário: Resolução CEPEC Nº 1122/2012	Cenário 1	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 8	Cenário 10	Cenário 12	Cenário 14
P1	Desconhece	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Adequada	Inadequada
P2	Conhece	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P3	Desconhece	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada
P4	Conhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P5	Conhece	Inadequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P6	Conhece	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P7	Desconhece	Adequada	Adequada	Adequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P8	Desconhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada
P9	Conhece	Inadequada	Vaga	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P10	Conhece	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada
P11	Desconhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Adequada	Inadequada
P12	Conhece	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P13	Conhece	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P14	Desconhece	Adequada	Inadequada	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga	Vaga
P15	Conhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P16	Conhece	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P17	Desconhece	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P18	Desconhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P19	Conhece	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P20	Conhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P21	Conhece	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P22	Conhece	Inadequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P23	Conhece	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada
P24	Conhece	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P25	Conhece	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada
P26	Conhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada
P27	Conhece	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P28	Conhece	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada
P29	Desconhece	Inadequada	Vaga	Adequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P30	Conhece	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada
P31	Conhece	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P32	Conhece	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P33	Desconhece	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada
P34	Desconhece	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Vaga	Adequada	Inadequada
P35	Conhece	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P36	Desconhece	Inadequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Adequada
P37	Conhece	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Adequada	Adequada
P38	Conhece	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada
P39	Conhece	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P40	Conhece	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada
P41	Conhece	Adequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P42	Conhece	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada
P43	Desconhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P44	Desconhece	Inadequada	Vaga	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P45	Conhece	Inadequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P46	Conhece	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P47	Conhece	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P48	Desconhece	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada	Adequada
P49	Conhece	Vaga	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P50	Conhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada
P51	Conhece	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P52	Conhece	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada
P53	Conhece	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P54	Conhece	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada
P55	Conhece	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P56	Conhece	Adequada	Vaga	Adequada	Inadequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Inadequada
P57	Conhece	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P58	Conhece	Adequada	Vaga	Adequada	Adequada	Inadequada	Vaga	Adequada	Adequada

P59	Conhece	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada
P60	Conhece	Adequada	Vaga	Inadequada	Adequada	Inadequada	Adequada	Adequada	Inadequada
P61	Conhece	Adequada	Adequada	Adequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Adequada	Inadequada

APÊNDICE K - DADOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR A HIPÓTESE H₂: H_{2d}

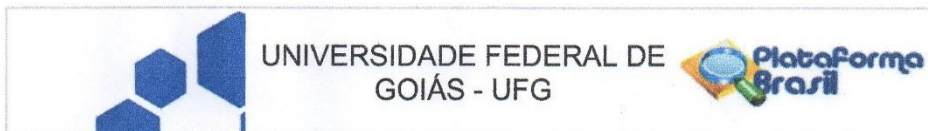
H_{2d} - CENÁRIOS DE CONTINGÊNCIA ABERTA

CONHECIMENTO NECESSÁRIO			
Cenário 2	Cenário 7	Cenário 9	Cenário 11
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.	CÓDIGO CIVIL, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR E RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015.	CÓDIGO CIVIL E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	CÓDIGO CIVIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

CONHECIMENTO NECESSÁRIO		
Cenário 13	Cenário 15	Cenário 17
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CÓDIGO CIVIL, CÓDIGO PENAL E CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.	RESOLUÇÃO CONJUNTA - CONSUNI/CEPEC/CONSELHO DE CURADORES Nº 01/2015, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CÓDIGO CIVIL E CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.	SINAES - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

Participantes	Cenário 2	Resposta	Cenário 7	Resposta	Cenário 9	Resposta	Cenário 11	Resposta	Cenário 13	Resposta	Cenário 15	Resposta	Cenário 17	Resposta
P1	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Adequada	Desconhece	Vaga	Conhece	Inadequada
P2	Conhece	Inadequada	Conhece	Inadequada	Conhece	Adequada	Conhece	Vaga	Conhece	Inadequada	Conhece	Vaga	Conhece	Inadequada
P3	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece	Inadequada
P4	Conhece	Inadequada	Conhece	Adequada	Conhece	Adequada	Conhece	Vaga	Conhece em parte	Adequada	Conhece	Vaga	Conhece	Inadequada
P5	Conhece em parte	Inadequada	Conhece	Adequada	Conhece	Adequada	Conhece	Vaga	Conhece	Vaga	Conhece	Vaga	Desconhece	Inadequada
P6	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Inadequada
P7	Desconhece	Adequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada
P8	Desconhece	Adequada	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Vaga
P9	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Adequada	Conhece	Adequada
P10	Desconhece	Inadequada	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece	Inadequada
P11	Desconhece	Adequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada
P12	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Adequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Adequada
P13	Conhece em parte	Adequada	Conhece	Inadequada	Conhece	Adequada	Conhece	Adequada	Conhece	Inadequada	Conhece	Vaga	Conhece	Inadequada
P14	Conhece em parte	Adequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Vaga

P40	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece	Inadequada
P41	Conhece	Inadequada	Conhece	Inadequada	Conhece	Vaga	Conhece	Adequada	Conhece em parte	Inadequada	Conhece	Adequada	Conhece	Adequada
P42	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece	Inadequada
P43	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Inadequada
P44	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Inadequada
P45	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece	Inadequada
P46	Conhece em parte	Inadequada	Conhece	Inadequada	Conhece	Inadequada	Conhece	Vaga	Conhece	Inadequada	Conhece	Vaga	Desconhece	Inadequada
P47	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Adequada	Desconhece	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Inadequada
P48	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Inadequada
P49	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada
P50	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Adequada	Desconhece	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece	Inadequada
P51	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Adequada	Desconhece	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Inadequada
P52	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada
P53	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Adequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Inadequada
P54	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Inadequada
P55	Conhece	Inadequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Vaga
P56	Conhece em parte	Inadequada	Conhece	Adequada	Conhece	Vaga	Conhece	Vaga	Conhece	Inadequada	Conhece	Vaga	Desconhece	Inadequada
P57	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece	Inadequada
P58	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Vaga
P59	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Inadequada	Desconhece	Vaga	Desconhece	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Desconhece	Vaga	Conhece	Vaga
P60	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Adequada	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Desconhece	Inadequada
P61	Desconhece	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Vaga	Conhece em parte	Inadequada	Conhece em parte	Vaga	Conhece	Inadequada

ANEXOS**ANEXO I - APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO CEP****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: PRÁTICAS GERENCIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ARRANJOS ORGANIZACIONAIS E PRODUTIVOS

Pesquisador: Neubher Fernandes Nunes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53353916.3.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.746.651

Apresentação do Projeto:

O pesquisador proponente busca analisar as práticas de uma Instituição de Ensino Superior (IES) a partir das unidades de análise contingências entrelaçadas, metacontingências e macrocontingências. Cabe destacar que o pesquisador proponente é aluno do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional (mestrado profissional em Gestão Organizacional) da Regional Catalão.

O pesquisador proponente pretende entrevistar 348 participantes por meio de formulário eletrônico. O projeto custará R\$ 1.000,00

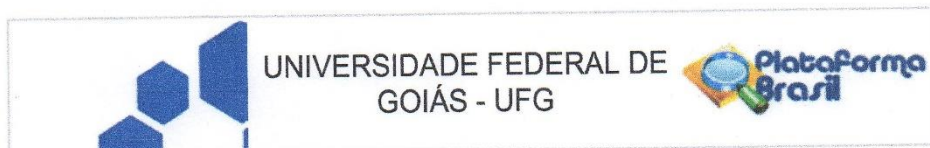
Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem, como objetivo primário, analisar as práticas gerenciais de uma Instituição de Ensino Superior (IES) a partir das unidades de análise contingências entrelaçadas, metacontingências e macrocontingências. Além desse objetivo, ela tem como objetivos secundários: identificar as práticas gerenciais a partir dos arranjos organizacionais e produtivos; identificar as normas trabalhistas e de alocação de recursos e identificar os relatos ("juízo de valores") dos gestores referentes à organização do trabalho e da alocação de recursos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador proponente informa que tem como benefício oferecer informações para a

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.746.651

instituição investigada e, como riscos, desconforto e tempo gasto no preenchimento do formulário.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto é relevante para a área de Gestão Organizacional e poderá trazer benefícios para a área de Gestão Pública. Os aspectos teóricos e metodológicos, entretanto, ainda precisam ser melhorados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo está instruído com o Projeto, Termo de Anuência, Termo de Compromisso, Folha de Rosto para Pesquisa envolvendo Seres Humanos, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Declaração que só começará a pesquisa depois da aprovação do Projeto no CEP e o formulário online de perfil sócio demográfico.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

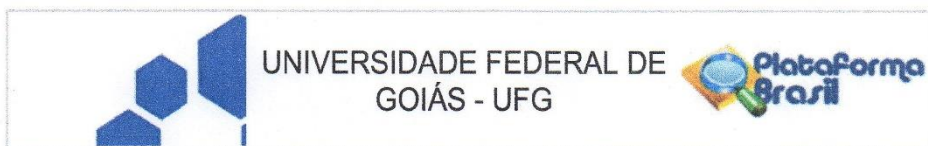
O pesquisador proponente resolveu as pendências levantadas no outro parecer:

- (1) Informou que trabalhará com a UFG, e os participantes se envolverão por adesão voluntária na pesquisa a partir de e-mail recebido;
- (2) Informou que ele entrevistará gestores que já atuaram ou atuam como coordenadores de curso na UFG;
- (3) Informou que o questionário será eletrônico;
- (4) Informou que a coleta de dados começará em 30 de novembro de 2016;
- (5) Elaborou e anexou o formulário online de perfil sócio demográfico;
- (6) Explicou como vai ocorrer o aceite online do TCLE: antes de começar a responder o questionário, o participante irá ler e dar o aceite no TCLE.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para fevereiro de 2017.

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.746.651

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_663833.pdf	05/09/2016 15:41:40		Aceito
Cronograma	Novo_Cronograma.pdf	05/09/2016 15:41:17	Neubher Fernandes Nunes	Aceito
Outros	Ant_Pend_CEP.pdf	02/09/2016 18:10:18	Neubher Fernandes Nunes	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	17/02/2016 14:00:31	Neubher Fernandes Nunes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa.pdf	17/02/2016 13:59:17	Neubher Fernandes Nunes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	15/02/2016 22:37:56	Neubher Fernandes Nunes	Aceito
Outros	Termo.pdf	15/02/2016 22:26:53	Neubher Fernandes Nunes	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Carta.pdf	15/02/2016 22:25:41	Neubher Fernandes Nunes	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	15/02/2016 22:20:55	Neubher Fernandes Nunes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIÂNIA, 27 de Setembro de 2016

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com